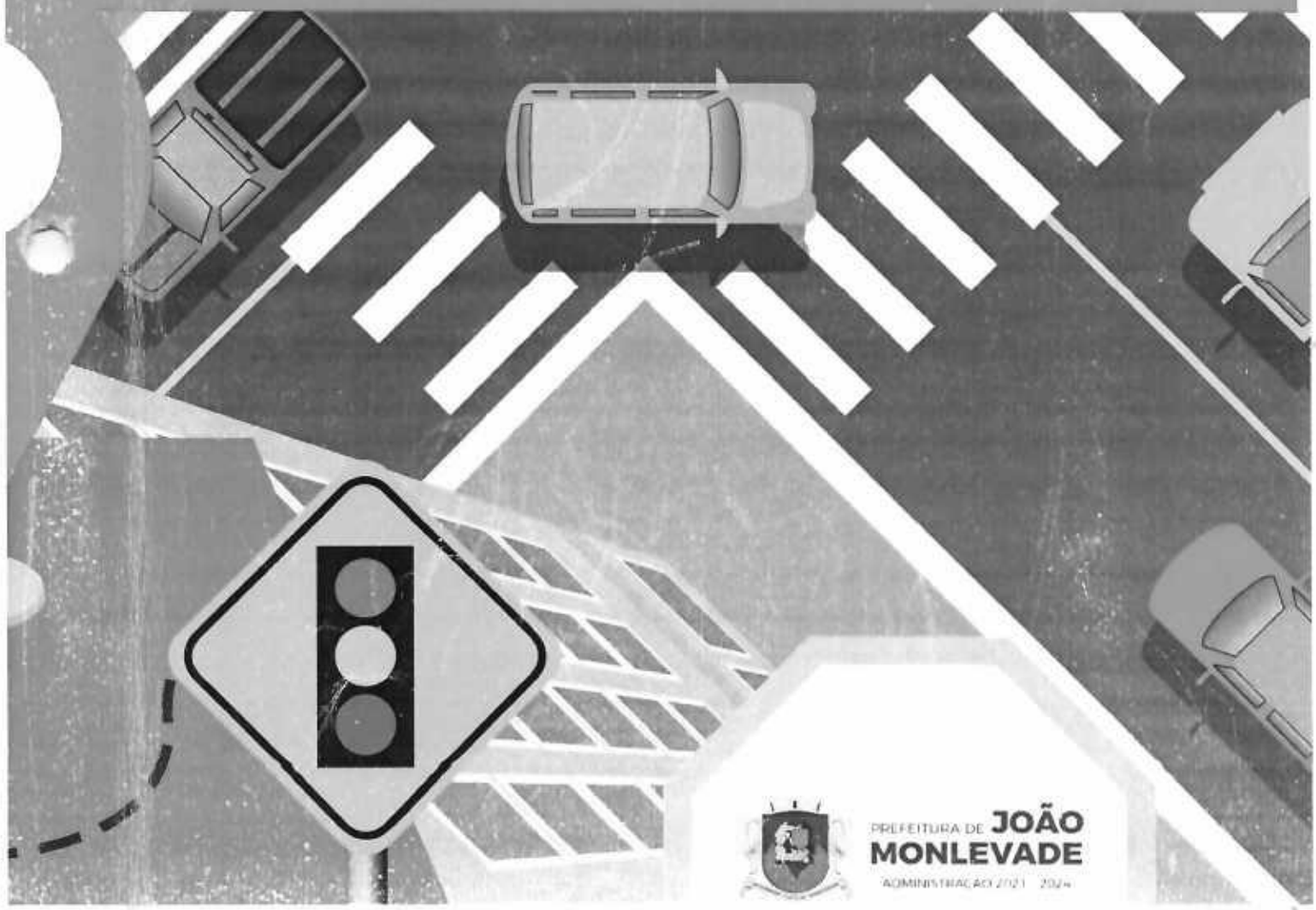
01 JUN 2022
Câmara Municipal de J. Monlevade

LDO 2023

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS



PREFEITURA DE JOÃO MONLEVADE
ADMINISTRAÇÃO 2021 - 2024

01 JUN 2022

JOÃO MONLEVADE
PREFEITURA MUNICIPAL
Administração 2021-2024

03

João Monlevade, 30 de maio de 2022.

Mensagem ao Projeto de Lei n° 054/2022

Objeto: Dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2023, e dá outras providências.

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE
Recebido em: 30/05/22
às 16 hs. 10 min.
Responsável

Senhores Vereadores,

Encaminhamos para apreciação desta Colenda Casa de Leis, o projeto de lei que trata das diretrizes para a elaboração do orçamento para o exercício financeiro de 2023.

Este projeto tem a finalidade de nortear as prioridades e metas da administração do Município, estabelecidas nos programas e ações que constam do Plano Plurianual para o quadriênio de 2022 a 2025.

Acreditamos que apesar de ser um trabalho extremamente técnico, que tem como objetivo, em primeiro momento, apresentar as metas de resultados primário e nominal, sob a ótica da responsabilidade fiscal, esculpida na lei complementar 101, de 04 de maio de 2000, temos que observar que a lei de diretrizes orçamentárias –

LDO traz em seu bojo, outras regras que deverão ser observadas pela Administração, tanto na elaboração quanto na execução da lei orçamentária anual.

A mesma deve ser balizada no Plano Plurianual para o quadriênio 2022 a 2025, lei n° 2430/21 de 27 de dezembro de 2021. É neste planejamento de médio prazo que são estabelecidos os programas, que estabelecem os objetivos e metas a serem alcançados, e demonstra, ainda, as ações que deverão ser executadas para o atingimento dos mesmos.

Neste projeto são delineadas as regras a serem seguidas na elaboração do orçamento, para que seja possível ao mesmo evidenciar a verdadeira proposta do Executivo, na consecução da sua proposta administrativa, política e social.

Este projeto de lei apresenta as seguintes diretrizes:

No capítulo I: aponta as diretrizes concernentes às metas e prioridades para o exercício financeiro, determina que as mesmas sejam apresentadas na forma de anexo, da seguinte forma:

- ✓ as metas fiscais, nos termos estabelecidos pela LC 101/2000;
- ✓ os riscos fiscais que poderão surgir, nos termos estabelecidos pela LC 101/2000; e
- ✓ as metas e prioridades na programação das despesas, que terão precedência na alocação de recursos na lei orçamentária anual;

No capítulo II: constam os conceitos e definições da estrutura orçamentária, que deverá orientar a elaboração da lei orçamentária para o exercício de 2023.

No capítulo III: trata da dívida pública, nela compreendida, além da dívida fundada os precatórios devidos. Ele determina que deve ser assegurado recursos para pagamento de juros e amortização. Alude, ainda, quanto a possibilidade de conter na lei orçamentária autorização para realização de operações de crédito, inclusive por antecipação de receitas.

No Capítulo IV: dispõe quanto a política de pessoal. Nele encontramos a possibilidade de se conceder vantagens, aumento de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alteração da estrutura de carreira, etc. Norteia, ainda, qual deve ser o procedimento a ser adotado para o caso das despesas com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos na LC 101/2000.

No Capítulo V: dispõe sobre a estimativa da receita e as alterações na legislação tributária, com vistas à expansão das receitas tributárias.

No Capítulo VI: estabelece que a elaboração, aprovação e execução da lei orçamentária anual devem ser orientadas no sentido de se conseguir superávit primário. Estabelece estratégias para busca do equilíbrio, com aumento de receitas e diminuição de despesas.

No Capítulo VII: estabelece regras para limitação de empenhos, caso as metas de resultado primário sejam comprometidas.

No Capítulo VIII: estabelece normas a serem seguidas para consecução do controle de custos e avaliação de resultados dos programas financiados com recursos do Orçamento.

No Capítulo IX: trata das alterações orçamentárias dando diretrizes para as autorizações para abertura de créditos adicionais que poderão constar na lei orçamentária anual, conforme preceituado no art. 165, § 8° da Constituição federal e art. 7° da lei 4.320/64.

No Capítulo X: trata das condições e exigências para transferências de recursos para entidades públicas, privadas e para pessoas físicas.

No Capítulo XI: trata da autorização para o Município auxiliar no custeio de despesas atribuídas a outros entes da federação.

No Capítulo XII: trata dos parâmetros para elaboração da programação financeira do cronograma mensal de desembolso.

No Capítulo XIII: conceitua novos projetos e define critério para seu início.

No Capítulo XIV: trata da transparência das ações e da participação popular.

No Capítulo XV: trata das disposições gerais: estabelece regras para a dispensa de impacto orçamentário-financeiro; apresenta alternativa para execução de despesas com ante vigência da lei orçamentária de 2023; estabelece regras para destinação de receitas originadas da alienação de ativos; norteia a aplicação dos recursos objeto do projeto de lei orçamentária para 2023, caso o Legislativo não o devolva para sanção até o dia 31 de dezembro de 2022.

Em cumprimento ao inciso I do artigo 48 da LC 101/2000, que trata do incentivo a participação popular na elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias, foi realizada uma pesquisa virtual, para levantamento das demandas populacionais para prioridade dos investimentos governamentais.

A Consulta Pública é um instrumento previsto na legislação como sendo uma etapa fundamental para a elaboração dos instrumentos de gestão e está prevista na Constituição de 1988 como um processo a ser aplicado nos municípios, de modo que os cidadãos expressem suas necessidades e anseios .

A consulta pública teve como objetivo principal registrar a percepção da população acerca de problemas públicos de modo a transformá-los em prioridades governamentais frente as inúmeras demandas existentes.

No período de 02 a 18 de maio deste ano, um universo de 261 cidadãos, residentes em João Monlevade, com idade acima de 16 anos, opinaram, num formato estimulado, utilizando o ambiente virtual. O mesmo foi disponibilizado no

site da Prefeitura bem como no aplicativo "Conecta Monlevade".

Buscou-se entender quais investimentos deveriam ser entendidos como prioritários pelo governo para melhoria da qualidade de vida da população. As questões foram estruturadas contendo três opções de ações como também foi deixado espaço aberto para que que os cidadãos descrevessem outras ações que considerassem oportunas e viáveis.

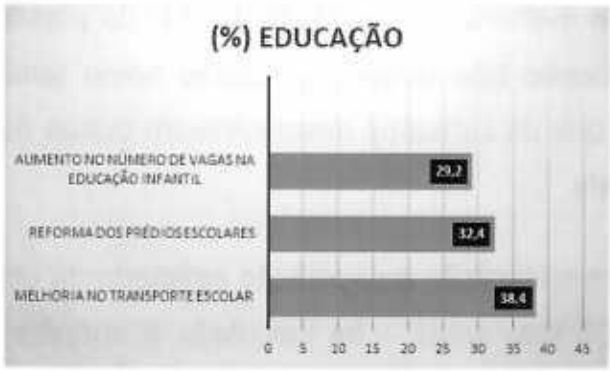
Levando-se em consideração a população estimada da cidade de João Monlevade – a saber, 80.903 habitantes – foi calculada a amostra aleatória simples tendo como parâmetro um erro amostral de 9,6% e um nível de confiança de 90,4%, respectivamente.

Os dados apurados demonstram que o perfil médio dos respondentes são mulheres, com faixa etária entre 30 a 39 anos, renda entre 1 a 3 salários mínimos que priorizaram as seguintes ações dentro das áreas temáticas supracitadas. A saber:

1. Áreas prioritárias da Saúde:

Em primeiro lugar em 62,6% dos registros foi apontado pela população a necessidade de modernização do sistema de marcação de consultas e exames.

2. Áreas prioritárias da Educação:



Na área da educação 38,4% da população apontou a melhoria do transporte escolar como prioridade. Destaca-se que aumento no número de vagas da educação infantil e também as reformas de prédios escolares também tiveram percentuais aproximados à demanda mais votada.

3. Áreas prioritárias da Assistência Social:

Na assistência social foi expressiva a necessidade de ações para combate e prevenção a violência contra mulheres, crianças e idosos, alcançando um percentual de 58,3%.

Câmara Municipal de J. Monlevade
06

4. Áreas prioritárias de Obras Urbanas:

Em relação a obras públicas foi registrada como prioridade governamental a revitalização de praças, parques e áreas de lazer, com um percentual de 54,5%.

5. Áreas prioritárias de Serviços Urbanos e Meio Ambiente:

Na seara dos Serviços Urbanos e Meio Ambiente, com 41,6%, a limpeza das vias públicas se confirma com área prioritária.

6. Áreas prioritárias da Cultura , Esporte e Lazer:

A melhoria de quadras públicas se destaca com 55,4% das prioridades entre ações de cultura, esporte e lazer.

7. Áreas prioritárias de água e esgoto:

Como demanda prioritária na área de saneamento, a finalização das obras da ETE se destaca para 2023, com 41%. Outro problema que aparece de forma expressiva na pesquisa está relacionado ao sistema de captação e abastecimento de água. As melhorias no DAE aparecem como um paradgima estruturante da sociedade.

Por todo o exposto, a consulta pública forneceu material suficiente para que o poder executivo municipal tenha dados confiáveis e cientificamente calculados para registrar a percepção da população acerca de entraves públicos, o que permitirá que tais problemas sejam incorporados à agenda de políticas públicas a serem implementadas em âmbito local.

Na elaboração do projeto de lei de diretrizes orçamentária, utilizamos a metodologia consagrada no processo orçamentário e financeiro brasileiro, desde sua instituição pela Constituição Federal de 1988, e é também ajustada aos preceitos da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000.

Em linhas gerais, são apresentadas as ações de desenvolvimento econômico e social do Município para 2023. Para os exercícios de 2024 e 2025, é apresentada a meta de resultados primário e nominal, ficando a apresentação de suas obras e ações prioritárias, reservadas para ocasião da apresentação de suas respectivas propostas orçamentárias.

O presente projeto de Lei encontra-se adequado às exigências da LC 101, de 04 de maio de 2000, uma vez que traz em seu contexto os anexos de metas e de riscos fiscais, além do de renúncia de receitas. Como preceitua este regulamento, os mesmos foram elaborados de acordo com metodologia criada pelo Governo Federal.

Os resultados, primário e nominal, foram calculados, utilizando-se forma e metodologia técnicas, tendo como parâmetros o índice de inflação e crescimento do PIB do Estado, divulgados pela Fundação João Pinheiro e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE/ Banco Central do Brasil.

O resultado primário proposto para 2023 foi obtido a partir da operação de subtração realizada, entre a soma das receitas primárias e a soma das despesas primárias. Para se chegar ao resultado primário, demonstrado em anexo específico, constante do presente projeto, foram seguidas as técnicas determinadas pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, através de seu Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF. Vejamos:

- ✓ da receita total deduzimos as entendidas como não primárias (financeiras), em nosso caso, os rendimentos de aplicação, operação de crédito e alienação de bens.

- ✓ da despesa total deduzimos as entendidas como não primárias (financeiras), em nosso caso, os juros e amortização da dívida.

Mesmo que especialistas apontem um cenário brasileiro de baixo crescimento, motivado pelo reflexo pandêmico e baixo avanço da economia global por causa da guerra na Ucrânia, a presente proposta conjetura um cenário otimista para nossa cidade, porém conscientes de que a gestão exigirá um planejamento austero e prudente na condução das despesas públicas. Assim sendo, mesmo diante de um cenário incerto, permanecemos empenhados no aumento da arrecadação de seus tributos.

Para a projeção das receitas para 2023, tomamos como base as realizadas no exercício de 2021, no período compreendido entre março e dezembro, somadas àquelas realizadas nos meses de janeiro e fevereiro de 2022, no produto apurado aplicamos a inflação e crescimento do PIB Nacional. Apurados os respectivos valores adequamos àquelas que possivelmente terão crescimento diverso da metodologia aplicada considerando variáveis econômicas nacionais e as peculiaridades da economia local. Para os exercícios de 2024 e 2025, utilizamos a mesma metodologia. Mais uma vez aplicamos a inflação e crescimento do PIB previstos para 2023 e 2024, segundo o Banco Central do Brasil, projetando assim os valores para 2024 e 2025.

Apurados os respectivos valores promovemos a adequação necessária para equilíbrio com as despesas. Na fixação das despesas empregamos a mesma fórmula utilizada para as receitas, corrigindo-as para ajuste aos valores da receita projetada.

Resultado nominal é a diferença apurada do montante da dívida em um determinado exercício na relação com o imediatamente anterior. Para apuração do resultado nominal seguimos da mesma forma, o que determina a Secretaria do Tesouro Nacional - STN, através de seu Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF, conforme demonstrado em anexo próprio, constante do presente projeto. Vejamos:

Câmara Municipal de J. Monlevade
08

- ✓ Para apurar o resultado da dívida consolidada no exercício, utilizamos o seu saldo acrescido do valor de restos a pagar processados, deduzindo deste valor o ativo disponível acrescido de haveres financeiros.

Nossa determinação é manter o equilíbrio fiscal do Município, com vistas à elevação de sua capacidade de poupança e investimento, visando a movimentação de suas ações de governo, principalmente aquelas voltadas para os menos favorecidos, bem como o aumento da eficiência da máquina pública, com elevação da qualidade dos serviços prestados à população.

É focado neste norte, com muita responsabilidade e compromisso, que propomos uma política de contenção de despesas correntes, cada vez mais austera, buscando viabilizar recursos para mantença e crescimento dos diversos serviços, principalmente os de saúde, assistência social e educação, que neste momento de desemprego crescente são prioritários, pois só eles são capazes de propiciar alguma tranquilidade para os nossos cidadãos mais necessitados.

De forma respeitosa, acreditando na parceria que deve reinar entre os Poderes do Município, necessária para construção dos empreendimentos propostos, e para crescimento da comunidade, colocamos diante desta Casa de Leis o presente projeto para apreciação, contando com o seu apoio.

Atenciosamente,

Laércio José Ribeiro
Prefeito Municipal

Câmara Municipal de J. Monlevade
09

PROJETO DE LEI Nº 3.270

DE 30 DE MAIO DE 2022.

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE
Recebido em: 30/05/22
Às 16 hs. 10 min.
Responsável

Dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2023, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE João Monlevade, faço saber que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a seguinte Lei.

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR.

Art. 1°. Esta Lei estabelece em cumprimento ao disposto no artigo 165, § 2º, da Constituição Federal, Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000, com observância das determinações da Lei Orgânica do Município, as diretrizes para elaboração da lei orçamentária do Município, para o exercício financeiro de 2023, compreendendo:

I - as metas e as prioridades da Administração Pública Municipal;

II - orientações básicas para elaboração e execução da Lei Orçamentária Anual;

III - disposições relativas à dívida pública municipal;

IV - disposições sobre a política de pessoal, os gastos com pessoal e encargos sociais;

V - as disposições sobre as alterações na legislação tributária;

VI - equilíbrio entre receitas e despesas;

VII - critérios e formas de limitação de empenho;

VIII - normas relativas ao controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;

IX – estabelecimento de normas para transferências de recursos a entidades públicas e privadas;

X – normatização do auxílio do Município para o custeio de despesas atribuídas a outros entes da federação;

XI - parâmetros para a elaboração da programação financeira e do cronograma mensal de desembolso;

XII - critérios para início de novos projetos;

XIII - critérios para participação popular no processo de elaboração e aprovação da Lei Orçamentária Anual;

XIV – regras para promoção de alterações orçamentárias; e

XV - as disposições gerais.

CAPÍTULO I
DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

Art. 2°. Em consonância com o art.165, § 2º, da Constituição Federal, as metas e as prioridades da Administração Pública Municipal para o exercício financeiro de 2023, são as apontadas no Anexo de Metas e Prioridades, que integra esta Lei, das quais terão precedência na alocação de recursos na lei orçamentária anual de 2023 e na sua execução, as obrigatórias e as de funcionamento dos órgãos e das entidades que integram o Orçamento Fiscal. Observada a lei do Plano Plurianual.

§ 1°. O orçamento será elaborado em consonância com as metas e prioridades estabelecidas na forma do **caput**.

§ 2°. Em atendimento ao disposto no art. 4º, §§ 1º, 2º e 3º da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000, integram a presente Lei os seguintes Anexos:

I - Anexo de Metas Fiscais;

II - Anexo de Riscos Fiscais.

§ 3°. O Anexo de Metas e Prioridades, que integra esta Lei, não se constitui como limite à programação das despesas.

Câmara Municipal de J. Monlevade
10

CAPÍTULO II
DAS ORIENTAÇÕES BÁSICAS PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA.

Art. 3°. Para fins do disposto nesta Lei e na lei orçamentária de 2023, entende-se por:

I - órgão orçamentário, que representa os Poderes e suas autarquias, o maior nível da classificação institucional, que tem por finalidade agrupar unidades orçamentárias;

II - unidade orçamentária, nível médio da classificação institucional, que tem por finalidade agrupar subunidades orçamentárias;

III - subunidade orçamentária, o menor nível médio da classificação institucional:

IV – programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

V – atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

VI – projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

VII - operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;

VIII – produto, o bem ou serviço que resulta da ação orçamentária;

IX - concedente: o órgão ou a entidade da Administração Pública direta ou indireta responsável pela transferência de recursos financeiros, inclusive os decorrentes de descentralização de créditos orçamentários;

X – convenente: o órgão ou a entidade da Administração Pública direta ou indireta dos governos federal, estaduais ou municipais e as entidades privadas, com os quais a Administração pactue a transferência de recursos financeiros.

§ 1°. Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2°. Cada atividade, projeto e operação especial, deve identificar a função e a subfunção às quais se vinculam, na forma do anexo que integra a portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão.

§ 3°. As atividades que possuem a mesma finalidade devem ser identificadas com um único código, independente da unidade executora;

§ 4°. Cada projeto constará somente em uma unidade orçamentária e em um só programa.

§ 5°. As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas por órgãos, unidades e subunidades orçamentárias, funções, subfunções, programas, atividades, projetos, operações especiais, categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, de acordo com as codificações da Portaria SOF nº 42/1999, da Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001 e da Lei do Plano Plurianual.

§ 6°. A Modalidade de Aplicação (MA), conforme determinações e conceitos da Portaria Interministerial n° 163, de 04 de maio de 2001, destina-se a indicar se os recursos serão aplicados:

I - diretamente, pela unidade detentora do crédito orçamentário;

II - indiretamente, mediante transferência, para outras esferas de governo, seus órgãos, fundos ou entidades ou, ainda, por entidades privadas; ou

III - indiretamente, mediante delegação, para outros entes da Federação ou consórcios públicos para a aplicação de recursos em ações de responsabilidade exclusiva do Município.

§ 7°. A especificação da modalidade de que trata o § 6° observará, no mínimo, o seguinte detalhamento:

I - Transferências a Estados e ao Distrito Federal (Modalidade de Aplicação 30);

II - Transferências a Municípios (Modalidade de Aplicação 40);

III - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (Modalidade de Aplicação 50);

IV - Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos (Modalidade de Aplicação 60);

V - Transferências a Consórcios Públicos (Modalidade de Aplicação 71);

VI - Aplicações Diretas (Modalidade de Aplicação 90); e

VII - Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Participe (Modalidade de Aplicação 93).

VIII – Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente não Participe (Modalidade de Aplicação 94).

Art. 4°. O orçamento discriminará a despesa por subunidade orçamentária, em nível de elementos, conforme artigo 15 da Lei nº 4.320/64, detalhada por categoria de programação com suas respectivas dotações, especificando a modalidade de aplicação e os grupos de despesa a seguir discriminadas:

I - pessoal e encargos sociais;

II - juros e encargos da dívida;

III - outras despesas correntes;

IV - investimentos;

V - inversões financeiras; e

VI - amortização da dívida.

Parágrafo único. Discriminará, ainda, a fonte de recursos que está intrinsecamente ligada à classificação orçamentária a que pertencer.

Art. 5°. O orçamento fiscal compreenderá a programação dos Poderes do Município, suas autarquias e fundos especiais, devendo a correspondente execução orçamentária e financeira ser consolidada no órgão Central de Contabilidade do Poder Executivo.

Art. 6°. O projeto de lei orçamentária que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal, será constituído de:

I - texto da lei;

II - documentos referenciados nos artigos 2º e 22, da Lei Federal 4.320/64;

III - quadros orçamentários consolidados;

IV - anexo do orçamento fiscal, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;

V - demonstrativo e documentos previstos no art. 5º da Lei Complementar 101/2000.

Parágrafo único. Acompanharão a proposta orçamentária, além dos demonstrativos exigidos pela legislação em vigor, definidos no **caput**, os seguintes demonstrativos:

I - Demonstrativo da receita corrente líquida, de acordo com o art. 2º, inciso IV da Lei Complementar 101/2000;

II - Demonstrativo dos recursos a serem aplicados na manutenção e desenvolvimento do Ensino e no Ensino Fundamental, para fins do atendimento do disposto no art. 212 da Constituição Federal e no art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

III - Demonstrativo dos recursos a serem aplicados no FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, nos termos da lei 14.113, de 25 de dezembro de 2020;

IV - Demonstrativo dos recursos a serem aplicados nas ações e serviços públicos de saúde, para fins de atendimento ao disposto na Emenda Constitucional nº 29/2000, e Lei Complementar 141, de 13 de janeiro de 2012;

V - Demonstrativo de despesa com pessoal, para fins do atendimento do disposto no art. 169 da Constituição Federal e na Lei Complementar 101/2000.

VI – A mensagem que deverá conter:

a) resumo dos valores destinados para execução de cada programa;

b) metodologia de cálculo utilizada para fixação da receita e despesa;

c) demonstrativo sintético das principais receitas;

d) resultado primário proposto; e

e) síntese das despesas obrigatórias, originadas de disposições constitucionais e legais, com no mínimo demonstração dos percentuais propostos.

Câmara Municipal de João Monlevade
12

Art. 7°. A estimativa da receita e a fixação da despesa, constantes do Projeto de Lei Orçamentária, serão elaboradas em valores correntes do exercício de 2022, projetadas a partir de índices e da metodologia constantes dos Anexos da presente lei.

Parágrafo único. O Projeto de Lei Orçamentária atualizará a estimativa da margem de expansão das despesas, considerando os acréscimos de receita resultantes do crescimento da economia e da evolução de outras variáveis que implicam aumento da base de cálculo, bem como de alterações na legislação tributária, devendo ser garantidas, no mínimo, as metas de resultado primário e nominal estabelecidas nesta Lei.

Art. 8°. O Poder Executivo colocará à disposição do Legislativo Municipal, no mínimo 30 (trinta) dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subseqüente, inclusive da corrente líquida e as respectivas memórias de cálculo, conforme estabelece o art. 12, § 3º da Lei Complementar 101/2000.

Art. 9°. O Poder Legislativo encaminhará, ao órgão do Poder Executivo, responsável pela elaboração do orçamento do Município, até 31 de agosto de 2022, sua proposta orçamentária, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária.

Art. 10. Na programação não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos, de forma a evitar o comprometimento do equilíbrio orçamentário entre receitas e despesas.

CAPÍTULO III
DA DÍVIDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO.

Art. 11. A Lei Orçamentária discriminará, no órgão responsável pelo débito, as dotações destinadas ao pagamento de precatórios judiciais em cumprimento ao disposto no art. 100 da Constituição Federal, bem como da dívida fundada por contrato.

§ 1°. Para fins de acompanhamento, controle e centralização, os órgãos da administração pública municipal submeterão os processos referentes ao pagamento de precatórios à apreciação da Procuradoria Geral do Município.

§ 2°. Os recursos alocados para fins previstos no **caput** só poderão ser cancelados para abertura de créditos adicionais com outra finalidade, se ficar comprovado que os mesmos não serão necessários para pagamento dos precatórios assumidos.

Art.12. A administração da dívida pública do Município tem por objetivo principal minimizar custos, reduzir o seu montante e viabilizar fontes alternativas de recursos para o Tesouro Municipal.

Parágrafo único. Serão garantidos, na lei orçamentária anual, recursos para pagamento de juros e amortização da dívida.

Art.13. Na lei orçamentária para o exercício financeiro de 2023, as despesas com amortização, juros e demais encargos da dívida serão fixadas com base nas operações contratadas e nas autorizações concedidas até a data do encaminhamento do respectivo projeto de lei à Câmara Municipal.

Art. 14. Na lei orçamentária anual poderá conter autorização para contratação de operações de crédito, subordinando-se às normas estabelecidas na Resolução 43/2001 do Senado Federal e suas alterações.

Art. 15. A lei orçamentária poderá conter autorização para a realização de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária, desde que observado o disposto no art. 38 da Lei Complementar 101/2000 e atendidas as exigências estabelecidas na Resolução 43/2001 do Senado Federal.

CAPÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A POLÍTICA DE PESSOAL.

Art. 16. Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1°, inciso II, da Constitucional Federal, observado o inciso I do mesmo parágrafo, fica autorizada a concessão de vantagens, aumento de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, desde que observado o disposto nos artigos 15, 16 e 17

da Lei Complementar 101/2000, até o montante das quantidades e limites orçamentários constantes do anexo discriminativo específico da lei orçamentária de 2023.

§ 1°. Além de observar as normas do **caput**, no exercício financeiro de 2023, as despesas com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo, observarão as disposições contidas nos artigos 18, 19 e 20, da Lei Complementar 101/2000.

§ 2°. Se a despesa total com pessoal ativo e inativo ultrapassar os limites estabelecidos no art. 19 da Lei Complementar 101/2000, aplicar-se-ão as medidas de que tratam os §§ 3º e 4º do art. 169 da Constituição Federal.

§ 3°. Os Poderes, Executivo, Legislativo, suas Autarquias e Fundações, tem como limite para projeção de suas despesas com pessoal e encargos sociais, a despesa com a folha de pagamento vigente em julho de 2022.

§ 4°. Não constituem despesas com pessoal e encargos sociais, ainda que processadas em folha de pagamento, as verbas de caráter indenizatório definidas em lei.

§ 5°. Fica assegurada a revisão anual dos servidores, conforme preceitua o art. 37, inciso X, da Constituição Federal.

Art. 17. No exercício de 2023, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal, e no artigo 19, desta Lei, somente poderão ser admitidos servidores se houver prévia dotação orçamentária em quantum suficiente para o atendimento da despesa e, ainda, se existirem cargos e empregos públicos a serem preenchidos.

Parágrafo único. Ficam os Poderes, Executivo e Legislativo, suas Autarquias e Fundações, autorizados a realizar concurso público, podendo para tanto contratar empresa ou fundação especializadas.

Art. 18. Se durante o exercício de 2023 a despesa com pessoal atingir o limite de que trata o parágrafo único do art. 22 da Lei Complementar 101/2000, a realização de serviço extraordinário somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos que ensejam situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Parágrafo único. As situações previstas no **caput**, que exijam a realização de serviços extraordinários deverão ser justificadas pelo órgão e submetidas, no âmbito

do Poder Executivo ao Prefeito Municipal e no âmbito do Poder Legislativo ao Presidente da Câmara, no âmbito das autarquias, deverão ser submetidas ao seu representante.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A RECEITA E ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA.

Art. 19. A estimativa da receita que constará do projeto de lei orçamentária para o exercício de 2023, com vistas à expansão da base tributária e conseqüente aumento das receitas próprias, contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, dentre as quais:

I - aperfeiçoamento do sistema de formação, tramitação e julgamento dos processos tributário- administrativos, visando à racionalização, simplificação e celeridade;

II - aperfeiçoamento dos sistemas de fiscalização, cobrança e arrecadação de tributos, objetivando a sua maior exatidão;

III - aperfeiçoamento dos processos tributário-administrativos, por meio de revisão e racionalização das rotinas e processos, objetivando a modernização, a padronização de atividades, a melhoria dos controles internos e a eficiência na prestação de serviços;

IV - aplicação das penalidades fiscais como instrumento inibitório da prática de infração da legislação tributária.

Art. 20. A estimativa da receita de que trata o artigo 19 levará em consideração, adicionalmente, o impacto de alteração na legislação tributária, observadas a capacidade econômica do contribuinte e a justa distribuição de renda, com destaque para:

I – atualização da planta genérica de valores do Município;

II – procedimento do recadastramento imobiliário;

III - instituição de novos tributos ou modificação, em decorrência de alterações legais, daqueles já instituídos;

Câmara Municipal de J. Monlevade
14

IV - revisão, atualização ou adequação da legislação sobre Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamentos, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade desse imposto;

V - revisão da legislação sobre uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;

VI - revisão da legislação do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN;

VII - revisão da legislação do Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos e de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - ITBI;

VIII - revisão da legislação sobre as taxas pela prestação de serviços e pelo exercício do Poder de Polícia; e

IX - revisão da legislação que trata das isenções dos tributos municipais;

Art. 21. O projeto de lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária só será aprovado, se atendidas às exigências do art. 14 da Lei Complementar 101/2000.

Parágrafo único. Aplica-se à lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza financeira as mesmas exigências referidas no **caput**.

Art. 22. Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária e das contribuições que sejam objeto de projeto de lei que esteja em tramitação na Câmara Municipal.

CAPÍTULO VI
DO EQUILÍBRIO ENTRE RECEITAS E DESPESAS.

Art. 23. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária serão orientadas no sentido de alcançar superávit primário necessário para garantir uma trajetória de solidez financeira da administração municipal, conforme discriminado no Anexo de Metas Fiscais, constantes desta Lei.

Art. 24. Os projetos de leis que impliquem em diminuição de receita ou aumento de despesa do Município no exercício de 2023 deverão estar acompanhados de demonstrativos que discriminem o montante estimado da diminuição da receita ou do aumento da despesa, para cada um dos exercícios compreendidos no período de 2023 a 2025, com respectiva memória de cálculo.

Parágrafo único. Não será aprovado projeto de lei que implique em aumento de despesa sem que esteja acompanhado das medidas definidas nos arts. 16 e 17 da Lei Complementar 101/2000.

Art. 25. As estratégias para busca ou manutenção do equilíbrio entre as receitas e despesas poderão levar em conta as seguintes medidas:

I - para elevação das receitas;

a) a implementação das medidas previstas nos artigos 19 e 20 desta Lei;

b) atualização e informatização do cadastro imobiliário;

c) promoção de cobranças administrativas para os contribuintes em geral, inscritos na dívida ativa;

d) recuperação de créditos inscritos em dívida ativa através de programas de recuperação fiscal – REFIS, devidamente autorizados em lei.

II - para redução das despesas:

a) normatização de rotinas e procedimentos de compras;

b) implantação de rigorosa rotina de pesquisa de preços, de forma a baratear toda e qualquer compra e evitar a cartelização dos fornecedores;

c) implantação rigorosa de controle dos bens de consumo e dos serviços contratados; e

d) racionalização dos diversos serviços da administração.

Art. 26. Na programação da despesa não poderão:

I – serem fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos, de forma a se evitar a quebra do equilíbrio orçamentário entre receita e a despesa;

II - ser incluídos projetos com a mesma finalidade em mais de um órgão.

Art. 27. Na Lei Orçamentária Anual deverá conter Reserva de Contingência constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal,

Câmara Municipal de J. Monlevade
15

equivalente a no máximo de 1% (um por cento) da receita corrente líquida, prevista na proposta orçamentária de 2023 destinada ao atendimento de passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 28. A Reserva de Contingência, caso não seja utilizada até o final do mês de setembro do exercício fiscal, poderá constituir recurso para a abertura de créditos adicionais.

CAPÍTULO VII
DOS CRITÉRIOS E FORMAS DE LIMITAÇÃO DE EMPENHO.

Art. 29. Na hipótese de ocorrência das circunstâncias estabelecidas no **caput** do art. 9º, e no inciso II do § 1º do art. 31, da Lei Complementar 101/00, o Poder Executivo promoverá limitação de empenho e de movimentação financeira, podendo definir percentuais específicos, para o conjunto de projetos, atividades e operações especiais, calculado de forma proporcional ao total das dotações iniciais constantes da lei orçamentária de 2023, em cada um dos citados conjuntos, utilizando para tal fim as cotas orçamentárias e financeiras.

§ 1°. Excluem-se do **caput** as despesas que constituem obrigação constitucional e legal de execução e as despesas destinadas ao pagamento dos serviços da dívida, e aquelas suportadas com recursos originados de doações e de convênios, e ainda aquelas relativas:

I - Programa de alimentação escolar;

II - Despesas com saúde, relativas à:

a) - manutenção dos serviços de atenção básica;

b) - manutenção dos serviços de média e alta complexidade, prestados pelo Município;

c) - manutenção da assistência farmacêutica (farmácia básica);

d) - manutenção da vigilância em saúde.

III - Pessoal e encargos sociais;

IV - Transporte escolar; e

V – Sentenças Judiciais.

§ 2°. A limitação da despesa deverá obedecer aos limites da nova estimativa de receita que será realizada pelo Executivo Municipal, através de seu segmento

administrativo responsável e, encaminhada às suas diversas unidades administrativas, e também ao Poder Legislativo para seu conhecimento.

§ 3°. Deverá, ainda, a nova estimativa de receita ser objeto de ampla divulgação, inclusive na internet, para conhecimento de todos.

CAPÍTULO VIII
DAS NORMAS RELATIVAS AO CONTROLE DE CUSTOS E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS DOS PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS DOS ORÇAMENTOS.

Art. 30. O Poder Executivo realizará estudos visando à definição de sistema de controle de custos e avaliação de resultado de ações de governo.

Art. 31. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na Lei Orçamentária Anual e em seus créditos adicionais, bem como a respectiva execução, serão feitas de forma a propiciar o controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

§ 1°. A Lei Orçamentária de 2023 e seus créditos adicionais deverão agregar todas as ações governamentais necessárias ao cumprimento dos objetivos dos respectivos programas.

§ 2°. Merecerá destaque o aprimoramento de gestão orçamentária, financeira e patrimonial, por intermédio da modernização dos instrumentos de planejamento, execução, avaliação e controle interno.

§ 3°. O Poder Executivo promoverá amplo esforço de redução de custos, otimização de gastos e reordenamento de despesas do setor público municipal, sobretudo pelo aumento da produtividade na prestação de serviços públicos.

§ 4°. O controle de custos será orientado para o estabelecimento da relação entre a despesa pública e o resultado obtido, de forma a priorizar a análise da eficiência na alocação dos recursos, permitindo o acompanhamento das gestões orçamentária, financeira e patrimonial.

Câmara Municipal de J. Monlevade
16

CAPÍTULO IX
DAS ALTERAÇÕES DA LEI ORÇAMENTÁRIA.

Art. 32. A abertura de créditos adicionais suplementares e especiais dependerá da existência de recursos disponíveis para acorrer à despesa e será precedido de justificativa, nos termos da Lei nº 4.320/64.

§ 1°. Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais, exposição de motivos circunstanciados, que os justifiquem e que indiquem, quando tiverem como recursos a anulação de dotações, as consequências causadas na execução das atividades e dos projetos que tiverem seus recursos reduzidos.

§ 2°. Cada projeto de lei deverá restringir-se a uma única modalidade de crédito adicional.

§ 3°. Na Lei Orçamentária deverá conter autorização para abertura de créditos adicionais suplementares, no valor correspondente a 30% (trinta por cento), do valor total fixado para as despesas, com utilização de recursos originados da anulação de dotações constantes do orçamento;

§ 4°. Na abertura de créditos adicionais autorizados na forma do § 3°, poderá ser criada nova modalidade de aplicação, elementos de despesas e/ou fontes de recursos dentro das ações constantes da lei orçamentária, e seus valores serão computados na apuração do limite estabelecido.

Art. 33. Além do limite estabelecido no § 3º, do art. 32, constará também autorização para abertura de créditos no valor correspondente a 20% (vinte por cento), do valor total fixado para as despesas, da seguinte forma:

I - 10% (dez por cento), com recursos originados do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior; e

II - 10% (dez por cento), com recursos originados do excesso de arrecadação verificado no exercício.

§ 1°. Nos casos de abertura de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, a exposição de motivos conterá a memória de cálculo da atualização das estimativas de receitas para o exercício.

§ 2°. Na abertura de créditos adicionais autorizados na forma do **caput**, poderá ser criada nova modalidade de aplicação, elementos de despesas e/ou fontes de

recursos dentro das ações constantes da lei orçamentária, e seus valores serão computados na apuração do limite estabelecido nos incisos I e II.

Art. 34. A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício financeiro, no limite de seus saldos, conforme disposto no art. 167 § 2º da Constituição Federal, será efetivada, mediante decreto do Poder Executivo, e serão incorporados no exercício financeiro, com utilização dos recursos previstos no artigo 43 da Lei nº 4.320/ 1964.

CAPÍTULO X
DAS CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS PARA TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS A ENTIDADES PÚBLICAS, PRIVADAS E PESSOAS FÍSICAS.

Art. 35. Na realização de ações de competência do Município, poderá este adotar a estratégia de transferir recursos para entidades privadas sem fins lucrativos, observadas as seguintes disposições:

I – Subvenções sociais, conforme disposto no artigo 16 da Lei 4.320/64, serão concedidas para entidades sem fins lucrativos que exerçam atividades de natureza continuada nas áreas de assistência social, saúde e educação, cujos serviços colocados à disposição da população se revelem mais econômicos para o Município;

II – Contribuições, as transferências realizadas para atender despesas de manutenção de entidades privadas sem fins lucrativos que não se enquadram nas áreas de atuação definidas no inciso I. Para as quais não correspondam a contraprestação direta de bens e serviços e não sejam reembolsável pelo recebedor. A contribuição poderá ocorrer como transferência corrente ou de capital; e

III – Auxílios, as transferências realizadas para entidades privadas sem fins lucrativos destinadas às despesas de investimentos e inversões financeiras, independentemente de contraprestação direta de bens ou serviços.

Parágrafo único. As transferências serão realizadas através de parcerias entre a administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em

planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, fomento ou em acordos de cooperação, observadas as normas estabelecidas na Lei 13.019/14, no que couber.

Art. 36. A transferência de recursos a prevista no artigo 35, somente poderá ser realizada para entidades privadas sem fins lucrativos e desde que sejam:

I - de atendimento direto e gratuito ao público na área de educação, e sejam voltadas para a:

a) educação especial; ou

b) educação básica;

II - de atendimento direto e gratuito ao público na área de saúde;

III - de atendimento direto e gratuito ao público na área de assistência social, que se destinem a:

a) idosos, crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, risco pessoal e social;

b) habilitação, reabilitação e integração da pessoa com deficiência ou doença crônica; ou

c) acolhimento a vítimas de crimes violentos e seus familiares;

IV – destinadas às atividades de coleta e processamento de material reciclável, desde que constituídas sob a forma de associações ou cooperativas integradas por pessoas em situação de risco social, cabendo ao órgão concedente aprovar as condições para aplicação dos recursos;

V – destinadas ao atendimento de pessoas em situação de vulnerabilidade social, risco pessoal e social, violação de direitos ou diretamente alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e geração de trabalho e renda, nos casos em que ficar demonstrados o interesse público;

VI – Com atuação na área de segurança pública;

VII – Com atuação na área de promoção da habitação para pessoas carentes;

VIII – Com atuação na área de fomento econômico, industrial, comercial e de agricultura;

IX – Com atuação na área representativa comunitária; e

X – Com atuação nas áreas culturais e desportivas.

Art. 37. Sem prejuízo das disposições do artigo 36, a transferência de recursos prevista na Lei 4.320/64, à entidade privada sem fins lucrativos, dependerá da

justificação pela unidade concedente de que a entidade complementa de forma adequada os serviços de competência do setor público e, ainda, de que no caso de recursos de capital serão os mesmos aplicados exclusivamente em:

I - aquisição e instalação de equipamentos, e obras de adequação física necessárias à instalação dos referidos equipamentos;

II - aquisição de material permanente; e

III - construção, ampliação ou conclusão de obras;

Art. 38. Para recebimento de recursos deverá a entidade privada comprovar:

I - a regularidade do mandato de sua diretoria, inscrição no CNPJ e apresentação de declaração de funcionamento regular de pelo menos 1 (um) ano, emitida no exercício de 2022;

II - manutenção de escrituração contábil regular;

III – sua regularidade fiscal, através de apresentação de pelo menos: certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil e regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;

IV - a capacidade gerencial, operacional e técnica para desenvolver as atividades, com informações acerca da quantidade e qualificação profissional de seu pessoal; e

V – que no seu quadro de dirigentes não consta agente político dos Poderes Executivo, Legislativo, tanto quanto dirigente de órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera governamental, seu cônjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau.

Art. 39. Não se aplicam as exigências da Lei 13.019/14 às transferências de recursos a entidades de direito privado, nas seguintes hipóteses:

I - às transferências de recursos homologadas pelo Congresso Nacional ou autorizadas pelo Senado Federal naquilo em que as disposições conflitarem com a Lei 13.019/14;

II - aos contratos de gestão celebrados com organizações sociais, desde que cumpridos os requisitos previstos na Lei 9.637/98;

III - aos convênios e contratos celebrados com entidades filantrópicas e sem fins lucrativos nos termos do §1° do art. 199 da Constituição Federal;

IV - aos termos de compromisso cultural, referidos no § 1º do art. 9º da Lei 13.018/14;

V - aos termos de parceria celebrados com organizações da sociedade civil de interesse público, desde que cumpridos os requisitos previstos na Lei nº 9.790/99;

VI – às transferências referidas no artigo 2° da Lei 10.845/04 (PAED) e nos artigos 5° e 22 da Lei 11.947/09 (PDDE)

VII - aos pagamentos realizados a título de anuidades, contribuições ou taxas associativas em favor de organismos internacionais ou entidades que sejam obrigatoriamente constituídas por:

a) membros de Poder ou do Ministério Público;

b) dirigentes de órgão ou de entidade da administração pública;

c) pessoas jurídicas de direito público interno;

d) pessoas jurídicas integrantes da administração pública;

VIII - às parcerias entre a administração pública e os serviços sociais autônomos.

Art. 40. Não se aplica às parcerias regidas pela Lei 13.019/2014, aplicando-se aos pactos o instrumento de convênio:

I - entre entes federados ou pessoas jurídicas a eles vinculadas;

II - decorrentes da aplicação do disposto no inciso IV do art. 3º da Lei 13.019/14.

Art. 41. A entidade privada beneficiada com recursos públicos a qualquer título submeter-se-á à fiscalização do Poder Executivo Municipal com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 42. As transferências de recursos às entidades deverão ser precedidas da aprovação de plano de aplicação e da celebração de pacto, nos termos estabelecidos na legislação vigente.

§1°. Compete ao órgão concedente o acompanhamento da realização do plano de aplicação executado com recursos transferidos pelo Município.

§2°. É vedada a celebração de novo pacto com entidades em situação irregular com o Município, em decorrência de transferências feitas anteriormente.

Art. 43. É vedada a destinação, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de recursos para diretamente cobrir necessidades de pessoas físicas,

ressalvadas as que atendam as exigências do art. 26 da Lei Complementar 101/2000 e sejam observadas as condições definidas na lei específica.

Parágrafo único. As normas do caput deste artigo não se aplicam a ajuda a pessoas físicas, custeadas com recursos do Sistema Único de Saúde - SUS, com a finalidade de tratamento fora do domicílio.

Art. 44. As transferências de recursos financeiros de um órgão para outro, inclusive da Prefeitura Municipal para os órgãos da Administração Indireta e para a Câmara Municipal, ficam limitadas ao valor previsto na Lei Orçamentária Anual e em seus créditos adicionais.

Parágrafo único. No caso da transferência para o Legislativo cumprir-se-á ao limite estabelecido no art. 29-A da Constituição Federal, devendo seu respectivo orçamento ser adequado, através de lei específica, quando fixado em valores maiores que os limites constitucionais.

CAPÍTULO XI
DA AUTORIZAÇÃO PARA O MUNICÍPIO AUXILIAR NO CUSTEIO DE DESPESAS ATRIBUÍDAS A OUTROS ENTES DA FEDERAÇÃO.

Art. 45. A transferência de recursos, consignada na lei orçamentária anual do Município, para a União, o Estado ou outro município, a qualquer título, inclusive auxílios financeiros e contribuições, serão realizadas somente em situações que fique comprovado o interesse local, e serão efetivadas exclusivamente mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, atendidos os dispositivos constantes dos artigos 25 e 62 da Lei Complementar 101/2000.

CAPÍTULO XII
DOS PARÂMETROS PARA A ELABORAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E DO CRONOGRAMA MENSAL DE DESEMBOLSO.

Art. 46. O Poder Executivo estabelecerá por ato próprio, até 30 (trinta) dias após a publicação da lei orçamentária de 2023, as metas bimestrais de arrecadação, a

programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, respectivamente, nos termos dos arts. 8º e 13 da Lei Complementar 101/2000.

§ 1°. A programação financeira do Poder Legislativo corresponderá a 1/12 (um doze avos) do valor total a ser repassado, nos termos do art. 29-A da Constituição Federal.

§ 2°. Do cumprimento do estabelecido no **caput** o Poder Executivo deverá dar publicidade, com a utilização dos meios de publicações estabelecidos na Lei Orgânica do Município, e ainda, pela internet.

§ 3°. A programação financeira e o cronograma mensal de desembolso de que trata o **caput** deverão ser elaborados de forma a garantir o cumprimento da meta de resultado primário estabelecido nesta Lei.

CAPÍTULO XIII
DA DEFINIÇÃO DE CRITÉRIOS PARA INÍCIO DE NOVOS PROJETOS.

Art. 47. Além da observância das metas e prioridades definidas nos termos do art. 2º desta Lei, a Lei Orçamentária de 2023 e seus créditos adicionais, observado o disposto no art. 45 da Lei Complementar 101/2000, somente incluirão projetos novos se:

I - estiverem compatíveis com o Plano Plurianual e com as normas desta Lei;

II - tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos em andamento;

III - estiverem preservados os recursos necessários à conservação do patrimônio público;

IV – estiverem preservados os recursos alocados para a contrapartida de recursos federais, estaduais ou de operações de crédito.

Parágrafo único. Considera-se projeto em andamento para os efeitos desta Lei, aquele cuja execução iniciar-se até a data de encaminhamento da proposta orçamentária de 2023, cujo cronograma de execução ultrapasse o término do exercício de 2022.

CAPÍTULO XIV
DA PARTICIPAÇÃO POPULAR.

Art. 48. O projeto de lei orçamentária do Município, relativo ao exercício financeiro de 2023 deve assegurar o controle social e transparência na execução do orçamento;

I - o controle social implica em assegurar a todo cidadão a participação nas ações da administração municipal;

II - a transparência implica, além da observação do princípio constitucional da publicidade, a utilização dos meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.

Art. 49. Será assegurada ao cidadão a participação nas audiências públicas para:

I - elaboração e discussão da proposta orçamentária de 2023 mediante regular processo de consulta; e

II - avaliação das metas fiscais, conforme definido no art. 9º, § 4º, da Lei Complementar 101/2000, ocasião em que o Poder Executivo demonstrará o comportamento das metas previstas na Lei.

CAPÍTULO XV
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

Art. 50. Para os efeitos do art. 16 da Lei Complementar 101/2000:

I - as exigências nele contidas integrarão o processo administrativo de licitação, bem como, os procedimentos de desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3° do art. 182 da Constituição Federal;

II - no que tange ao seu § 3°, entende-se como despesa irrelevante aquelas cujo valor não ultrapasse, os limites dos incisos I e II do art. 75 da Lei 14.133, 1° de abril de 2021, para obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores e para outros serviços e compras, respectivamente;

III - no que se refere ao disposto no seu § 1°, inciso I, na execução das despesas na antevigência da Lei Orçamentária Anual de 2023, o ordenador de despesa poderá considerar os valores constantes do respectivo Projeto de Lei; e

IV - os valores constantes do Projeto de Lei Orçamentária de 2023 poderão ser utilizados para demonstrar a previsão orçamentária nos procedimentos referentes à fase interna da licitação.

Art. 51. São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem a comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Parágrafo único. A contabilidade registrará tempestivamente os atos e fatos relativos à gestão orçamentária e financeira efetivamente ocorrida, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância do **caput**.

Art. 52. O Poder Executivo poderá encaminhar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificações no projeto de lei orçamentária anual enquanto não iniciada a sua votação, no tocante as partes cuja alteração é proposta.

Art. 53. É vedado consignar na lei orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação Ilimitada.

Art. 54. Não será aprovado projeto de lei que implique em aumento das despesas orçamentárias, sem que seja acompanhado da estimativa do impacto orçamentário-financeiro, definida no art. 16 da Lei Complementar 101/2000 e da indicação das fontes de recursos, ressalvado o inciso II do art. 49.

Art. 55. A receita derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público, não poderá ser utilizada para financiamento de despesa corrente, exceto se destinada por lei ao regime de previdência social geral.

Art. 56. O Poder Executivo, por intermédio do órgão responsável pela administração de pessoal, publicará, até a data de encaminhamento do Projeto de Lei Orçamentária para o ano de 2023 a tabela de cargos efetivos e comissionados

integrantes do quadro geral dos servidores municipais, assim como das funções públicas existentes no âmbito do Município.

Parágrafo único. O Poder Legislativo, através de órgão próprio, deverá observar as mesmas disposições de que trata o **caput**.

Art. 57. Se o Poder Legislativo não enviar para sanção o Projeto da Lei Orçamentária Anual, até 31 de dezembro de 2022, fica o Poder Executivo autorizado, a executar a programação dele constante para o atendimento das seguintes despesas:

I - pessoal e encargos sociais;

II – pagamento do serviço da dívida; e

III – de caráter continuado nas áreas de educação, assistência social, saúde e urbanismo; e

IV - outras despesas correntes de caráter inadiável, até o limite de um doze avos do valor previsto para cada órgão no Projeto de Lei Orçamentária de 2022, multiplicado pelo número de meses decorridos até a data de publicação da respectiva Lei;

Art. 58. Compõem a presente Lei os seguintes Anexos:

I - Demonstrativo dos Riscos Fiscais e Providências;

II - Metas Fiscais – Demonstrativo das Metas Anuais;

III - Demonstrativo da Avaliação do Cumprimento das metas Fiscais do Exercício Anterior;

IV - Demonstrativo das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Últimos Exercícios;

V - Demonstrativo da Evolução do Patrimônio Líquido;

VI - Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;

VII – Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

VIII - Demonstrativo de Expansão das Despesas de Caráter Continuado;

IX- Demonstrativo da Memória de Cálculo da Projeção da Receita para o Período de 2023 a 2025;

X – Demonstrativo do Total das Despesas e Memória de Cálculo para o período de 2023 a 2025;

Câmara Municipal de J. Monlevade
21

XI - Demonstrativo da Receita Primária e Memória de Cálculo para o Período de 2023 a 2025;

XII - Demonstrativo do Resultado Primário e Memória de Cálculo para o Período de 2023 a 2025;

XII – Montante da Dívida Pública;

XIII – Resultado Nominal;

XIV - Demonstrativo das Prioridades e Metas para o exercício de 2023; e

XV – Anexo de Metodologia e Premissas utilizadas.

Art. 59. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

João Monlevade, 30 de maio de 2022.

Laércio José Ribeiro
Prefeito Municipal

Aprovado em Turno Único
Sessão do dia 06 / 07 / 22
Presidente da Câmara

MUNICIPIO DE JO˜O MONLEVADE - M˜

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE RISCOS FISCAIS

DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVID˜NCIAS

ARF (LRF, art 4º , § 3º)

R$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVID˜NCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	580.000,00	ANULA˜˜O DE DOTA˜˜O OR˜AMENT˜RIA E SUPLEMENTA˜˜O	580.000,00
Outros Passivos Contingentes	1.000.000,00	ABERTURA DE CR DITO A PARTIR DA ANULA˜˜O DE OUTRAS DESPESAS	1.000.000,00
SUBTOTAL	1.580.000,00	SUBTOTAL	1.580.000,00

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVID˜NCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustação de Arrecadação	1.000.000,00	LIMITA˜˜O DE EMPENHO	1.000.000,00
Discrepância de Projeções	1.000.000,00	ANULA˜˜O DE DOTA˜ ES OR˜AMENT˜RIAS E SUPLEMENTA˜˜O	1.000.000,00
SUBTOTAL	2.000.000,00	SUBTOTAL	2.000.000,00
TOTAL	3.580.000,00	TOTAL	3.580.000,00

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Sec. Munic. Planej. E Desenv. Economico, Emissão: 24/05/2022 , às 09:03:18

01 JUN 2022

Monlevade - Câmara Municipal de J.

MUNICIPIO DE JO^O MONLEVADE - M^

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art 4º_, § 1º)

R$ 1,00

ESPECIFICA¨O	2023				2024				2025			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) X 100	% RCL (a / RCL) X 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) X 100	% RCL (b / RCL) X 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) X 100	% RCL (c / RCL) X 100
Receita Total	358.000.000,00	344.562.078,92	0,042	182,462	380.000.000,00	355.083.771,74	0,044	182,828	395.000.000,00	358.349.776,60	0,044	178,748
Receitas Primárias (I)	350.447.955,82	337.293.508,97	0,041	178,613	374.275.353,60	349.734.484,80	0,043	180,074	390.833.577,39	354.569.937,08	0,044	176,863
Receitas Primárias Correntes	342.447.955,82	329.593.797,71	0,040	174,536	366.275.353,60	342.259.036,98	0,042	176,225	382.833.577,39	347.312.220,08	0,043	173,243
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	65.625.598,32	63.162.269,60	0,008	33,447	68.504.378,21	64.012.613,15	0,008	32,959	65.196.216,15	59.146.960,74	0,007	29,503
Contribuições	9.000.000,00	8.662.175,17	0,001	4,587	9.450.000,00	8.830.372,74	0,001	4,547	9.900.000,00	8.981.424,78	0,001	4,480
Transferências Correntes	235.749.633,50	226.900.513,47	0,028	120,155	254.644.615,19	237.947.816,88	0,029	122,516	272.478.212,11	247.196.218,83	0,031	123,304
Demais Receitas Primárias Correntes	32.072.724,00	30.868.839,27	0,004	16,347	33.676.360,20	31.468.234,21	0,004	16,203	35.259.149,13	31.987.615,73	0,004	15,956
Receitas Primárias de Capital	8.000.000,00	7.699.711,26	0,001	4,077	8.000.000,00	7.475.447,83	0,001	3,849	8.000.000,00	7.257.716,99	0,001	3,620
Despesa Total	358.000.000,00	344.562.078,92	0,042	182,462	380.000.000,00	355.083.771,74	0,044	182,828	395.000.000,00	358.349.776,60	0,044	178,748
Despesas Primárias (II)	349.171.700,58	336.065.159,37	0,041	177,963	368.805.285,60	344.623.083,81	0,042	177,442	383.539.734,02	347.952.855,70	0,043	173,562
Despesas Primárias Correntes	316.511.571,37	304.630.963,78	0,037	161,317	336.257.149,92	314.209.097,55	0,039	161,782	352.816.435,97	320.080.230,41	0,040	159,659
Pessoal e Encargos Sociais	150.107.946,62	144.473.480,87	0,018	76,506	159.583.343,96	149.119.620,21	0,018	76,780	168.947.461,11	153.271.607,46	0,019	76,453
Outras Despesas Correntes	166.403.624,75	160.157.482,92	0,020	84,811	176.673.805,96	165.089.477,34	0,020	85,003	183.868.974,86	166.808.622,95	0,021	83,206
Despesas Primárias de Capital	32.660.129,21	31.434.195,58	0,004	16,646	32.548.135,68	30.413.986,26	0,004	15,660	30.723.298,05	27.872.625,30	0,003	13,903
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Resultado Primário (III) = (I – II)	1.276.255,24	1.228.349,61	0,000	0,650	5.470.068,00	5.111.400,99	0,001	2,632	7.293.843,37	6.617.081,37	0,001	3,301
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (IV)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (V)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Resultado Nominal - (VI) = (III + (IV - V))	1.276.255,24	1.228.349,61	0,000	0,650	5.470.068,00	5.111.400,99	0,001	2,632	7.293.843,37	6.617.081,37	0,001	3,301
Dívida Pública Consolidada	16.455.666,01	15.837.964,61	0,002	8,387	17.278.449,31	16.145.518,29	0,002	8,313	18.090.536,43	16.411.999,21	0,002	8,186
Dívida Consolidada Líquida	(59.086.352,10)	(56.868.481,33)	-0,007	-30,115	(62.040.669,71)	(57.972.723,69)	-0,007	-29,849	(64.956.581,18)	(58.929.560,39)	-0,007	-29,395
Receitas Primárias Advindas de PPP (VII)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Despesas Primárias Advindas de PPP (VIII)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Impacto do Saldo das PPP (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Pöblicas, Unidade Responsável: Sec. Munic. Planej. E Desenv. Economico, Emissão: 24/05/2022 , às 09:04:12

Nota: O cálculo das metas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:

VARIÁVEIS	2023	2024	2025
PIB real (crescimento % anual)	0,50	2,00	1,70
Taxa real de juro implícito sobre a dívida líquida do Governo (média % anual)	1,00	1,00	1,00
Câmbio (R$/U$$ - Final do Ano)	5,12	5,18	5,23
Inflação Média (% anual) projetada com base em índice oficial de inflação	3,90	3,00	3,00
Projeção do PIB do Estado - R$ 1,00	846.000.000.000,00	868.888.888.888,00	890.000.000.000,00
Receita Corrente Líquida - RCL	196.205.032,70	207.845.410,20	220.981.316,00

01 JUN 2022

Câmara Municipal de J. Monlevade

MUNICIPIO DE JO˜O MONLEVADE - M˜

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes:

2023	2024	2025
Valor Corrente / 1,0390	Valor Corrente / 1,0702	Valor Corrente / 1,1023

01 JUN 2022

Câmara Municipal de J. Monlevade
94

MUNICIPIO DE JO^O MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXOS DE METAS FISCAIS

AVALIA¨O DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERC¨CIO ANTERIOR.

01 JUN 2022 Câmara Municipal de J. Monlevade 25

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art 4º, §2º , Inciso I)

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2021 (a)	% PIB	% RCL	Metas Realizadas em 2021 (b)	% PIB	% RCL	Variação	
							Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	245.000.000,00	0,035	137,694	289.327.426,04	0,036	162,607	44.327.426,04	18,093
Receitas Primárias (I)	261.468.258,55	0,038	146,949	286.547.524,18	0,036	161,044	25.079.265,63	9,592
Despesa Total	245.000.000,00	0,035	137,694	256.841.096,33	0,032	144,349	11.841.096,33	4,833
Despesas Primárias (II)	293.372.291,25	0,042	164,880	250.588.054,67	0,031	140,835	(42.784.236,58)	-14,584
Resultado Primário (III) = (I – II)	(31.904.032,70)	-0,005	-17,931	35.959.469,51	0,004	20,210	67.863.502,21	-212,711
Resultado Nominal	(31.904.032,70)	-0,005	-17,931	37.008.855,15	0,005	20,800	68.912.887,85	-216,000
Dívida Pública Consolidada	10.949.397,76	0,002	6,154	14.649.395,54	0,002	8,233	3.699.997,78	33,792
Dívida Consolidada Líquida	(22.365.596,88)	-0,003	-12,570	(57.004.886,14)	-0,007	-32,038	(34.639.289,26)	154,877

Nota: PIB Estadual Previsto e Realizado para 2021

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
Previsão do PIB Estadual para 2021	693.000.000.000,00
valor efetivo (realizado) do PIB Estadual para 2021	805.500.000.000,00

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Sec. Munic. Planej. E Desenv. Economico, Emissão: 24/05/2022

MUNICIPIO DE JO˜O MONLEVADE - M˜

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TR˜S EXERC˜CIOS ANTERIORES

AMF - Demonstrativo 3 (LRF, art 4º , § 2º, Inciso II)

R$ 1,00

ESPECIFICA˜˜O	VALORES A PRE˜OS CORRENTES										
	2020	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%
Receita Total	233.000.000,00	245.000.000,00	5,15	310.000.000,00	7,14	358.000.000,00	15,48	380.000.000,00	6,14	395.000.000,00	3,95
Receitas Primárias (I)	0,00	261.468.258,55	0,00	307.539.000,00	7,33	350.447.955,82	13,95	374.275.353,60	6,80	390.833.577,39	4,42
Despesa Total	233.000.000,00	245.000.000,00	5,15	310.000.000,00	20,70	358.000.000,00	15,48	380.000.000,00	6,14	395.000.000,00	3,95
Despesas Primárias (II)	0,00	293.372.291,25	0,00	302.139.000,00	20,57	349.171.700,58	15,57	368.805.285,60	5,62	383.539.734,02	4,00
Resultado Primário (III) = (I – II)	0,00	(31.904.032,70)	0,00	5.400.000,00	-84,98	1.276.255,24	-76,37	5.470.068,00	328,60	7.293.843,37	33,34
Resultado Nominal	0,00	(31.904.032,70)	0,00	5.400.000,00	-85,41	1.276.255,24	-76,37	5.470.068,00	328,60	7.293.843,37	33,34
Dívida Pública Consolidada	13.000.000,00	10.949.397,76	-15,77	13.416.475,35	-8,42	16.455.666,01	22,65	17.278.449,31	5,00	18.090.536,43	4,70
Dívida Consolidada Líquida	(3.360.878,09)	(22.365.596,88)	565,47	(17.237.451,72)	-69,76	(59.086.352,10)	242,78	(62.040.669,71)	5,00	(64.956.581,18)	4,70

ESPECIFICA˜˜O	VALORES A PRE˜OS CONSTANTES										
	2020	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%
Receita Total	274.134.146,20	261.905.000,00	12,82	310.000.000,00	0,23	344.562.078,92	11,15	355.083.771,74	3,05	358.349.776,60	0,92
Receitas Primárias (I)	0,00	279.509.568,39	0,00	307.539.000,00	0,40	337.293.508,97	9,68	349.734.484,80	3,69	354.569.937,08	1,38
Despesa Total	274.134.146,20	261.905.000,00	0,16	310.000.000,00	12,91	344.562.078,92	11,15	355.083.771,74	3,05	358.349.776,60	0,92
Despesas Primárias (II)	0,00	313.614.979,35	0,00	302.139.000,00	12,79	336.065.159,37	11,23	344.623.083,81	2,55	347.952.855,70	0,97
Resultado Primário (III) = (I – II)	0,00	(34.105.410,96)	0,00	5.400.000,00	-85,95	1.228.349,61	-77,25	5.111.400,99	316,12	6.617.081,37	29,46
Resultado Nominal	0,00	(34.105.410,96)	0,00	5.400.000,00	-86,35	1.228.349,61	-77,25	5.111.400,99	316,12	6.617.081,37	29,46
Dívida Pública Consolidada	15.295.038,20	11.704.906,21	2,39	13.416.475,35	-14,33	15.837.984,61	18,05	16.145.518,29	1,94	16.411.999,21	1,65
Dívida Consolidada Líquida	(3.954.212,21)	(23.908.823,07)	.441,10	(17.237.451,72)	-71,71	(56.868.481,33)	229,91	(57.972.723,69)	1,94	(58.929.560,39)	1,65

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes

ÍNDICES DE INFLAÇÃO					
2020	2021	2022*	2023*	2024	2025
4,52	10,06	6,90	3,90	3,00	3,00

*Inflação Média (% anual) projetada com base no IPCA, divulgado pelo IBGE.

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Sec. Munic. Planej. E Desenv. Economico, Emissão: 24/05/2022 , às 09:05:53

01 JUN 2022

Câmara Municipal de J. Monlevade

MUNICIPIO DE JO^O MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXOS DE METAS FISCAIS

EVOLU¨^O DO PATRIM NIO L¨QUIDO

Câmara Municipal de J. Monlevade
01 JUN 2022
27

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R$ 1,00

PREFEITURA CONSOLIDADO						
PATRIM NIO L¨QUIDO	**2021**	**%**	**2020**	**%**	**2019**	**%**
Patrimônio/Capital	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
Reservas	2.178,30	0,001	0,00	0,000	0,00	0,000
Resultado Acumulado	287.591.278,53	99,999	229.050.869,15	100,000	200.472.850,21	100,000
Total	287.593.456,83	100%	229.050.869,15	100%	200.472.850,21	100%
REGIME PREVIDENCI`RIO						
PATRIM NIO L¨QUIDO	**2021**	**%**	**2020**	**%**	**2019**	**%**
Patrimônio	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
Reservas	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
Lucros ou Prejuízos Acumulados	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
Total	0,00	100%	0,00	100%	0,00	100%

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Pblicas, Unidade Responsável: Sec. Munic. Planej. E Desenv. Economico, Emissão: 24/05/2022

MUNICIPIO DE JO^O MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES OR'AMENT'RIAS
ANEXOS DE METAS FISCAIS

01 JUN 2022

Câmara Municipal de J. Monlevade
28

ORIGEM E APLICA¨^O DOS RECURSOS OBTIDOS COM ALIENA¨^O DE ATIVOS

AMF - Demonstrativo 5 (lrf, art. 4", §2", inciso III)

R$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2021 (a)	2020 (b)	2019 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENA¨^O DE ATIVOS (I)	**0,15**	**15,35**	**3.479,95**
Aliena ªo de Bens M veis	0,00	0,00	0,00
Aliena ªo de Bens Im veis	0,00	0,00	0,00
Aliena ªo de Bens Intang veis	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplica ıes Financeiras	0,15	15,35	3.479,95
DESPESAS EXECUTADAS	**2021 (d)**	**2020 (e)**	**2019 (f)**
APLICA¨^O DOS RECURSOS DA ALIENA¨^O DE ATIVOS (II)	**0,00**	**0,00**	**288.164,50**
DESPESAS DE CAPITAL	**0,00**	**0,00**	**288.164,50**
Investimentos	0,00	0,00	288.164,50
Inversıes Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortiza ªo de D vida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVID¨NCIAS	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Regime Geral de PrevidŒncia Social	0,00	0,00	0,00
Regime Pr prio de PrevidŒncia de Servidores	0,00	0,00	0,00
SALDO FINANCEIRO	**2021 (g) = ((Ia - IId) + IIIh)**	**2020 (h) = ((Ib - IIe) + IIIi)**	**2019 (i) = ((Ic - IIf))**
VALOR (III)	**-284669,05**	**-284669,20**	**-284684,55**

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Pblicas, Unidade Responsável: Sec. Munic. Planej. E Desenv. Economico, Emissão: 24/05/2022

MUNICIPIO DE JO'O MONLEVADE - M'

LEI DE DIRETRIZES OR'AMENT'RIAS

ANEXOS DE METAS FISCAIS

ESTIMATIVA E COMPENSA''O DA REN CIA DA RECEITA

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4 , § 2 , inciso V)

R$ 1,00

Tributo	Modalidade	SETOR/PROGRAMA/BENEFICI'RIO	REN NCIA DE RECEITA PREVISTA			Compensa °o
			2023	2024	2025	
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Principal	Anistia	ISEN''O PARA AS FAM'LIAS V'TIMAS DAS `GUAS DAS CHUVAS - CALAMIDADE P BLICA	200.000,00	200.000,00	200.000,00	A ISEN''O SER` CONSIDERADA NA ESTIMATIVA DA RECEITA QUANDO A ELABORA''O DA LOA.
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multas e Juros de Mora	Anistia	REDU''O DE JUROS E MULTAS PARA TODOS OS CONTRIBUINTES INSCRITOS NA D'VIDA ATIVA INADIMPLENTES ATRAV S DO REFIS	300.000,00	300.000,00		A REDU''O DE JUROS E MULTAS PROPOSTA SER` CONSIDERADA NA ESTIMATIVA DE RECEITA QUANDO DA ELABORA''O DA LOA.
Imposto sobre Servi os de Qualquer Natureza - ISSQN - Principal	Concess°o de isen °o em car'Æter n°o geral	ISEN''O DE TRIBUTOS EM GERAL PARA EMPREEDIMENTOS DE ALCANCE S CIOECONOMICOS E HABITA''O (GERA''O DE EMPREGO E RENDA)	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	A ISEN''O DE IMPOSTOS REFERENCIADA SER` CONSIDERADA NA ESTIMATIVA DE RECEITA QUANDO DA ELABORA''O DA LOA.
Imposto sobre Servi os de Qualquer Natureza - ISSQN - D vida Ativa	Anistia	REDU''O DE JUROS E MULTAS PARA TODOS OS CONTRIBUINTES INSCRITOS NA D'VIDA ATIVA DO MUNICIPIO ATRAV S DO REFIS.	300.000,00	300.000,00	300.000,00	A REDU''O DE JUROS E MULTAS PROPOSTA SER` CONSIDERADA NA ESTIMATIVA DA RECEITA QUANDO DA ELABORA''O DA LOA.
Total			1.800.000,00	1.800.000,00	1.500.000,00	-

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Pöblicas, Unidade Responsável: Sec. Munic. Planej. E Desenv. Economico, Emissão: 24/05/2022 , às 09:43:20

01 JUN 2022

Monlevade - Câmara Municipal de J.

01 JUN 2022
Câmara Municipal de J. Monlevade
30

MARGEM DE EXPANS^O DAS DESPESAS OBRIGAT RIAS DE CAR^TER CONTINUADO

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4°, § 2°, inciso V)

R$ 1,00

EVENTOS	Valor Previsto para 2023
Aumento Permanente da Receita	2.600.000,00
(-) Transferências Constitucionais	0,00
(-) Transferências ao FUNDEB	400.000,00
Saldo Final do Aumento Permanente da Receita (I)	2.200.000,00
Redução Permanente de Despesa (II)	0,00
Margem Bruta (III) = (I) + (II)	2.200.000,00
Saldo Utilizado Margem Bruta (IV)	1.800.000,00
Novas DOCC (Despesa Obrigatória de Carater Continuado)	1.800.000,00
Novas DOCC geradas PPP (Parceria Público-Privada)	0,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III - IV)	400.000,00

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Sec. Munic. Planej. E Desenv. Economico, Emissão: 24/05/2022

MUNICIPIO DE JO˜O MONLEVADE - M˜

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO X - TOTAL DAS RECEITAS E MEM RIA DE C˜LCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICA˜˜O	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2020	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%
ARRECADADORA	**269.746.440,08**	**315.062.583,48**	**114,92**	**336.509.000,00**	**163,68**	**391.731.194,48**	**-19,94**	**416.967.754,20**	**-6,31**	**435.202.538,64**	**-10,65**
Receitas Correntes	**265.017.143,77**	**305.622.848,93**	**15,32**	**311.809.000,00**	**2,02**	**377.130.705,06**	**20,95**	**404.342.240,31**	**7,22**	**424.552.325,60**	**5,00**
Impostos, Taxas e Contribui ies de Melhoria	**36.252.784,17**	**43.189.426,42**	**19,13**	**48.383.000,00**	**12,03**	**65.625.598,32**	**35,64**	**68.504.378,21**	**4,39**	**65.196.216,15**	**-4,83**
Impostos	**35.233.835,95**	**41.989.721,58**	**19,17**	**46.830.500,00**	**11,53**	**64.277.969,88**	**37,26**	**67.089.368,35**	**4,37**	**63.714.700,83**	**-5,03**
Impostos sobre o Patrim nio	**11.137.286,64**	**13.610.618,40**	**22,21**	**17.295.500,00**	**27,07**	**21.455.170,27**	**24,05**	**21.650.428,76**	**0,91**	**22.929.311,66**	**5,91**
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	**8.710.721,00**	**10.515.538,15**	**20,72**	**13.295.000,00**	**26,43**	**17.455.170,27**	**31,29**	**17.150.428,76**	**-1,75**	**17.929.311,66**	**4,54**
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Prir	7.134.616,77	9.315.792,25	30,57	12.000.000,00	28,81	15.000.000,00	25,00	15.650.000,00	4,33	16.330.000,00	4,35
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Mu	27.311,62	49.423,61	80,96	30.000,00	-39,30	55.557,54	85,19	58.293,42	4,92	61.033,21	4,70
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Div	1.363.366,15	839.754,58	-38,41	915.000,00	8,96	1.800.000,00	96,72	1.000.000,00	-44,44	1.100.012,76	10,00
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Mu	185.426,46	310.567,71	67,49	350.000,00	12,70	599.612,73	71,32	442.135,34	-26,26	438.265,69	-0,88
Impostos sobre Transmiss*o Inter Vivos de Bens Im veis e	**2.426.565,64**	**3.095.080,25**	**27,55**	**4.000.500,00**	**29,25**	**4.000.000,00**	**-0,01**	**4.500.000,00**	**12,50**	**5.000.000,00**	**11,11**
Impost.sobre Transm.Int.Vivos de Bens Imóveis e de Direit.Re	2.426.565,64	3.095.080,25	27,55	4.000.000,00	29,24	4.000.000,00	0,00	4.500.000,00	12,50	5.000.000,00	11,11
Impost.sobre Transm.Int.Vivos de Bens Imóveis e de Direit.Re	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Naturez	**4.902.762,86**	**5.388.266,00**	**9,90**	**5.760.000,00**	**6,90**	**6.556.687,48**	**13,83**	**7.059.521,85**	**7,67**	**7.562.319,38**	**7,12**
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte	**4.902.762,86**	**5.388.266,00**	**9,90**	**5.760.000,00**	**6,90**	**6.556.687,48**	**13,83**	**7.059.521,85**	**7,67**	**7.562.319,38**	**7,12**
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho	**4.842.767,28**	**5.337.800,87**	**10,22**	**5.700.000,00**	**6,79**	**6.500.000,00**	**14,04**	**7.000.000,00**	**7,69**	**7.500.000,00**	**7,14**
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principa	4.842.767,28	5.337.800,87	10,22	5.700.000,00	6,79	6.500.000,00	14,04	7.000.000,00	7,69	7.500.000,00	7,14
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendim	**59.995,58**	**50.465,13**	**-15,89**	**60.000,00**	**18,89**	**56.687,48**	**-5,52**	**59.521,85**	**5,00**	**62.319,38**	**4,70**
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendiment	59.995,58	50.465,13	-15,89	60.000,00	18,89	56.687,48	-5,52	59.521,85	5,00	62.319,38	4,70
Impostos sobre a Produ *o e Circula *o de Mercadorias e S	**19.193.786,45**	**22.990.837,18**	**19,78**	**23.775.000,00**	**3,41**	**36.266.112,13**	**52,54**	**38.379.417,74**	**5,83**	**33.223.069,79**	**-13,44**
Impostos sobre Servi os	**19.193.786,45**	**22.990.837,18**	**19,78**	**23.775.000,00**	**3,41**	**36.266.112,13**	**52,54**	**38.379.417,74**	**5,83**	**33.223.069,79**	**-13,44**
Imposto sobre Servi os de Qualquer Natureza - ISSQN	**19.193.786,45**	**22.990.837,18**	**19,78**	**23.775.000,00**	**3,41**	**36.266.112,13**	**52,54**	**38.379.417,74**	**5,83**	**33.223.069,79**	**-13,44**
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - Princ	18.987.624,26	22.753.935,06	19,84	23.000.000,00	1,08	36.000.000,00	56,52	38.000.000,00	5,56	33.000.000,00	-13,16
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - Multa	1.004,31	1.663,98	65,68	10.000,00	500,97	1.869,15	-81,31	1.962,61	5,00	2.054,85	4,70
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - Divic	172.211,22	176.490,75	2,49	735.000,00	316,45	198.252,06	-73,03	308.164,66	55,44	148.467,82	-51,82
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - Multa	32.946,66	58.747,37	78,31	30.000,00	-48,93	65.990,92	119,97	69.290,47	5,00	72.547,12	4,70
Taxas	**1.018.948,22**	**1.199.704,84**	**17,74**	**1.552.500,00**	**29,41**	**1.347.628,44**	**-13,20**	**1.415.009,86**	**5,00**	**1.481.515,32**	**4,70**
Taxas pelo Exerc cio do Poder de Pol cia	**166.127,65**	**204.379,58**	**23,03**	**383.500,00**	**87,64**	**229.579,58**	**-40,14**	**241.058,56**	**5,00**	**252.388,31**	**4,70**
Taxas de Inspe *o, Controle e Fiscaliza *o	**165.518,98**	**203.453,27**	**22,92**	**240.500,00**	**18,21**	**228.539,06**	**-4,97**	**239.966,01**	**5,00**	**251.244,41**	**4,70**
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	130.665,73	159.286,97	21,90	200.000,00	25,56	178.927,05	-10,54	187.873,40	5,00	196.703,45	4,70
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multas e Juros d	982,29	805,34	-18,01	500,00	-37,91	904,64	80,93	949,87	5,00	994,51	4,70
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Divida Ativa	27.457,82	31.969,74	16,43	30.000,00	-6,16	35.911,61	19,71	37.707,19	5,00	39.479,43	4,70
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Juros de Mora d	6.413,14	11.391,22	77,62	10.000,00	-12,21	12.795,76	27,96	13.435,55	5,00	14.067,02	4,70
Taxa de Fiscaliza *o de Vigil ncia Sanit Æria	**608,67**	**926,31**	**52,19**	**143.000,00**	**15.337,60**	**1.040,52**	**-99,27**	**1.092,55**	**5,00**	**1.143,90**	**4,70**
Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária - Principal	608,67	926,31	52,19	100.000,00	10.695,52	1.040,52	-98,96	1.092,55	5,00	1.143,90	4,70
Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária - Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

01 JUN 2022

Monlevade - Câmara Municipal

31

MUNICIPIO DE JO˜O MONLEVADE - M˜

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO X - TOTAL DAS RECEITAS E MEM RIA DE C˜LCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICA˜˜O	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2020	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%
Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária - Multas e Juros d	0,00	0,00	0,00	13.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas pela Presta °o de Servi os	**852.820,57**	**995.325,26**	**16,71**	**1.169.000,00**	**17,45**	**1.118.048,86**	**-4,36**	**1.173.951,30**	**5,00**	**1.229.127,01**	**4,70**
Taxas pela Presta °o de Servi os em Geral	**852.820,57**	**995.325,26**	**16,71**	**1.169.000,00**	**17,45**	**1.118.048,86**	**-4,36**	**1.173.951,30**	**5,00**	**1.229.127,01**	**4,70**
Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Principal	717.231,82	877.158,63	22,30	1.028.000,00	17,20	985.312,28	-4,15	1.034.577,89	5,00	1.083.203,05	4,70
Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Multas e Juros d	3.627,73	6.036,14	66,39	11.000,00	82,24	6.780,40	-38,36	7.119,42	5,00	7.454,03	4,70
Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Dívida Ativa	114.332,10	81.609,67	-28,62	100.000,00	22,53	91.672,14	-8,33	96.255,75	5,00	100.779,77	4,70
Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Multas e Juros d	17.628,92	30.520,82	73,13	30.000,00	-1,71	34.284,04	14,28	35.998,24	5,00	37.690,16	4,70
Contribui ıes	**5.785.219,82**	**6.716.041,84**	**16,09**	**7.000.000,00**	**4,23**	**9.000.000,00**	**28,57**	**9.450.000,00**	**5,00**	**9.900.000,00**	**4,76**
Contribui °o para o Custeio do Servi o de Ilumina °o Pœbli	**5.785.219,82**	**6.716.041,84**	**16,09**	**7.000.000,00**	**4,23**	**9.000.000,00**	**28,57**	**9.450.000,00**	**5,00**	**9.900.000,00**	**4,76**
Contribui °o para o Custeio do Servi o de Ilumina °o Pœbli	**5.785.219,82**	**6.716.041,84**	**16,09**	**7.000.000,00**	**4,23**	**9.000.000,00**	**28,57**	**9.450.000,00**	**5,00**	**9.900.000,00**	**4,76**
Contribui °o para o Custeio do Servi o de Ilumina °o Pœbli	**5.785.219,82**	**6.716.041,84**	**16,09**	**7.000.000,00**	**4,23**	**9.000.000,00**	**28,57**	**9.450.000,00**	**5,00**	**9.900.000,00**	**4,76**
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pblica -	5.785.219,82	6.716.041,84	16,09	7.000.000,00	4,23	9.000.000,00	28,57	9.450.000,00	5,00	9.900.000,00	4,76
Receita Patrimonial	**434.692,87**	**2.259.605,65**	**419,82**	**1.800.000,00**	**-20,34**	**2.538.215,03**	**41,01**	**2.665.125,79**	**5,00**	**2.790.386,70**	**4,70**
Explora °o do Patrim nio Imobili¥rio do Estado	**83.562,77**	**60.472,50**	**-27,63**	**300.000,00**	**396,09**	**67.928,76**	**-77,36**	**71.325,20**	**5,00**	**74.677,48**	**4,70**
Explora °o do Patrim nio Imobili¥rio do Estado	**83.562,77**	**60.472,50**	**-27,63**	**300.000,00**	**396,09**	**67.928,76**	**-77,36**	**71.325,20**	**5,00**	**74.677,48**	**4,70**
Concess°o, Permiss°o, Autoriza °o ou Cess°o do Direito d	**83.562,77**	**60.472,50**	**-27,63**	**300.000,00**	**396,09**	**67.928,76**	**-77,36**	**71.325,20**	**5,00**	**74.677,48**	**4,70**
Conc.Permiss.Autor.ou Cessão do Direito de Uso de Bens Im	83.562,77	60.472,50	-27,63	300.000,00	396,09	67.928,76	-77,36	71.325,20	5,00	74.677,48	4,70
Valores Mobili¥rios	**351.130,10**	**2.199.133,15**	**526,30**	**1.500.000,00**	**-31,79**	**2.470.286,27**	**64,69**	**2.593.800,59**	**5,00**	**2.715.709,22**	**4,70**
Juros e Corre ıes Monet¥rias	**350.156,75**	**2.197.235,62**	**527,50**	**1.495.000,00**	**-31,96**	**2.468.154,77**	**65,09**	**2.591.562,51**	**5,00**	**2.713.365,95**	**4,70**
Remunera °o de Dep sitos Banc¥rios	**350.156,75**	**2.197.235,62**	**527,50**	**1.495.000,00**	**-31,96**	**2.468.154,77**	**65,09**	**2.591.562,51**	**5,00**	**2.713.365,95**	**4,70**
Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	350.156,75	2.197.235,62	527,50	1.495.000,00	-31,96	2.468.154,77	65,09	2.591.562,51	5,00	2.713.365,95	4,70
Dividendos	**973,35**	**1.897,53**	**94,95**	**5.000,00**	**163,50**	**2.131,50**	**-57,37**	**2.238,08**	**5,00**	**2.343,27**	**4,70**
Dividendos	**973,35**	**1.897,53**	**94,95**	**5.000,00**	**163,50**	**2.131,50**	**-57,37**	**2.238,08**	**5,00**	**2.343,27**	**4,70**
Dividendos - Principal	973,35	1.897,53	94,95	5.000,00	163,50	2.131,50	-57,37	2.238,08	5,00	2.343,27	4,70
Receita de Servi os	**22.282.067,52**	**24.522.340,83**	**10,05**	**29.137.000,00**	**18,82**	**27.545.945,45**	**-5,46**	**28.923.242,72**	**5,00**	**30.282.635,14**	**4,70**
Servi os Administrativos e Comerciais Gerais	**22.022.888,29**	**24.227.717,15**	**10,01**	**28.729.000,00**	**18,58**	**27.214.994,67**	**-5,27**	**28.575.744,41**	**5,00**	**29.918.804,40**	**4,70**
Servi os Administrativos e Comerciais Gerais	**22.022.888,29**	**24.227.717,15**	**10,01**	**28.729.000,00**	**18,58**	**27.214.994,67**	**-5,27**	**28.575.744,41**	**5,00**	**29.918.804,40**	**4,70**
Servi os Administrativos e Comerciais Gerais	**22.022.888,29**	**24.227.717,15**	**10,01**	**28.729.000,00**	**18,58**	**27.214.994,67**	**-5,27**	**28.575.744,41**	**5,00**	**29.918.804,40**	**4,70**
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	21.600.804,97	23.556.716,36	9,05	28.251.000,00	19,93	26.461.259,49	-6,34	27.784.322,46	5,00	29.090.185,62	4,70
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Multas e Juros	291.088,53	291.004,47	-0,03	326.000,00	12,03	326.885,32	0,27	343.229,59	5,00	359.361,38	4,70
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Dívida Ativa	112.192,50	338.279,83	201,52	130.000,00	-61,57	379.989,73	192,30	398.989,22	5,00	417.741,71	4,70
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Multas e Juros	18.802,29	41.716,49	121,87	22.000,00	-47,26	46.860,13	113,00	49.203,14	5,00	51.515,69	4,70
Outros Servi os	**259.179,23**	**294.623,68**	**13,68**	**408.000,00**	**38,48**	**330.950,78**	**-18,88**	**347.498,31**	**5,00**	**363.830,74**	**4,70**
Outros Servi os	**259.179,23**	**294.623,68**	**13,68**	**408.000,00**	**38,48**	**330.950,78**	**-18,88**	**347.498,31**	**5,00**	**363.830,74**	**4,70**
Outros Servi os	**259.179,23**	**294.623,68**	**13,68**	**408.000,00**	**38,48**	**330.950,78**	**-18,88**	**347.498,31**	**5,00**	**363.830,74**	**4,70**
Outros Serviços - Principal	259.179,23	294.623,68	13,68	408.000,00	38,48	330.950,78	-18,88	347.498,31	5,00	363.830,74	4,70

01 JUN 2022

MUNICIPIO DE JO˜O MONLEVADE - M˜

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO X - TOTAL DAS RECEITAS E MEM RIA DE C`LCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

RS 1,00

ESPECIFICA˜˜O	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2020	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%
TransferŒncias Correntes	198.564.456,10	227.696.530,94	14,67	223.905.000,00	-1,67	270.065.276,71	20,62	292.226.040,56	8,21	313.323.264,47	7,22
TransferŒncias da Uni˜o e de suas Entidades	96.903.859,90	93.001.202,09	-4,03	94.875.000,00	2,01	115.537.266,43	21,78	120.739.129,76	4,50	125.893.168,85	4,27
TransferŒncias Decorrentes de Participa ˜o na Receita da	39.858.418,88	53.157.296,16	33,37	54.850.000,00	3,18	74.535.446,57	35,89	78.262.218,90	5,00	81.986.043,18	4,76
Cota-Parte do Fundo de Participa ˜o dos Munic pios - FPM	39.774.514,21	53.155.470,35	33,64	54.800.000,00	3,09	74.533.395,64	36,01	78.260.065,42	5,00	81.983.788,49	4,76
Cota-Parte do Fundo de Participa ˜o dos Munic pios - Cot	36.487.143,72	49.119.686,82	34,62	51.000.000,00	3,83	70.000.000,00	37,25	73.500.000,00	5,00	77.000.000,00	4,76
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota M	36.487.143,72	49.119.686,82	34,62	51.000.000,00	3,83	70.000.000,00	37,25	73.500.000,00	5,00	77.000.000,00	4,76
Cota-Parte do Fundo de Participa ˜o do Munic pios 1% C	1.641.934,93	2.152.975,84	31,12	1.900.000,00	-11,75	2.418.437,76	27,29	2.539.359,65	5,00	2.658.709,55	4,70
Cota-Parte do Fundo de Participação do Municípios – 1% Cot	1.641.934,93	2.152.975,84	31,12	1.900.000,00	-11,75	2.418.437,76	27,29	2.539.359,65	5,00	2.658.709,55	4,70
Cota-Parte do Fundo de Participa ˜o dos Munic pios - 1% (	1.645.435,56	1.882.807,69	14,43	1.900.000,00	0,91	2.114.957,88	11,31	2.220.705,77	5,00	2.325.078,94	4,70
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cot	1.645.435,56	1.882.807,69	14,43	1.900.000,00	0,91	2.114.957,88	11,31	2.220.705,77	5,00	2.325.078,94	4,70
Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rur	83.904,67	1.825,81	-97,82	50.000,00	2.638,51	2.050,93	-95,90	2.153,48	5,00	2.254,69	4,70
Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural -	83.904,67	1.825,81	-97,82	50.000,00	2.638,51	2.050,93	-95,90	2.153,48	5,00	2.254,69	4,70
TransferŒncias das Compensa ıes Financeiras pela Explo	1.628.260,09	2.492.713,97	53,09	2.500.000,00	0,29	2.933.481,81	17,34	3.120.155,90	6,36	3.265.703,23	4,66
Cota-parte da Compensa ˜o Financeira pela Explora ˜o de	1.041.222,00	1.543.204,67	48,21	1.500.000,00	-2,80	1.733.481,81	15,57	1.820.155,90	5,00	1.905.703,23	4,70
Cota-parte da Compensação Financeira pela Exploração de R	1.041.222,00	1.543.204,67	48,21	1.500.000,00	-2,80	1.733.481,81	15,57	1.820.155,90	5,00	1.905.703,23	4,70
Cota-parte da Compensa ˜o Financeira pela Produ ˜o de P	587.038,09	949.509,30	61,75	1.000.000,00	5,32	1.200.000,00	20,00	1.300.000,00	8,33	1.360.000,00	4,62
Cota-parte da Compensa ˜o Financeira pela Produ ˜o de P	587.038,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-parte da Compensação Financeira pela Produção de Pet	587.038,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte do Fundo Especial do Petr leo FEP	0,00	949.509,30	0,00	1.000.000,00	5,32	1.200.000,00	20,00	1.300.000,00	8,33	1.360.000,00	4,62
Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo – FEP - Principal	0,00	949.509,30	0,00	1.000.000,00	5,32	1.200.000,00	20,00	1.300.000,00	8,33	1.360.000,00	4,62
Transf.de Rec.do Sistema nico de Saœde SUS	39.137.304,72	33.822.184,61	-13,58	31.700.000,00	-6,27	32.804.204,09	3,48	33.894.414,29	3,32	34.983.451,76	3,21
Transf.de Rec.do Sistema nico de Saœde SUS Repasse	39.137.304,72	33.822.184,61	-13,58	31.700.000,00	-6,27	32.804.204,09	3,48	33.894.414,29	3,32	34.983.451,76	3,21
Transf.de Rec.do Bloco de Manuten ˜o das A ıes e Servi o	5.637.481,65	7.265.999,71	28,89	7.000.000,00	-3,66	7.000.000,00	0,00	7.000.000,00	0,00	7.000.000,00	0,00
Transf.de Rec.do Bloco de Manut.das Ações e Serv.Públicos d	5.637.481,65	7.265.999,71	28,89	7.000.000,00	-3,66	7.000.000,00	0,00	7.000.000,00	0,00	7.000.000,00	0,00
Transf.de Rec.do Bloco de Manuten ˜o das A ıes e Servi o	19.185.800,49	24.950.020,84	30,04	23.000.000,00	-7,82	24.000.000,00	4,35	25.000.000,00	4,17	26.000.000,00	4,00
Transf.de Rec.do Bloco de Manut.das Ações e Serv.Públicos d	19.185.800,49	24.950.020,84	30,04	23.000.000,00	-7,82	24.000.000,00	4,35	25.000.000,00	4,17	26.000.000,00	4,00
Transf.de Rec.do Bloco de Manuten ˜o das A ıes e Servi o	1.009.575,35	1.074.695,10	6,45	1.100.000,00	2,35	1.207.205,01	9,75	1.267.565,26	5,00	1.327.140,83	4,70
Transf.de Rec.do Bloco de Manut.das Ações e Serv.Públicos d	1.009.575,35	1.074.695,10	6,45	1.100.000,00	2,35	1.207.205,01	9,75	1.267.565,26	5,00	1.327.140,83	4,70
Transf.de Rec.do Bloco de Manuten ˜o das A ıes e Servi o	471.468,96	471.468,96	0,00	500.000,00	6,05	529.601,08	5,92	556.081,13	5,00	582.216,94	4,70
Transf.de Rec.do Bloco de Manut.das Ações e Serv.Públicos d	471.468,96	471.468,96	0,00	500.000,00	6,05	529.601,08	5,92	556.081,13	5,00	582.216,94	4,70
Transf.de Rec.do Bloco de Manuten ˜o das A ıes e Servi o	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf.de Rec.do Bloco de Manut.das Ações e Serv.Públicos d	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf.de Rec.do Bloco de Manuten ˜o das A ıes e Servi o	12.832.978,27	60.000,00	-99,53	100.000,00	66,67	67.398,00	-32,60	70.767,90	5,00	74.093,99	4,70
Transf.de Rec.do Bloco de Manut.das Ações e Serv.Públicos d	12.832.978,27	60.000,00	-99,53	100.000,00	66,67	67.398,00	-32,60	70.767,90	5,00	74.093,99	4,70
Transf.de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimer	2.369.975,03	2.436.644,27	2,81	2.915.000,00	19,63	2.737.082,51	-6,10	2.873.936,64	5,00	3.009.011,66	4,70
Transf.do SalÆrio-Educa ˜o	1.700.589,99	1.835.484,42	7,93	2.100.000,00	14,41	2.061.799,65	-1,82	2.164.889,63	5,00	2.266.639,44	4,70

01 JUN 2022

MUNICIPIO DE JO˜O MONLEVADE - M˜

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO X - TOTAL DAS RECEITAS E MEM RIA DE C`LCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICA˜˜O	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2020	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%
Transf.do Salário-Educação - Principal	1.700.589,99	1.835.484,42	7,93	2.100.000,00	14,41	2.061.799,65	-1,82	2.164.889,63	5,00	2.266.639,44	4,70
Transf.ref.ao Prog.Nacional de Alimenta ªo Escolar PNAE	**647.605,20**	**595.904,00**	**-7,98**	**800.000,00**	**34,25**	**669.378,96**	**-16,33**	**702.847,91**	**5,00**	**735.881,76**	**4,70**
Transf.ref.ao Prog.Nacional de Alimentação Escolar – PNAE -	647.605,20	595.904,00	-7,98	800.000,00	34,25	669.378,96	-16,33	702.847,91	5,00	735.881,76	4,70
Transf.ref.ao Prog.Nacional de Apoio ao Transporte do Es	**10.646,55**	**5.255,85**	**-50,63**	**15.000,00**	**185,40**	**5.903,90**	**-60,64**	**6.199,10**	**5,00**	**6.490,46**	**4,70**
Transf.ref.ao Prog.Nacional de Apoio ao Transporte do Escola	10.646,55	5.255,85	-50,63	15.000,00	185,40	5.903,90	-60,64	6.199,10	5,00	6.490,46	4,70
Outras TransferŒncias Diretas do Fundo Nacional do Des	**11.133,29**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Desenvo	11.133,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf.de Rec.do Fundo Nacional de AssistŒncia Social	**1.098.233,78**	**338.087,02**	**-69,22**	**610.000,00**	**80,43**	**379.773,15**	**-37,74**	**398.761,81**	**5,00**	**417.503,62**	**4,70**
Transf.de Rec.do Fundo Nacional de AssistŒncia Social	**1.098.233,78**	**338.087,02**	**-69,22**	**610.000,00**	**80,43**	**379.773,15**	**-37,74**	**398.761,81**	**5,00**	**417.503,62**	**4,70**
Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistênci	1.098.233,78	338.087,02	-69,22	610.000,00	80,43	379.773,15	-37,74	398.761,81	5,00	417.503,62	4,70
Outras TransferŒncias de Recursos da Uni*o e de suas E	**12.811.667,40**	**754.276,06**	**-94,11**	**2.300.000,00**	**204,93**	**2.147.278,30**	**-6,64**	**2.189.642,22**	**1,97**	**2.231.455,40**	**1,91**
TransferŒncias Financeiras do ICMS Desonera ªo L.C.	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Transferências Financeiras do ICMS – Desoneração – L.C. Nº	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TransferŒncia Especial da Uni*o	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**500.000,00**	**0,00**	**500.000,00**	**0,00**	**500.000,00**	**0,00**	**500.000,00**	**0,00**
Transferência Especial da União - Principal	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	500.000,00	0,00	500.000,00	0,00	500.000,00	0,00
TransferŒncia Obrigat ria Decorrente da Lei Complement	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**800.000,00**	**0,00**	**800.000,00**	**0,00**	**800.000,00**	**0,00**	**800.000,00**	**0,00**
Transferência Obrigatória Decorrente da Lei Complementar nº	0,00	0,00	0,00	800.000,00	0,00	800.000,00	0,00	800.000,00	0,00	800.000,00	0,00
Outras TransferŒncias de Recursos da Uni*o e de suas E	**12.811.667,40**	**754.276,06**	**-94,11**	**1.000.000,00**	**32,58**	**847.278,30**	**-15,27**	**889.642,22**	**5,00**	**931.455,40**	**4,70**
Outras Transferências de Recursos da União e de suas Entida	12.811.667,40	754.276,06	-94,11	1.000.000,00	32,58	847.278,30	-15,27	889.642,22	5,00	931.455,40	4,70
TransferŒncias dos Estados e do Distrito Federal e de su	**71.347.621,96**	**97.493.385,49**	**36,65**	**90.380.000,00**	**-7,30**	**109.017.151,74**	**20,62**	**121.873.009,34**	**11,79**	**134.713.190,79**	**10,54**
Participa ªo na Receita dos Estados e Distrito Federal	**65.633.394,38**	**82.194.080,93**	**25,23**	**84.880.000,00**	**3,27**	**101.619.212,03**	**19,72**	**114.450.172,63**	**12,63**	**127.270.330,75**	**11,20**
Cota-Parte do ICMS	**49.986.145,02**	**67.399.091,15**	**34,84**	**70.000.000,00**	**3,86**	**85.000.000,00**	**21,43**	**97.000.000,00**	**14,12**	**109.000.000,00**	**12,37**
Cota-Parte do ICMS - Principal	49.986.145,02	67.399.091,15	34,84	70.000.000,00	3,86	85.000.000,00	21,43	97.000.000,00	14,12	109.000.000,00	12,37
Cota-Parte do IPVA	**15.032.320,03**	**14.006.552,76**	**-6,82**	**14.000.000,00**	**-0,05**	**15.733.560,72**	**12,38**	**16.520.238,76**	**5,00**	**17.296.689,98**	**4,70**
Cota-Parte do IPVA - Principal	15.032.320,03	14.006.552,76	-6,82	14.000.000,00	-0,05	15.733.560,72	12,38	16.520.238,76	5,00	17.296.689,98	4,70
Cota-Parte do IPI - Munic pios	**554.634,27**	**750.121,86**	**35,25**	**800.000,00**	**6,65**	**842.611,89**	**5,33**	**884.742,48**	**5,00**	**926.325,38**	**4,70**
Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	554.634,27	750.121,86	35,25	800.000,00	6,65	842.611,89	5,33	884.742,48	5,00	926.325,38	4,70
Cota-Parte da Contribui ªo de Interven ªo no Dom nio Ecor	**60.295,06**	**38.315,16**	**-36,45**	**80.000,00**	**108,79**	**43.039,42**	**-46,20**	**45.191,39**	**5,00**	**47.315,39**	**4,70**
Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econô	60.295,06	38.315,16	-36,45	80.000,00	108,79	43.039,42	-46,20	45.191,39	5,00	47.315,39	4,70
TransferŒncias de Recursos do Sistema nico de Saœde	**5.462.262,54**	**14.996.938,17**	**174,56**	**5.050.000,00**	**-66,33**	**7.000.000,00**	**38,61**	**7.000.000,00**	**0,00**	**7.000.000,00**	**0,00**
TransferŒncias de Recursos do Sistema nico de Saœde	**5.462.262,54**	**14.996.938,17**	**174,56**	**5.050.000,00**	**-66,33**	**7.000.000,00**	**38,61**	**7.000.000,00**	**0,00**	**7.000.000,00**	**0,00**
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS	5.462.262,54	14.996.938,17	174,56	5.050.000,00	-66,33	7.000.000,00	38,61	7.000.000,00	0,00	7.000.000,00	0,00
Outras TransferŒncias dos Estados e Distrito Federal	**251.965,04**	**302.366,39**	**20,00**	**450.000,00**	**48,83**	**397.939,71**	**-11,57**	**422.836,71**	**6,26**	**442.860,04**	**4,74**
TransferŒncias de Estados destinadas AssistŒncia Soc	**243.318,50**	**265.012,00**	**8,92**	**400.000,00**	**50,94**	**297.687,98**	**-25,58**	**312.572,38**	**5,00**	**327.263,28**	**4,70**
Transferências de Estados destinadas à Assistência Social - F	243.318,50	265.012,00	8,92	400.000,00	50,94	297.687,98	-25,58	312.572,38	5,00	327.263,28	4,70
TransferŒncias de Recursos Destinados a Programas de	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**50.000,00**	**0,00**	**58.291,54**	**16,58**	**66.206,13**	**13,58**	**69.467,82**	**4,93**

01 JUN 2022

MUNICIPIO DE JO˜O MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO X - TOTAL DAS RECEITAS E MEM RIA DE C`LCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICA¨˜O	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2020	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%
Transferências de Recursos Destinados a Programas de Educ	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	58.291,54	16,58	66.206,13	13,58	69.467,82	4,93
Outras TransferŒncias dos Estados e DF	**8.646,54**	**37.354,39**	**332,02**	**0,00**	**0,00**	**41.960,19**	**0,00**	**44.058,20**	**5,00**	**46.128,94**	**4,70**
Outras Transferências dos Estados e DF - Principal	8.646,54	37.354,39	332,02	0,00	0,00	41.960,19	0,00	44.058,20	5,00	46.128,94	4,70
TransferŒncias de Institui ¸es Privadas	**2.874.356,28**	**1.287.659,68**	**-55,20**	**250.000,00**	**-80,58**	**282.603,29**	**13,04**	**384.233,45**	**35,96**	**485.842,42**	**26,44**
TransferŒncias de Institui ¸es Privadas	**2.874.356,28**	**1.287.659,68**	**-55,20**	**250.000,00**	**-80,58**	**282.603,29**	**13,04**	**384.233,45**	**35,96**	**485.842,42**	**26,44**
Outras Transfer˜ncias de Institui˜§˜es Privadas	**2.874.356,28**	**1.287.659,68**	**-55,20**	**250.000,00**	**-80,58**	**282.603,29**	**13,04**	**384.233,45**	**35,96**	**485.842,42**	**26,44**
Outras TransferÃªncias de InstituiÃ§Ãµes Privadas â€" Princip	2.874.356,28	1.287.659,68	-55,20	250.000,00	-80,58	282.603,29	13,04	384.233,45	35,96	485.842,42	26,44
TransferŒncias de Outras Institui ¸es Pœblicas	**27.438.617,96**	**35.889.129,89**	**30,80**	**38.000.000,00**	**5,88**	**45.000.000,00**	**18,42**	**49.000.000,00**	**8,89**	**52.000.000,00**	**6,12**
TransferŒncias de Recursos do FUNDEB	**27.191.941,12**	**35.889.129,89**	**31,98**	**38.000.000,00**	**5,88**	**45.000.000,00**	**18,42**	**49.000.000,00**	**8,89**	**52.000.000,00**	**6,12**
TransferŒncias de Recursos do FUNDEB	**27.191.941,12**	**35.889.129,89**	**31,98**	**38.000.000,00**	**5,88**	**45.000.000,00**	**18,42**	**49.000.000,00**	**8,89**	**52.000.000,00**	**6,12**
Transferências de Recursos do FUNDEB - Principal	27.191.941,12	35.889.129,89	31,98	38.000.000,00	5,88	45.000.000,00	18,42	49.000.000,00	8,89	52.000.000,00	6,12
Demais TransferŒncias Correntes	**0,00**	**25.153,79**	**0,00**	**400.000,00**	**1.490,22**	**228.255,25**	**-42,94**	**229.668,01**	**0,62**	**231.062,41**	**0,61**
TransferŒncias de Pessoas F sicas	**0,00**	**25.153,79**	**0,00**	**400.000,00**	**1.490,22**	**228.255,25**	**-42,94**	**229.668,01**	**0,62**	**231.062,41**	**0,61**
TransferŒncias de Pessoas F sicas - Programas de Sacœ	**0,00**	**25.153,79**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**28.255,25**	**0,00**	**29.668,01**	**5,00**	**31.062,41**	**4,70**
Transferências de Pessoas Físicas - Programas de Saúde - Pr	0,00	25.153,79	0,00	0,00	0,00	28.255,25	0,00	29.668,01	5,00	31.062,41	4,70
Outras TransferŒncias de Pessoas F sicas	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**400.000,00**	**0,00**	**200.000,00**	**-50,00**	**200.000,00**	**0,00**	**200.000,00**	**0,00**
Outras Transferências de Pessoas Físicas - Principal	0,00	0,00	0,00	400.000,00	0,00	200.000,00	-50,00	200.000,00	0,00	200.000,00	0,00
Outras Receitas Correntes	**1.697.923,29**	**1.238.903,25**	**-27,03**	**1.584.000,00**	**27,86**	**2.355.669,55**	**48,72**	**2.573.453,03**	**9,25**	**3.059.823,14**	**18,90**
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	**971.878,88**	**860.024,87**	**-11,51**	**1.085.000,00**	**26,16**	**966.065,93**	**-10,96**	**1.164.369,23**	**20,53**	**1.631.512,40**	**40,12**
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	**971.878,88**	**860.024,87**	**-11,51**	**1.085.000,00**	**26,16**	**966.065,93**	**-10,96**	**1.164.369,23**	**20,53**	**1.631.512,40**	**40,12**
Multas Previstas em Legisla ªo Espec fica	**417.305,03**	**817.412,60**	**95,88**	**1.000.000,00**	**22,34**	**918.199,57**	**-8,18**	**1.114.109,55**	**21,34**	**1.578.890,52**	**41,72**
Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	417.305,03	817.412,60	95,88	1.000.000,00	22,34	918.199,57	-8,18	1.114.109,55	21,34	1.578.890,52	41,72
Multas por Danos Ambientais	**10.103,99**	**41.239,25**	**308,15**	**80.000,00**	**93,99**	**46.324,05**	**-42,09**	**48.640,25**	**5,00**	**50.926,34**	**4,70**
Multas Administrativas por Danos Ambientais	**10.103,99**	**41.239,25**	**308,15**	**80.000,00**	**93,99**	**46.324,05**	**-42,09**	**48.640,25**	**5,00**	**50.926,34**	**4,70**
Multas Administrativas por Danos Ambientais - Principal	10.103,99	41.239,25	308,15	80.000,00	93,99	46.324,05	-42,09	48.640,25	5,00	50.926,34	4,70
Multas Decorrentes de Senten as Judiciais	**544.469,86**	**1.373,02**	**-99,75**	**5.000,00**	**264,16**	**1.542,31**	**-69,15**	**1.619,43**	**5,00**	**1.695,54**	**4,70**
Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais - Principal	0,00	1.373,02	0,00	5.000,00	264,16	1.542,31	-69,15	1.619,43	5,00	1.695,54	4,70
Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais - Multas e Juros d	544.469,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros Previstos em Contratos	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indeniza ¸es, Restitui ¸es e Ressarcimentos	**411.271,03**	**113.929,01**	**-72,30**	**78.000,00**	**-31,54**	**1.091.985,99**	**1.299,98**	**1.096.585,29**	**0,42**	**1.101.124,80**	**0,41**
Restitui ¸es	**411.271,03**	**113.929,01**	**-72,30**	**78.000,00**	**-31,54**	**1.091.985,99**	**1.299,98**	**1.096.585,29**	**0,42**	**1.101.124,80**	**0,41**
Restitui ªo de ConvŒnios	**188.221,55**	**5.733,40**	**-96,95**	**0,00**	**0,00**	**6.440,33**	**0,00**	**6.762,35**	**5,00**	**7.080,18**	**4,70**
Restitui ªo de ConvŒnios - PrimÆrias	**89.894,00**	**5.733,40**	**-93,62**	**0,00**	**0,00**	**6.440,33**	**0,00**	**6.762,35**	**5,00**	**7.080,18**	**4,70**
Restituição de Convênios - Primárias - Principal	89.894,00	5.733,40	-93,62	0,00	0,00	6.440,33	0,00	6.762,35	5,00	7.080,18	4,70
Restitui ªo de ConvŒnios - Financeiras	**98.327,55**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

01 JUN 2022

Prefeitura Municipal de J. Monlevade - Câmara 35

MUNICIPIO DE JO˜O MONLEVADE - M˜

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO X - TOTAL DAS RECEITAS E MEM RIA DE C`LCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

RS 1,00

ESPECIFICA˜˜O	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2020	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%
Restituição de Convênios - Financeiras - Principal	98.327,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Restitui ıes	**223.049,48**	**108.195,61**	**-51,49**	**78.000,00**	**-27,91**	**1.085.545,66**	**1.291,73**	**1.089.822,94**	**0,39**	**1.094.044,62**	**0,39**
Outras Restituições - Principal	223.049,48	108.195,61	-51,49	78.000,00	-27,91	1.085.545,66	1.291,73	1.089.822,94	0,39	1.094.044,62	0,39
Demais Receitas Correntes	**314.773,38**	**264.949,37**	**-15,83**	**421.000,00**	**58,90**	**297.617,63**	**-29,31**	**312.498,51**	**5,00**	**327.185,94**	**4,70**
Outras Receitas Correntes	**314.773,38**	**264.949,37**	**-15,83**	**421.000,00**	**58,90**	**297.617,63**	**-29,31**	**312.498,51**	**5,00**	**327.185,94**	**4,70**
Encargos Legais pela Inscri °o em D vida Ativa e Receitas	**109.177,99**	**59.223,36**	**-45,76**	**100.000,00**	**68,85**	**66.525,60**	**-33,47**	**69.851,88**	**5,00**	**73.134,92**	**4,70**
nus de SucumbŒncia	**109.177,99**	**59.223,36**	**-45,76**	**100.000,00**	**68,85**	**66.525,60**	**-33,47**	**69.851,88**	**5,00**	**73.134,92**	**4,70**
Ônus de Sucumbência - Principal	109.177,99	59.223,36	-45,76	100.000,00	68,85	66.525,60	-33,47	69.851,88	5,00	73.134,92	4,70
Outras Receitas	**205.595,39**	**205.726,01**	**0,06**	**321.000,00**	**56,03**	**231.092,03**	**-28,01**	**242.646,63**	**5,00**	**254.051,02**	**4,70**
Outras Receitas N°o Arrecadadas e N°o Projetadas pela R	**205.595,39**	**205.726,01**	**0,06**	**321.000,00**	**56,03**	**231.092,03**	**-28,01**	**242.646,63**	**5,00**	**254.051,02**	**4,70**
Outras Receit.Não Arrec.e Não Projet.pela RFB - Primárias -	182.355,17	193.592,63	6,16	311.000,00	60,65	217.462,60	-30,08	228.335,73	5,00	239.067,51	4,70
Outras Receit.Não Arrec.e Não Projet.pela RFB - Primárias -	23.240,22	12.133,38	-47,79	10.000,00	-17,58	13.629,43	36,29	14.310,90	5,00	14.983,51	4,70
Receitas de Capital	**4.729.296,31**	**9.439.734,55**	**99,60**	**24.700.000,00**	**161,66**	**14.600.489,42**	**-40,89**	**12.625.513,89**	**-13,53**	**10.650.213,04**	**-15,65**
Opera ıes de CrØdito	**2.379.034,23**	**6.749.181,78**	**183,69**	**7.000.000,00**	**3,72**	**4.000.000,00**	**-42,86**	**4.000.000,00**	**0,00**	**4.000.000,00**	**0,00**
Opera ıes de CrØdito - Mercado Interno	**2.379.034,23**	**6.749.181,78**	**183,69**	**7.000.000,00**	**3,72**	**4.000.000,00**	**-42,86**	**4.000.000,00**	**0,00**	**4.000.000,00**	**0,00**
Opera ıes de CrØdito Contratuais - Mercado Interno	**2.379.034,23**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Opera ıes de CrØdito Contratuais - Mercado Interno	**2.379.034,23**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno - Principa	2.379.034,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Opera ıes de CrØdito - Mercado Interno	**0,00**	**6.749.181,78**	**0,00**	**7.000.000,00**	**3,72**	**4.000.000,00**	**-42,86**	**4.000.000,00**	**0,00**	**4.000.000,00**	**0,00**
Outras Opera ıes de CrØdito - Mercado Interno	**0,00**	**6.749.181,78**	**0,00**	**7.000.000,00**	**3,72**	**4.000.000,00**	**-42,86**	**4.000.000,00**	**0,00**	**4.000.000,00**	**0,00**
Outras Operações de Crédito - Mercado Interno - Principal	0,00	6.749.181,78	0,00	7.000.000,00	3,72	4.000.000,00	-42,86	4.000.000,00	0,00	4.000.000,00	0,00
Aliena °o de Bens	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**4.100.000,00**	**0,00**	**4.100.000,00**	**0,00**	**4.100.000,00**	**0,00**	**4.100.000,00**	**0,00**
Aliena °o de Bens M veis	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**100.000,00**	**0,00**	**100.000,00**	**0,00**	**100.000,00**	**0,00**	**100.000,00**	**0,00**
Aliena °o de Bens M veis e Semoventes	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**100.000,00**	**0,00**	**100.000,00**	**0,00**	**100.000,00**	**0,00**	**100.000,00**	**0,00**
Aliena °o de Bens M veis e Semoventes	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**100.000,00**	**0,00**	**100.000,00**	**0,00**	**100.000,00**	**0,00**	**100.000,00**	**0,00**
Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00
Aliena °o de Bens Im veis	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**4.000.000,00**	**0,00**	**4.000.000,00**	**0,00**	**4.000.000,00**	**0,00**	**4.000.000,00**	**0,00**
Aliena °o de Bens Im veis	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**4.000.000,00**	**0,00**	**4.000.000,00**	**0,00**	**4.000.000,00**	**0,00**	**4.000.000,00**	**0,00**
Aliena °o de Bens Im veis	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**4.000.000,00**	**0,00**	**4.000.000,00**	**0,00**	**4.000.000,00**	**0,00**	**4.000.000,00**	**0,00**
Alienação de Bens Imóveis - Principal	0,00	0,00	0,00	4.000.000,00	0,00	4.000.000,00	0,00	4.000.000,00	0,00	4.000.000,00	0,00
TransferŒncias de Capital	**2.350.262,08**	**2.690.552,77**	**14,48**	**13.600.000,00**	**405,47**	**6.500.489,42**	**-52,20**	**4.525.513,89**	**-30,38**	**2.550.213,04**	**-43,65**
TransferŒncias da Uni°o e de suas Entidades	**1.894.512,08**	**295.552,77**	**-84,40**	**7.600.000,00**	**2.471,45**	**4.331.994,42**	**-43,00**	**2.348.594,14**	**-45,78**	**364.978,06**	**-84,46**
TransferŒncias de Recursos do Sistema nico de Saœde -	**275.245,00**	**149.995,00**	**-45,50**	**0,00**	**0,00**	**168.489,38**	**0,00**	**176.913,85**	**5,00**	**185.228,80**	**4,70**
TransferŒncias de Recursos do Sistema nico de Saœde	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
TransferŒncias de Recursos do Bloco de Estrutura °o da	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Transf.de Rec.do Bloco de Estrut.da Rede de Serv.Pblicos de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

01 JUN 2022

Câmara Municipal de J. Monlevade

36

MUNICIPIO DE JO˜O MONLEVADE - M˜

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO X - TOTAL DAS RECEITAS E MEM RIA DE C`LCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICA˜˜O	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2020	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%
Outras TransferŒncias de Recursos do Sistema nico de S	**275.245,00**	**149.995,00**	**-45,50**	**0,00**	**0,00**	**168.489,38**	**0,00**	**176.913,85**	**5,00**	**185.228,80**	**4,70**
Outras Transferências de Recursos do Sistema Único de Saú	275.245,00	149.995,00	-45,50	0,00	0,00	168.489,38	0,00	176.913,85	5,00	185.228,80	4,70
TransferŒncias de Recursos do Fundo Nacional do Deser	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**600.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
TransferŒncias de Recursos Destinados a Programas de	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**600.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
TransferŒncias para o Programa Nacional de Reestrutura	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**600.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Transf.para o Prog.Nacional de Reest.e Aquis.de Equip.para E	0,00	0,00	0,00	600.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TransferŒncias de Recursos do Fundo Nacional de Assis	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
TransferŒncias de Recursos do Fundo Nacional de Assis	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistênci	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TransferŒncias de ConvŒnios da Uni°o e de suas Entida	**1.242.665,22**	**0,00**	**0,00**	**7.000.000,00**	**0,00**	**4.000.000,00**	**-42,86**	**2.000.000,00**	**-50,00**	**0,00**	**0,00**
TransferŒncias de ConvŒnios da Uni°o destinadas a Pro	**200.092,93**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Transferências de Convênios da União destinadas a Programa	200.092,93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TransferŒncias de ConvŒnios da Uni°o destinadas a Pro	**571.715,15**	**0,00**	**0,00**	**5.000.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Transferências de Convênios da União destinadas a Programa	571.715,15	0,00	0,00	5.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TransferŒncias de ConvŒnios da Uni°o destinadas a Pro	**470.857,14**	**0,00**	**0,00**	**2.000.000,00**	**0,00**	**4.000.000,00**	**100,00**	**2.000.000,00**	**-50,00**	**0,00**	**0,00**
Transf.de Convênios da União destinadas a Programas de Infr	470.857,14	0,00	0,00	2.000.000,00	0,00	4.000.000,00	100,00	2.000.000,00	-50,00	0,00	0,00
Outras TransferŒncias de Recursos da Uni°o e de suas E	**376.601,86**	**145.557,77**	**-61,35**	**0,00**	**0,00**	**163.505,04**	**0,00**	**171.680,29**	**5,00**	**179.749,26**	**4,70**
Outras TransferŒncias De Recursos da Uni°o e de suas E	**376.601,86**	**145.557,77**	**-61,35**	**0,00**	**0,00**	**163.505,04**	**0,00**	**171.680,29**	**5,00**	**179.749,26**	**4,70**
Outras Transferências De Recursos da União e de suas Entid	376.601,86	145.557,77	-61,35	0,00	0,00	163.505,04	0,00	171.680,29	5,00	179.749,26	4,70
TransferŒncias dos Estados e do Distrito Federal e de su	**407.000,00**	**2.200.000,00**	**440,54**	**4.000.000,00**	**81,82**	**168.495,00**	**-95,79**	**176.919,75**	**5,00**	**185.234,98**	**4,70**
TransferŒncias de Recursos do Sistema nico de Saœde	**82.000,00**	**150.000,00**	**82,93**	**0,00**	**0,00**	**168.495,00**	**0,00**	**176.919,75**	**5,00**	**185.234,98**	**4,70**
TransferŒncias de Recursos do Sistema nico de Saœde	**82.000,00**	**150.000,00**	**82,93**	**0,00**	**0,00**	**168.495,00**	**0,00**	**176.919,75**	**5,00**	**185.234,98**	**4,70**
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS	82.000,00	150.000,00	82,93	0,00	0,00	168.495,00	0,00	176.919,75	5,00	185.234,98	4,70
TransferŒncias de ConvŒnios dos Estados e DF e de Sua	**325.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
TransferŒncias de ConvŒnios dos Estados destinadas a	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Transferências de Convênios dos Estados destinadas a Progr	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras TransferŒncias de ConvŒnios dos Estados e DF e	**325.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras Transferências de Convênios dos Estados e DF e de S	325.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras TransferŒncias de Recursos dos Estados	**0,00**	**2.050.000,00**	**0,00**	**4.000.000,00**	**95,12**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras TransferŒncias de Recursos dos Estados	**0,00**	**2.050.000,00**	**0,00**	**4.000.000,00**	**95,12**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras Transferências de Recursos dos Estados - Principal	0,00	2.050.000,00	0,00	4.000.000,00	95,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais TransferŒncias de Capital	**48.750,00**	**195.000,00**	**300,00**	**2.000.000,00**	**925,64**	**2.000.000,00**	**0,00**	**2.000.000,00**	**0,00**	**2.000.000,00**	**0,00**
Outras TransferŒncias de Capital	**48.750,00**	**195.000,00**	**300,00**	**2.000.000,00**	**925,64**	**2.000.000,00**	**0,00**	**2.000.000,00**	**0,00**	**2.000.000,00**	**0,00**
Outras TransferŒncias de Capital	**48.750,00**	**195.000,00**	**300,00**	**2.000.000,00**	**925,64**	**2.000.000,00**	**0,00**	**2.000.000,00**	**0,00**	**2.000.000,00**	**0,00**
Outras Transferências de Capital - Principal	48.750,00	195.000,00	300,00	2.000.000,00	925,64	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00	0,00

Câmara Municipal

37

01 JUN 2022

MUNICIPIO DE JO˜O MONLEVADE - M

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO X - TOTAL DAS RECEITAS E MEM RIA DE C˙LCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICA˜˜O	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2020	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%
CORRENTE INTRAOR˙AMENT˙RIA	564.859,20	520.296,21	-7,89	661.000,00	27,04	584.448,73	-11,58	613.671,17	5,00	642.513,72	4,70
Receitas Correntes	564.859,20	520.296,21	-7,89	661.000,00	27,04	584.448,73	-11,58	613.671,17	5,00	642.513,72	4,70
Receita de Servi os	564.859,20	520.296,21	-7,89	661.000,00	27,04	584.448,73	-11,58	613.671,17	5,00	642.513,72	4,70
Servi os Administrativos e Comerciais Gerais	564.859,20	520.296,21	-7,89	661.000,00	27,04	584.448,73	-11,58	613.671,17	5,00	642.513,72	4,70
Servi os Administrativos e Comerciais Gerais	564.859,20	520.296,21	-7,89	661.000,00	27,04	584.448,73	-11,58	613.671,17	5,00	642.513,72	4,70
Servi os Administrativos e Comerciais Gerais	564.859,20	520.296,21	-7,89	661.000,00	27,04	584.448,73	-11,58	613.671,17	5,00	642.513,72	4,70
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	564.859,20	520.296,21	-7,89	658.000,00	26,47	584.448,73	-11,18	613.671,17	5,00	642.513,72	4,70
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Multas e Juros	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Multas e Juros	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDU˜˜O FUNDEB	(20.428.827,64)	(26.255.453,65)	28,52	(27.170.000,00)	3,48	(34.315.643,21)	26,30	(37.581.425,37)	9,52	(40.845.052,36)	8,68
Receitas Correntes	(20.428.827,64)	(26.255.453,65)	28,52	(27.170.000,00)	3,48	(34.315.643,21)	26,30	(37.581.425,37)	9,52	(40.845.052,36)	8,68
TransferŒncias Correntes	(20.428.827,64)	(26.255.453,65)	28,52	(27.170.000,00)	3,48	(34.315.643,21)	26,30	(37.581.425,37)	9,52	(40.845.052,36)	8,68
TransferŒncias da Uni*o e de suas Entidades	(7.314.209,35)	(9.824.302,20)	34,32	(10.210.000,00)	3,93	(14.000.410,17)	37,12	(14.700.430,68)	5,00	(15.400.450,92)	4,76
TransferŒncias Decorrentes de Participa *o na Receita da	(7.314.209,35)	(9.824.302,20)	34,32	(10.210.000,00)	3,93	(14.000.410,17)	37,12	(14.700.430,68)	5,00	(15.400.450,92)	4,76
Cota-Parte do Fundo de Participa *o dos Munic pios - FPM	(7.297.428,45)	(9.823.937,05)	34,62	(10.200.000,00)	3,83	(14.000.000,00)	37,25	(14.700.000,00)	5,00	(15.400.000,00)	4,76
Cota-Parte do Fundo de Participa *o dos Munic pios - Cota	(7.297.428,45)	(9.823.937,05)	34,62	(10.200.000,00)	3,83	(14.000.000,00)	37,25	(14.700.000,00)	5,00	(15.400.000,00)	4,76
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota M	(7.297.428,45)	(9.823.937,05)	34,62	(10.200.000,00)	3,83	(14.000.000,00)	37,25	(14.700.000,00)	5,00	(15.400.000,00)	4,76
Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rur	(16.780,90)	(365,15)	-97,82	(10.000,00)	2.638,60	(410,17)	-95,90	(430,68)	5,00	(450,92)	4,70
Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural -	(16.780,90)	(365,15)	-97,82	(10.000,00)	2.638,60	(410,17)	-95,90	(430,68)	5,00	(450,92)	4,70
Outras TransferŒncias de Recursos da Uni*o e de suas E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TransferŒncias Financeiras do ICMS Desonera *o L.C. I	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Financeiras do ICMS – Desoneração – L.C. Nº	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TransferŒncias dos Estados e do Distrito Federal e de su	(13.114.618,29)	(16.431.151,45)	25,29	(16.960.000,00)	3,22	(20.315.233,04)	19,78	(22.880.994,69)	12,63	(25.444.601,44)	11,20
Participa *o na Receita dos Estados e Distrito Federal	(13.114.618,29)	(16.431.151,45)	25,29	(16.960.000,00)	3,22	(20.315.233,04)	19,78	(22.880.994,69)	12,63	(25.444.601,44)	11,20
Cota-Parte do ICMS	(9.997.228,70)	(13.479.817,84)	34,84	(14.000.000,00)	3,86	(17.000.000,00)	21,43	(19.400.000,00)	14,12	(21.800.000,00)	12,37
Cota-Parte do ICMS - Principal	(9.997.228,70)	(13.479.817,84)	34,84	(14.000.000,00)	3,86	(17.000.000,00)	21,43	(19.400.000,00)	14,12	(21.800.000,00)	12,37
Cota-Parte do IPVA	(3.006.462,73)	(2.801.309,24)	-6,82	(2.800.000,00)	-0,05	(3.146.710,67)	12,38	(3.304.046,20)	5,00	(3.459.336,37)	4,70
Cota-Parte do IPVA - Principal	(3.006.462,73)	(2.801.309,24)	-6,82	(2.800.000,00)	-0,05	(3.146.710,67)	12,38	(3.304.046,20)	5,00	(3.459.336,37)	4,70
Cota-Parte do IPI - Munic pios	(110.926,86)	(150.024,37)	35,25	(160.000,00)	6,65	(168.522,37)	5,33	(176.948,49)	5,00	(185.265,07)	4,70
Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	(110.926,86)	(150.024,37)	35,25	(160.000,00)	6,65	(168.522,37)	5,33	(176.948,49)	5,00	(185.265,07)	4,70
TOTAL DA RECEITA	249.635.794,80	289.327.426,04	15,90	310.000.000,00	7,15	358.000.000,00	15,48	380.000.000,00	6,15	395.000.000,00	3,95

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Sec. Munic. Planej. E Desenv. Economico, Emissão: 24/05/2022 , às 10:02:57

01 JUN 2022

Câmara Municipal - João Monlevade

38

01 JUN 2022
Câmara Municipal de J. Monlevade
39

MUNICIPIO DE JO˜O MONLEVADE - M˜

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XI - TOTAL DAS DESPESAS E MEM RIA DE C`LCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICA˜˜O	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2020	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%
DESPESAS CORRENTES	**219.971.582,97**	**237.033.944,68**	**7,76**	**262.306.620,00**	**10,66**	**322.339.870,79**	**22,89**	**344.451.864,32**	**6,86**	**361.276.701,95**	**4,88**
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	118.781.951,82	122.538.298,50	3,16	134.026.670,00	9,38	151.772.096,33	13,24	162.260.701,16	6,92	171.677.594,10	5,79
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS CONTRAT	493.047,96	529.978,82	7,49	587.000,00	10,76	595.325,21	1,42	625.091,47	5,00	654.470,77	4,70
RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	493.047,96	529.978,82	7,49	587.000,00	10,76	595.325,21	1,42	625.091,47	5,00	654.470,77	4,70
APLICAÇÕES DIRETAS	118.288.903,86	122.008.319,68	3,14	133.439.670,00	9,37	151.176.771,12	13,29	161.655.609,69	6,93	171.023.123,33	5,79
APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA I	1.324.076,93	1.368.269,78	3,34	1.536.500,00	12,30	1.536.977,44	0,03	1.613.826,31	5,00	1.689.676,14	4,70
CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	12.133.220,40	13.554.020,83	11,71	16.675.100,00	23,03	15.748.218,47	-5,56	16.055.629,40	1,95	17.737.858,35	10,48
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	75.201.131,64	73.393.831,34	-2,40	81.103.000,00	10,50	95.045.129,50	17,19	103.247.385,97	8,63	107.989.098,73	4,59
OBRIGAÇÕES PATRONAIS	24.151.383,26	25.180.952,81	4,26	28.498.600,00	13,18	29.285.764,29	2,76	30.700.052,51	4,83	33.095.954,99	7,80
OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS -PESSOAL CIVIL	1.499.370,27	1.974.994,31	31,72	1.786.670,00	-9,54	2.218.511,11	24,17	2.329.436,67	5,00	2.438.920,19	4,70
SENTENÇAS JUDICIAIS	3.346.476,32	2.657.198,23	-20,60	3.380.000,00	27,20	2.984.830,77	-11,69	3.134.072,31	5,00	3.281.373,71	4,70
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	633.245,04	3.879.052,38	512,57	459.300,00	-88,16	4.357.339,54	848,69	4.575.206,52	5,00	4.790.241,22	4,70
APLICAÇÃO DIRETA À CONTA DE RECURSOS DE QUE TF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	618.179,98	1.072.087,46	73,43	1.600.000,00	49,24	2.500.000,00	56,25	2.800.000,00	12,00	3.000.000,00	7,14
APLICAÇÕES DIRETAS	618.179,98	1.072.087,46	73,43	1.600.000,00	49,24	2.500.000,00	56,25	2.800.000,00	12,00	3.000.000,00	7,14
JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	618.179,98	1.072.087,46	73,43	1.600.000,00	49,24	2.500.000,00	56,25	2.800.000,00	12,00	3.000.000,00	7,14
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	100.571.451,17	113.423.558,72	12,78	126.679.950,00	11,69	168.067.774,46	32,67	179.371.163,16	6,73	186.599.107,85	4,03
TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL	18.445,39	207.341,73	1.024,08	0,00	0,00	232.906,97	0,00	244.552,32	5,00	256.046,28	4,70
CONTRIBUIÇÕES	18.445,39	207.341,73	1.024,08	0,00	0,00	232.906,97	0,00	244.552,32	5,00	256.046,28	4,70
TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	70.034,98	223.013,32	218,43	0,00	0,00	250.510,86	0,00	263.036,40	5,00	275.399,11	4,70
CONTRIBUIÇÕES	70.034,98	223.013,32	218,43	0,00	0,00	250.510,86	0,00	263.036,40	5,00	275.399,11	4,70
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS	13.814.590,86	14.522.590,64	5,13	12.524.000,00	-13,76	18.278.796,92	45,95	18.842.736,77	3,09	19.405.845,40	2,99
CONTRIBUIÇÕES	948.743,54	1.138.428,67	19,99	1.545.000,00	35,71	1.278.796,92	-17,23	1.342.736,77	5,00	1.405.845,40	4,70
SUBVENÇÕES SOCIAIS	12.865.847,32	13.384.161,97	4,03	10.979.000,00	-17,97	17.000.000,00	54,84	17.500.000,00	2,94	18.000.000,00	2,86
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS	70.459,50	2.100.000,00	2.880,44	0,00	0,00	2.358.930,00	0,00	2.476.876,50	5,00	2.593.289,70	4,70
SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	70.459,50	2.100.000,00	2.880,44	0,00	0,00	2.358.930,00	0,00	2.476.876,50	5,00	2.593.289,70	4,70
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS MEDIANTI	287.956,14	237.102,84	-17,66	270.500,00	14,09	266.337,62	-1,54	279.654,50	5,00	292.798,26	4,70
RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	287.956,14	237.102,84	-17,66	270.500,00	14,09	266.337,62	-1,54	279.654,50	5,00	292.798,26	4,70
APLICAÇÕES DIRETAS	82.832.169,09	92.623.761,00	11,82	109.787.450,00	18,53	139.737.190,83	27,28	149.124.680,34	6,72	153.441.540,33	2,89
DIÁRIAS -PESSOAL CIVIL	152.275,00	140.091,67	-8,00	244.900,00	74,81	157.364,98	-35,74	165.233,23	5,00	172.999,19	4,70
MATERIAL DE CONSUMO	9.784.100,10	11.392.437,60	16,44	13.069.600,00	14,72	16.797.125,16	28,52	18.436.981,41	9,76	21.068.519,53	14,27
PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, D	383.038,50	33.250,92	-91,32	62.000,00	86,46	37.350,76	-39,76	39.218,29	5,00	41.061,55	4,70
Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	2.649.230,87	2.337.157,33	-11,78	2.375.000,00	1,62	2.625.328,83	10,54	2.756.595,27	5,00	2.886.155,25	4,70

01 JUN 2022

Câmara Municipal de J. Monlevade

MUNICIPIO DE JO˜O MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XI - TOTAL DAS DESPESAS E MEM RIA DE C`LCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICA˜˜O	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2020	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%
Passagens e Despesas com Locomoção	686,40	1.337,82	94,90	14.300,00	968,90	1.502,77	-89,49	1.577,91	5,00	1.652,07	4,70
OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE C	704.754,45	472.866,96	-32,90	500.000,00	5,74	531.171,44	6,23	557.730,01	5,00	583.943,32	4,70
SERVIÇOS DE CONSULTORIA	92.641,60	207.158,20	123,13	615.900,00	197,31	232.700,80	-62,22	244.335,84	5,00	255.819,63	4,70
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA FÍSICA	1.058.037,93	1.566.434,27	48,05	2.435.580,00	55,49	1.759.575,62	-27,76	1.847.554,40	5,00	1.934.389,46	4,70
LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	0,00	0,00	0,00	600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA JURÍDICA	55.937.014,68	64.284.663,38	14,92	74.597.140,00	16,04	98.903.882,46	32,58	106.099.706,57	7,28	107.445.592,78	1,27
SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUN	818.769,68	964.513,02	17,80	2.271.000,00	135,46	2.083.437,47	-8,26	1.737.609,34	-16,60	1.191.078,98	-31,45
SUBVENÇÕES SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	6.744.828,86	6.098.331,48	-9,59	7.080.000,00	16,10	10.850.255,76	53,25	11.192.768,55	3,16	11.530.828,68	3,02
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	2.408.316,50	2.681.678,02	11,35	2.797.300,00	4,31	3.012.328,92	7,69	3.162.945,37	5,00	3.311.603,80	4,70
OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	222.422,47	208.025,81	-6,47	315.000,00	51,42	233.675,39	-25,82	245.359,16	5,00	256.891,04	4,70
AUXÍLIO-TRANSPORTE	830.740,76	944.388,33	13,68	2.157.000,00	128,40	1.060.831,42	-50,82	1.113.872,99	5,00	1.166.225,02	4,70
Sentenças Judiciais	683.060,30	785.893,95	15,05	761.100,00	-3,15	882.794,67	15,99	926.934,40	5,00	970.500,32	4,70
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	3.846,12	0,00	1.530,00	-60,22	4.320,35	182,38	4.536,37	5,00	4.749,58	4,70
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	362.050,99	501.686,13	38,57	489.500,00	-2,43	563.544,03	15,13	591.721,23	5,00	619.532,13	4,70
APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTR	418.599,18	591.248,75	41,24	661.000,00	11,80	1.664.149,71	151,76	2.697.357,20	62,09	2.730.132,99	1,22
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	0,00	0,00	0,00	200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA JURÍDICA	418.599,18	591.248,75	41,24	660.800,00	11,76	1.664.149,71	151,84	2.697.357,20	62,09	2.730.132,99	1,22
APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE OPERAÇÃO DE ÓRGÃ	3.059.196,03	2.918.500,44	-4,60	3.437.000,00	17,77	5.278.951,55	53,59	5.442.269,13	3,09	7.604.055,78	39,72
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	3.059.196,03	2.918.500,44	-4,60	3.437.000,00	17,77	5.278.951,55	53,59	5.442.269,13	3,09	7.604.055,78	39,72
DESPESAS DE CAPITAL	**23.951.811,03**	**19.807.151,65**	**-17,30**	**46.493.380,00**	**134,73**	**32.660.129,21**	**-29,75**	**32.548.135,68**	**-0,34**	**30.723.298,05**	**-5,61**
INVESTIMENTOS	21.788.329,62	17.591.141,47	-19,26	43.493.380,00	147,25	29.160.129,21	-32,96	28.748.135,68	-1,41	26.723.298,05	-7,04
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS MEDIANTI	25.669,80	22.916,40	-10,73	34.500,00	50,55	25.741,99	-25,39	27.029,09	5,00	28.299,46	4,70
RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	25.669,80	22.916,40	-10,73	34.500,00	50,55	25.741,99	-25,39	27.029,09	5,00	28.299,46	4,70
APLICAÇÕES DIRETAS	21.762.659,82	17.568.225,07	-19,27	43.458.880,00	147,37	29.134.387,22	-32,96	28.721.106,59	-1,42	26.694.998,59	-7,05
MATERIAL DE CONSUMO	228.155,70	171.683,12	-24,75	245.300,00	42,88	192.851,65	-21,38	202.494,24	5,00	212.011,47	4,70
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA JURÍDICA	69.757,10	18.215,32	-73,89	925.300,00	4.979,79	20.461,27	-97,79	21.484,34	5,00	22.494,10	4,70
SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUN	9.158,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OBRAS E INSTALAÇÕES	20.183.000,63	10.610.395,08	-46,44	36.541.200,00	238,02	16.143.316,79	-55,82	18.750.482,63	16,15	16.349.755,31	-12,80
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	756.948,55	3.514.875,21	364,35	5.746.980,00	63,50	9.348.259,32	62,66	6.145.672,28	-34,26	6.340.518,67	3,17
Aquisição de Imóveis	0,00	2.425.290,50	0,00	100,00	-100,00	2.724.328,82	24.228,82	2.860.545,26	5,00	2.994.990,89	4,70
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	515.639,68	627.765,84	21,75	0,00	0,00	705.169,37	0,00	740.427,84	5,00	775.227,95	4,70
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	2.163.481,41	2.216.010,18	2,43	3.000.000,00	35,38	3.500.000,00	16,67	3.800.000,00	8,57	4.000.000,00	5,26
APLICAÇÕES DIRETAS	2.163.481,41	2.216.010,18	2,43	3.000.000,00	35,38	3.500.000,00	16,67	3.800.000,00	8,57	4.000.000,00	5,26
PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	2.163.481,41	2.216.010,18	2,43	3.000.000,00	35,38	3.500.000,00	16,67	3.800.000,00	8,57	4.000.000,00	5,26

01 JUN 2022

Prefeitura Municipal de J. Monlevade

MUNICIPIO DE JO˜O MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XI - TOTAL DAS DESPESAS E MEM RIA DE C`LCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICA¨˜O	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2020	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%
RESERVA DE CONTING˜NCIA OU RESERVA DO RPPS	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.200.000,00**	**0,00**	**3.000.000,00**	**150,00**	**3.000.000,00**	**0,00**	**3.000.000,00**	**0,00**
RESERVA DE CONTINGÊNCIA OU RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	1.200.000,00	0,00	3.000.000,00	150,00	3.000.000,00	0,00	3.000.000,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA OU RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	1.200.000,00	0,00	3.000.000,00	150,00	3.000.000,00	0,00	3.000.000,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA OU RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	1.200.000,00	0,00	3.000.000,00	150,00	3.000.000,00	0,00	3.000.000,00	0,00
TOTAL DA DESPESA	**243.923.394,00**	**256.841.096,33**	**5,30**	**310.000.000,00**	**20,70**	**358.000.000,00**	**15,48**	**380.000.000,00**	**6,15**	**395.000.000,00**	**3,95**

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Pblicas, Unidade Responsável: Sec. Munic. Planej. E Desenv. Economico, Emissão: 24/05/2022 , às 10:05:14

01 JUN 2022

Câmara Municipal de J. Monlevade

MUNICIPIO DE JO˜O MONLEVADE - M˜

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XII - RECEITA PRIM`RIA E MEM RIA DE C`LCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICA´˜O	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2020	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%
ARRECADADORA	**269.746.440,08**	**315.062.583,48**	**114,92**	**336.509.000,00**	**163,68**	**391.731.194,48**	**-19,94**	**416.967.754,20**	**-6,31**	**435.202.538,64**	**-10,65**
Receitas Correntes	**265.017.143,77**	**305.622.848,93**	**15,32**	**311.809.000,00**	**2,02**	**377.130.705,06**	**20,95**	**404.342.240,31**	**7,22**	**424.552.325,60**	**5,00**
Impostos, Taxas e Contribui ies de Melhoria	**36.252.784,17**	**43.189.426,42**	**19,13**	**48.383.000,00**	**12,03**	**65.625.598,32**	**35,64**	**68.504.378,21**	**4,39**	**65.196.216,15**	**-4,83**
Impostos	**35.233.835,95**	**41.989.721,58**	**19,17**	**46.830.500,00**	**11,53**	**64.277.969,88**	**37,26**	**67.089.368,35**	**4,37**	**63.714.700,83**	**-5,03**
Impostos sobre o Patrim nio	**11.137.286,64**	**13.610.618,40**	**22,21**	**17.295.500,00**	**27,07**	**21.455.170,27**	**24,05**	**21.650.428,76**	**0,91**	**22.929.311,66**	**5,91**
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	**8.710.721,00**	**10.515.538,15**	**20,72**	**13.295.000,00**	**26,43**	**17.455.170,27**	**31,29**	**17.150.428,76**	**-1,75**	**17.929.311,66**	**4,54**
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Prin	7.134.616,77	9.315.792,25	30,57	12.000.000,00	28,81	15.000.000,00	25,00	15.650.000,00	4,33	16.330.000,00	4,35
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Mul	27.311,62	49.423,61	80,96	30.000,00	-39,30	55.557,54	85,19	58.293,42	4,92	61.033,21	4,70
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Divi	1.363.366,15	839.754,58	-38,41	915.000,00	8,96	1.800.000,00	96,72	1.000.000,00	-44,44	1.100.012,76	10,00
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Mul	185.426,46	310.567,71	67,49	350.000,00	12,70	599.612,73	71,32	442.135,34	-26,26	438.265,69	-0,88
Impostos sobre Transmiss*o Inter Vivos de Bens Im veis e	**2.426.565,64**	**3.095.080,25**	**27,55**	**4.000.500,00**	**29,25**	**4.000.000,00**	**-0,01**	**4.500.000,00**	**12,50**	**5.000.000,00**	**11,11**
Impost.sobre Transm.Int.Vivos de Bens Imóveis e de Direit.Re	2.426.565,64	3.095.080,25	27,55	4.000.000,00	29,24	4.000.000,00	0,00	4.500.000,00	12,50	5.000.000,00	11,11
Impost.sobre Transm.Int.Vivos de Bens Imóveis e de Direit.Re	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Naturez	**4.902.762,86**	**5.388.266,00**	**9,90**	**5.760.000,00**	**6,90**	**6.556.687,48**	**13,83**	**7.059.521,85**	**7,67**	**7.562.319,38**	**7,12**
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte	**4.902.762,86**	**5.388.266,00**	**9,90**	**5.760.000,00**	**6,90**	**6.556.687,48**	**13,83**	**7.059.521,85**	**7,67**	**7.562.319,38**	**7,12**
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho	**4.842.767,28**	**5.337.800,87**	**10,22**	**5.700.000,00**	**6,79**	**6.500.000,00**	**14,04**	**7.000.000,00**	**7,69**	**7.500.000,00**	**7,14**
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principa	4.842.767,28	5.337.800,87	10,22	5.700.000,00	6,79	6.500.000,00	14,04	7.000.000,00	7,69	7.500.000,00	7,14
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendim	**59.995,58**	**50.465,13**	**-15,89**	**60.000,00**	**18,89**	**56.687,48**	**-5,52**	**59.521,85**	**5,00**	**62.319,38**	**4,70**
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimento	59.995,58	50.465,13	-15,89	60.000,00	18,89	56.687,48	-5,52	59.521,85	5,00	62.319,38	4,70
Impostos sobre a Produ*o e Circula*o de Mercadorias e S	**19.193.786,45**	**22.990.837,18**	**19,78**	**23.775.000,00**	**3,41**	**36.266.112,13**	**52,54**	**38.379.417,74**	**5,83**	**33.223.069,79**	**-13,44**
Impostos sobre Servi os	**19.193.786,45**	**22.990.837,18**	**19,78**	**23.775.000,00**	**3,41**	**36.266.112,13**	**52,54**	**38.379.417,74**	**5,83**	**33.223.069,79**	**-13,44**
Imposto sobre Servi os de Qualquer Natureza - ISSQN	**19.193.786,45**	**22.990.837,18**	**19,78**	**23.775.000,00**	**3,41**	**36.266.112,13**	**52,54**	**38.379.417,74**	**5,83**	**33.223.069,79**	**-13,44**
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - Princ	18.987.624,26	22.753.935,08	19,84	23.000.000,00	1,08	36.000.000,00	56,52	38.000.000,00	5,56	33.000.000,00	-13,16
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - Multa	1.004,31	1.663,98	65,68	10.000,00	500,97	1.869,15	-81,31	1.962,61	5,00	2.054,85	4,70
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - Divid	172.211,22	176.490,75	2,49	735.000,00	316,46	198.252,06	-73,03	308.164,66	55,44	148.467,82	-51,82
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - Multa	32.946,66	58.747,37	78,31	30.000,00	-48,93	65.990,92	119,97	69.290,47	5,00	72.547,12	4,70
Taxas	**1.018.948,22**	**1.199.704,84**	**17,74**	**1.552.500,00**	**29,41**	**1.347.628,44**	**-13,20**	**1.415.009,86**	**5,00**	**1.481.515,32**	**4,70**
Taxas pelo Exerc cio do Poder de Pol cia	**166.127,65**	**204.379,58**	**23,03**	**383.500,00**	**87,64**	**229.579,58**	**-40,14**	**241.058,56**	**5,00**	**252.388,31**	**4,70**
Taxas de Inspe*o, Controle e Fiscaliza*o	**165.518,98**	**203.453,27**	**22,92**	**240.500,00**	**18,21**	**228.539,06**	**-4,97**	**239.966,01**	**5,00**	**251.244,41**	**4,70**
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	130.665,73	159.286,97	21,90	200.000,00	25,56	178.927,05	-10,54	187.873,40	5,00	196.703,45	4,70
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multas e Juros d	982,29	805,34	-18,01	500,00	-37,91	904,64	80,93	949,87	5,00	994,51	4,70
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa	27.457,82	31.969,74	16,43	30.000,00	-6,16	35.911,61	19,71	37.707,19	5,00	39.479,43	4,70
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Juros de Mora d	6.413,14	11.391,22	77,62	10.000,00	-12,21	12.795,76	27,96	13.435,55	5,00	14.067,02	4,70
Taxa de Fiscaliza*o de Vigil ncia SanitÆria	**608,67**	**926,31**	**52,19**	**143.000,00**	**15.337,60**	**1.040,52**	**-99,27**	**1.092,55**	**5,00**	**1.143,90**	**4,70**
Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária - Principal	608,67	926,31	52,19	100.000,00	10.695,52	1.040,52	-98,96	1.092,55	5,00	1.143,90	4,70
Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária - Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

01 JUN 2022

Câmara Municipal de João Monlevade

43

MUNICIPIO DE JO˜O MONLEVADE - M

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XII - RECEITA PRIM`RIA E MEM RIA DE C`LCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICA¨˜O	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2020	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%
Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária - Multas e Juros d	0,00	0,00	0,00	13.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas pela Presta*o de Servi os	**852.820,57**	**995.325,26**	**16,71**	**1.169.000,00**	**17,45**	**1.118.048,86**	**-4,36**	**1.173.951,30**	**5,00**	**1.229.127,01**	**4,70**
Taxas pela Presta*o de Servi os em Geral	**852.820,57**	**995.325,26**	**16,71**	**1.169.000,00**	**17,45**	**1.118.048,86**	**-4,36**	**1.173.951,30**	**5,00**	**1.229.127,01**	**4,70**
Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Principal	717.231,82	877.158,63	22,30	1.028.000,00	17,20	985.312,28	-4,15	1.034.577,89	5,00	1.083.203,05	4,70
Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Multas e Juros d	3.627,73	6.036,14	66,39	11.000,00	82,24	6.780,40	-38,36	7.119,42	5,00	7.454,03	4,70
Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Dívida Ativa	114.332,10	81.609,67	-28,62	100.000,00	22,53	91.672,14	-8,33	96.255,75	5,00	100.779,77	4,70
Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Multas e Juros d	17.628,92	30.520,82	73,13	30.000,00	-1,71	34.284,04	14,28	35.998,24	5,00	37.690,16	4,70
Contribui ıes	**5.785.219,82**	**6.716.041,84**	**16,09**	**7.000.000,00**	**4,23**	**9.000.000,00**	**28,57**	**9.450.000,00**	**5,00**	**9.900.000,00**	**4,76**
Contribui*o para o Custeio do Servi o de Ilumina*o Pœbli	**5.785.219,82**	**6.716.041,84**	**16,09**	**7.000.000,00**	**4,23**	**9.000.000,00**	**28,57**	**9.450.000,00**	**5,00**	**9.900.000,00**	**4,76**
Contribui*o para o Custeio do Servi o de Ilumina*o Pœbli	**5.785.219,82**	**6.716.041,84**	**16,09**	**7.000.000,00**	**4,23**	**9.000.000,00**	**28,57**	**9.450.000,00**	**5,00**	**9.900.000,00**	**4,76**
Contribui*o para o Custeio do Servi o de Ilumina*o Pœbli	**5.785.219,82**	**6.716.041,84**	**16,09**	**7.000.000,00**	**4,23**	**9.000.000,00**	**28,57**	**9.450.000,00**	**5,00**	**9.900.000,00**	**4,76**
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pœblica -	5.785.219,82	6.716.041,84	16,09	7.000.000,00	4,23	9.000.000,00	28,57	9.450.000,00	5,00	9.900.000,00	4,76
Receita Patrimonial	**434.692,87**	**2.259.605,65**	**419,82**	**1.800.000,00**	**-20,34**	**2.538.215,03**	**41,01**	**2.665.125,79**	**5,00**	**2.790.386,70**	**4,70**
Explora*o do Patrim nio Imobiliƒrio do Estado	**83.562,77**	**60.472,50**	**-27,63**	**300.000,00**	**396,09**	**67.928,76**	**-77,36**	**71.325,20**	**5,00**	**74.677,48**	**4,70**
Explora*o do Patrim nio Imobiliƒrio do Estado	**83.562,77**	**60.472,50**	**-27,63**	**300.000,00**	**396,09**	**67.928,76**	**-77,36**	**71.325,20**	**5,00**	**74.677,48**	**4,70**
Concess*o, Permiss*o, Autoriza*o ou Cess*o do Direito de	**83.562,77**	**60.472,50**	**-27,63**	**300.000,00**	**396,09**	**67.928,76**	**-77,36**	**71.325,20**	**5,00**	**74.677,48**	**4,70**
Conc.Permiss.Autor.ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imó	83.562,77	60.472,50	-27,63	300.000,00	396,09	67.928,76	-77,36	71.325,20	5,00	74.677,48	4,70
Valores Mobiliƒrios	**351.130,10**	**2.199.133,15**	**526,30**	**1.500.000,00**	**-31,79**	**2.470.286,27**	**64,69**	**2.593.800,59**	**5,00**	**2.715.709,22**	**4,70**
Juros e Corre ıes Monetƒrias	**350.156,75**	**2.197.235,62**	**527,50**	**1.495.000,00**	**-31,96**	**2.468.154,77**	**65,09**	**2.591.562,51**	**5,00**	**2.713.365,95**	**4,70**
Remunera*o de Dep sitos Bancƒrios	**350.156,75**	**2.197.235,62**	**527,50**	**1.495.000,00**	**-31,96**	**2.468.154,77**	**65,09**	**2.591.562,51**	**5,00**	**2.713.365,95**	**4,70**
Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	350.156,75	2.197.235,62	527,50	1.495.000,00	-31,96	2.468.154,77	65,09	2.591.562,51	5,00	2.713.365,95	4,70
Dividendos	**973,35**	**1.897,53**	**94,95**	**5.000,00**	**163,50**	**2.131,50**	**-57,37**	**2.238,08**	**5,00**	**2.343,27**	**4,70**
Dividendos	**973,35**	**1.897,53**	**94,95**	**5.000,00**	**163,50**	**2.131,50**	**-57,37**	**2.238,08**	**5,00**	**2.343,27**	**4,70**
Dividendos - Principal	973,35	1.897,53	94,95	5.000,00	163,50	2.131,50	-57,37	2.238,08	5,00	2.343,27	4,70
Receita de Servi os	**22.282.067,52**	**24.522.340,83**	**10,05**	**29.137.000,00**	**18,82**	**27.545.945,45**	**-5,46**	**28.923.242,72**	**5,00**	**30.282.635,14**	**4,70**
Servi os Administrativos e Comerciais Gerais	**22.022.888,29**	**24.227.717,15**	**10,01**	**28.729.000,00**	**18,58**	**27.214.994,67**	**-5,27**	**28.575.744,41**	**5,00**	**29.918.804,40**	**4,70**
Servi os Administrativos e Comerciais Gerais	**22.022.888,29**	**24.227.717,15**	**10,01**	**28.729.000,00**	**18,58**	**27.214.994,67**	**-5,27**	**28.575.744,41**	**5,00**	**29.918.804,40**	**4,70**
Servi os Administrativos e Comerciais Gerais	**22.022.888,29**	**24.227.717,15**	**10,01**	**28.729.000,00**	**18,58**	**27.214.994,67**	**-5,27**	**28.575.744,41**	**5,00**	**29.918.804,40**	**4,70**
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	21.600.804,97	23.556.716,36	9,05	28.251.000,00	19,93	26.461.259,49	-6,34	27.784.322,46	5,00	29.090.185,62	4,70
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Multas e Juros	291.088,53	291.004,47	-0,03	326.000,00	12,03	326.885,32	0,27	343.229,59	5,00	359.361,38	4,70
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Dívida Ativa	112.192,50	338.279,83	201,52	130.000,00	-61,57	379.989,73	192,30	398.989,22	5,00	417.741,71	4,70
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Multas e Juros	18.802,29	41.716,49	121,87	22.000,00	-47,26	46.860,13	113,00	49.203,14	5,00	51.515,69	4,70
Outros Servi os	**259.179,23**	**294.623,68**	**13,68**	**408.000,00**	**38,48**	**330.950,78**	**-18,88**	**347.498,31**	**5,00**	**363.830,74**	**4,70**
Outros Servi os	**259.179,23**	**294.623,68**	**13,68**	**408.000,00**	**38,48**	**330.950,78**	**-18,88**	**347.498,31**	**5,00**	**363.830,74**	**4,70**
Outros Servi os	**259.179,23**	**294.623,68**	**13,68**	**408.000,00**	**38,48**	**330.950,78**	**-18,88**	**347.498,31**	**5,00**	**363.830,74**	**4,70**

Câmara Municipal de J. Monlevade

01 JUN 2022

MUNICIPIO DE JO`O MONLEVADE - M

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XII - RECEITA PRIM`RIA E MEM RIA DE C`LCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICA¨O	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2020	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%
Outros Serviços - Principal	259.179,23	294.623,68	13,68	408.000,00	38,48	330.950,78	-18,88	347.498,31	5,00	363.830,74	4,70
TransferŒncias Correntes	**198.564.456,10**	**227.696.530,94**	**14,67**	**223.905.000,00**	**-1,67**	**270.065.276,71**	**20,62**	**292.226.040,56**	**8,21**	**313.323.264,47**	**7,22**
TransferŒncias da Uni*o e de suas Entidades	**96.903.859,90**	**93.001.202,09**	**-4,03**	**94.875.000,00**	**2,01**	**115.537.266,43**	**21,78**	**120.739.129,76**	**4,50**	**125.893.168,85**	**4,27**
TransferŒncias Decorrentes de Participa *o na Receita da	**39.858.418,88**	**53.157.296,16**	**33,37**	**54.850.000,00**	**3,18**	**74.535.446,57**	**35,89**	**78.262.218,90**	**5,00**	**81.986.043,18**	**4,76**
Cota-Parte do Fundo de Participa *o dos Munic pios - FPM	**39.774.514,21**	**53.155.470,35**	**33,64**	**54.800.000,00**	**3,09**	**74.533.395,64**	**36,01**	**78.260.065,42**	**5,00**	**81.983.788,49**	**4,76**
Cota-Parte do Fundo de Participa *o dos Munic pios - Cota	**36.487.143,72**	**49.119.686,82**	**34,62**	**51.000.000,00**	**3,83**	**70.000.000,00**	**37,25**	**73.500.000,00**	**5,00**	**77.000.000,00**	**4,76**
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota M	36.487.143,72	49.119.686,82	34,62	51.000.000,00	3,83	70.000.000,00	37,25	73.500.000,00	5,00	77.000.000,00	4,76
Cota-Parte do Fundo de Participa *o do Munic pios 1% Co	**1.641.934,93**	**2.152.975,84**	**31,12**	**1.900.000,00**	**-11,75**	**2.418.437,76**	**27,29**	**2.539.359,65**	**5,00**	**2.658.709,55**	**4,70**
Cota-Parte do Fundo de Participação do Municípios – 1% Cota	1.641.934,93	2.152.975,84	31,12	1.900.000,00	-11,75	2.418.437,76	27,29	2.539.359,65	5,00	2.658.709,55	4,70
Cota-Parte do Fundo de Participa *o dos Munic pios - 1% C	**1.645.435,56**	**1.882.807,69**	**14,43**	**1.900.000,00**	**0,91**	**2.114.957,88**	**11,31**	**2.220.705,77**	**5,00**	**2.325.078,94**	**4,70**
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cot	1.645.435,56	1.882.807,69	14,43	1.900.000,00	0,91	2.114.957,88	11,31	2.220.705,77	5,00	2.325.078,94	4,70
Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rur	**83.904,67**	**1.825,81**	**-97,82**	**50.000,00**	**2.638,51**	**2.050,93**	**-95,90**	**2.153,48**	**5,00**	**2.254,69**	**4,70**
Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural -	83.904,67	1.825,81	-97,82	50.000,00	2.638,51	2.050,93	-95,90	2.153,48	5,00	2.254,69	4,70
TransferŒncias das Compensa ıes Financeiras pela Explo	**1.628.260,09**	**2.492.713,97**	**53,09**	**2.500.000,00**	**0,29**	**2.933.481,81**	**17,34**	**3.120.155,90**	**6,36**	**3.265.703,23**	**4,66**
Cota-parte da Compensa *o Financeira pela Explora *o de	**1.041.222,00**	**1.543.204,67**	**48,21**	**1.500.000,00**	**-2,80**	**1.733.481,81**	**15,57**	**1.820.155,90**	**5,00**	**1.905.703,23**	**4,70**
Cota-parte da Compensação Financeira pela Exploração de R	1.041.222,00	1.543.204,67	48,21	1.500.000,00	-2,80	1.733.481,81	15,57	1.820.155,90	5,00	1.905.703,23	4,70
Cota-parte da Compensa *o Financeira pela Produ *o de P	**587.038,09**	**949.509,30**	**61,75**	**1.000.000,00**	**5,32**	**1.200.000,00**	**20,00**	**1.300.000,00**	**8,33**	**1.360.000,00**	**4,62**
Cota-parte da Compensa *o Financeira pela Produ *o de P	**587.038,09**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Cota-parte da Compensação Financeira pela Produção de Pet	587.038,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte do Fundo Especial do Petr leo FEP	**0,00**	**949.509,30**	**0,00**	**1.000.000,00**	**5,32**	**1.200.000,00**	**20,00**	**1.300.000,00**	**8,33**	**1.360.000,00**	**4,62**
Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo – FEP - Principal	0,00	949.509,30	0,00	1.000.000,00	5,32	1.200.000,00	20,00	1.300.000,00	8,33	1.360.000,00	4,62
Transf.de Rec.do Sistema nico de Saœde SUS	**39.137.304,72**	**33.822.184,61**	**-13,58**	**31.700.000,00**	**-6,27**	**32.804.204,09**	**3,48**	**33.894.414,29**	**3,32**	**34.983.451,76**	**3,21**
Transf.de Rec.do Sistema nico de Saœde SUS Repasse	**39.137.304,72**	**33.822.184,61**	**-13,58**	**31.700.000,00**	**-6,27**	**32.804.204,09**	**3,48**	**33.894.414,29**	**3,32**	**34.983.451,76**	**3,21**
Transf.de Rec.do Bloco de Manuten *o das A ıes e Servi os	**5.637.481,65**	**7.265.999,71**	**28,89**	**7.000.000,00**	**-3,66**	**7.000.000,00**	**0,00**	**7.000.000,00**	**0,00**	**7.000.000,00**	**0,00**
Transf.de Rec.do Bloco de Manut.das Ações e Serv.Públicos de	5.637.481,65	7.265.999,71	28,89	7.000.000,00	-3,66	7.000.000,00	0,00	7.000.000,00	0,00	7.000.000,00	0,00
Transf.de Rec.do Bloco de Manuten *o das A ıes e Servi os	**19.185.800,49**	**24.950.020,84**	**30,04**	**23.000.000,00**	**-7,82**	**24.000.000,00**	**4,35**	**25.000.000,00**	**4,17**	**26.000.000,00**	**4,00**
Transf.de Rec.do Bloco de Manut.das Ações e Serv.Públicos de	19.185.800,49	24.950.020,84	30,04	23.000.000,00	-7,82	24.000.000,00	4,35	25.000.000,00	4,17	26.000.000,00	4,00
Transf.de Rec.do Bloco de Manuten *o das A ıes e Servi os	**1.009.575,35**	**1.074.695,10**	**6,45**	**1.100.000,00**	**2,35**	**1.207.205,01**	**9,75**	**1.267.565,26**	**5,00**	**1.327.140,83**	**4,70**
Transf.de Rec.do Bloco de Manut.das Ações e Serv.Públicos de	1.009.575,35	1.074.695,10	6,45	1.100.000,00	2,35	1.207.205,01	9,75	1.267.565,26	5,00	1.327.140,83	4,70
Transf.de Rec.do Bloco de Manuten *o das A ıes e Servi os	**471.468,96**	**471.468,96**	**0,00**	**500.000,00**	**6,05**	**529.601,08**	**5,92**	**556.081,13**	**5,00**	**582.216,94**	**4,70**
Transf.de Rec.do Bloco de Manut.das Ações e Serv.Públicos de	471.468,96	471.468,96	0,00	500.000,00	6,05	529.601,08	5,92	556.081,13	5,00	582.216,94	4,70
Transf.de Rec.do Bloco de Manuten *o das A ıes e Servi os	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Transf.de Rec.do Bloco de Manut.das Ações e Serv.Públicos de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf.de Rec.do Bloco de Manuten *o das A ıes e Servi os	**12.832.978,27**	**60.000,00**	**-99,53**	**100.000,00**	**66,67**	**67.398,00**	**-32,60**	**70.767,90**	**5,00**	**74.093,99**	**4,70**
Transf.de Rec.do Bloco de Manut.das Ações e Serv.Públicos de	12.832.978,27	60.000,00	-99,53	100.000,00	66,67	67.398,00	-32,60	70.767,90	5,00	74.093,99	4,70

Câmara Municipal de J. Monlevade
175
01 JUN 2022

MUNICIPIO DE JO^O MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XII - RECEITA PRIM`RIA E MEM RIA DE C`LCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICA¨O	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2020	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%
Transf.de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimen	**2.369.975,03**	**2.436.644,27**	**2,81**	**2.915.000,00**	**19,63**	**2.737.082,51**	**-6,10**	**2.873.936,64**	**5,00**	**3.009.011,66**	**4,70**
Transf.do Sal¡rio-Educa ªo	**1.700.589,99**	**1.835.484,42**	**7,93**	**2.100.000,00**	**14,41**	**2.061.799,65**	**-1,82**	**2.164.889,63**	**5,00**	**2.266.639,44**	**4,70**
Transf.do Salário-Educação - Principal	1.700.589,99	1.835.484,42	7,93	2.100.000,00	14,41	2.061.799,65	-1,82	2.164.889,63	5,00	2.266.639,44	4,70
Transf.ref.ao Prog.Nacional de Alimenta ªo Escolar PNAE	**647.605,20**	**595.904,00**	**-7,98**	**800.000,00**	**34,25**	**669.378,96**	**-16,33**	**702.847,91**	**5,00**	**735.881,76**	**4,70**
Transf.ref.ao Prog.Nacional de Alimentação Escolar – PNAE -	647.605,20	595.904,00	-7,98	800.000,00	34,25	669.378,96	-16,33	702.847,91	5,00	735.881,76	4,70
Transf.ref.ao Prog.Nacional de Apoio ao Transporte do Es	**10.646,55**	**5.255,85**	**-50,63**	**15.000,00**	**185,40**	**5.903,90**	**-60,64**	**6.199,10**	**5,00**	**6.490,46**	**4,70**
Transf.ref.ao Prog.Nacional de Apoio ao Transporte do Escola	10.646,55	5.255,85	-50,63	15.000,00	185,40	5.903,90	-60,64	6.199,10	5,00	6.490,46	4,70
Outras TransferŒncias Diretas do Fundo Nacional do Des	**11.133,29**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Desenvo	11.133,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf.de Rec.do Fundo Nacional de AssistŒncia Social	**1.098.233,78**	**338.087,02**	**-69,22**	**610.000,00**	**80,43**	**379.773,15**	**-37,74**	**398.761,81**	**5,00**	**417.503,62**	**4,70**
Transf.de Rec.do Fundo Nacional de AssistŒncia Social	**1.098.233,78**	**338.087,02**	**-69,22**	**610.000,00**	**80,43**	**379.773,15**	**-37,74**	**398.761,81**	**5,00**	**417.503,62**	**4,70**
Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência	1.098.233,78	338.087,02	-69,22	610.000,00	80,43	379.773,15	-37,74	398.761,81	5,00	417.503,62	4,70
Outras TransferŒncias de Recursos da Uni³o e de suas E	**12.811.667,40**	**754.276,06**	**-94,11**	**2.300.000,00**	**204,93**	**2.147.278,30**	**-6,64**	**2.189.642,22**	**1,97**	**2.231.455,40**	**1,91**
TransferŒncias Financeiras do ICMS Desonera ªo L.C. N	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Transferências Financeiras do ICMS – Desoneração – L.C. Nº	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TransferŒncia Especial da Uni³o	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**500.000,00**	**0,00**	**500.000,00**	**0,00**	**500.000,00**	**0,00**	**500.000,00**	**0,00**
Transferência Especial da União - Principal	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	500.000,00	0,00	500.000,00	0,00	500.000,00	0,00
TransferŒncia Obrigat ria Decorrente da Lei Complementa	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**800.000,00**	**0,00**	**800.000,00**	**0,00**	**800.000,00**	**0,00**	**800.000,00**	**0,00**
Transferência Obrigatória Decorrente da Lei Complementar nº	0,00	0,00	0,00	800.000,00	0,00	800.000,00	0,00	800.000,00	0,00	800.000,00	0,00
Outras TransferŒncias de Recursos da Uni³o e de suas E	**12.811.667,40**	**754.276,06**	**-94,11**	**1.000.000,00**	**32,58**	**847.278,30**	**-15,27**	**889.642,22**	**5,00**	**931.455,40**	**4,70**
Outras Transferências de Recursos da União e de suas Entida	12.811.667,40	754.276,06	-94,11	1.000.000,00	32,58	847.278,30	-15,27	889.642,22	5,00	931.455,40	4,70
TransferŒncias dos Estados e do Distrito Federal e de su	**71.347.621,96**	**97.493.385,49**	**36,65**	**90.380.000,00**	**-7,30**	**109.017.151,74**	**20,62**	**121.873.009,34**	**11,79**	**134.713.190,79**	**10,54**
Participa ªo na Receita dos Estados e Distrito Federal	**65.633.394,38**	**82.194.080,93**	**25,23**	**84.880.000,00**	**3,27**	**101.619.212,03**	**19,72**	**114.450.172,63**	**12,63**	**127.270.330,75**	**11,20**
Cota-Parte do ICMS	**49.986.145,02**	**67.399.091,15**	**34,84**	**70.000.000,00**	**3,86**	**85.000.000,00**	**21,43**	**97.000.000,00**	**14,12**	**109.000.000,00**	**12,37**
Cota-Parte do ICMS - Principal	49.986.145,02	67.399.091,15	34,84	70.000.000,00	3,86	85.000.000,00	21,43	97.000.000,00	14,12	109.000.000,00	12,37
Cota-Parte do IPVA	**15.032.320,03**	**14.006.552,76**	**-6,82**	**14.000.000,00**	**-0,05**	**15.733.560,72**	**12,38**	**16.520.238,76**	**5,00**	**17.296.689,98**	**4,70**
Cota-Parte do IPVA - Principal	15.032.320,03	14.006.552,76	-6,82	14.000.000,00	-0,05	15.733.560,72	12,38	16.520.238,76	5,00	17.296.689,98	4,70
Cota-Parte do IPI - Munic pios	**554.634,27**	**750.121,86**	**35,25**	**800.000,00**	**6,65**	**842.611,89**	**5,33**	**884.742,48**	**5,00**	**926.325,38**	**4,70**
Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	554.634,27	750.121,86	35,25	800.000,00	6,65	842.611,89	5,33	884.742,48	5,00	926.325,38	4,70
Cota-Parte da Contribui ªo de Interven ªo no Dom nio Ecor	**60.295,06**	**38.315,16**	**-36,45**	**80.000,00**	**108,79**	**43.039,42**	**-46,20**	**45.191,39**	**5,00**	**47.315,39**	**4,70**
Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econó	60.295,06	38.315,16	-36,45	80.000,00	108,79	43.039,42	-46,20	45.191,39	5,00	47.315,39	4,70
TransferŒncias de Recursos do Sistema nico de Sa¼de	**5.462.262,54**	**14.996.938,17**	**174,56**	**5.050.000,00**	**-66,33**	**7.000.000,00**	**38,61**	**7.000.000,00**	**0,00**	**7.000.000,00**	**0,00**
TransferŒncias de Recursos do Sistema nico de Sa¼de	**5.462.262,54**	**14.996.938,17**	**174,56**	**5.050.000,00**	**-66,33**	**7.000.000,00**	**38,61**	**7.000.000,00**	**0,00**	**7.000.000,00**	**0,00**
Transferências de Recursos do Sistema Único de Sade – SUS	5.462.262,54	14.996.938,17	174,56	5.050.000,00	-66,33	7.000.000,00	38,61	7.000.000,00	0,00	7.000.000,00	0,00
Outras TransferŒncias dos Estados e Distrito Federal	**251.965,04**	**302.366,39**	**20,00**	**450.000,00**	**48,83**	**397.939,71**	**-11,57**	**422.836,71**	**6,26**	**442.860,04**	**4,74**

Câmara Municipal de J. Monlevade
01 JUN 2022

MUNICIPIO DE JO^O MONLEVADE - M

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XII - RECEITA PRIM`RIA E MEM RIA DE C`LCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICA¨O	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2020	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%
TransferŒncias de Estados destinadas Assistência Soc	**243.318,50**	**265.012,00**	**8,92**	**400.000,00**	**50,94**	**297.687,98**	**-25,58**	**312.572,38**	**5,00**	**327.263,28**	**4,70**
Transferências de Estados destinadas à Assistência Social - P	243.318,50	265.012,00	8,92	400.000,00	50,94	297.687,98	-25,58	312.572,38	5,00	327.263,28	4,70
TransferŒncias de Recursos Destinados a Programas de	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**50.000,00**	**0,00**	**58.291,54**	**16,58**	**66.206,13**	**13,58**	**69.467,82**	**4,93**
Transferências de Recursos Destinados a Programas de Educ	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	58.291,54	16,58	66.206,13	13,58	69.467,82	4,93
Outras TransferŒncias dos Estados e DF	**8.646,54**	**37.354,39**	**332,02**	**0,00**	**0,00**	**41.960,19**	**0,00**	**44.058,20**	**5,00**	**46.128,94**	**4,70**
Outras Transferências dos Estados e DF - Principal	8.646,54	37.354,39	332,02	0,00	0,00	41.960,19	0,00	44.058,20	5,00	46.128,94	4,70
TransferŒncias de Institui ies Privadas	**2.874.356,28**	**1.287.659,68**	**-55,20**	**250.000,00**	**-80,58**	**282.603,29**	**13,04**	**384.233,45**	**35,96**	**485.842,42**	**26,44**
TransferŒncias de Institui ies Privadas	**2.874.356,28**	**1.287.659,68**	**-55,20**	**250.000,00**	**-80,58**	**282.603,29**	**13,04**	**384.233,45**	**35,96**	**485.842,42**	**26,44**
Outras Transfer"ncias de Institui"§" es Privadas	**2.874.356,28**	**1.287.659,68**	**-55,20**	**250.000,00**	**-80,58**	**282.603,29**	**13,04**	**384.233,45**	**35,96**	**485.842,42**	**26,44**
Outras TransferÃªncias de InstituÃ§Ãµes Privadas â€" Princip	2.874.356,28	1.287.659,68	-55,20	250.000,00	-80,58	282.603,29	13,04	384.233,45	35,96	485.842,42	26,44
TransferŒncias de Outras Institui ies Pœblicas	**27.438.617,96**	**35.889.129,89**	**30,80**	**38.000.000,00**	**5,88**	**45.000.000,00**	**18,42**	**49.000.000,00**	**8,89**	**52.000.000,00**	**6,12**
TransferŒncias de Recursos do FUNDEB	**27.191.941,12**	**35.889.129,89**	**31,98**	**38.000.000,00**	**5,88**	**45.000.000,00**	**18,42**	**49.000.000,00**	**8,89**	**52.000.000,00**	**6,12**
TransferŒncias de Recursos do FUNDEB	**27.191.941,12**	**35.889.129,89**	**31,98**	**38.000.000,00**	**5,88**	**45.000.000,00**	**18,42**	**49.000.000,00**	**8,89**	**52.000.000,00**	**6,12**
Transferências de Recursos do FUNDEB - Principal	27.191.941,12	35.889.129,89	31,98	38.000.000,00	5,88	45.000.000,00	18,42	49.000.000,00	8,89	52.000.000,00	6,12
Demais TransferŒncias Correntes	**0,00**	**25.153,79**	**0,00**	**400.000,00**	**1.490,22**	**228.255,25**	**-42,94**	**229.668,01**	**0,62**	**231.062,41**	**0,61**
TransferŒncias de Pessoas F sicas	**0,00**	**25.153,79**	**0,00**	**400.000,00**	**1.490,22**	**228.255,25**	**-42,94**	**229.668,01**	**0,62**	**231.062,41**	**0,61**
TransferŒncias de Pessoas F sicas - Programas de Saœd	**0,00**	**25.153,79**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**28.255,25**	**0,00**	**29.668,01**	**5,00**	**31.062,41**	**4,70**
Transferências de Pessoas Físicas - Programas de Sade - Pri	0,00	25.153,79	0,00	0,00	0,00	28.255,25	0,00	29.668,01	5,00	31.062,41	4,70
Outras TransferŒncias de Pessoas F sicas	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**400.000,00**	**0,00**	**200.000,00**	**-50,00**	**200.000,00**	**0,00**	**200.000,00**	**0,00**
Outras Transferências de Pessoas Físicas - Principal	0,00	0,00	0,00	400.000,00	0,00	200.000,00	-50,00	200.000,00	0,00	200.000,00	0,00
Outras Receitas Correntes	**1.697.923,29**	**1.238.903,25**	**-27,03**	**1.584.000,00**	**27,86**	**2.355.669,55**	**48,72**	**2.573.453,03**	**9,25**	**3.059.823,14**	**18,90**
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	**971.878,88**	**860.024,87**	**-11,51**	**1.085.000,00**	**26,16**	**966.065,93**	**-10,96**	**1.164.369,23**	**20,53**	**1.631.512,40**	**40,12**
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	**971.878,88**	**860.024,87**	**-11,51**	**1.085.000,00**	**26,16**	**966.065,93**	**-10,96**	**1.164.369,23**	**20,53**	**1.631.512,40**	**40,12**
Multas Previstas em Legisla °o Espec fica	**417.305,03**	**817.412,60**	**95,88**	**1.000.000,00**	**22,34**	**918.199,57**	**-8,18**	**1.114.109,55**	**21,34**	**1.578.890,52**	**41,72**
Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	417.305,03	817.412,60	95,88	1.000.000,00	22,34	918.199,57	-8,18	1.114.109,55	21,34	1.578.890,52	41,72
Multas por Danos Ambientais	**10.103,99**	**41.239,25**	**308,15**	**80.000,00**	**93,99**	**46.324,05**	**-42,09**	**48.640,25**	**5,00**	**50.926,34**	**4,70**
Multas Administrativas por Danos Ambientais	**10.103,99**	**41.239,25**	**308,15**	**80.000,00**	**93,99**	**46.324,05**	**-42,09**	**48.640,25**	**5,00**	**50.926,34**	**4,70**
Multas Administrativas por Danos Ambientais - Principal	10.103,99	41.239,25	308,15	80.000,00	93,99	46.324,05	-42,09	48.640,25	5,00	50.926,34	4,70
Multas Decorrentes de Senten as Judiciais	**544.469,86**	**1.373,02**	**-99,75**	**5.000,00**	**264,16**	**1.542,31**	**-69,15**	**1.619,43**	**5,00**	**1.695,54**	**4,70**
Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais - Principal	0,00	1.373,02	0,00	5.000,00	264,16	1.542,31	-69,15	1.619,43	5,00	1.695,54	4,70
Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais - Multas e Juros de	544.469,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros Previstos em Contratos	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indeniza ies, Restitui ies e Ressarcimentos	**411.271,03**	**113.929,01**	**-72,30**	**78.000,00**	**-31,54**	**1.091.985,99**	**1.299,98**	**1.096.585,29**	**0,42**	**1.101.124,80**	**0,41**
Restitui ies	**411.271,03**	**113.929,01**	**-72,30**	**78.000,00**	**-31,54**	**1.091.985,99**	**1.299,98**	**1.096.585,29**	**0,42**	**1.101.124,80**	**0,41**

01 JUN 2022

MUNICIPIO DE JO^O MONLEVADE - M^

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XII - RECEITA PRIM`RIA E MEM RIA DE C`LCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICA¨^O	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2020	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%
Restitui ºo de ConvŒnios	188.221,55	5.733,40	-96,95	0,00	0,00	6.440,33	0,00	6.762,35	5,00	7.080,18	4,70
Restitui ºo de ConvŒnios - Prim/Erias	89.894,00	5.733,40	-93,62	0,00	0,00	6.440,33	0,00	6.762,35	5,00	7.080,18	4,70
Restituição de Convênios - Primárias - Principal	89.894,00	5.733,40	-93,62	0,00	0,00	6.440,33	0,00	6.762,35	5,00	7.080,18	4,70
Restitui ºo de ConvŒnios - Financeiras	98.327,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restituição de Convênios - Financeiras - Principal	98.327,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Restitui ıes	223.049,48	108.195,61	-51,49	78.000,00	-27,91	1.085.545,66	1.291,73	1.089.822,94	0,39	1.094.044,62	0,39
Outras Restituições - Principal	223.049,48	108.195,61	-51,49	78.000,00	-27,91	1.085.545,66	1.291,73	1.089.822,94	0,39	1.094.044,62	0,39
Demais Receitas Correntes	314.773,38	264.949,37	-15,83	421.600,00	58,90	297.617,63	-29,31	312.498,51	5,00	327.185,94	4,70
Outras Receitas Correntes	314.773,38	264.949,37	-15,83	421.600,00	58,90	297.617,63	-29,31	312.498,51	5,00	327.185,94	4,70
Encargos Legais pela Inscri ºo em D vida Ativa e Receitas	109.177,99	59.223,36	-45,76	100.000,00	68,85	66.525,60	-33,47	69.851,88	5,00	73.134,92	4,70
nus de SucumbŒncia	109.177,99	59.223,36	-45,76	100.000,00	68,85	66.525,60	-33,47	69.851,88	5,00	73.134,92	4,70
Ônus de Sucumbência - Principal	109.177,99	59.223,36	-45,76	100.000,00	68,85	66.525,60	-33,47	69.851,88	5,00	73.134,92	4,70
Outras Receitas	205.595,39	205.726,01	0,06	321.000,00	56,03	231.092,03	-28,01	242.646,63	5,00	254.051,02	4,70
Outras Receitas N°o Arrecadadas e N°o Projetadas pela R	205.595,39	205.726,01	0,06	321.000,00	56,03	231.092,03	-28,01	242.646,63	5,00	254.051,02	4,70
Outras Receit.Não Arrec.e Não Projet.pela RFB - Primárias -	182.355,17	193.592,63	6,16	311.000,00	60,65	217.462,60	-30,08	228.335,73	5,00	239.067,51	4,70
Outras Receit.Não Arrec.e Não Projet.pela RFB - Primárias -	23.240,22	12.133,38	-47,79	10.000,00	-17,58	13.629,43	36,29	14.310,90	5,00	14.983,51	4,70
Receitas de Capital	4.729.296,31	9.439.734,55	99,60	24.700.000,00	161,66	14.600.489,42	-40,89	12.625.513,89	-13,53	10.650.213,04	-15,65
Opera ıes de CrØdito	2.379.034,23	6.749.181,78	183,69	7.000.000,00	3,72	4.000.000,00	-42,86	4.000.000,00	0,00	4.000.000,00	0,00
Opera ıes de CrØdito - Mercado Interno	2.379.034,23	6.749.181,78	183,69	7.000.000,00	3,72	4.000.000,00	-42,86	4.000.000,00	0,00	4.000.000,00	0,00
Opera ıes de CrØdito Contratuais - Mercado Interno	2.379.034,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Opera ıes de CrØdito Contratuais - Mercado Interno	2.379.034,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno - Principa	2.379.034,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Opera ıes de CrØdito - Mercado Interno	0,00	6.749.181,78	0,00	7.000.000,00	3,72	4.000.000,00	-42,86	4.000.000,00	0,00	4.000.000,00	0,00
Outras Opera ıes de CrØdito - Mercado Interno	0,00	6.749.181,78	0,00	7.000.000,00	3,72	4.000.000,00	-42,86	4.000.000,00	0,00	4.000.000,00	0,00
Outras Operações de Crédito - Mercado Interno - Principal	0,00	6.749.181,78	0,00	7.000.000,00	3,72	4.000.000,00	-42,86	4.000.000,00	0,00	4.000.000,00	0,00
Aliena ºo de Bens	0,00	0,00	0,00	4.100.000,00	0,00	4.100.000,00	0,00	4.100.000,00	0,00	4.100.000,00	0,00
Aliena ºo de Bens M veis	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00
Aliena ºo de Bens M veis e Semoventes	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00
Aliena ºo de Bens M veis e Semoventes	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00
Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00
Aliena ºo de Bens Im veis	0,00	0,00	0,00	4.000.000,00	0,00	4.000.000,00	0,00	4.000.000,00	0,00	4.000.000,00	0,00
Aliena ºo de Bens Im veis	0,00	0,00	0,00	4.000.000,00	0,00	4.000.000,00	0,00	4.000.000,00	0,00	4.000.000,00	0,00
Aliena ºo de Bens Im veis	0,00	0,00	0,00	4.000.000,00	0,00	4.000.000,00	0,00	4.000.000,00	0,00	4.000.000,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis - Principal	0,00	0,00	0,00	4.000.000,00	0,00	4.000.000,00	0,00	4.000.000,00	0,00	4.000.000,00	0,00
TransferŒncias de Capital	2.350.262,08	2.690.552,77	14,48	13.600.000,00	405,47	6.500.489,42	-52,20	4.525.513,89	-30,38	2.550.213,04	-43,65

01 JUN 2022

Câmara Municipal de J. Monlevade

MUNICIPIO DE JO`O MONLEVADE - M

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XII - RECEITA PRIM`RIA E MEM RIA DE C`LCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICA¨O	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2020	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%
TransferŒncias da Uni*o e de suas Entidades	1.894.512,08	295.552,77	-84,40	7.600.000,00	2.471,45	4.331.994,42	-43,00	2.348.594,14	-45,78	364.978,06	-84,46
TransferŒncias de Recursos do Sistema nico de Saœde -	275.245,00	149.995,00	-45,50	0,00	0,00	168.489,38	0,00	176.913,85	5,00	185.228,80	4,70
TransferŒncias de Recursos do Sistema nico de Saœde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TransferŒncias de Recursos do Bloco de Estrutura *o da	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf.de Rec.do Bloco de Estrut.da Rede de Serv.Pœblicos de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras TransferŒncias de Recursos do Sistema nico de S	275.245,00	149.995,00	-45,50	0,00	0,00	168.489,38	0,00	176.913,85	5,00	185.228,80	4,70
Outras Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde	275.245,00	149.995,00	-45,50	0,00	0,00	168.489,38	0,00	176.913,85	5,00	185.228,80	4,70
TransferŒncias de Recursos do Fundo Nacional do Deser	0,00	0,00	0,00	600.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TransferŒncias de Recursos Destinados a Programas de	0,00	0,00	0,00	600.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TransferŒncias para o Programa Nacional de Reestrutura	0,00	0,00	0,00	600.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf.para o Prog.Nacional de Reest.e Aquis.de Equip.para E	0,00	0,00	0,00	600.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TransferŒncias de Recursos do Fundo Nacional de Assist	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TransferŒncias de Recursos do Fundo Nacional de Assist	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TransferŒncias de ConvŒnios da Uni*o e de suas Entidad	1.242.665,22	0,00	0,00	7.000.000,00	0,00	4.000.000,00	-42,86	2.000.000,00	-50,00	0,00	0,00
TransferŒncias de ConvŒnios da Uni*o destinadas a Prog	200.092,93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios da União destinadas a Programa	200.092,93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TransferŒncias de ConvŒnios da Uni*o destinadas a Prog	571.715,15	0,00	0,00	5.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios da União destinadas a Programa	571.715,15	0,00	0,00	5.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TransferŒncias de ConvŒnios da Uni*o destinadas a Prog	470.857,14	0,00	0,00	2.000.000,00	0,00	4.000.000,00	100,00	2.000.000,00	-50,00	0,00	0,00
Transf.de Convênios da União destinadas a Programas de Infr	470.857,14	0,00	0,00	2.000.000,00	0,00	4.000.000,00	100,00	2.000.000,00	-50,00	0,00	0,00
Outras TransferŒncias de Recursos da Uni*o e de suas En	376.601,86	145.557,77	-61,35	0,00	0,00	163.505,04	0,00	171.680,29	5,00	179.749,26	4,70
Outras TransferŒncias De Recursos da Uni*o e de suas En	376.601,86	145.557,77	-61,35	0,00	0,00	163.505,04	0,00	171.680,29	5,00	179.749,26	4,70
Outras Transferências De Recursos da União e de suas Entida	376.601,86	145.557,77	-61,35	0,00	0,00	163.505,04	0,00	171.680,29	5,00	179.749,26	4,70
TransferŒncias dos Estados e do Distrito Federal e de sua	407.000,00	2.200.000,00	440,54	4.000.000,00	81,82	168.495,00	-95,79	176.919,75	5,00	185.234,98	4,70
TransferŒncias de Recursos do Sistema nico de Saœde	82.000,00	150.000,00	82,93	0,00	0,00	168.495,00	0,00	176.919,75	5,00	185.234,98	4,70
TransferŒncias de Recursos do Sistema nico de Saœde	82.000,00	150.000,00	82,93	0,00	0,00	168.495,00	0,00	176.919,75	5,00	185.234,98	4,70
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS	82.000,00	150.000,00	82,93	0,00	0,00	168.495,00	0,00	176.919,75	5,00	185.234,98	4,70
TransferŒncias de ConvŒnios dos Estados e DF e de Sua	325.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TransferŒncias de ConvŒnios dos Estados destinadas a	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios dos Estados destinadas a Progr	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras TransferŒncias de ConvŒnios dos Estados e DF e	325.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Convênios dos Estados e DF e de S	325.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras TransferŒncias de Recursos dos Estados	0,00	2.050.000,00	0,00	4.000.000,00	95,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras TransferŒncias de Recursos dos Estados	0,00	2.050.000,00	0,00	4.000.000,00	95,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

01 JUN 2022

MUNICIPIO DE JO˜O MONLEVADE - M

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XII - RECEITA PRIM˜RIA E MEM RIA DE C˜LCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICA¨˜O	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2020	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%
Outras Transferências de Recursos dos Estados - Principal	0,00	2.050.000,00	0,00	4.000.000,00	95,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais TransferŒncias de Capital	**48.750,00**	**195.000,00**	**300,00**	**2.000.000,00**	**925,64**	**2.000.000,00**	**0,00**	**2.000.000,00**	**0,00**	**2.000.000,00**	**0,00**
Outras TransferŒncias de Capital	**48.750,00**	**195.000,00**	**300,00**	**2.000.000,00**	**925,64**	**2.000.000,00**	**0,00**	**2.000.000,00**	**0,00**	**2.000.000,00**	**0,00**
Outras TransferŒncias de Capital	**48.750,00**	**195.000,00**	**300,00**	**2.000.000,00**	**925,64**	**2.000.000,00**	**0,00**	**2.000.000,00**	**0,00**	**2.000.000,00**	**0,00**
Outras Transferências de Capital - Principal	48.750,00	195.000,00	300,00	2.000.000,00	925,64	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00	0,00
CORRENTE INTRAOR˙AMENT˜RIA	**564.859,20**	**520.296,21**	**-7,89**	**661.000,00**	**27,04**	**584.448,73**	**-11,58**	**613.671,17**	**5,00**	**642.513,72**	**4,70**
Receitas Correntes	**564.859,20**	**520.296,21**	**-7,89**	**661.000,00**	**27,04**	**584.448,73**	**-11,58**	**613.671,17**	**5,00**	**642.513,72**	**4,70**
Receita de Servi os	**564.859,20**	**520.296,21**	**-7,89**	**661.000,00**	**27,04**	**584.448,73**	**-11,58**	**613.671,17**	**5,00**	**642.513,72**	**4,70**
Servi os Administrativos e Comerciais Gerais	**564.859,20**	**520.296,21**	**-7,89**	**661.000,00**	**27,04**	**584.448,73**	**-11,58**	**613.671,17**	**5,00**	**642.513,72**	**4,70**
Servi os Administrativos e Comerciais Gerais	**564.859,20**	**520.296,21**	**-7,89**	**661.000,00**	**27,04**	**584.448,73**	**-11,58**	**613.671,17**	**5,00**	**642.513,72**	**4,70**
Servi os Administrativos e Comerciais Gerais	**564.859,20**	**520.296,21**	**-7,89**	**661.000,00**	**27,04**	**584.448,73**	**-11,58**	**613.671,17**	**5,00**	**642.513,72**	**4,70**
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	564.859,20	520.296,21	-7,89	658.000,00	26,47	584.448,73	-11,18	613.671,17	5,00	642.513,72	4,70
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Multas e Juros	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Multas e Juros	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDU¨˜O FUNDEB	**(20.428.827,64)**	**(26.255.453,65)**	**28,52**	**(27.170.000,00)**	**3,48**	**(34.315.643,21)**	**26,30**	**(37.581.425,37)**	**9,52**	**(40.845.052,36)**	**8,68**
Receitas Correntes	**(20.428.827,64)**	**(26.255.453,65)**	**28,52**	**(27.170.000,00)**	**3,48**	**(34.315.643,21)**	**26,30**	**(37.581.425,37)**	**9,52**	**(40.845.052,36)**	**8,68**
TransferŒncias Correntes	**(20.428.827,64)**	**(26.255.453,65)**	**28,52**	**(27.170.000,00)**	**3,48**	**(34.315.643,21)**	**26,30**	**(37.581.425,37)**	**9,52**	**(40.845.052,36)**	**8,68**
TransferŒncias da Uni°o e de suas Entidades	**(7.314.209,35)**	**(9.824.302,20)**	**34,32**	**(10.210.000,00)**	**3,93**	**(14.000.410,17)**	**37,12**	**(14.700.430,68)**	**5,00**	**(15.400.450,92)**	**4,76**
TransferŒncias Decorrentes de Participa °o na Receita da	**(7.314.209,35)**	**(9.824.302,20)**	**34,32**	**(10.210.000,00)**	**3,93**	**(14.000.410,17)**	**37,12**	**(14.700.430,68)**	**5,00**	**(15.400.450,92)**	**4,76**
Cota-Parte do Fundo de Participa °o dos Munic pios - FPM	**(7.297.428,45)**	**(9.823.937,05)**	**34,62**	**(10.200.000,00)**	**3,83**	**(14.000.000,00)**	**37,25**	**(14.700.000,00)**	**5,00**	**(15.400.000,00)**	**4,76**
Cota-Parte do Fundo de Participa °o dos Munic pios - Cota	**(7.297.428,45)**	**(9.823.937,05)**	**34,62**	**(10.200.000,00)**	**3,83**	**(14.000.000,00)**	**37,25**	**(14.700.000,00)**	**5,00**	**(15.400.000,00)**	**4,76**
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota M	(7.297.428,45)	(9.823.937,05)	34,62	(10.200.000,00)	3,83	(14.000.000,00)	37,25	(14.700.000,00)	5,00	(15.400.000,00)	4,76
Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rur	**(16.780,90)**	**(365,15)**	**-97,82**	**(10.000,00)**	**2.638,60**	**(410,17)**	**-95,90**	**(430,68)**	**5,00**	**(450,92)**	**4,70**
Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural -	(16.780,90)	(365,15)	-97,82	(10.000,00)	2.638,60	(410,17)	-95,90	(430,68)	5,00	(450,92)	4,70
Outras TransferŒncias de Recursos da Uni°o e de suas E	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
TransferŒncias Financeiras do ICMS Desonera °o L.C. N	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Transferências Financeiras do ICMS – Desoneração – L.C. N°	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TransferŒncias dos Estados e do Distrito Federal e de sua	**(13.114.618,29)**	**(16.431.151,45)**	**25,29**	**(16.960.000,00)**	**3,22**	**(20.315.233,04)**	**19,78**	**(22.880.994,69)**	**12,63**	**(25.444.601,44)**	**11,20**
Participa °o na Receita dos Estados e Distrito Federal	**(13.114.618,29)**	**(16.431.151,45)**	**25,29**	**(16.960.000,00)**	**3,22**	**(20.315.233,04)**	**19,78**	**(22.880.994,69)**	**12,63**	**(25.444.601,44)**	**11,20**
Cota-Parte do ICMS	**(9.997.228,70)**	**(13.479.817,84)**	**34,84**	**(14.000.000,00)**	**3,86**	**(17.000.000,00)**	**21,43**	**(19.400.000,00)**	**14,12**	**(21.800.000,00)**	**12,37**
Cota-Parte do ICMS - Principal	(9.997.228,70)	(13.479.817,84)	34,84	(14.000.000,00)	3,86	(17.000.000,00)	21,43	(19.400.000,00)	14,12	(21.800.000,00)	12,37
Cota-Parte do IPVA	**(3.006.462,73)**	**(2.801.309,24)**	**-6,82**	**(2.800.000,00)**	**-0,05**	**(3.146.710,67)**	**12,38**	**(3.304.046,20)**	**5,00**	**(3.459.336,37)**	**4,70**
Cota-Parte do IPVA - Principal	(3.006.462,73)	(2.801.309,24)	-6,82	(2.800.000,00)	-0,05	(3.146.710,67)	12,38	(3.304.046,20)	5,00	(3.459.336,37)	4,70
Cota-Parte do IPI - Munic pios	**(110.926,86)**	**(150.024,37)**	**35,25**	**(160.000,00)**	**6,65**	**(168.522,37)**	**5,33**	**(176.948,49)**	**5,00**	**(185.265,07)**	**4,70**
Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	(110.926,86)	(150.024,37)	35,25	(160.000,00)	6,65	(168.522,37)	5,33	(176.948,49)	5,00	(185.265,07)	4,70

01 JUN 2022

MUNICIPIO DE JO˜O MONLEVADE - M˜

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XII - RECEITA PRIM˜RIA E MEM RIA DE C˜LCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICA˜˜O	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2020	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%
TOTAL DA RECEITA	249.635.794,60	289.327.426,04	15,90	310.000.000,00	7,15	358.000.000,00	15,48	380.000.000,00	6,15	395.000.000,00	3,95
RECEITAS CORRRENTES (I)	245.153.175,33	279.887.691,49	14,17	285.300.000,00	1,93	343.399.510,58	20,36	367.374.486,11	6,98	384.349.786,96	4,62
APLICA˜ ES FINANCEIRAS (II)	350.156,75	2.197.235,62	527,50	1.495.000,00	-31,96	2.468.154,77	65,09	2.591.562,51	5,00	2.713.365,95	4,70
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (III) = (I - II)	244.803.018,58	277.690.455,87	13,43	283.805.000,00	2,20	340.931.355,81	20,13	364.782.923,60	7,00	381.636.421,01	4,62
RECEITAS DE CAPITAL (IV)	4.729.296,31	9.439.734,55	99,60	24.700.000,00	161,66	14.600.489,42	-40,89	12.625.513,89	-13,53	10.650.213,04	-15,65
RECEITAS DE OPERA˜˜O DE CR DITO (V)	2.379.034,23	6.749.181,78	183,69	7.000.000,00	3,72	4.000.000,00	-42,86	4.000.000,00	0,00	4.000.000,00	0,00
RECEITAS DE ALIENA˜˜O DE BENS (VI)	0,00	0,00	0,00	4.100.000,00	0,00	4.100.000,00	0,00	4.100.000,00	0,00	4.100.000,00	0,00
RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (VIII) = (IV - V - VI - VII)	2.350.262,08	2.690.552,77	14,48	13.600.000,00	405,47	6.500.489,42	-52,20	4.525.513,89	-30,38	2.550.213,04	-43,65
RECEITAS N˚O FINANCEIRAS (IX) = (III + VIII)	247.153.280,66	280.381.008,64	13,44	297.405.000,00	6,07	347.431.845,23	16,82	369.308.437,49	6,30	384.186.634,05	4,03

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Sec. Munic. Planej. E Desenv. Economico, Emissão: 24/05/2022 , às 10:06:45

01 JUN 2022

Câmara Municipal de J. Monlevade

51

MUNICIPIO DE JO^O MONLEVADE - M^

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XIII - RESULTADO PRIM`RIO E MEM RIA DE C`LCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICA^^O	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2020	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%
Despesas											
DESPESAS CORRENTES	**219.971.582,97**	**237.033.944,68**	**7,76**	**262.306.620,00**	**10,66**	**322.339.870,79**	**22,89**	**344.451.864,32**	**6,86**	**361.276.701,95**	**4,88**
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	118.781.951,82	122.538.298,50	3,16	134.026.670,00	9,38	151.772.096,33	13,24	162.280.701,16	6,92	171.677.594,10	5,79
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS CONTRA	493.047,96	529.978,82	7,49	587.000,00	10,76	595.325,21	1,42	625.091,47	5,00	654.470,77	4,70
RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	493.047,96	529.978,82	7,49	587.000,00	10,76	595.325,21	1,42	625.091,47	5,00	654.470,77	4,70
APLICAÇÕES DIRETAS	118.288.903,86	122.008.319,68	3,14	133.439.670,00	9,37	151.176.771,12	13,29	161.655.609,69	6,93	171.023.123,33	5,79
APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA	1.324.076,93	1.368.269,78	3,34	1.536.500,00	12,30	1.536.977,44	0,03	1.613.826,31	5,00	1.689.676,14	4,70
CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	12.133.220,40	13.554.020,83	11,71	16.675.100,00	23,03	15.748.218,47	-5,56	16.055.629,40	1,95	17.737.858,35	10,48
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	75.201.131,64	73.393.831,34	-2,40	81.103.000,00	10,50	95.045.129,50	17,19	103.247.385,97	8,63	107.989.098,73	4,59
OBRIGAÇÕES PATRONAIS	24.151.383,26	25.180.952,81	4,26	28.496.600,00	13,18	29.285.764,29	2,76	30.700.052,51	4,83	33.095.954,99	7,80
OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS -PESSOAL CIVIL	1.499.370,27	1.974.994,31	31,72	1.786.670,00	-9,54	2.218.511,11	24,17	2.329.436,67	5,00	2.438.920,19	4,70
SENTENÇAS JUDICIAIS	3.346.476,32	2.657.198,23	-20,60	3.380.000,00	27,20	2.984.830,77	-11,69	3.134.072,31	5,00	3.281.373,71	4,70
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	633.245,04	3.879.052,38	512,57	459.300,00	-88,16	4.357.339,54	848,69	4.575.206,52	5,00	4.790.241,22	4,70
APLICAÇÃO DIRETA À CONTA DE RECURSOS DE QUE T	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	618.179,98	1.072.087,46	73,43	1.600.000,00	49,24	2.500.000,00	56,25	2.800.000,00	12,00	3.000.000,00	7,14
APLICAÇÕES DIRETAS	618.179,98	1.072.087,46	73,43	1.600.000,00	49,24	2.500.000,00	56,25	2.800.000,00	12,00	3.000.000,00	7,14
JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	618.179,98	1.072.087,46	73,43	1.600.000,00	49,24	2.500.000,00	56,25	2.800.000,00	12,00	3.000.000,00	7,14
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	100.571.451,17	113.423.558,72	12,78	126.679.950,00	11,69	168.067.774,46	32,67	179.371.163,16	6,73	186.599.107,85	4,03
TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E AO DISTRITO FEDERA	18.445,39	207.341,73	1.024,08	0,00	0,00	232.906,97	0,00	244.552,32	5,00	256.046,28	4,70
CONTRIBUIÇÕES	18.445,39	207.341,73	1.024,08	0,00	0,00	232.906,97	0,00	244.552,32	5,00	256.046,28	4,70
TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	70.034,98	223.013,32	218,43	0,00	0,00	250.510,86	0,00	263.036,40	5,00	275.399,11	4,70
CONTRIBUIÇÕES	70.034,98	223.013,32	218,43	0,00	0,00	250.510,86	0,00	263.036,40	5,00	275.399,11	4,70
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FIN	13.814.590,86	14.522.590,64	5,13	12.524.000,00	-13,76	18.278.796,92	45,95	18.842.736,77	3,09	19.405.845,40	2,99
CONTRIBUIÇÕES	948.743,54	1.138.428,67	19,99	1.545.000,00	35,71	1.278.796,92	-17,23	1.342.736,77	5,00	1.405.845,40	4,70
SUBVENÇÕES SOCIAIS	12.865.847,32	13.384.161,97	4,03	10.979.000,00	-17,97	17.000.000,00	54,84	17.500.000,00	2,94	18.000.000,00	2,86
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FIN	70.459,50	2.100.000,00	2.880,44	0,00	0,00	2.358.930,00	0,00	2.476.876,50	5,00	2.593.289,70	4,70
SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	70.459,50	2.100.000,00	2.880,44	0,00	0,00	2.358.930,00	0,00	2.476.876,50	5,00	2.593.289,70	4,70
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS MEDIAN	287.956,14	237.102,84	-17,66	270.500,00	14,09	266.337,62	-1,54	279.654,50	5,00	292.798,26	4,70
RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	287.956,14	237.102,84	-17,66	270.500,00	14,09	266.337,62	-1,54	279.654,50	5,00	292.798,26	4,70
APLICAÇÕES DIRETAS	82.832.169,09	92.623.761,00	11,82	109.787.450,00	18,53	139.737.190,83	27,28	149.124.680,34	6,72	153.441.540,33	2,89
DIÁRIAS -PESSOAL CIVIL	152.275,00	140.091,67	-8,00	244.900,00	74,81	157.364,98	-35,74	165.233,23	5,00	172.999,19	4,70
MATERIAL DE CONSUMO	9.784.100,10	11.392.437,60	16,44	13.069.600,00	14,72	16.797.125,16	28,52	18.436.981,41	9,76	21.068.519,53	14,27
PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, I	383.038,50	33.250,92	-91,32	62.000,00	86,46	37.350,76	-39,76	39.218,29	5,00	41.041,55	4,70

01 JUN 2022

MUNICIPIO DE JO˜O MONLEVADE - M˜

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XIII - RESULTADO PRIM`RIO E MEM RIA DE C`LCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICA˜˜O	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2020	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%
Despesas											
Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	2.649.230,67	2.337.157,33	-11,78	2.375.000,00	1,62	2.625.328,83	10,54	2.756.595,27	5,00	2.886.155,25	4,70
Passagens e Despesas com Locomoção	686,40	1.337,82	94,90	14.300,00	968,90	1.502,77	-89,49	1.577,91	5,00	1.652,07	4,70
OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE (	704.754,45	472.866,95	-32,90	500.000,00	5,74	531.171,44	6,23	557.730,01	5,00	583.943,32	4,70
SERVIÇOS DE CONSULTORIA	92.841,60	207.158,20	123,13	615.900,00	197,31	232.700,80	-62,22	244.335,84	5,00	255.819,63	4,70
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA FÍSICA	1.058.037,93	1.566.434,27	48,05	2.435.580,00	55,49	1.759.575,62	-27,76	1.847.554,40	5,00	1.934.389,46	4,70
LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	0,00	0,00	0,00	600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA JURÍDIC.	55.937.014,68	64.284.663,38	14,92	74.597.140,00	16,04	98.903.882,46	32,58	106.099.706,57	7,28	107.445.592,78	1,27
SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMU	818.769,68	964.513,02	17,80	2.271.000,00	135,46	2.083.437,47	-8,26	1.737.609,34	-16,60	1.191.076,98	-31,45
SUBVENÇÕES SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	6.744.828,86	6.098.331,48	-9,59	7.080.000,00	16,10	10.850.255,76	53,25	11.192.768,55	3,16	11.530.828,68	3,02
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	2.408.316,50	2.681.678,02	11,35	2.797.300,00	4,31	3.012.328,92	7,69	3.162.945,37	5,00	3.311.603,80	4,70
OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	222.422,47	208.025,81	-6,47	315.000,00	51,42	233.675,39	-25,82	245.359,16	5,00	256.891,04	4,70
AUXÍLIO-TRANSPORTE	830.740,76	944.388,33	13,68	2.157.000,00	128,40	1.060.831,42	-50,82	1.113.872,99	5,00	1.166.225,02	4,70
Sentenças Judiciais	683.060,30	785.893,95	15,05	761.100,00	-3,15	882.794,67	15,99	926.934,40	5,00	970.500,32	4,70
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	3.846,12	0,00	1.530,00	-60,22	4.320,35	182,38	4.536,37	5,00	4.749,58	4,70
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	362.050,99	501.686,13	38,57	489.500,00	-2,43	563.544,03	15,13	591.721,23	5,00	619.532,13	4,70
APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENT	418.599,18	591.248,75	41,24	661.000,00	11,80	1.664.149,71	151,76	2.697.357,20	62,09	2.730.132,99	1,22
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	0,00	0,00	0,00	200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA JURÍDIC.	418.599,18	591.248,75	41,24	660.800,00	11,76	1.664.149,71	151,84	2.697.357,20	62,09	2.730.132,99	1,22
APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE OPERAÇÃO DE ÓRG	3.059.196,03	2.918.500,44	-4,60	3.437.000,00	17,77	5.278.951,55	53,59	5.442.269,13	3,09	7.604.055,78	39,72
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDIC	3.059.196,03	2.918.500,44	-4,60	3.437.000,00	17,77	5.278.951,55	53,59	5.442.269,13	3,09	7.604.055,78	39,72
DESPESAS DE CAPITAL	**23.951.811,03**	**19.807.151,65**	**-17,30**	**46.493.380,00**	**134,73**	**32.660.129,21**	**-29,75**	**32.548.135,68**	**-0,34**	**30.723.298,05**	**-5,61**
INVESTIMENTOS	21.786.329,62	17.591.141,47	-19,26	43.493.380,00	147,25	29.160.129,21	-32,96	28.748.135,68	-1,41	26.723.298,05	-7,04
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS MEDIAN	25.669,80	22.916,40	-10,73	34.500,00	50,55	25.741,99	-25,39	27.029,09	5,00	28.299,46	4,70
RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLIC	25.669,80	22.916,40	-10,73	34.500,00	50,55	25.741,99	-25,39	27.029,09	5,00	28.299,46	4,70
APLICAÇÕES DIRETAS	21.762.659,82	17.568.225,07	-19,27	43.458.880,00	147,37	29.134.387,22	-32,96	28.721.106,59	-1,42	26.694.998,59	-7,05
MATERIAL DE CONSUMO	228.155,70	171.683,12	-24,75	245.300,00	42,88	192.851,65	-21,38	202.494,24	5,00	212.011,47	4,70
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA JURÍDIC.	69.757,10	18.215,32	-73,89	925.300,00	4.979,79	20.461,27	-97,79	21.484,34	5,00	22.494,10	4,70
SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMU	9.158,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OBRAS E INSTALAÇÕES	20.183.000,63	10.810.395,08	-46,44	36.541.200,00	238,02	16.143.316,79	-55,82	18.750.482,63	16,15	16.349.755,31	-12,80
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	756.948,55	3.514.875,21	364,35	5.746.980,00	63,50	9.348.259,32	62,66	6.145.672,28	-34,26	6.340.518,87	3,17
Aquisição de Imóveis	0,00	2.425.290,50	0,00	100,00	-100,00	2.724.328,82	24.228,82	2.860.545,26	5,00	2.994.990,89	4,70
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	515.639,68	627.765,84	21,75	0,00	0,00	705.169,37	0,00	740.427,84	5,00	775.227,95	4,70
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	2.163.481,41	2.216.010,18	2,43	3.000.000,00	35,38	3.500.000,00	16,67	3.800.000,00	8,57	4.000.000,00	5,26

Câmara Municipal
01 JUN 2022

DEMONSTRATIVO XIII - RESULTADO PRIM`RIO E MEM RIA DE C`LCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICA¨O	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2020	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%
Despesas											
APLICAÇÕES DIRETAS	2.163.481,41	2.216.010,18	2,43	3.000.000,00	35,38	3.500.000,00	16,67	3.800.000,00	8,57	4.000.000,00	5,26
PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	2.163.481,41	2.216.010,18	2,43	3.000.000,00	35,38	3.500.000,00	16,67	3.800.000,00	8,57	4.000.000,00	5,26
RESERVA DE CONTING'NCIA OU RESERVA DO RPPS	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.200.000,00**	**0,00**	**3.000.000,00**	**150,00**	**3.000.000,00**	**0,00**	**3.000.000,00**	**0,00**
RESERVA DE CONTINGÊNCIA OU RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	1.200.000,00	0,00	3.000.000,00	150,00	3.000.000,00	0,00	3.000.000,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA OU RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	1.200.000,00	0,00	3.000.000,00	150,00	3.000.000,00	0,00	3.000.000,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA OU RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	1.200.000,00	0,00	3.000.000,00	150,00	3.000.000,00	0,00	3.000.000,00	0,00

01 JUN 2022

Câmara Municipal de J. Monlevade
54

MUNICIPIO DE JO^O MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XIII - RESULTADO PRIM`RIO E MEM RIA DE C`LCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICA¨O	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2020	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%
Receitas											
ARRECADADORA	**269.746.440,08**	**315.062.583,48**	**114,92**	**336.509.000,00**	**163,68**	**391.731.194,48**	**-19,94**	**416.967.754,20**	**-6,31**	**435.202.538,64**	**-10,65**
Receitas Correntes	**265.017.143,77**	**305.622.848,93**	**15,32**	**311.809.000,00**	**2,02**	**377.130.705,06**	**20,95**	**404.342.240,31**	**7,22**	**424.552.325,60**	**5,00**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	36.252.784,17	43.189.426,42	19,13	48.383.000,00	12,03	65.625.598,32	35,64	68.504.378,21	4,39	65.196.216,15	-4,83
Impostos	35.233.835,95	41.989.721,58	19,17	46.830.500,00	11,53	64.277.969,88	37,26	67.069.368,35	4,37	63.714.700,83	-5,03
Impostos sobre o Patrimônio	11.137.286,64	13.610.618,40	22,21	17.295.500,00	27,07	21.455.170,27	24,05	21.650.428,76	0,91	22.929.311,66	5,91
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	8.710.721,00	10.515.538,15	20,72	13.295.000,00	26,43	17.455.170,27	31,29	17.150.428,76	-1,75	17.929.311,66	4,54
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana -	7.134.616,77	9.315.792,25	30,57	12.000.000,00	28,81	15.000.000,00	25,00	15.650.000,00	4,33	16.330.000,00	4,35
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana -	27.311,62	49.423,61	80,96	30.000,00	-39,30	55.657,54	85,19	58.293,42	4,92	61.033,21	4,70
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana -	1.363.366,15	839.754,58	-38,41	915.000,00	8,96	1.800.000,00	96,72	1.000.000,00	-44,44	1.100.012,76	10,00
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana -	185.426,46	310.567,71	67,49	350.000,00	12,70	599.612,73	71,32	442.135,34	-26,26	438.265,69	-0,88
Impostos sobre Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis e	2.426.565,64	3.095.080,25	27,55	4.000.500,00	29,25	4.000.000,00	-0,01	4.500.000,00	12,50	5.000.000,00	11,11
Impost.sobre Transm.Int.Vivos de Bens Imóveis e de Direit	2.426.565,64	3.095.080,25	27,55	4.000.000,00	29,24	4.000.000,00	0,00	4.500.000,00	12,50	5.000.000,00	11,11
Impost.sobre Transm.Int.Vivos de Bens Imóveis e de Direi	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	4.902.762,86	5.388.266,00	9,90	5.760.000,00	6,90	6.556.687,48	13,83	7.059.521,85	7,67	7.562.319,38	7,12
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte	4.902.762,86	5.388.266,00	9,90	5.760.000,00	6,90	6.556.687,48	13,83	7.059.521,85	7,67	7.562.319,38	7,12
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho	4.842.767,28	5.337.800,87	10,22	5.700.000,00	6,79	6.500.000,00	14,04	7.000.000,00	7,69	7.500.000,00	7,14
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Prir	4.842.767,28	5.337.800,87	10,22	5.700.000,00	6,79	6.500.000,00	14,04	7.000.000,00	7,69	7.500.000,00	7,14
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendim	59.995,58	50.465,13	-15,89	60.000,00	18,89	56.687,48	-5,52	59.521,85	5,00	62.319,38	4,70
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendin	59.995,58	50.465,13	-15,89	60.000,00	18,89	56.687,48	-5,52	59.521,85	5,00	62.319,38	4,70
Impostos sobre a Produção e Circulação de Mercadorias e S	19.193.786,45	22.990.837,18	19,78	23.775.000,00	3,41	36.266.112,13	52,54	38.379.417,74	5,83	33.223.069,79	-13,44
Impostos sobre Serviços	19.193.786,45	22.990.837,18	19,78	23.775.000,00	3,41	36.266.112,13	52,54	38.379.417,74	5,83	33.223.069,79	-13,44
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	19.193.786,45	22.990.837,18	19,78	23.775.000,00	3,41	36.266.112,13	52,54	38.379.417,74	5,83	33.223.069,79	-13,44
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - I	18.987.624,26	22.753.935,08	19,84	23.000.000,00	1,08	36.000.000,00	56,52	38.000.000,00	5,56	33.000.000,00	-13,16
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - I	1.004,31	1.663,98	65,68	10.000,00	500,97	1.869,15	-81,31	1.962,61	5,00	2.054,85	4,70
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - I	172.211,22	176.490,75	2,49	735.000,00	316,45	198.252,06	-73,03	308.164,66	55,44	148.467,82	-51,82
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - I	32.946,66	58.747,37	78,31	30.000,00	-48,93	65.990,92	119,97	69.290,47	5,00	72.547,12	4,70
Taxas	1.018.948,22	1.199.704,84	17,74	1.552.500,00	29,41	1.347.628,44	-13,20	1.415.009,86	5,00	1.481.515,32	4,70
Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	166.127,65	204.379,58	23,03	383.500,00	87,64	229.579,58	-40,14	241.058,56	5,00	252.388,31	4,70
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	165.518,98	203.453,27	22,92	240.500,00	18,21	228.539,06	-4,97	239.966,01	5,00	251.244,41	4,70
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	130.685,73	159.286,97	21,90	200.000,00	25,56	178.927,05	-10,54	187.873,40	5,00	196.703,45	4,70
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multas e Jur	982,29	805,34	-18,01	500,00	-37,91	904,64	80,93	949,87	5,00	994,51	4,70
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa	27.457,82	31.969,74	16,43	30.000,00	-6,16	35.911,61	19,71	37.707,19	5,00	39.479,43	4,70
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Juros de Mor	6.413,14	11.391,22	77,62	10.000,00	-12,21	12.795,76	27,96	13.435,55	5,00	14.067,02	4,70
Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	608,67	926,31	52,19	143.000,00	15.337,60	1.040,52	-99,27	1.092,55	5,00	1.144,90	4,70

01 JUN 2022

Câmara Municipal de J. Monlevade

MUNICIPIO DE JO˜O MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XIII - RESULTADO PRIM`RIO E MEM RIA DE C`LCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICA˜O	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2020	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%
Receitas											
Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária - Principal	606,67	926,31	52,19	100.000,00	10.695,52	1.040,52	-98,96	1.092,55	5,00	1.143,90	4,70
Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária - Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária - Multas e Ju	0,00	0,00	0,00	13.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas pela Prestação de Serviços	852.820,57	995.325,26	16,71	1.169.000,00	17,45	1.118.048,86	-4,36	1.173.951,30	5,00	1.229.127,01	4,70
Taxas pela Prestação de Serviços em Geral	852.820,57	995.325,26	16,71	1.169.000,00	17,45	1.118.048,86	-4,36	1.173.951,30	5,00	1.229.127,01	4,70
Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Principal	717.231,82	877.158,63	22,30	1.028.000,00	17,20	985.312,28	-4,15	1.034.577,89	5,00	1.083.203,05	4,70
Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Multas e Jur	3.627,73	6.036,14	66,39	11.000,00	82,24	6.780,40	-38,36	7.119,42	5,00	7.454,03	4,70
Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Dívida Ativa	114.332,10	81.609,67	-28,62	100.000,00	22,53	91.672,14	-8,33	96.255,75	5,00	100.779,77	4,70
Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Multas e Jur	17.628,92	30.520,82	73,13	30.000,00	-1,71	34.284,04	14,28	35.998,24	5,00	37.690,16	4,70
Contribuições	5.785.219,82	6.716.041,84	16,09	7.000.000,00	4,23	9.000.000,00	28,57	9.450.000,00	5,00	9.900.000,00	4,76
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	5.785.219,82	6.716.041,84	16,09	7.000.000,00	4,23	9.000.000,00	28,57	9.450.000,00	5,00	9.900.000,00	4,76
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Públic	5.785.219,82	6.716.041,84	16,09	7.000.000,00	4,23	9.000.000,00	28,57	9.450.000,00	5,00	9.900.000,00	4,76
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Públic	5.785.219,82	6.716.041,84	16,09	7.000.000,00	4,23	9.000.000,00	28,57	9.450.000,00	5,00	9.900.000,00	4,76
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Públ	5.785.219,82	6.716.041,84	16,09	7.000.000,00	4,23	9.000.000,00	28,57	9.450.000,00	5,00	9.900.000,00	4,76
Receita Patrimonial	434.692,87	2.259.605,65	419,82	1.800.000,00	-20,34	2.538.215,03	41,01	2.665.125,79	5,00	2.790.386,70	4,70
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	83.562,77	60.472,50	-27,63	300.000,00	396,09	67.928,76	-77,36	71.325,20	5,00	74.677,48	4,70
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	83.562,77	60.472,50	-27,63	300.000,00	396,09	67.928,76	-77,36	71.325,20	5,00	74.677,48	4,70
Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito d	83.562,77	60.472,50	-27,63	300.000,00	396,09	67.928,76	-77,36	71.325,20	5,00	74.677,48	4,70
Conc.Permiss.Autor.ou Cessão do Direito de Uso de Bens	83.562,77	60.472,50	-27,63	300.000,00	396,09	67.928,76	-77,36	71.325,20	5,00	74.677,48	4,70
Valores Mobiliários	351.130,10	2.199.133,15	526,30	1.500.000,00	-31,79	2.470.286,27	64,69	2.593.800,59	5,00	2.715.709,22	4,70
Juros e Correções Monetárias	350.156,75	2.197.235,62	527,50	1.495.000,00	-31,96	2.468.154,77	65,09	2.591.562,51	5,00	2.713.365,95	4,70
Remuneração de Depósitos Bancários	350.156,75	2.197.235,62	527,50	1.495.000,00	-31,96	2.468.154,77	65,09	2.591.562,51	5,00	2.713.365,95	4,70
Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	350.156,75	2.197.235,62	527,50	1.495.000,00	-31,96	2.468.154,77	65,09	2.591.562,51	5,00	2.713.365,95	4,70
Dividendos	973,35	1.897,53	94,95	5.000,00	163,50	2.131,50	-57,37	2.238,08	5,00	2.343,27	4,70
Dividendos	973,35	1.897,53	94,95	5.000,00	163,50	2.131,50	-57,37	2.238,08	5,00	2.343,27	4,70
Dividendos - Principal	973,35	1.897,53	94,95	5.000,00	163,50	2.131,50	-57,37	2.238,08	5,00	2.343,27	4,70
Receita de Serviços	22.282.067,52	24.522.340,83	10,05	29.137.000,00	18,82	27.545.945,45	-5,46	28.923.242,72	5,00	30.282.635,14	4,70
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	22.022.888,29	24.227.717,15	10,01	28.729.000,00	18,58	27.214.994,67	-5,27	28.575.744,41	5,00	29.918.804,40	4,70
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	22.022.888,29	24.227.717,15	10,01	28.729.000,00	18,58	27.214.994,67	-5,27	28.575.744,41	5,00	29.918.804,40	4,70
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	22.022.888,29	24.227.717,15	10,01	28.729.000,00	18,58	27.214.994,67	-5,27	28.575.744,41	5,00	29.918.804,40	4,70
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	21.600.804,97	23.556.716,36	9,05	28.251.000,00	19,93	26.461.259,49	-6,34	27.784.322,46	5,00	29.090.185,62	4,70
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Multas e Ju	291.088,53	291.004,47	-0,03	326.000,00	12,03	326.885,32	0,27	343.229,59	5,00	359.361,38	4,70
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Dívida Ativ	112.192,50	338.279,83	201,52	130.000,00	-61,57	379.989,73	192,30	398.989,22	5,00	417.741,71	4,70
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Multas e Ju	18.802,29	41.716,49	121,87	22.000,00	-47,26	46.850,13	113,00	49.203,14	5,00	51.515,69	4,70

Câmara Municipal de J. Monlevade

MUNICIPIO DE JO^O MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XIII - RESULTADO PRIM`RIO E MEM RIA DE C`LCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICA^O	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2020	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%
Receitas											
Outros Serviços	259.179,23	294.623,68	13,68	408.000,00	38,48	330.950,78	-18,88	347.498,31	5,00	363.830,74	4,70
Outros Serviços	259.179,23	294.623,68	13,68	408.000,00	38,48	330.950,78	-18,88	347.498,31	5,00	363.830,74	4,70
Outros Serviços	259.179,23	294.623,68	13,68	408.000,00	38,48	330.950,78	-18,88	347.498,31	5,00	363.830,74	4,70
Outros Serviços - Principal	259.179,23	294.623,68	13,68	408.000,00	38,48	330.950,78	-18,88	347.498,31	5,00	363.830,74	4,70
Transferências Correntes	198.564.456,10	227.696.530,94	14,67	223.905.000,00	-1,67	270.065.276,71	20,62	292.226.040,56	8,21	313.323.264,47	7,22
Transferências da União e de suas Entidades	96.903.859,90	93.001.202,09	-4,03	94.875.000,00	2,01	115.537.266,43	21,78	120.739.129,76	4,50	125.893.168,85	4,27
Transferências Decorrentes de Participação na Receita da U	39.858.418,88	53.157.296,16	33,37	54.850.000,00	3,18	74.535.446,57	35,89	78.262.218,90	5,00	81.986.043,18	4,76
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPM	39.774.514,21	53.155.470,35	33,64	54.800.000,00	3,09	74.533.395,64	36,01	78.260.065,42	5,00	81.983.788,49	4,76
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cot	36.487.143,72	49.119.686,82	34,62	51.000.000,00	3,83	70.000.000,00	37,25	73.500.000,00	5,00	77.000.000,00	4,76
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cot	36.487.143,72	49.119.686,82	34,62	51.000.000,00	3,83	70.000.000,00	37,25	73.500.000,00	5,00	77.000.000,00	4,76
Cota-Parte do Fundo de Participação do Municípios – 1% (	1.641.934,93	2.152.975,84	31,12	1.900.000,00	-11,75	2.418.437,76	27,29	2.539.359,65	5,00	2.658.709,55	4,70
Cota-Parte do Fundo de Participação do Municípios – 1%	1.641.934,93	2.152.975,84	31,12	1.900.000,00	-11,75	2.418.437,76	27,29	2.539.359,65	5,00	2.658.709,55	4,70
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1%	1.645.435,56	1.882.807,69	14,43	1.900.000,00	0,91	2.114.957,88	11,31	2.220.705,77	5,00	2.325.078,94	4,70
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1%	1.645.435,56	1.882.807,69	14,43	1.900.000,00	0,91	2.114.957,88	11,31	2.220.705,77	5,00	2.325.078,94	4,70
Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rura	83.904,67	1.825,81	-97,82	50.000,00	2.638,51	2.050,93	-95,90	2.153,48	5,00	2.254,69	4,70
Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rur	83.904,67	1.825,81	-97,82	50.000,00	2.638,51	2.050,93	-95,90	2.153,48	5,00	2.254,69	4,70
Transferências das Compensações Financeiras pela Explor	1.628.260,09	2.492.713,97	53,09	2.500.000,00	0,29	2.933.481,81	17,34	3.120.155,90	6,36	3.265.703,23	4,66
Cota-parte da Compensação Financeira pela Exploração de	1.041.222,00	1.543.204,67	48,21	1.500.000,00	-2,80	1.733.481,81	15,57	1.820.155,90	5,00	1.905.703,23	4,70
Cota-parte da Compensação Financeira pela Exploração d	1.041.222,00	1.543.204,67	48,21	1.500.000,00	-2,80	1.733.481,81	15,57	1.820.155,90	5,00	1.905.703,23	4,70
Cota-parte da Compensação Financeira pela Produção de	587.038,09	949.509,30	61,75	1.000.000,00	5,32	1.200.000,00	20,00	1.300.000,00	8,33	1.360.000,00	4,62
Cota-parte da Compensação Financeira pela Produção de	587.038,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-parte da Compensação Financeira pela Produção de	587.038,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo – FEP	0,00	949.509,30	0,00	1.000.000,00	5,32	1.200.000,00	20,00	1.300.000,00	8,33	1.360.000,00	4,62
Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo – FEP - Princip	0,00	949.509,30	0,00	1.000.000,00	5,32	1.200.000,00	20,00	1.300.000,00	8,33	1.360.000,00	4,62
Transf.de Rec.do Sistema Único de Saúe – SUS	39.137.304,72	33.822.184,61	-13,58	31.700.000,00	-6,27	32.804.204,09	3,48	33.894.414,29	3,32	34.983.451,76	3,21
Transf.de Rec.do Sistema Único de Saúe – SUS – Repass	39.137.304,72	33.822.184,61	-13,58	31.700.000,00	-6,27	32.804.204,09	3,48	33.894.414,29	3,32	34.983.451,76	3,21
Transf.de Rec.do Bloco de Manutenção das Ações e Servi	5.637.481,65	7.265.999,71	28,89	7.000.000,00	-3,66	7.000.000,00	0,00	7.000.000,00	0,00	7.000.000,00	0,00
Transf.de Rec.do Bloco de Manut.das Ações e Serv.Públic	5.637.481,65	7.265.999,71	28,89	7.000.000,00	-3,66	7.000.000,00	0,00	7.000.000,00	0,00	7.000.000,00	0,00
Transf.de Rec.do Bloco de Manutenção das Ações e Servi	19.185.800,49	24.950.020,84	30,04	23.000.000,00	-7,82	24.000.000,00	4,35	25.000.000,00	4,17	26.000.000,00	4,00
Transf.de Rec.do Bloco de Manut.das Ações e Serv.Públic	19.185.800,49	24.950.020,84	30,04	23.000.000,00	-7,82	24.000.000,00	4,35	25.000.000,00	4,17	26.000.000,00	4,00
Transf.de Rec.do Bloco de Manutenção das Ações e Servi	1.009.575,35	1.074.695,10	6,45	1.100.000,00	2,35	1.207.205,01	9,75	1.267.565,26	5,00	1.327.140,83	4,70
Transf.de Rec.do Bloco de Manut.das Ações e Serv.Públic	1.009.575,35	1.074.695,10	6,45	1.100.000,00	2,35	1.207.205,01	9,75	1.267.565,26	5,00	1.327.140,83	4,70
Transf.de Rec.do Bloco de Manutenção das Ações e Servi	471.468,96	471.468,96	0,00	500.000,00	6,05	529.601,08	5,92	556.081,13	5,00	582.216,94	4,70
Transf.de Rec.do Bloco de Manut.das Ações e Serv.Públic	471.468,96	471.468,96	0,00	500.000,00	6,05	529.601,08	5,92	556.081,13	5,00	582.216,94	4,70

Câmara Municipal de J. Monlevade
01 JUN 2022

MUNICIPIO DE JO^O MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XIII - RESULTADO PRIM^RIO E MEM RIA DE C^LCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICA^^O	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2020	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%
Receitas											
Transf.de Rec.do Bloco de Manutenção das Ações e Servi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf.de Rec.do Bloco de Manut.das Ações e Serv.Públic	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf.de Rec.do Bloco de Manutenção das Ações e Servi	12.832.978,27	60.000,00	-99,53	100.000,00	66,67	67.398,00	-32,60	70.767,90	5,00	74.093,99	4,70
Transf.de Rec.do Bloco de Manut.das Ações e Serv.Públic	12.832.978,27	60.000,00	-99,53	100.000,00	66,67	67.398,00	-32,60	70.767,90	5,00	74.093,99	4,70
Transf.de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento	2.369.975,03	2.436.644,27	2,81	2.915.000,00	19,63	2.737.092,51	-6,10	2.873.936,64	5,00	3.009.011,66	4,70
Transf.do Salário-Educação	1.700.589,99	1.835.484,42	7,93	2.100.000,00	14,41	2.061.799,65	-1,82	2.164.889,63	5,00	2.266.639,44	4,70
Transf.do Salário-Educação - Principal	1.700.589,99	1.835.484,42	7,93	2.100.000,00	14,41	2.061.799,65	-1,82	2.164.889,63	5,00	2.266.639,44	4,70
Transf.ref.ao Prog.Nacional de Alimentação Escolar – PNA	647.605,20	595.904,00	-7,98	800.000,00	34,25	669.378,96	-16,33	702.847,91	5,00	735.881,76	4,70
Transf.ref.ao Prog.Nacional de Alimentação Escolar – PNA	647.605,20	595.904,00	-7,98	800.000,00	34,25	669.378,96	-16,33	702.847,91	5,00	735.881,76	4,70
Transf.ref.ao Prog.Nacional de Apoio ao Transporte do Esc	10.646,55	5.255,85	-50,63	15.000,00	185,40	5.903,90	-60,64	6.199,10	5,00	6.490,46	4,70
Transf.ref.ao Prog.Nacional de Apoio ao Transporte do Es	10.646,55	5.255,85	-50,63	15.000,00	185,40	5.903,90	-60,64	6.199,10	5,00	6.490,46	4,70
Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Deser	11.133,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Dese	11.133,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf.de Rec.do Fundo Nacional de Assistência Social – FI	1.098.233,78	338.087,02	-69,22	610.000,00	80,43	379.773,15	-37,74	398.761,81	5,00	417.503,62	4,70
Transf.de Rec.do Fundo Nacional de Assistência Social – F	1.098.233,78	338.087,02	-69,22	610.000,00	80,43	379.773,15	-37,74	398.761,81	5,00	417.503,62	4,70
Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistê	1.098.233,78	338.087,02	-69,22	610.000,00	80,43	379.773,15	-37,74	398.761,81	5,00	417.503,62	4,70
Outras Transferências de Recursos da União e de suas Ent	12.811.667,40	754.276,06	-94,11	2.300.000,00	204,93	2.147.278,30	-6,64	2.189.642,22	1,97	2.231.455,40	1,91
Transferências Financeiras do ICMS – Desoneração – L.C.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Financeiras do ICMS – Desoneração – L.C	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência Especial da União	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	500.000,00	0,00	500.000,00	0,00	500.000,00	0,00
Transferência Especial da União - Principal	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	500.000,00	0,00	500.000,00	0,00	500.000,00	0,00
Transferência Obrigatória Decorrente da Lei Complementar	0,00	0,00	0,00	800.000,00	0,00	800.000,00	0,00	800.000,00	0,00	800.000,00	0,00
Transferência Obrigatória Decorrente da Lei Complementa	0,00	0,00	0,00	800.000,00	0,00	800.000,00	0,00	800.000,00	0,00	800.000,00	0,00
Outras Transferências de Recursos da União e de suas En	12.811.667,40	754.276,06	-94,11	1.000.000,00	32,58	847.278,30	-15,27	889.642,22	5,00	931.455,40	4,70
Outras Transferências de Recursos da União e de suas Er	12.811.667,40	754.276,06	-94,11	1.000.000,00	32,58	847.278,30	-15,27	889.642,22	5,00	931.455,40	4,70
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas E	71.347.621,96	97.493.385,49	36,65	90.380.000,00	-7,30	109.017.151,74	20,62	121.873.009,34	11,79	134.713.190,79	10,54
Participação na Receita dos Estados e Distrito Federal	65.633.394,38	82.194.080,93	25,23	84.880.000,00	3,27	101.619.212,03	19,72	114.450.172,63	12,63	127.270.330,75	11,20
Cota-Parte do ICMS	49.986.145,02	67.399.091,15	34,84	70.000.000,00	3,86	85.000.000,00	21,43	97.000.000,00	14,12	109.000.000,00	12,37
Cota-Parte do ICMS - Principal	49.986.145,02	67.399.091,15	34,84	70.000.000,00	3,86	85.000.000,00	21,43	97.000.000,00	14,12	109.000.000,00	12,37
Cota-Parte do IPVA	15.032.320,03	14.006.552,76	-6,82	14.000.000,00	-0,05	15.733.560,72	12,38	16.520.238,76	5,00	17.296.689,98	4,70
Cota-Parte do IPVA - Principal	15.032.320,03	14.006.552,76	-6,82	14.000.000,00	-0,05	15.733.560,72	12,38	16.520.238,76	5,00	17.296.689,98	4,70
Cota-Parte do IPI - Municípios	554.634,27	750.121,86	35,25	800.000,00	6,65	842.611,89	5,33	884.742,48	5,00	926.325,38	4,70
Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	554.634,27	750.121,86	35,25	800.000,00	6,65	842.611,89	5,33	884.742,48	5,00	926.325,38	4,70
Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Ecc	60.295,06	38.315,16	-36,45	80.000,00	108,79	43.039,42	-46,20	45.191,39	5,00	47.315,39	4,70

01 JUN 2022

Câmara Municipal 58

DEMONSTRATIVO XIII - RESULTADO PRIM˜RIO E MEM RIA DE C˜LCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICA˜˜O	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2020	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%
Receitas											
Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Ecı	60.295,06	38.315,16	-36,45	80.000,00	108,79	43.039,42	-46,20	45.191,39	5,00	47.315,39	4,70
Transferências de Recursos do Sistema Único de Sade – SI	5.462.262,54	14.996.938,17	174,56	5.050.000,00	-66,33	7.000.000,00	38,61	7.000.000,00	0,00	7.000.000,00	0,00
Transferências de Recursos do Sistema Único de Sade – S	5.462.262,54	14.996.938,17	174,56	5.050.000,00	-66,33	7.000.000,00	38,61	7.000.000,00	0,00	7.000.000,00	0,00
Transferências de Recursos do Sistema Único de Sade – S	5.462.262,54	14.996.938,17	174,56	5.050.000,00	-66,33	7.000.000,00	38,61	7.000.000,00	0,00	7.000.000,00	0,00
Outras Transferências dos Estados e Distrito Federal	251.965,04	302.386,39	20,00	450.000,00	48,83	397.939,71	-11,57	422.836,71	6,26	442.860,04	4,74
Transferências de Estados destinadas à Assistência Social	243.318,50	265.012,00	8,92	400.000,00	50,94	297.687,98	-25,58	312.572,38	5,00	327.263,28	4,70
Transferências de Estados destinadas à Assistência Socia	243.318,50	265.012,00	8,92	400.000,00	50,94	297.687,98	-25,58	312.572,38	5,00	327.263,28	4,70
Transferências de Recursos Destinados a Programas de Ec	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	58.291,54	16,58	66.206,13	13,58	69.467,82	4,93
Transferências de Recursos Destinados a Programas de E	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	58.291,54	16,58	66.206,13	13,58	69.467,82	4,93
Outras Transferências dos Estados e DF	8.646,54	37.354,39	332,02	0,00	0,00	41.960,19	0,00	44.058,20	5,00	46.128,94	4,70
Outras Transferências dos Estados e DF - Principal	8.646,54	37.354,39	332,02	0,00	0,00	41.960,19	0,00	44.058,20	5,00	46.128,94	4,70
Transferências de Instituições Privadas	2.874.356,28	1.287.659,68	-55,20	250.000,00	-80,58	282.603,29	13,04	384.233,45	35,96	485.842,42	26,44
Transferências de Instituições Privadas	2.874.356,28	1.287.659,68	-55,20	250.000,00	-80,58	282.603,29	13,04	384.233,45	35,96	485.842,42	26,44
Outras TransferÃªncias de InstituiÃ§Ãµes Privadas	2.874.356,28	1.287.659,68	-55,20	250.000,00	-80,58	282.603,29	13,04	384.233,45	35,96	485.842,42	26,44
Outras TransferÃªncias de InstituiÃ§Ãµes Privadas â€" Pri	2.874.356,28	1.287.659,68	-55,20	250.000,00	-80,58	282.603,29	13,04	384.233,45	35,96	485.842,42	26,44
Transferências de Outras Instituições Públicas	27.438.617,96	35.889.129,89	30,80	38.000.000,00	5,88	45.000.000,00	18,42	49.000.000,00	8,89	52.000.000,00	6,12
Transferências de Recursos do FUNDEB	27.191.941,12	35.889.129,89	31,98	38.000.000,00	5,88	45.000.000,00	18,42	49.000.000,00	8,89	52.000.000,00	6,12
Transferências de Recursos do FUNDEB	27.191.941,12	35.889.129,89	31,98	38.000.000,00	5,88	45.000.000,00	18,42	49.000.000,00	8,89	52.000.000,00	6,12
Transferências de Recursos do FUNDEB - Principal	27.191.941,12	35.889.129,89	31,98	38.000.000,00	5,88	45.000.000,00	18,42	49.000.000,00	8,89	52.000.000,00	6,12
Demais Transferências Correntes	0,00	25.153,79	0,00	400.000,00	1.490,22	228.255,25	-42,94	229.668,01	0,62	231.062,41	0,61
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	25.153,79	0,00	400.000,00	1.490,22	228.255,25	-42,94	229.668,01	0,62	231.062,41	0,61
Transferências de Pessoas Físicas - Programas de Sade	0,00	25.153,79	0,00	0,00	0,00	28.255,25	0,00	29.668,01	5,00	31.062,41	4,70
Transferências de Pessoas Físicas - Programas de Sade -	0,00	25.153,79	0,00	0,00	0,00	28.255,25	0,00	29.668,01	5,00	31.062,41	4,70
Outras Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	400.000,00	0,00	200.000,00	-50,00	200.000,00	0,00	200.000,00	0,00
Outras Transferências de Pessoas Físicas - Principal	0,00	0,00	0,00	400.000,00	0,00	200.000,00	-50,00	200.000,00	0,00	200.000,00	0,00
Outras Receitas Correntes	1.697.923,29	1.238.903,25	-27,03	1.584.000,00	27,86	2.355.669,55	48,72	2.573.453,03	9,25	3.059.823,14	18,90
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	971.878,88	860.024,87	-11,51	1.085.000,00	26,16	966.065,93	-10,96	1.164.369,23	20,53	1.631.512,40	40,12
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	971.878,88	860.024,87	-11,51	1.085.000,00	26,16	966.065,93	-10,96	1.164.369,23	20,53	1.631.512,40	40,12
Multas Previstas em Legislação Específica	417.305,03	817.412,60	95,88	1.000.000,00	22,34	918.199,57	-8,18	1.114.109,55	21,34	1.578.890,52	41,72
Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	417.305,03	817.412,60	95,88	1.000.000,00	22,34	918.199,57	-8,18	1.114.109,55	21,34	1.578.890,52	41,72
Multas por Danos Ambientais	10.103,99	41.239,25	308,15	80.000,00	93,99	46.324,05	-42,09	48.640,25	5,00	50.926,34	4,70
Multas Administrativas por Danos Ambientais	10.103,99	41.239,25	308,15	80.000,00	93,99	46.324,05	-42,09	48.640,25	5,00	50.926,34	4,70
Multas Administrativas por Danos Ambientais - Principal	10.103,99	41.239,25	308,15	80.000,00	93,99	46.324,05	-42,09	48.640,25	5,00	50.926,34	4,70
Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais	544.469,86	1.373,02	-99,75	5.000,00	264,16	1.542,31	-69,15	1.619,43	5,00	1.695,54	4,70

01 JUN 2022
Câmara Municipal de J. Monlevade

MUNICIPIO DE JO^O MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XIII - RESULTADO PRIM`RIO E MEM RIA DE C`LCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICA^O	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2020	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%
Receitas											
Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais - Principal	0,00	1.373,02	0,00	5.000,00	264,16	1.542,31	-69,15	1.619,43	5,00	1.695,54	4,70
Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais - Multas e Jur	544.469,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros Previstos em Contratos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	411.271,03	113.929,01	-72,30	78.000,00	-31,54	1.091.985,99	1.299,98	1.096.585,29	0,42	1.101.124,80	0,41
Restituições	411.271,03	113.929,01	-72,30	78.000,00	-31,54	1.091.985,99	1.299,98	1.096.585,29	0,42	1.101.124,80	0,41
Restituição de Convênios	188.221,55	5.733,40	-96,95	0,00	0,00	6.440,33	0,00	6.762,35	5,00	7.080,18	4,70
Restituição de Convênios - Primárias	89.894,00	5.733,40	-93,62	0,00	0,00	6.440,33	0,00	6.762,35	5,00	7.080,18	4,70
Restituição de Convênios - Primárias - Principal	89.894,00	5.733,40	-93,62	0,00	0,00	6.440,33	0,00	6.762,35	5,00	7.080,18	4,70
Restituição de Convênios - Financeiras	98.327,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restituição de Convênios - Financeiras - Principal	98.327,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Restituições	223.049,48	108.195,61	-51,49	78.000,00	-27,91	1.085.545,66	1.291,73	1.089.822,94	0,39	1.094.044,62	0,39
Outras Restituições - Principal	223.049,48	108.195,61	-51,49	78.000,00	-27,91	1.085.545,66	1.291,73	1.089.822,94	0,39	1.094.044,62	0,39
Demais Receitas Correntes	314.773,38	264.949,37	-15,83	421.000,00	58,90	297.617,63	-29,31	312.498,51	5,00	327.185,94	4,70
Outras Receitas Correntes	314.773,38	264.949,37	-15,83	421.000,00	58,90	297.617,63	-29,31	312.498,51	5,00	327.185,94	4,70
Encargos Legais pela Inscrição em Dívida Ativa e Receitas	109.177,99	59.223,36	-45,76	100.000,00	68,85	66.525,60	-33,47	69.851,88	5,00	73.134,92	4,70
Ônus de Sucumbência	109.177,99	59.223,36	-45,76	100.000,00	68,85	66.525,60	-33,47	69.851,88	5,00	73.134,92	4,70
Ônus de Sucumbência - Principal	109.177,99	59.223,36	-45,76	100.000,00	68,85	66.525,60	-33,47	69.851,88	5,00	73.134,92	4,70
Outras Receitas	205.595,39	205.726,01	0,06	321.000,00	56,03	231.092,03	-28,01	242.646,63	5,00	254.051,02	4,70
Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela F	205.595,39	205.726,01	0,06	321.000,00	56,03	231.092,03	-28,01	242.646,63	5,00	254.051,02	4,70
Outras Receit.Não Arrec.e Não Projet.pela RFB - Primária	182.355,17	193.592,63	6,16	311.000,00	60,65	217.462,60	-30,08	228.335,73	5,00	239.067,51	4,70
Outras Receit.Não Arrec e Não Projet.pela RFB - Primária	23.240,22	12.133,38	-47,79	10.000,00	-17,58	13.629,43	36,29	14.310,90	5,00	14.983,51	4,70
Receitas de Capital	**4.729.296,31**	**9.439.734,55**	**99,60**	**24.700.000,00**	**161,66**	**14.600.489,42**	**-40,89**	**12.625.513,89**	**-13,53**	**10.650.213,04**	**-15,65**
Operações de Crédito	2.379.034,23	6.749.181,78	183,69	7.000.000,00	3,72	4.000.000,00	-42,86	4.000.000,00	0,00	4.000.000,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	2.379.034,23	6.749.181,78	183,69	7.000.000,00	3,72	4.000.000,00	-42,86	4.000.000,00	0,00	4.000.000,00	0,00
Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno	2.379.034,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno	2.379.034,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno - Prir	2.379.034,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	6.749.181,78	0,00	7.000.000,00	3,72	4.000.000,00	-42,86	4.000.000,00	0,00	4.000.000,00	0,00
Outras Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	6.749.181,78	0,00	7.000.000,00	3,72	4.000.000,00	-42,86	4.000.000,00	0,00	4.000.000,00	0,00
Outras Operações de Crédito - Mercado Interno - Principal	0,00	6.749.181,78	0,00	7.000.000,00	3,72	4.000.000,00	-42,86	4.000.000,00	0,00	4.000.000,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	4.100.000,00	0,00	4.100.000,00	0,00	4.100.000,00	0,00	4.100.000,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00
Alienação de Bens Móveis e Semoventes	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00

Câmara Municipal
01 JUN 2022

MUNICIPIO DE JO^O MONLEVADE - M^

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XIII - RESULTADO PRIM`RIO E MEM RIA DE C`LCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICA^^O	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2020	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%
Receitas											
Alienação de Bens Móveis e Semoventes	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00
Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	4.000.000,00	0,00	4.000.000,00	0,00	4.000.000,00	0,00	4.000.000,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	4.000.000,00	0,00	4.000.000,00	0,00	4.000.000,00	0,00	4.000.000,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	4.000.000,00	0,00	4.000.000,00	0,00	4.000.000,00	0,00	4.000.000,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis - Principal	0,00	0,00	0,00	4.000.000,00	0,00	4.000.000,00	0,00	4.000.000,00	0,00	4.000.000,00	0,00
Transferências de Capital	2.350.262,08	2.690.552,77	14,48	13.600.000,00	405,47	6.500.489,42	-52,20	4.525.513,89	-30,38	2.550.213,04	-43,65
Transferências da União e de suas Entidades	1.894.512,08	295.552,77	-84,40	7.600.000,00	2.471,45	4.331.994,42	-43,00	2.348.594,14	-45,78	364.978,06	-84,46
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SU	275.245,00	149.995,00	-45,50	0,00	0,00	168.489,38	0,00	176.913,85	5,00	185.228,80	4,70
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – S	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Recursos do Bloco de Estruturação da R	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf.de Rec.do Bloco de Estrut.da Rede de Serv.Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Recursos do Sistema Único de S	275.245,00	149.995,00	-45,50	0,00	0,00	168.489,38	0,00	176.913,85	5,00	185.228,80	4,70
Outras Transferências de Recursos do Sistema Único de S	275.245,00	149.995,00	-45,50	0,00	0,00	168.489,38	0,00	176.913,85	5,00	185.228,80	4,70
Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvo	0,00	0,00	0,00	600.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Recursos Destinados a Programas de Ex	0,00	0,00	0,00	600.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências para o Programa Nacional de Reestruturaç	0,00	0,00	0,00	600.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf.para o Prog.Nacional de Reest.e Aquis.de Equip.pa	0,00	0,00	0,00	600.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistên	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistên	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assisti	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios da União e de suas Entidades	1.242.665,22	0,00	0,00	7.000.000,00	0,00	4.000.000,00	-42,86	2.000.000,00	-50,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios da União destinadas a Progra	200.092,93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios da União destinadas a Prog	200.092,93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios da União destinadas a Progra	571.715,15	0,00	0,00	5.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios da União destinadas a Prog	571.715,15	0,00	0,00	5.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios da União destinadas a Progra	470.857,14	0,00	0,00	2.000.000,00	0,00	4.000.000,00	100,00	2.000.000,00	-50,00	0,00	0,00
Transf.de Convênios da União destinadas a Programas de	470.857,14	0,00	0,00	2.000.000,00	0,00	4.000.000,00	100,00	2.000.000,00	-50,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Recursos da União e de suas Enti	376.601,86	145.557,77	-61,35	0,00	0,00	163.505,04	0,00	171.680,29	5,00	179.749,26	4,70
Outras Transferências De Recursos da União e de suas En	376.601,86	145.557,77	-61,35	0,00	0,00	163.505,04	0,00	171.680,29	5,00	179.749,26	4,70
Outras Transferências De Recursos da União e de suas Ei	376.601,86	145.557,77	-61,35	0,00	0,00	163.505,04	0,00	171.680,29	5,00	179.749,26	4,70
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas E	407.000,00	2.200.000,00	440,54	4.000.000,00	81,82	168.495,00	-95,79	176.919,75	5,00	185.234,98	4,70
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SU	82.000,00	150.000,00	82,93	0,00	0,00	168.495,00	0,00	176.919,75	5,00	185.234,98	4,70
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – S	82.000,00	150.000,00	82,93	0,00	0,00	168.495,00	0,00	176.919,75	5,00	185.234,98	4,70

01 JUN 2022

Câmara Municipal de João Monlevade

MUNICIPIO DE JO^O MONLEVADE - M^

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XIII - RESULTADO PRIM`RIO E MEM RIA DE C`LCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICA^^O	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2020	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%
Receitas											
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – S	82.000,00	150.000,00	82,93	0,00	0,00	168.495,00	0,00	176.919,75	5,00	185.234,98	4,70
Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas I	325.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios dos Estados destinadas a Pr	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios dos Estados destinadas a P	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Convênios dos Estados e DF e d	325.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Convênios dos Estados e DF e -	325.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Recursos dos Estados	0,00	2.050.000,00	0,00	4.000.000,00	95,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Recursos dos Estados	0,00	2.050.000,00	0,00	4.000.000,00	95,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Recursos dos Estados - Principa	0,00	2.050.000,00	0,00	4.000.000,00	95,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências de Capital	48.750,00	195.000,00	300,00	2.000.000,00	925,64	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00	0,00
Outras Transferências de Capital	48.750,00	195.000,00	300,00	2.000.000,00	925,64	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00	0,00
Outras Transferências de Capital	48.750,00	195.000,00	300,00	2.000.000,00	925,64	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00	0,00
Outras Transferências de Capital - Principal	48.750,00	195.000,00	300,00	2.000.000,00	925,64	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00	0,00
CORRENTE INTRAOR`AMENT`RIA	**564.859,20**	**520.296,21**	**-7,89**	**661.000,00**	**27,04**	**584.448,73**	**-11,58**	**613.671,17**	**5,00**	**642.513,72**	**4,70**
Receitas Correntes	**564.859,20**	**520.296,21**	**-7,89**	**661.000,00**	**27,04**	**584.448,73**	**-11,58**	**613.671,17**	**5,00**	**642.513,72**	**4,70**
Receita de Serviços	564.859,20	520.296,21	-7,89	661.000,00	27,04	584.448,73	-11,58	613.671,17	5,00	642.513,72	4,70
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	564.859,20	520.296,21	-7,89	661.000,00	27,04	584.448,73	-11,58	613.671,17	5,00	642.513,72	4,70
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	564.859,20	520.296,21	-7,89	661.000,00	27,04	584.448,73	-11,58	613.671,17	5,00	642.513,72	4,70
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	564.859,20	520.296,21	-7,89	661.000,00	27,04	584.448,73	-11,58	613.671,17	5,00	642.513,72	4,70
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	564.859,20	520.296,21	-7,89	658.000,00	26,47	584.448,73	-11,18	613.671,17	5,00	642.513,72	4,70
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Multas e J	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Dívida Ativ	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Multas e J	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

01 JUN 2022

Câmara Municipal de J. Monlevade

62

MUNICIPIO DE JO˜O MONLEVADE - M

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XIII - RESULTADO PRIM˜RIO E MEM RIA DE C˜LCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICA˜˜O	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2020	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%
Receitas											
DEDU˜˜O FUNDEB	(20.428.827,64)	(26.255.453,65)	28,52	(27.170.000,00)	3,48	(34.315.643,21)	26,30	(37.581.425,37)	9,52	(40.845.052,36)	8,68
Receitas Correntes	(20.428.827,64)	(26.255.453,65)	28,52	(27.170.000,00)	3,48	(34.315.643,21)	26,30	(37.581.425,37)	9,52	(40.845.052,36)	8,68
Transferências Correntes	(20.428.827,64)	(26.255.453,65)	28,52	(27.170.000,00)	3,48	(34.315.643,21)	26,30	(37.581.425,37)	9,52	(40.845.052,36)	8,68
Transferências da União e de suas Entidades	(7.314.209,35)	(9.824.302,20)	34,32	(10.210.000,00)	3,93	(14.000.410,17)	37,12	(14.700.430,68)	5,00	(15.400.450,92)	4,76
Transferências Decorrentes de Participação na Receita da U	(7.314.209,35)	(9.824.302,20)	34,32	(10.210.000,00)	3,93	(14.000.410,17)	37,12	(14.700.430,68)	5,00	(15.400.450,92)	4,76
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPM	(7.297.428,45)	(9.823.937,05)	34,62	(10.200.000,00)	3,83	(14.000.000,00)	37,25	(14.700.000,00)	5,00	(15.400.000,00)	4,76
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cot	(7.297.428,45)	(9.823.937,05)	34,62	(10.200.000,00)	3,83	(14.000.000,00)	37,25	(14.700.000,00)	5,00	(15.400.000,00)	4,76
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Co	(7.297.428,45)	(9.823.937,05)	34,62	(10.200.000,00)	3,83	(14.000.000,00)	37,25	(14.700.000,00)	5,00	(15.400.000,00)	4,76
Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rura	(16.780,90)	(365,15)	-97,82	(10.000,00)	2.638,60	(410,17)	-95,90	(430,68)	5,00	(450,92)	4,70
Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rur	(16.780,90)	(365,15)	-97,82	(10.000,00)	2.638,60	(410,17)	-95,90	(430,68)	5,00	(450,92)	4,70
Outras Transferências de Recursos da União e de suas Ent	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Financeiras do ICMS – Desoneração – L.C.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Financeiras do ICMS – Desoneração – L.C	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas E	(13.114.618,29)	(16.431.151,45)	25,29	(16.960.000,00)	3,22	(20.315.233,04)	19,78	(22.880.994,69)	12,63	(25.444.601,44)	11,20
Participação na Receita dos Estados e Distrito Federal	(13.114.618,29)	(16.431.151,45)	25,29	(16.960.000,00)	3,22	(20.315.233,04)	19,78	(22.880.994,69)	12,63	(25.444.601,44)	11,20
Cota-Parte do ICMS	(9.997.228,70)	(13.479.817,84)	34,84	(14.000.000,00)	3,86	(17.000.000,00)	21,43	(19.400.000,00)	14,12	(21.800.000,00)	12,37
Cota-Parte do ICMS - Principal	(9.997.228,70)	(13.479.817,84)	34,84	(14.000.000,00)	3,86	(17.000.000,00)	21,43	(19.400.000,00)	14,12	(21.800.000,00)	12,37
Cota-Parte do IPVA	(3.006.462,73)	(2.801.309,24)	-6,82	(2.800.000,00)	-0,05	(3.146.710,67)	12,38	(3.304.046,20)	5,00	(3.459.336,37)	4,70
Cota-Parte do IPVA - Principal	(3.006.462,73)	(2.801.309,24)	-6,82	(2.800.000,00)	-0,05	(3.146.710,67)	12,38	(3.304.046,20)	5,00	(3.459.336,37)	4,70
Cota-Parte do IPI - Municípios	(110.926,86)	(150.024,37)	35,25	(160.000,00)	6,65	(168.522,37)	5,33	(176.948,49)	5,00	(185.265,07)	4,70
Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	(110.926,86)	(150.024,37)	35,25	(160.000,00)	6,65	(168.522,37)	5,33	(176.948,49)	5,00	(185.265,07)	4,70

01 JUN 2022

Câmara Municipal de J. Monlevade

MUNICIPIO DE JO˜O MONLEVADE - M˜

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XIII - RESULTADO PRIM`RIO E MEM RIA DE C`LCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICA˜˜O	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2020	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%
Resumo											
TOTAL DA DESPESA	243.923.394,00	256.841.096,33	5,30	310.000.000,00	20,70	358.000.000,00	15,48	380.000.000,00	6,15	395.000.000,00	3,95
DESPESAS CORRENTES (X)	219.971.582,97	237.033.944,68	7,76	262.306.620,00	10,66	322.339.870,79	22,89	344.451.864,32	6,86	361.276.701,95	4,88
DESPESAS JUROS E ENCARGOS DA D˜VIDA (XI)	618.179,98	1.072.087,46	73,43	1.600.000,00	49,24	2.500.000,00	56,25	2.800.000,00	12,00	3.000.000,00	7,14
DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XII) = (X - XI)	219.353.402,99	235.961.857,22	7,57	260.706.620,00	10,49	319.839.870,79	22,68	341.651.864,32	6,82	358.276.701,95	4,87
DESPESAS DE CAPITAL (XIII)	23.951.811,03	19.807.151,65	-17,30	46.493.380,00	134,73	32.660.129,21	-29,75	32.548.135,68	-0,34	30.723.298,05	-5,61
DESPESAS DE AMORTIZA˜˜O DA D˜VIDA (XIV)	2.163.481,41	2.216.010,18	2,43	3.000.000,00	35,38	3.500.000,00	16,67	3.800.000,00	8,57	4.000.000,00	5,26
DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XV) = (XIII - XIV)	21.788.329,62	17.591.141,47	-19,26	43.493.380,00	147,25	29.160.129,21	-32,96	28.748.135,68	-1,41	26.723.298,05	-7,04
DESPESAS DE RESERVA DE CONTIG˜NCIA (XVI)	0,00	0,00	0,00	1.200.000,00	0,00	3.000.000,00	150,00	3.000.000,00	0,00	3.000.000,00	0,00
DESPESAS N˜O FINANCEIRAS (XVII) = (XII + XV + XVI)	241.141.732,61	253.552.998,69	5,15	305.400.000,00	20,45	352.000.000,00	15,26	373.400.000,00	6,08	388.000.000,00	3,91
TOTAL DA RECEITA	249.635.794,80	289.327.426,04	15,90	310.000.000,00	7,15	358.000.000,00	15,48	380.000.000,00	6,15	395.000.000,00	3,95
RECEITAS CORRRENTES (I)	245.153.175,33	279.887.691,49	14,17	285.300.000,00	1,93	343.399.510,58	20,36	367.374.486,11	6,98	384.349.786,96	4,62
APLICA˜ ES FINANCEIRAS (II)	350.156,75	2.197.235,62	527,50	1.495.000,00	-31,96	2.468.154,77	65,09	2.591.562,51	5,00	2.713.365,95	4,70
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (III) = (I - II)	244.803.018,58	277.690.455,87	13,43	283.805.000,00	2,20	340.931.355,81	20,13	364.782.923,60	7,00	381.636.421,01	4,62
RECEITAS DE CAPITAL (IV)	4.729.296,31	9.439.734,55	99,60	24.700.000,00	161,66	14.600.489,42	-40,89	12.625.513,89	-13,53	10.650.213,04	-15,65
RECEITAS DE OPERA˜˜O DE CR DITO (V)	2.379.034,23	6.749.181,78	183,69	7.000.000,00	3,72	4.000.000,00	-42,86	4.000.000,00	0,00	4.000.000,00	0,00
RECEITAS DE ALIENA˜˜O DE BENS (VI)	0,00	0,00	0,00	4.100.000,00	0,00	4.100.000,00	0,00	4.100.000,00	0,00	4.100.000,00	0,00
RECEITAS DE AMORTIZA˜˜O DE EMPR STIMOS (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (VIII) = (IV - V - VI - VII)	2.350.262,08	2.690.552,77	14,48	13.600.000,00	405,47	6.500.489,42	-52,20	4.525.513,89	-30,38	2.550.213,04	-43,65
RECEITAS N˜O FINANCEIRAS (IX) = (III + VIII)	247.153.280,66	280.381.008,64	13,44	297.405.000,00	6,07	347.431.845,23	16,82	369.308.437,49	6,30	384.186.634,05	4,03
RESULTADO PRIM˜RIO (IX - XVII)	6.011.548,05	26.828.009,95	346,27	(7.995.000,00)	-129,80	(4.568.154,77)	-42,86	(4.091.562,51)	-10,43	(3.813.365,95)	-6,80

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Pblicas, Unidade Responsável: Sec. Munic. Planej. E Desenv. Economico, Emissão: 24/05/2022 , às 10:08:52

01 JUN 2022

Câmara Municipal de J. Monlevade

64

MUNICIPIO DE JO^O MONLEVADE - M

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXOS DE METAS

DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRA¨O MUNICIPAL

FL	RUBRICA
N" PROCESSO	

Programa: 0000 - ENCARGOS ESPECIAIS

OBJETIVO: PAGAMENTO DE DESPESAS S QUAIS N^O SE PODE ASSOCIAR UM BEM OU SERVI^O A SER GERADO NO PROCESSO PRODUTIVO CORRENTE.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	META	FINANCEIRO	RESULTADO ESPERADO
0.001	PAGAMENTO DE PEQUENOS VALORES - RPV	RPV	20,00	106.250,00	PEQUENOS VALORES PAGOS
0.002	PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS	PRECATÓRIO	20,00	3.187.500,00	PRECATÓRIOS PAGOS
0.003	PAGAMENTO DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS/COMP.APOSENTADORIA-LO	SERVIDOR APOSENTADO	12,00	1.275.000,00	SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS PAGOS
0.004	AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA FUNDADA	CONTRATO	14,00	6.000.000,00	DÍVIDA QUITADA
0.005	CONTRIBUIÇÃO AO PASEP	CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	3,00	2.656.250,00	PAGAMENTO GARANTIDO
Total Programa				**13.225.000,00**	

Programa: 0101 - GEST¨O ADMINISTRATIVA DA C´MARA MUNICIPAL

OBJETIVO: MANUTEN¨¨O DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E PARLAMENTARES DA C´MARA MUNICIPAL, ASSIM COMO PROMO¨¨O DE A´ ES DE MELHORIAS E EFICI¨NCIA ADMINISTRATIVA.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	META	FINANCEIRO	RESULTADO ESPERADO
1.001	INFRAESTRUTURA E EQUIPAMENTOS DA CÂMARA MUNICIPAL	UNIDADE	1,00	425.000,00	MODERNIZAÇÃO ADMINSTRATIVA
2.001	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES PLENÁRIAS	SERVIÇO	100,00	1.823.120,00	PAGAMENTO DE SUBSÍDIOS, MATERIAIS E SERVIÇOS
2.004	MANUTENÇÃO DA PRESIDÊNCIA	SERVIÇO	1,00	210.000,00	ATIVIDADES MANTIDAS
2.005	MANUTENÇÃO DE GABINETE DOS VEREADORES	SERVIÇO	1,00	1.055.450,00	ATENDIMENTO AOS VEREADORES E A COMUNIDADE
2.006	MANUTENÇÃO DA PROCURADORIA JURÍDICA	SERVIÇO	1,00	524.600,00	ASSESSORAMENTO DAS ATIVIDADES DA CÂMARA
2.007	MANUTENÇÃO DA CONTROLADORIA INTERNA	SERVIÇO	1,00	159.000,00	AUDITORIA INTERNA
2.008	MANUTENÇÃO DA DIRETORIA ADMINISTRATIVA	SERVIÇO	1,00	1.680.880,00	PESSOAL CIVIL
2.009	PAGAMENTO DE OBRIGAÇÕES PATRONAIS	SERVIÇO	1,00	1.673.880,00	PAGAMENTO DE INSS E FGTS
2.010	GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	SERVIÇO	1,00	1.133.470,00	MATERIAIS E SERVIÇOS
2.011	PLANO DE SAÚDE PARA SERVIDORES	SERVIDOR E DEPENDENTE	130,00	200.000,00	ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR
2.012	QUALIFICAÇÃO DOS SERVIDORES	SERVIDOR PÚBLICO	25,00	16.000,00	CURSOS, TREINAMENTOS, GRADUAÇÃO ESCOLAR, OUTROS.
2.013	PAGAMENTO DE APOSENTADORIA E REFORMAS	SERVIDOR APOSENTADO	3,00	323.000,00	APOSENTADORIA
2.014	MANUTENÇÃO DA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS	SERVIÇO	1,00	419.100,00	INFORMAÇÕES E RELAÇÕES PÚBLICAS
2.015	SOLENIDADES E FESTIVIDADES	EVENTO	3,00	59.300,00	HOMENAGENS E FESTIVIDADES
2.016	PUBLICAÇÕES E DIVULGAÇÕES OFICIAIS	SERVIÇO	1,00	26.000,00	ATOS OFICIAIS PUBLICADOS
2.017	PUBLICAÇÕES INSTITUCIONAL	DIVULGAÇÃO	1,00	350.000,00	DIVULGAÇÕES MANTIDAS
2.018	MANUTENÇÃO DA ASSESSORIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS	SERVIÇO	1,00	248.100,00	ATIVIDADES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS MANTIDAS
Total Programa				**10.326.900,00**	

01 JUN 2022

Câmara Municipal de J. Monlevade

65

)UNICIPIO DE JO˜O MONLEVADE - M

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXOS DE METAS

DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRA¨˜O MUNICIPAL

FL	RUBRICA
N" PROCESSO	

Programa: 0102 - PROMO¨˜O DE POL¨TICA E CIDADANIA

OBJETIVO: PROMOVER ATIVIDADES DE CUNHO SOCIAL E GRATUITO NOS SEGMENTOS DA CIDADANIA, CULTURA E LAZER, AL M DE PROMOVER A INTEGRA¨˜O DO LEGISLATIVO COM A COMUNIDADE.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	META	FINANCEIRO	RESULTADO ESPERADO
2.002	PROMOÇÃO DE AÇÕES DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL	AÇÃO	4,00	24.400,00	MOBILIZAÇÃO SOCIAL
2.003	PROMOÇÃO DE AÇÕES DE UTILIDADE PÚBLICA	AÇÃO	2,00	19.250,00	UTILIDADE PÚBLICA
Total Programa				**43.650,00**	

Programa: 0401 - APOIO ADMINISTRATIVO

OBJETIVO: ATENDER AS SECRETARIAS, ASSESSORIAS E DIVIS ES MUNICIPAIS NA EXECU¨˜O DE SUAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS, NECESS`RIAS PARA DAR SUPORTE IMPLANTA¨˜O DOS PROJETOS E PROGRAMAS DE INTERESSE DO MUNIC¨PIO.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	META	FINANCEIRO	RESULTADO ESPERADO
2.019	GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO GABINETE	SERVIÇO	1,00	775.625,00	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.020	GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA ASSESSORIA DE GOVERNO	SERVIÇO	1,00	274.656,00	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.022	GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA PROCURADORIA JURÍDICA	SERVIÇO	1,00	1.381.250,00	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.024	GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA CONTROLADORIA INTERNA	SERVIÇO	1,00	552.500,00	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.026	GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	SERVIÇO	6,00	1.200.625,00	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.031	APOIO E SUPORTE A EVENTOS DIVERSOS	EVENTO	15,00	159.375,00	SUPORTE A EVENTOS GOVERNAMENTAIS
2.032	GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO	SERVIÇO	1,00	616.250,00	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.033	PUBLICAÇÕES E DIVULGAÇÕES OFICIAIS	DIVULGAÇÃO	000,00	106.250,00	DIVULGAÇÕES OFICIAIS MANTIDAS
2.034	PUBLICIDADES INSTITUCIONAIS	CAMPANHA	50,00	1.000.000,00	POULAÇÃO INFORMADA - UTILIDADE PÚBLICA
2.035	GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	SERVIÇO	1,00	7.453.933,50	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.036	GARANTIA DOS AUXILIOS DE TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO DOS SERVIDORES	SERVIDOR PÚBLICO	620,00	2.443.750,00	AUXILIOS TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO MANTIDOS
2.040	GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA DE FAZENDA	SERVIÇO	1,00	1.912.500,00	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.058	GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER	SERVIÇO	1,00	690.625,00	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.077	GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA DE OBRAS	SERVIÇO	1,00	3.293.750,00	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.083	GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS	SERVIÇO	1,00	2.443.750,00	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.084	GESTÃO DAS ATIVIDADES DO SETOR DE TRÂNSITO MUNICIPAL-SETTRAN	SERVIÇO	1,00	1.551.250,00	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.093	GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE	SERVIÇO	1,00	616.250,00	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
Total Programa				**26.472.339,50**	

01 JUN 2022

Câm. Mun. de J. Monlevade

MUNICIPIO DE JO˜O MONLEVADE - M

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXOS DE METAS

DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRA˜˜O MUNICIPAL

FL	RUBRICA
N" PROCESSO	

Programa: 0402 - ESTRUTURA˜˜O E EFICI˜NCIA PARA GOVERNAN˙A

OBJETIVO: PROPORCIONAR AOS RG˜OS DA ADMINISTRA˜˜O UMA ESTRUTURA MODERNA, EFICIENTE, QUALIFICADA E DIGNA AO SERVIDOR P BLICO E POPULA˜˜O MUNICIPAL, VISANDO RESPOSTAS ˙GEIS E EFETIVAS S DEMANDAS E OTIMIZA˜˜O DA PRESTA˜˜O DE SERVI˙OS E DE INFORMA˙ ES.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	META	FINANCEIRO	RESULTADO ESPERADO
1.010	INFRAESTRUTURA DE PRÉDIOS PÚBLICOS	PRÉDIO	1,00	2.500.000,00	PRÉDIOS CONSTRUÍDOS/AMPLIADOS
2.021	GESTÃO E SUPERVISÃO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO	REGIONAL	6,00	85.000,00	CIDADÃO OUVIDO
2.023	MANUTENÇÃO DO PROCON MUNICIPAL	UNIDADE	1,00	90.312,00	DIREITOS CIVIS GARANTIDOS
2.025	GESTÃO DA OUVIDORIA MUNICIPAL	SERVIÇO	1,00	106.250,00	MAIOR INTERAÇÃO ENTRE ORGÃO PÚBLICO E A SOCIEDADE
2.027	GESTÃO DE PARCERIAS E CONVÊNIOS - ENTES GOVERNAMENTAIS	UNIDADE	14,00	1.423.750,00	DIREITOS CIVIS GARANTIDOS
2.037	GESTÃO DOS RECURSOS MATERIAIS, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E PATRIMONIAIS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	SERVIÇO	1,00	1.406.537,00	MAQUINA ADMINISTRATIVA FUNCIONANDO
2.038	GESTÃO DOS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	SERVIÇO	1,00	690.625,00	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO MANTIDA
2.039	AÇÕES DE FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO	SERVIDOR PÚBLICO	200,00	680.000,00	SERVIDOR VALORIZAÇÃO E CAPACITADO
2.079	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE PRÉDIOS PÚBLICOS E LOCADOS	PRÉDIO	17,00	531.250,00	PRÉDIOS CONSERVADOS
2.082	GESTÃO DAS ATIVIDADES E LOGISTICA DA GARAGEM MUNICIPAL	VEÍCULO	62,00	690.625,00	VEÍCULOS BEM CUIDADOS E REVISADOS
Total Programa				**8.204.349,00**	

Programa: 0403 - GEST˜O TRIBUT˙RIA EFICAZ

OBJETIVO: DESENVOLVIMENTO DE A˙ ES E PROCESSOS DE GERENCIAMENTOS MODERNOS E EFICAZES VOLTADOS PARA O INCREMENTO DA RECEITA MUNICIPAL E CONSEQUENTE MELHORIA NA PRESTA˜˜O DE SERVI˙OS AOS MUN˜CIPES.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	META	FINANCEIRO	RESULTADO ESPERADO
1.003	AÇÕES DE MODERNIZAÇÃO E INCREMENTO DA ARRECADAÇÃO MUNICIPAL	PERCENTUAL DE INCREMENTO DA RECEITA	20,00	850.000,00	INCREMENTO TRIBUTÁRIO
2.041	GESTÃO DO SETOR TRIBUTÁRIO	SERVIÇO	1,00	818.125,00	ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA EFICAZ
Total Programa				**1.668.125,00**	

Programa: 0601 - POL˜TICAS DE DEFESA CIVIL DO MUNIC˜PIO

OBJETIVO: IMPLEMENTA˜˜O DE A˙ ES E POL˜TICAS NECESS˙RIAS PREVEN˜˜O, MITIGA˜˜O, PREPARA˜˜O E RECUPERA˜˜O DE ˙REAS AFETADAS POR SITUA˜˜O DE DESASTRE E EMERGENCIAIS.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	META	FINANCEIRO	RESULTADO ESPERADO
2.078	ATIVIDADES DA DEFESA CIVIL	OCORRÊNCIA	400,00	500.000,00	PROTEÇÃO DE FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE RISCO
Total Programa				**500.000,00**	

01 JUN 2022

Câmara Municipal de J. Monlevade
61

MUNICIPIO DE JO^O MONLEVADE - M

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXOS DE METAS

DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRA¨O MUNICIPAL

FL	RUBRICA
N" PROCESSO	

Programa: 0801 - GEST¨O DAS POL¨TICAS DE ASSIST¨NCIA SOCIAL

OBJETIVO: ASSEGURAR O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES NECESS¨RIAS OFERTA DE SERVI¨OS, PROGRAMA ,PROJETOS E BENEF¨CIOS DA POL¨TICA DE ASSIST¨NCIA SOCIAL, AL M DA CAPACITA¨¨O, APOIO T CNICO E GEST¨O DO SUAS. APOIAR O CONTROLE SOCIAL E A GEST¨O DESCENTRALIZADA.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	META	FINANCEIRO	RESULTADO ESPERADO
2.062	GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	SERVIÇO	1,00	1.150.000,00	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.063	GESTÃO DO CONSELHO TUTELAR	SERVIÇO	1,00	220.000,00	DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE ZELADOS
2.064	GESTÃO DOS CONSELHOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	CONSELHO	7,00	8.100,00	GARANTIR O CONTROLE SOCIAL
2.073	GESTÃO DO PROGRAMA PREFEITO AMIGO DA CRIANÇA	SERVIÇO	1,00	1.200,00	UM FUTURO MELHOR
2.074	GESTÃO DO CONSELHO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	CONSELHO	1,00	7.100,00	GARANTIR O CONTROLE SOCIAL
2.075	GESTÃO E AÇÕES PARA PROTEÇÃO E DEFESA DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	AÇÃO	60,00	584.375,00	DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES GARANTIDOS
2.076	AÇÕES DE PROTEÇÃO E ACOLHIMENTO AO IDOSO	AÇÃO	40,00	100.937,50	DIREITOS DOS IDOSOS GARANTIDOS
Total Programa				**2.071.712,50**	

Programa: 0802 - PROTE¨¨O SOCIAL B`SICA

OBJETIVO: FORTALECER A FUN¨¨O PROTETIVA DAS FAM¨LIAS, PREVENIR A RUPTURA DE SEUS V¨NCULOS, PROMOVER SEU ACESSO E USUFRUTO DE DIREITOS E CONTRIBUIR NA MELHORIA DE SUA QUALIDADE DE VIDA POR MEIO DE A` ES DE CAR¨TER PREVENTIVO, PROTETIVO E PROATIVO.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	META	FINANCEIRO	RESULTADO ESPERADO
1.009	IMPLANTAÇÃO DA SEGUNDA UNIDADE DO CRAS	UNIDADE	0,25	20.000,00	SEGUNDA UNIDADE DE CRAS IMPLANTADA
2.066	APOIO A ENTIDADES SOCIOASSISTENCIAIS	ENTIDADE	3,00	42.000,00	ENTIDADES ASSISTIDAS
2.067	GESTÃO DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - CRAS (SCFV E PAIF)	PESSOA	400,00	550.000,00	PESSOAS EM VULNERABILIDADE SOCIAL ATENDIDAS
2.068	GESTÃO DO CAD ÚNICO, BOLSA FAMÍLIA E BPC	FAMILIA	600,00	280.000,00	FAMÍLIAS BENEFICIADAS
2.069	CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS	PESSOA	500,00	550.000,00	PESSOAS EM VULNERABILIDADE SOCIAL ATENDIDAS
Total Programa				**1.442.000,00**	

Programa: 0803 - PROTE¨¨O SOCIAL ESPECIAL DE M DIA E ALTA COMPLEXIDADE

OBJETIVO: CONTRIBUIR PARA A RECONSTRU¨¨O DE V¨NCULOS FAMILIARES E COMUNIT¨RIOS, A DEFESA DE DIREITOS E ENFRENTAMENTO DAS SITUA` ES DE VIOLA¨¨O E RISCO SOCIAL E PESSOAL.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	META	FINANCEIRO	RESULTADO ESPERADO
2.065	APOIO E PROMOÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	PESSOA	950,00	71.000,00	PESSOAS COM DEFICIÊNCIA ATENDIDAS
2.070	GESTÃO DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL MÉDIA COMPLEXIDADE - CREAS	PESSOA	230,00	500.000,00	FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS ASSISTIDOS
2.071	AÇÕES DE AMPARO E ACOLHIMENTO A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA E CALAMIDADE PÚBLICA	PESSOA	50,00	170.000,00	PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA E CALAMIDADE PÚBLICA
2.072	AÇÕES DE PROTEÇÃO A INDIVÍDUOS EM SITUAÇÃO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	PESSOA	65,00	85.000,00	CRIANÇAS, ADOLESCENTES, MULHERES E IDOSOS COM VIOLAÇÃO DE DIREITOS
Total Programa				**826.000,00**	

01 JUN 2022

Câmara Municipal de J. Monlevade

68

DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRA¨¨O MUNICIPAL

FL	RUBRICA
N" PROCESSO	

Programa: 0804 - APOIO ADMINISTRATIVO - FUNDA¨¨O CR¨-SER

OBJETIVO: APOIO ADMINISTRATIVO NECESS`RIO AO DESENVOLVIMENTO DAS A¨ ES QUE PROPICIEM A MINIMIZA¨¨O DA SITUA¨¨O DE RISCO E VULNERABILIDADE SOCIAL DE CRIAN¨A E ADOLESCENTE EM RISCO PESSOAL E SOCIAL; CAPACITAR ADOLESCENTES PARA INSER¨¨O NO PRIMEIRO EMPREGO; ATENDER S PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS E FOMENTAR A

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	META	FINANCEIRO	RESULTADO ESPERADO
2.125	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL	SERVIÇO	1,00	2.100.000,00	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
Total Programa				**2.100.000,00**	

Programa: 0805 - PROGRAMA HUMANIZAR

OBJETIVO: MINIMIZAR A SITUA¨¨O DE RISCO E VULNERABILIDADE SOCIAL DE CRIAN¨A E ADOLESCENTE; DISPONIBILIZAR ATIVIDADES ARTESANAIS, L DICAS, PEDAG GICA E ESPORTIVAS; CAPACITA¨¨O DE ADOLESCENTES PARA INSER¨¨O NO PRIMEIRO EMPREGO; ATENDIMENTO S PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS E FOMENTAR A GERA¨¨O DE RENDA.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	META	FINANCEIRO	RESULTADO ESPERADO
1.031	REVITALIZAÇÃO E INFRAESTRUTURA DAS UNIDADES DE ATENDIMENTO	UNIDADE	1,00	212.000,00	MODERNIZAÇÃO ADMINSTRATIVA
2.126	MANUTENÇÃO UNIDADE ACOLHEDORA	CRIANÇA	20,00	1.118.000,00	CRIANÇAS ABRIGADAS
2.127	MANUTENÇÃO CENTRO INICIAÇÃO PROFISSIONAL	ADOLESCENTE	30,00	350.000,00	INICIAÇÃO PROFISSINAL DE ADOLESCENTES
2.128	MANUTENÇÃO NÚCLEOS COMUNITÁRIOS	UNIDADE	7,00	2.000.000,00	NÚCLEOS COMUNITÁRIOS MANTIDOS
2.129	MANUTENÇÃO DE CONVÊNIOS COM ENTIDADES DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	PESSOA ESPECIAL	190,00	2.400.000,00	PESSOAS ESPECIAIS ASSISTIDAS
Total Programa				**6.080.000,00**	

Programa: 1001 - GEST¨O DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SA DE

OBJETIVO: PROMOVER A GEST¨O DO FUNDO MUNICIPAL DE SA DE/SUS COM A ESTRUTURA¨¨O DOS SEUS RECURSOS DISPON¨VEIS PARA GARANTIR QUE SE CONFIGURE NUM PROCESSO DIN¨MICO, EFICIENTE, PARTICIPATIVO E INTEGRADO COM AS POL¨TICAS DO SUS E COM AS NECESSIDADES DA POPULA¨¨O MONLEVADENSE.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	META	FINANCEIRO	RESULTADO ESPERADO
2.097	GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	SERVIÇO	1,00	5.600.000,00	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.098	MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE	REUNIÃO	12,00	12.600,00	CONSELHO MANTIDO
2.099	GARANTIA DOS AUXÍLIOS DE TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO A SERVIDORES DA SAÚDE	SERVIDOR PÚBLICO	820,00	2.200.000,00	AUXILIOS TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO MANTIDOS
Total Programa				**7.812.600,00**	

Programa: 1002 - ATEN¨¨O PRIM`RIA SA DE

OBJETIVO: DESENVOLVER CONJUNTO DE A¨ ES, NO ¨MBITO INDIVIDUAL E COLETIVO, VOLTADAS PARA A PROMO¨¨O DA SA DE, A PREVEN¨¨O DE AGRAVOS, TRATAMENTO E A REABILITA¨¨O, TENDO A ATEN¨¨O PRIM`RIA EM SA DE COMO ORDENADORA DO SISTEMA LOCAL DE SA DE.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	META	FINANCEIRO	RESULTADO ESPERADO
1.022	INFRAESTRUTURA E CONSERVAÇÃO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE	UNIDADE	14,00	1.000.000,00	UNIDADES DE SAÚDE CONSTRUÍDAS, REVITALIZADAS E CONSERVADAS
2.100	MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA Á SAÚDE	ATENDIMENTO	500,00	20.300.000,00	ATENDIMENTOS REALIZADOS
2.101	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE BUCAL E CENTRO DE ESPECIALIDADE ODONTOLÓGICA	PROCEDIMENTO	440,00	4.400.000,00	PROCEDIMENTOS REALIZADOS
Total Programa				**25.700.000,00**	

01 JUN 2022
Câmara Municipal de Monlevade
69

MUNICIPIO DE JO˙O MONLEVADE - M

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXOS DE METAS

DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRA¨˙O MUNICIPAL

FL	RUBRICA
Nº PROCESSO	

Programa: 1003 - ATEN¨˙O SECUND˙RIA SA DE

OBJETIVO: ATENDER AOS PRINCIPAIS PROBLEMAS DE SA DE E AGRAVOS DA POPULA¨˙O, A FIM DE GARANTIR A CONTINUIDADE DO CUIDADO EM SA DE, CUJA COMPLEXIDADE DA PR˙TICA CL˙NICA DEMANDE A DISPONIBILIDADE DE PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS E A UTILIZA¨˙O DE RECURSOS TECNOL GICOS PARA O APOIO AO DIAGN STICO E TRATAMENTO.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	META	FINANCEIRO	RESULTADO ESPERADO
1.023	INFRAESTRUTURA E CONSERVAÇÃO DAS UNIDADES DE ATENÇÃO SECUNDÁRIA	PRÉDIO	5,00	1.300.000,00	PRÉDIO REVITALIZADO
2.102	MANUTENÇÃO DA UNIDADE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	CONSULTA	100,00	6.100.000,00	POPULAÇÃO ASSISTIDA
2.103	PARCERIAS COM ENTIDADES DE AÇÕES DE PROMOÇÃO, PREVENÇÃO E RECUPERAÇÃO DA SAÚDE	INSTITUIÇÃO	7,00	940.000,00	INSTITUIÇÕES ATENDIDAS
2.104	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE MENTAL	PROCEDIMENTO	000,00	2.700.000,00	USUÁRIO ADULTO/CRIANÇA/ADOLESCENTE ATENDIDOS
2.105	MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA HOSPITALAR, AMBULATORIAL E URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	LEITO	101,00	36.200.000,00	LEITOS DISPONÍVEIS
2.106	MANUTENÇÃO DO CENTRO DE REABILITAÇÃO MUNICIPAL	SESSÃO	750,00	1.100.000,00	SESSÕES REALIZADAS
2.107	MANUTENÇÃO DOS CONTRATOS COM PRESTADORES DE SERVIÇOS SUS	PROCEDIMENTO	11,00	3.800.000,00	PACIENTES ATENDIDOS
2.108	MANUTENÇÃO DO ATENDIMENTO AOS PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO	VIAGEM	530,00	1.400.000,00	VIAGENS REALIZADAS
2.109	MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE APOIO AO DIAGNÓSTICO	EXAME	950,00	3.500.000,00	EXAMES REALIZADOS
2.110	MANUTENÇÃO CISMEPI - CONTRATO DE RATEIO	UNIDADE	1,00	500.000,00	CONSÓRCIO MANTIDO
Total Programa				**57.540.000,00**	

Programa: 1004 - ASSIST˙NCIA FARMAC˙UTICA

OBJETIVO: AMPLIAR E QUALIFICAR O ACESSO DA POPULA¨˙O AOS MEDICAMENTOS DA REMUNE (RELA¨˙O MUNICIPAL DE MEDICAMENTOS ESSENCIAIS), OS MEDICAMENTOS DO CEAF (COMPONENTE ESPECIALIZADO DA ASSIST˙NCIA FARMAC˙UTICA) E MEDICAMENTOS DE DEMANDAS JUDICIAIS. PROMOVER O USO RACIONAL DE MEDICAMENTOS, A INTEGRALIDADE DE

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	META	FINANCEIRO	RESULTADO ESPERADO
1.024	INFRAESTRUTURA E CONSERVAÇÃO DAS UNIDADES DE FARMÁCIA MUNICIPAL	PRÉDIO	3,00	200.000,00	PRÉDIOS CONSERVADOS/CONSTRUÍDOS
2.111	GESTÃO DOS SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS	MEDICAMENTO	95,00	2.500.000,00	MEDICAMENTOS FORNECIDOS
Total Programa				**2.700.000,00**	

Programa: 1005 - VIGIL˙NCIA EM SA DE

OBJETIVO: REALIZAR A˙ ES INERENTES DE VIGIL˙NCIA EM SA DE VISANDO GARANTIR SA DE HUMANA CONDI˙OES ADEQUADAS DE SALUBRIDADE, CONTROLAR A INCID˙NCIA DE DOEN˙AS END˙MICAS,TRANSMISS˙VEIS E INFECCIOSAS E REALIZAR A IMUNIZA¨˙O DA POPULA¨˙O. REALIZAR CONTROLE DE VETORES.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	META	FINANCEIRO	RESULTADO ESPERADO
2.112	PROMOÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA	VISTORIA	945,00	1.200.000,00	AÇÕES VIGILÂNCIA E CONTROLE SANITÁRIO PROMOVIDOS
2.113	PROMOÇÃO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	COBERTURA DE VACINAÇÃO	95,00	1.600.000,00	CRIANÇAS VACINADAS
2.114	GESTÃO DO PROGRAMA IST/HIV/AIDS	PESSOA	82,00	118.000,00	AUMENTO DO NÚMERO DE PACIENTES COM CARGA VIRAL INDETECTÁVEL
2.115	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE CONTROLE DE ZOONOSES	PROCEDIMENTO	050,00	120.000,00	PROCEDIMENTOS REALIZADOS
Total Programa				**3.038.000,00**	

01 JUN 2022

Câmara Municipal de João Monlevade

MUNICIPIO DE JO^O MONLEVADE - M

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXOS DE METAS

DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRA¨^O MUNICIPAL

FL	RUBRICA
N" PROCESSO	

Programa: 1201 - APOIO ADMINISTRATIVO EDUCA¨^O

OBJETIVO: ATENDER REDE DE ENSINO MUNICIPAL NA EXECU¨^O DE SUAS ATIVIDADES ESCOLARES, NECESS`RIAS AO DESENVOLVIMENTO DE UM ENSINO DE QUALIDADE E EXCEL^NCIA.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	META	FINANCEIRO	RESULTADO ESPERADO
2.042	GARANTIA DOS AUXÍLIOS TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO A SERVIDORES DA EDUCAÇÃO	SERVIDOR PÚBLICO	820,00	3.506.250,00	AUXILIOS TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO MANTIDOS
2.043	GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	SERVIÇO	1,00	5.100.000,00	SECRETARIA MANTIDA
Total Programa				**8.606.250,00**	

Programa: 1202 - POR UMA EDUCA¨^O MAIS HUMANIZADA

OBJETIVO: GARANTIR UMA EDUCA¨^O DE QUALIDADE POR MEIO DA VALORIZA¨^O PROFISSIONAL, AMPLIA¨^O DO ACESSO EDUCA¨^O INFANTIL, DO CUIDADO COM OS ESPA^OS F¨SICOS PARA QUE TAMB M SEJAM OS ESPA^OS DE APRENDIZAGEM, DA UTILIZA¨^O DAS TECNOLOGIAS COMO FORMA DE CONEX^O COM O MUNDO, CONSIDERANDO AS NECESSIDADES DE TODOS

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	META	FINANCEIRO	RESULTADO ESPERADO
1.004	INFRAESTRUTURA E CONSERVAÇÃO DE PRÉDIOS ESCOLARES- ENS. FUNDAMENTAL	PRÉDIO	11,00	1.500.000,00	PRÉDIOS ESCOLARES CONSTRUÍDOS E REVITALIZADOS
1.005	INFORMATIZAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA- EDUCAÇÃO CONECTADA	ALUNO	000,00	800.000,00	ALUNOS CONECTADOS
1.006	IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE ATENDIMENTO MULTIDISCIPLINAR	ALUNO	347,00	318.750,00	ATENDIMENTO ESPECIALIZADO GARANTIDO
1.007	INFRAESTRUTURA E CONSERVAÇÃO DE CEMEI'S	PRÉDIO	9,00	1.500.000,00	NOVOS CEMEI'S CONSTRUÍDOS, CONSERVADOS E MOBILIADOS
2.044	MANUTENÇÃO DA ESCOLA DE INFORMÁTICA	USUÁRIO	400,00	63.750,00	ACESSO À INFORMAÇÃO GARANTIDA
2.045	MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR	ALUNO	400,00	1.381.250,00	ALUNOS ALIMENTADOS
2.046	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO ENSINO FUNDAMENTAL	ALUNO	200,00	3.400.000,00	ENSINO FUNDAMENTAL MANTIDO
2.047	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL	ALUNO	730,00	2.195.125,00	ALUNOS TRANSPORTADOS
2.048	VALORIZAÇÃO E FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO	SERVIDOR PÚBLICO	600,00	265.625,00	SERVIDOR VALORIZAÇÃO E CAPACITADO
2.049	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO MÉDIO/EJA/PÓS MÉDIO	ALUNO	720,00	1.381.250,00	ALUNOS TRANSPORTADOS
2.050	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO SUPERIOR	ALUNO	510,00	1.381.250,00	ALUNOS TRANSPORTADOS
2.051	APOIO AO ACESSO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO SUPERIOR	CONVÊNIO	3,00	371.875,00	ENSINO SUPERIOR APOIADO
2.052	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE EDUCAÇÃO INFANTIL	ALUNO	300,00	5.009.687,00	EDUCAÇÃO INFANTIL MANTIDA
2.053	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - EDUCAÇÃO INFANTIL	ALUNO	114,00	1.593.750,00	ALUNOS TRANSPORTADOS
2.054	MANUTENÇÃO DO EJA - ENSINO FUNDAMENTAL	ALUNO	100,00	340.000,00	JOVENS E ADULTOS ALFABETIZADOS
2.055	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ALUNO	150,00	1.105.000,00	EDUCAÇÃO ESPECIAL MANTIDA
2.056	AÇÕES DE MODERNIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL	UNIDADE	1,00	120.000,00	BIBLIOTECA PÚBLICA MANTIDA
2.057	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB	ALUNO	0,00	40.460.000,00	ENSINO FUNDAMENTAL MANTIDO
Total Programa				**63.187.312,00**	

01 JUN 2022

Monlevade - Câmara Municipal

MUNICIPIO DE JO˜O MONLEVADE - M

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXOS DE METAS

DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRA˜˜O MUNICIPAL

FL	RUBRICA
N° PROCESSO	

Programa: 1301 - APOIO ADMINISTRATIVO FUNDA˜˜O CASA DE CULTURA

OBJETIVO: EXECU˜˜O DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS NECESS`RIAS AO DESENVOLVIMENTO DOS PROJETOS E PROGRAMAS DA CASA DE CULTURA, AL M DAS MELHORIAS NA ESTRUTURA F˜SICA.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	META	FINANCEIRO	RESULTADO ESPERADO
2.130	GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA FUNDAÇÃO CASA DE CULTURA	SERVIÇO	1,00	390.000,00	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
Total Programa				**390.000,00**	

Programa: 1302 - PROMO˜˜O E DESENVOLVIMENTO CULTURAL

OBJETIVO: PROMOVER ACESSO CULTURA ATRAV S DE EVENTOS, FESTIVAIS, OFICINAS E A˙ ES DE FORMA˜˜O, FOMENTAR AS ARTES E DAR APOIO E INCENTIVO PROFISSIONALIZA˜˜O DOS AGENTES CULTURAIS MUNICIPAIS PARA DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA CRIATIVA.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	META	FINANCEIRO	RESULTADO ESPERADO
1.032	IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS	CURSO	14,00	30.000,00	INSERÇÃO DE JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO CULTURAL
1.033	APOIO E PROMOÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS	EVENTO	10,00	425.000,00	EVENTOS APOIADOS E REALIZADOS
2.131	AÇÕES DE PROFISSIONALIZAÇÃO DOS TRABALHADORES DA CULTURA	CURSO	8,00	21.000,00	QUALIFICAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA CULTURA
2.132	GESTÃO DE CURSOS DE FORMAÇÃO ARTÍSTICA CONTINUADA	CURSO E ATIVIDADE CULTURAL	20,00	310.000,00	CURSOS E ATIVIDADES MANTIDOS
Total Programa				**786.000,00**	

Programa: 1303 - RESGATE E PRESERVA˜˜O DA MEM RIA E DO PATRIM NIO CULTURAL

OBJETIVO: REALIZAR POL˜TICAS DE PRESERVA˜˜O DO PATRIM NIO, DIFUNDIR A MEM RIA, AS TRADI˙ ES E FOMENTAR MANIFESTA˙ ES CULTURAIS TRADICIONAIS.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	META	FINANCEIRO	RESULTADO ESPERADO
1.034	CRIAÇÃO DO CENTRO DE MEMÓRIA MONLEVADENSE	CENTRO	0,25	85.125,00	SALVAGUARDA DA MEMÓRIA MONLEVADENSE
2.133	AÇÕES DE PRESERVAÇÃO, DIFUSÃO E RESGATE DOS BENS CULTURAIS DE JOÃO MONLEVADE	AÇÃO	12,00	172.000,00	PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA E TRADIÇÕES
Total Programa				**257.125,00**	

Programa: 1501 - MOBILIDADE E INFRAESTRUTURA URBANA EM FOCO

OBJETIVO: PROPORCIONAR POPULA˜˜O UM SISTEMA VI˙RIO ADEQUADO PARA O TR˙FEGO HARMONIZADO E SEGURO DE VE˜CULOS, PEDESTRES, CICLISTAS,MOTOCICLISTAS E PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS, BEM COMO UM SISTEMA DE MACRODRENAGEM.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	META	FINANCEIRO	RESULTADO ESPERADO
1.011	INFRAESTRUTURA DE VIAS URBANAS	M²	000,00	12.000.000,00	VIAS URBANAS ESTRUTURADAS
1.016	INFRAESTRUTURA E EDUCAÇÃO NO TRÂNSITO MUNICIPAL	KM	50,00	680.000,00	TRANSITO MAIS ORGANIZADO E SEGURO
2.080	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DA MALHA VIÁRIA	M²	000,00	5.000.000,00	VIAS PÚBLICAS CONSERVADAS
Total Programa				**17.680.000,00**	

01 JUN 2022

Câmara ... Monlevade

MUNICIPIO DE JO˜O MONLEVADE - M

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXOS DE METAS

DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRA˜˜O MUNICIPAL

FL	RUBRICA
N" PROCESSO	

Programa: 1502 - MONLEVADE SEGURA E BEM CUIDADA

OBJETIVO: PROPORCIONAR AOS CIDAD˜OS DO MUNIC˜PIO A PRESTA˜˜O DE SERVI˜OS EFICIENTES NA MANUTEN˜˜O E CONSERVA˜˜O DE VIAS, COLETA DE LIXO, COLETA SELETIVA, LIMPEZA, SEGURAN˜A E OUTROS SERVI˜OS, NECESS˜RIOS GARANTIA DO BEM ESTAR DE TODOS E A QUALIDADE DE VIDA DA POPULA˜˜O.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	META	FINANCEIRO	RESULTADO ESPERADO
1.017	AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	LÂMPADA INSTALADA	100,00	1.600.000,00	ILUMINAÇÃO GARANTIDA
1.018	URBANIZAÇÃO E PAISAGISMO DE ÁREAS PÚBLICAS E DE CONVIVÊNCIA SOCIAL	UNIDADE	15,00	530.000,00	CIDADE MAIS BONITA E URBANIZADA
1.019	ESTRUTURAÇÃO DOS SERVIÇOS DE RECOLHIMENTO DE ANIMAIS ABANDONADOS EM ÁREAS PÚBLICAS	UNIDADE	50,00	300.000,00	MANEJO DE ANIMAIS
1.020	INFRAESTRUTURA DE ÁREA PÚBLICA PARA EVENTOS DIVERSOS	UNIDADE	0,25	500.000,00	ÁREA PÚBLICA PARA EVENTOS E LAZER
2.085	MANUTENÇÃO DAS REDES E SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	LÂMPADA INSTALADA	000,00	3.818.700,00	ILUMINAÇÃO GARANTIDA
2.086	AÇÕES DE MONITORAMENTO E CONTROLE DE SEGURANÇA PÚBLICA	UNIDADE	60,00	106.250,00	MONLEVADE SEGURA
2.087	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS ÁREAS PÚBLICAS E CONVIVÊNCIA SOCIAL	UNIDADE	50,00	371.875,00	ESPAÇOS PÚBLICOS BEM CUIDADOS
2.088	MODERNIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÃO	TORRE	2,00	50.000,00	IMAGEM E INTERNET DE QUALIDADE
2.089	ESTRTURAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE CEMITÉRIOS E VELÓRIO MUNICIPAL	UNIDADE	4,00	400.000,00	SERVIÇOS MORTUÁRIOS GARANTIDOS
Total Programa				**7.676.825,00**	

Programa: 1503 - GEST˜O INTEGRADA DE RES˜DUOS S LIDOS

OBJETIVO: PROPORCIONAR POPULA˜˜O E AO MEIO AMBIENTE UMA GEST˜O ADEQUADA DE RES˜DUOS S LIDOS DESDE SUA COLETA DESTINA˜˜O FINAL AMBIENTALMENTE CORRETA.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	META	FINANCEIRO	RESULTADO ESPERADO
2.090	EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA E COLETA DOS RESÍDUOS URBANOS	TONELADA	800,00	7.331.250,00	CIDADE LIMPA
2.091	DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS MUNICIPAIS	TONELADA	000,00	1.300.000,00	DESTINAÇÃO CORRETA DE RESÍDUOS
2.092	MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO CPGRS - CONTRATO DE RATEIO	UNIDADE	1,00	435.625,00	CONSÓRCIO MANTIDO
Total Programa				**9.066.875,00**	

Programa: 1601 - HABITA˜˜O DE INTERESSE SOCIAL

OBJETIVO: GARANTIR HABILITA˜˜O DE INTERESSE SOCIAL E REGULARIZA˜˜O FUNDI˜RIA PARA FAM˜LIAS EM VULNERABILIDADE.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	META	FINANCEIRO	RESULTADO ESPERADO
1.014	REGULARIZAÇÃO DE ÁREAS PÚBLICAS OCUPADAS POR FAMÍLIAS CARENTES	FAMILIA	100,00	153.125,00	FAMÍLIAS BENEFICIADAS
1.015	CONSTRUÇÃO E REFORMAS DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	UNIDADE	3,00	308.125,00	CASAS CONSTRUÍDAS OU RECUPERADAS
2.081	GESTÃO DAS ATIVIDADES DO SETOR DE HABITAÇÃO	ALUGUEL	20,00	212.500,00	FAMÍLIAS CARENTES AMPARADAS
Total Programa				**673.750,00**	

01 JUN 2022

Câmara Municipal de Monlevade

)UNICIPIO DE JO^O MONLEVADE - M

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXOS DE METAS

DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRA¨O MUNICIPAL

FL.	RUBRICA
N" PROCESSO	

Programa: 1701 - APOIO ADMINISTRATIVO - DAE

OBJETIVO: APOIO ADMINISTRATIVO NECESS`RIO AO DESENVOLVIMENTO DAS A` ES QUE PROPICIEM O RECEBIMENTO DE RECURSOS H¨DRICOS E AUXILIEM NAS A` ES DE SANEAMENTO AMBIENTAL.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	META	FINANCEIRO	RESULTADO ESPERADO
2.116	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA DIRETORIA	SERVIÇO	1,00	289.000,00	ATIVIDADES MANTIDAS
2.117	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA	SERVIÇO	1,00	5.788.000,00	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.118	PUBLICIDADE E DIVULGAÇÕES OFICIAIS	SERVIÇO	1,00	22.000,00	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.119	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA DIVISÃO DE OPERAÇÃO	SERVIÇO	1,00	2.408.000,00	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.123	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA DIVISÃO DE PLANEJAMENTO	SERVIÇO	1,00	303.000,00	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.124	MANUTENÇÃO ATIVIDADES CONTROLE INTERNO	SERVIÇO	1,00	268.000,00	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
Total Programa				**9.078.000,00**	

Programa: 1702 - SANEAMENTO AMBIENTAL DE QUALIDADE

OBJETIVO: PROPICIAR MELHORIAS NO SERVI`O ESSENCIAL DE SANEAMENTO PRESTADOS PELA AUTARQUIA, ATRAV S DE INFRAESTRUTURA, CAPTA¨O, TRATAMENTO E DISTRIBUI¨O DE `GUA POT`VEL E AINDA COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO SANIT`RIO.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	META	FINANCEIRO	RESULTADO ESPERADO
1.025	EXTENSÃO DE ADUTORAS E REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	PERCENTUAL A SER CONSTRUÍDO	600,00	302.000,00	EXTENSÃO ADUTORA E REDE DE ABASTECIMENTO ÁGUA MANTIDA
1.026	CONSTRUÇÃO DE RESERVATÓRIOS	UNIDADE	1,00	302.000,00	CONSTRUÇÃO DE RESERVATÓRIOS MANTIDA
1.027	AMPLIAÇÃO E REFORMAS DA EAT- EAB E RECALQUES	M²	50,00	102.000,00	AMPLIAÇÃO E REFORMAS EAT-EAB/ RECALQUE MANTIDAS
1.028	CONSTRUÇÃO DE ETE'S	PERCENTUAL A SER CONSTRUÍDO	0,15	5.241.000,00	ETE'S CONSTRUÍDAS
1.029	EXTENSÃO DE REDE COLETORA DE ESGOTOS	PERCENTUAL A SER CONSTRUÍDO	000,00	252.000,00	EXTENSÃO DE REDE COLETORA DE ESGOTOS MANTIDAS
1.030	EXTENSÃO DE FOSSAS SÉPTICAS	M²	10,00	102.000,00	EXTENSÃO DE FOSSAS SÉPTICAS MANTIDAS
2.120	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA (EAB-EAT - REDES - RESERVATÓRIOS E RECALQUES)	SERVIÇO	1,00	19.673.000,00	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.121	MANUTENÇÃO DE AÇÕES DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL	SERVIÇO	1,00	325.000,00	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.122	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO (REDE COLETORA - FOSSAS E ETE's)	SERVIÇO	0,00	3.977.000,00	MANUTENÇÃO SERVIÇOS REDE COLETORA DE ESGOTO, FOSSAS
Total Programa				**30.276.000,00**	

Programa: 1801 - SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

OBJETIVO: DESENVOLVER A GEST¨O SUSTENT`VEL, POR MEIO DE POL¨TICAS E A` ES QUE VISEM PROTE¨O, DEFESA E CONSERVA¨O DO MEIO AMBIENTE, MELHORIA E CONTROLE DA QUALIDADE AMBIENTAL E PRESERVA¨O DOS RECURSOS AMBIENTAIS.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	META	FINANCEIRO	RESULTADO ESPERADO
1.021	REVITALIZAÇÃO E INFRAESTRUTURA DO PARQUE MUNICIPAL DO AREÃO	UNIDADE	0,20	1.200.000,00	LAZER PARA A POPULAÇÃO
2.094	AÇÕES DE REVITALIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DO VIVEIRO MUNICIPAL	UNIDADE	1,00	140.000,00	ÁREA SUSTENTÁVEL
2.095	AÇÕES DE PLANEJAMENTO DE GESTÃO AMBIENTAL	UNIDADE	3,00	201.875,00	LEGISLAÇÃO APLICADA
2.096	AÇÕES DE RECUPERAÇÃO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL	AÇÃO	5,00	175.312,00	MEIO AMBIENTE PRESERVADO
Total Programa				**1.717.187,00**	

01 JUN 2022

Câmara Municipal de Monlevade

MUNICIPIO DE JO^O MONLEVADE - M

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXOS DE METAS
DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRA^^O MUNICIPAL

FL	RUBRICA
N° PROCESSO	

Programa: 2301 - DESENVOLVIMENTO ECON MICO SOCIAL E INOVA^^O

OBJETIVO: PROMOVER, LEGITIMAR E REALIZAR A MANUTEN^^O DA POL^TICA P BLICA DE DESENVOLVIMENTO ECON MICO-SOCIAL E DE INOVA^^O NA PERSPECTIVA DA GOVERNAN^A, APOIANDO A^ ES VOLTADAS PARA O FOMENTO DAS ATIVIDADES EMPREEENDEDORAS NOS DIVERSOS SETORES DA ECONOMIA LOCAL, ESTIMULANDO O DESENVOLVIMENTO TECNOL GICO

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	META	FINANCEIRO	RESULTADO ESPERADO
1.002	INFRAESTRUTURA E MANUTENÇÃO DA INCUBADORA DE EMPRESAS E STARTUP'S	MÓDULO	16,00	380.000,00	PEQUENAS EMPRESAS FORTALECIDAS
1.012	INFRAESTRUTURA DO DISTRITO INDUSTRIAL	UNIDADE	0,40	1.500.000,00	DISTRITO INDUSTRIAL ESTRUTURADO
1.013	INFRAESTRUTURA DO ABATEDOURO MUNICIPAL	UNIDADE	0,25	637.500,00	PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL PROCESSADOS ADEQUADAMENTE
2.028	MANUTENÇÃO DO CONSMEPI - CONTRATO DE RATEIO -SIM	SERVIÇO	1,00	2.125,00	GARANTIA DE QUALIDADE DO PRODUTO ANIMAL
2.029	GESTÃO DAS POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA	FAMILIA	100,00	127.500,00	FOMENTO A GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA
2.030	PROMOÇÃO DE AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, EMPRESARIAL E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA	AVALIAÇÃO POPULAR	3,80	478.125,00	AVALIAÇÃO POPULAR SOBRE GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA
Total Programa				**3.125.250,00**	

Programa: 2701 - DESENVOLVENDO O FUTURO: ESPORTE EM A^^O

OBJETIVO: DESENVOLVER ATIVIDADES ESPORTIVAS E DE LAZER NO MUNIC^PIO, INCENTIVANDO TAMB M A PARTICIPA^^O EM COMPETI^ ES AL M DE MELHORIAS E CONSTRU^ ES DE NOVOS ESPA^OS ESPORTIVOS DA MUNICIPALIDADE.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	META	FINANCEIRO	RESULTADO ESPERADO
1.008	INFRAESTRUTURA DE ÁREAS DE ESPORTE E LAZER	ESPAÇO DE ESPORTE E LAZER	8,00	600.000,00	ÁREA DE ESPORTE E LAZER CONTRUÍDA/REVITALIZADA
2.059	APOIO E DESENVOLVIMENTO DE PRÁTICAS ESPORTIVAS	PRÁTICA ESPORTIVA	65,00	637.500,00	PRÁTICAS ESPORTIVAS APOIADAS
2.060	PARCERIA COM ENTIDADES ESPORTIVAS E ATLETAS INDIVIDUAIS	UNIDADE	3,00	138.125,00	ENTIDADES E ATLETAS SUBVENCIONADOS
2.061	CONSERVAÇÃO DE ÁREAS DE ESPORTE E LAZER	ESPAÇO DE ESPORTE E LAZER	7,00	106.250,00	ÁREAS DE ESPORTE E LAZER CONSERVADAS
Total Programa				**1.481.875,00**	

Programa: 9999 - RESERVA DE CONTING^NCIA

OBJETIVO: ATENDER OS PASSIVOS CONTINGENTES E OUTROS RISCOS FISCAIS E EVENTOS FISCAIS IMPREVISTOS, NOS TERMOS PREVISTOS NA LEI DE DIRETRIZES OR^AMENT^RIAS.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	META	FINANCEIRO	RESULTADO ESPERADO
9.999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	SERVIÇO	1,00	1.300.000,00	PASSIVOS CONTINGÊNCIADOS
Total Programa				**1.300.000,00**	
Total Geral				**325.053.125,00**	

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Sec. Munic. Planej. E Desenv. Economico, Emissão: 24/05/2022 , às 10:16:26 .

01 JUN 2022

Câmara Municipal de J. Monlevade

FL	RUBRICA

01 JUN 2022

Câmara Municipal de J. Monlevade

MUNICIPIO DE JO^O MONLEVADE - M^

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS

IV - RESULTADO NOMINAL

Art. 4°, §2°, inciso II da LRF

(R$)

ESPECIFICA^^O	2020 (b)	2021 (c)	2022 (d)	2023 (e)	2024 (f)	2025 (g)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	10.057.682,45	14.649.395,54	14.107.632,39	16.455.656,01	18.278.449,31	20.090.536,43
DEDUÇÕES (II)	27.005.485,92	67.250.082,89	90.991.654,98	79.489.254,61	83.513.717,34	87.485.862,05
Ativo Disponível	31.034.090,33	71.631.379,99	91.145.447,98	80.463.529,14	84.486.705,60	88.457.580,76
Haveres Financeiros	22.901,69	22.901,69	22.901,69	25.725,47	27.011,74	28.281,29
(-) Restos a Pagar	4.051.506,10	4.404.198,79	176.694,69	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) - (I - II)	-16.947.803,47	-52.600.687,35	-76.884.022,59	-63.033.598,60	-65.235.268,03	-67.395.325,62
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III + IV - V)	-16.947.803,47	-52.600.687,35	-76.884.022,59	-63.033.598,60	-65.235.268,03	-67.395.325,62

Resultado Nominal	(a* - b)	(b - c)	(c - d)	(d - e)	(e - f)	(f - g)
	18.481.554,51	35.652.883,88	24.283.335,24	-13.850.433,99	2.201.679,43	2.160.057,59

Notas:
- o Cálculo da Metas Anuais relativas ao resultado nominal foi efetuado em conformidade com a metodologia estabelecida pelo Governo Federal, normatizada pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional.
* Refere-se ao valor previsto da Dívida Consolidada Líquida do exercício de 2019(R$ 1.533.751,04)

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Pblicas, Unidade Responsável: Sec. Munic. Planej. E Desenv. Economico, Emissão: 24/05/2022 , às 10:17:12

01 JUN 2022

Câmara Municipal de João Monlevade

MUNICIPIO DE JO˜O MONLEVADE - M˜

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS

V - MONTANTE DA D˜VIDA P BLICA

Art. 4°, §2°, inciso II da LRF

(R$)

ESPECIFICA˜˜O	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
DIVIDA CONSOLIDADA (I)	9.797.306,58	10.057.682,45	14.649.395,54	14.107.632,39	16.455.666,01	18.278.449,31	20.090.536,43
Divida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dividas	9.797.306,58	10.057.682,45	14.649.395,54	14.107.632,39	16.455.666,01	18.278.449,31	20.090.536,43
DEDUÇÕES (II)	8.263.555,54	27.005.485,92	67.250.082,89	90.991.654,98	79.489.254,61	83.513.717,34	87.485.862,05
Ativo Disponivel	11.963.637,81	31.034.090,33	71.631.379,99	91.145.447,98	80.463.529,14	84.486.705,60	88.457.580,76
Haveres Financeiros	22.901,69	22.901,69	22.901,69	22.901,69	25.725,47	27.011,74	28.281,29
(-) Restos a Pagar	3.722.983,96	4.051.506,10	4.404.198,79	176.694,69	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00
D vida Consolidada L quida	1.533.751,04	-16.947.803,47	-52.600.687,35	-76.884.022,59	-63.033.588,60	-65.235.268,03	-67.395.325,62

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Pblicas, Unidade Responsável: Sec. Munic. Planej. E Desenv. Economico, Emissão: 24/05/2022 , às 10:18:55

01 JUN 2022

Monlevade - Câmara Municipal

Câmara Municipal de J. Monlevade
79

ANEXO DE METODOLOGIA E PREMISSAS UTILIZADAS.
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO
EXERCÍCIO DE 2023

Quadro 1 *- Relatório Demonstrativo dos de Índices Oficiais e Fatores de Projeção*

Originado de publicações realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, no que concerne aos índices apurados; pelo Banco Central do Brasil, no que concerne aos índices de previsão; e Fundação João Pinheiro, por cálculo econômico concernente a publicação do Produto Interno Bruto - PIB Estadual.

Demonstra os fatores para cálculo dos valores constantes, que equivalem às correntes abstraídas da variação do poder aquisitivo da moeda, ou seja, expurgando os índices de inflação ou deflação aplicados no cálculo do valor corrente, trazendo os valores das metas anuais para valores praticados no ano anterior ao ano de referência da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.

Quadro 2 *- Demonstrativo do Cenário Econômico- Adequação da Receita*

Retrata o crescimento/ redução diferenciado de determinadas receitas, no contexto utilizado para cálculo das demais.

Para elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, é adotada a metodologia de projetar o exercício de sua elaboração, a partir do exercício anterior (março a dezembro de 2021) e da arrecadação efetivamente realizada no período transcorrido no mesmo, neste caso os meses de janeiro e março (2022), ou seja, ele aplica nas receitas efetivamente realizadas os coeficientes constantes do Relatório de Índices Oficiais e Fatores de Projeção.

***Quadro 3** - Demonstrativo do Cenário Econômico- Adequação da Despesa*

Estabelece fatores a serem aplicados sobre o valor de determinada despesa segundo o critério utilizado, demonstrado na memória de cálculo das despesas.

Os fatores são fixados a partir de decisão gerencial, ou para atendimento de limites estabelecidos em lei, para adequação do valor total das despesas aos valores projetados para receita.

***Quadro 4** - Memória de Cálculo da Receita*

O quadro demonstra:

- ✓ a receita efetivamente realizada nos exercício de 2019, 2020 e 2021;
- ✓ a receita projetada para 2022, tendo por base a receita efetivamente realizada no período compreendido entre março a dezembro de 2021, somada às receitas efetivamente realizada nos meses janeiro a fevereiro de 2022, devidamente corrigida pela inflação acumulada, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, acrescido da expectativa de crescimento do Produto Interno Bruto - PIB Nacional, para o exercício de 2022, conforme fatores de correção do Quadro de Índices, observado o Quadro 2 – Demonstrativo do Cenário Econômico- Adequação da Receita;
- ✓ projeção da receita para os exercícios de 2023, 2024 e 2025, realizada partir da receita projetada para 2022, com aplicação dos fatores estabelecidos pela expectativa de inflação, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e crescimento do Produto Interno Bruto – PIB Nacional, conforme fatores do Quadro 1 – Relatório Demonstrativo dos de Índices Oficiais e Fatores de Projeção, observado o Quadro 2 – Demonstrativo do Cenário Econômico- Adequação da Receita; e
- ✓ avaliação do percentual de crescimento/redução da receita, realizada à partir de um determinado exercício do período, na relação com o imediatamente anterior.

***Quadro 5** - Memória de Cálculo da Despesa*

O quadro demonstra:

- ✓ a despesa efetivamente realizada nos exercício de 2019, 2020 e 2021;
- ✓ a despesa projetada para 2022 tendo por base a despesa efetivamente realizada no período compreendido entre março a dezembro de 2021, somadas as despesas realizada nos meses janeiro a fevereiro de 2022, devidamente corrigida pela inflação acumulada, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, acrescido da expectativa de crescimento do Produto Interno Bruto - PIB Nacional, para o exercício de 2022, conforme fatores de correção do Quadro de Índices,
  observado o Quadro 3-*Demonstrativo do Cenário Econômico - Adequação da Despesa.*
- ✓ projeção da despesa para os exercícios de 2023, 2024 e 2025, realizada a partir da despesa projetada para 2022, com aplicação dos fatores estabelecidos pela expectativa de inflação, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e crescimento do Produto Interno Bruto – PIB Nacional, conforme fatores do Quadro 1 – Relatório Demonstrativo dos de Índices Oficiais e Fatores de Projeção, observado Quadro 3 - *Demonstrativo do Cenário Econômico - Adequação da Despesa.*
- ✓ avaliação do percentual de crescimento/redução da despesa, realizada à partir de um determinado exercício do período, na relação com o imediatamente anterior.

***Quadro 6** - Meta Fiscal – Resultado Nominal*
(LC 101, art. 4º, § 2º, inciso II)

O quadro demonstra a Dívida Consolidada Líquida e o Resultado Nominal realizados, projetando os mesmos com a seguinte metodologia:

- ✓ Para 2022: Dívida Consolidada de 2021, menos amortização do exercício de 2022, acrescida dos Restos a Pagar Processados; deduzido o Ativo Disponível e Haveres Financeiros (Ativo Realizável), todos corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, conforme fatores de correção do

Quadro 1 – Relatório Demonstrativo dos de Índices Oficiais e Fatores de Projeção;

- ✓ Para 2023: Dívida Consolidada de 2022, menos amortização do Exercício de 2023, acrescida dos Restos a Pagar Processados; deduzido o Ativo Disponível e Haveres Financeiros (Ativo Realizável), todos corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, conforme fatores de correção do Quadro 1 – Relatório Demonstrativo dos de Índices Oficiais e Fatores de Projeção;
- ✓ Para 2024: Dívida Consolidada de 2023 menos amortização do Exercício de 2024, acrescida dos Restos a Pagar Processados; deduzido o Ativo Disponível e Haveres Financeiros (Ativo Realizável), todos corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, conforme fatores de correção do Quadro 1 – Relatório Demonstrativo dos de Índices Oficiais e Fatores de Projeção; e
- ✓ Para 2025 Dívida Consolidada de 2024, menos amortização do exercício de 2025, acrescida dos Restos a Pagar Processados; deduzido o Ativo Disponível e Haveres Financeiros (Ativo Realizável), todos corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, conforme fatores de correção do Quadro 1 – Relatório Demonstrativo dos de Índices Oficiais e Fatores de Projeção;

***Quadro 7** - Anexo de Metas Anuais*
AMF – Demonstrativo I (LC 101, art. 4º, § 1º)

Apresenta as metas fiscais anuais, com propostas de resultados primário e nominal, calculadas em valores correntes e constantes, com aplicação dos fatores constantes do Quadro 1 – Relatório Demonstrativo dos de Índices Oficiais e Fatores de Projeção, para os três exercícios subsequentes ao da elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO.

***Quadro 8** - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Último Exercício*
AMF – Demonstrativo II (LC 101, art. 4º, § 2º, inciso I)

Apresenta avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício imediatamente anterior ao da elaboração da lei de diretrizes orçamentária - LDO.

O resultado primário é apresentado na relação das receitas primárias e despesas primárias, nos valores previstos e efetivamente realizados.

Da mesma forma é apresentado o valor da dívida consolidada, dívida consolidada líquida, e o resultado nominal. Por fim demonstra Produto Interno Bruto - PIB estadual previsto e realizado.

Quadro 9 *- Metas Anuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Últimos Exercícios*
AMF – Demonstrativo III (LC 101, art.4º, §2º, inciso II)

Apresenta as metas de resultados primário e nominal anuais, propostas para os três exercícios subsequentes ao de elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, calculadas em valores correntes e constantes, com aplicação dos fatores do Quadro 1 – Relatório Demonstrativo dos de Índices Oficiais e Fatores de Projeção, comparadas através de avaliação percentual com os três últimos exercícios, incluído o de sua elaboração.

Quadro 10 *- Evolução do Patrimônio Líquido*
AMF – Demonstrativo IV (LC 101, art.4º, § 2º, inciso III)

Apresenta a evolução do Patrimônio Líquido do Município, compreendido o Executivo e Legislativo, e seus respectivos Fundos e Autarquias nos exercícios de 2019, 2020 e 2021.

Quadro 11 *- Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos*
AMF – Demonstrativo V (LC 101, art.4º, § 2º, inciso III)

Demonstra os valores originados das alienações realizadas nos três últimos exercícios, bem como os valores destes recursos que foram aplicados em cada um deste exercício e, ainda, o saldo financeiro a ser aplicado no exercício seguinte.

Quadro 12 *- Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências*
ARF (LC 101, art 4º, § 3º)

Demonstra os eventos que poderão impactar negativamente as contas públicas, e as providências a serem tomadas caso os mesmos se concretizem.

Quadro 13 *- Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado - DOCC*
AMF - (LC 101, art. 4°, § 2°, inciso V)

Demonstra as despesas derivadas de lei ou de ato administrativo que fixam para o Município a obrigação legal de sua execução por período superior a dois exercícios, que conforme definição do caput do art. 17 da LC 101/2000, são entendidas como obrigatórias de caráter continuado. Demonstra, ainda, a origem dos recursos para o custeio das mesmas.

Quadro 14 *- Anexo das Variações Previstas no Quadro de Pessoal*
AMF - (LC 101, art. 4°, § 2°, inciso V)

Demonstra a movimentação no Quadro de Pessoal, originadas da criação e extinção de cargos no exercício para o qual está sendo estabelecidas as diretrizes para elaboração da lei Orçamentária anual.

Neste anexo são demonstrados os valores dos cargos existentes, somados aos valores dos cargos criados, deduzidos os valores dos cargos extintos, e o produto desta variação em termos quantitativos e de valores.

Quadro 15 *- Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita*
AMF - (LC 101, art. 4°, § 2°, inciso V)

Demonstra os incentivos fiscais, anistia, remissão, subsídio, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios para determinados setores, que promovam o tratamento diferenciado, de forma a caracterizar a renúncia de receitas, sob a ótica da LC 101/2000.

Neste anexo é apresentada, conforme estabelecido no art. 14 da LC 101/2000, nos termos dos incisos I e II, a compensação para a renúncia definida acima.

João Monlevade, 30 de maio de 2022.

Laércio José Ribeiro
Prefeito Municipal

PL 1.270 - LDO 2023 - LIDO EM 1º DE JUNHO

projetos@joaomonlevade.mg.leg.br (1 de Junho de 2022 16:46)

Para: belmardiniz@joaomonlevade.mg.leg.br, brunocabecao@joaomonlevade.mg.leg.br, dorosaude@joaomonlevade.mg.leg.br, fernandolinhares@joaomonlevade.mg.leg.br, presidencia@joaomonlevade.mg.leg.br, prandini@joaomonlevade.mg.leg.br, lelespontes@joaomonlevade.mg.leg.br, marquinhodornelas@joaomonlevade.mg.leg.br, pr.lieberth@joaomonlevade.mg.leg.br, drpresunto@joaomonlevade.mg.leg.br, raelalves@joaomonlevade.mg.leg.br, revetriedasaude@joaomonlevade.mg.leg.br, thiagotito@joaomonlevade.mg.leg.br, tonhao@joaomonlevade.mg.leg.br, vanderleimiranda@joaomonlevade.mg.leg.br, comunicacao@joaomonlevade.mg.leg.br

De	projetos@joaomonlevade.mg.leg.br 18.5MB
Para	belmardiniz@joaomonlevade.mg.leg.br, brunocabecao@joaomonlevade.mg.leg.br, dorosaude@joaomonlevade.mg.leg.br, fernandolinhares@joaomonlevade.mg.leg.br, presidencia@joaomonlevade.mg.leg.br, prandini@joaomonlevade.mg.leg.br, lelespontes@joaomonlevade.mg.leg.br, marquinhodornelas@joaomonlevade.mg.leg.br, pr.lieberth@joaomonlevade.mg.leg.br, drpresunto@joaomonlevade.mg.leg.br, raelalves@joaomonlevade.mg.leg.br, revetriedasaude@joaomonlevade.mg.leg.br, thiagotito@joaomonlevade.mg.leg.br, tonhao@joaomonlevade.mg.leg.br, vanderleimiranda@joaomonlevade.mg.leg.br, comunicacao@joaomonlevade.mg.leg.br
Data	1 de Junho de 2022 16:46 (há 13 minutos)

pdf Mens.54 - PL 1.27...

Boa tarde!

Segue o projeto.

Atenciosamente,
Elisângela

Câmara Municipal de J. Monlevade
84

NOTA TÉCNICA[1]

Ref.: Projeto de Lei n° 1.270/2022 – Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2023

Submete-se à análise desta Procuradoria Jurídica, o projeto de lei em destaque que trata das diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2023.

Na justificativa que acompanha o projeto, o autor, entre outras coisas, faz a apresentação da matéria, destaca os fundamentos legais e a relevância da proposição, salienta o aspecto pertinente ao equilíbrio das contas públicas, aponta a participação popular por meio eletrônico e explica o cálculo para obtenção dos resultados primário e nominal.

Pois bem. A matéria é apresentada com fulcro na Constituição da República, Lei Orgânica deste Município, e da Lei Complementar n.º 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF).

A LDO - Lei de Diretrizes Orçamentária está inserida entre os instrumentos de planejamento de que dispõe os administradores públicos, com vistas a buscar equilíbrio entre as expectativas da sociedade e os recursos que esta coloca à disposição do governo.

É certo que os recursos públicos não pertencem ao governo, muito menos ao governante, mas à sociedade, a qual, num regime democrático, delega poderes ao administrador público para administrá-los.

Consoante disposição do art. 165 da Constituição da República, a LDO é o instrumento de planejamento que estabelece metas e prioridades da Administração Pública incluindo

[1] Nota técnica apresentada na forma do art. 192 do Regimento Interno

as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, que orienta a elaboração da lei orçamentária anual e dispõe sobre as alterações na legislação tributária.

Trata-se de um elo entre o PPA - Plano Plurianual, que funciona como um plano de governo, e a LOA, que é o instrumento que viabiliza a execução dos programas governamentais.

Pode-se afirmar que uma das principais funções da LDO é a de selecionar, dentre os programas incluídos no PPA, aqueles que terão prioridade na execução do orçamento subsequente.

Consoante disposto no art. 164-A, da CR/88, §2°, com redação dada pela EC n° 109/2021, a lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

A competência para a proposição legal é do Chefe do Poder Executivo, e, no que se refere ao prazo de sua tramitação, dispõe o art. 35, inciso II, do ADCT – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que o projeto de LDO será encaminhado até oito meses e meio antes do encerramento do exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento do primeiro período da sessão legislativa.

Por sua vez, o §5º, art. 78, da Lei Orgânica, acrescido pela Emenda de n.º 21/2010, prevê que o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias deverá ser entregue até o dia 31 de maio.

Ainda, a Lei Orgânica, entre os vários dispositivos pertinentes à LDO, estabelece no art. 79 que o projeto deve ser apreciado pela Câmara na forma de seu Regimento Interno, e pela Comissão Permanente de Finanças e Orçamentos, com atribuição para examinar e emitir parecer sobre os planos orçamentários e aprovar emendas desde que compatíveis com o Plano Plurianual.

Câmara Municipal de J. Monlevade
86

É a Lei de Responsabilidade Fiscal, no entanto, que define maior especificidade à LDO.

Estabelece o art. 4º que a LDO atenderá o disposto no art. 165 da CR/88 e disporá sobre: o equilíbrio entre receitas e despesas; critérios e forma de limitação de empenho, a ser efetivada na hipótese em que menciona; normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos; demais condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas.

Este dispositivo prevê ainda que o projeto de LDO conterá Anexo de Metas Fiscais, que:

a. Fixará metas anuais para receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida para exercício a que se referirem e para os dois seguintes;
b. Fará a avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior;
c. Conterá demonstrativo das metas anuais, instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-os com as fixadas nos três exercícios anteriores e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional;
d. Apresentará a evolução do patrimônio líquido nos últimos três exercícios, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;
e. Fará a avaliação financeira e atuarial de todos fundos e programas estatais de natureza atuarial; e
f. Fará demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

Ainda, conterá Anexo de Riscos Fiscais, onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem

tomadas, caso se concretizem, e determinará as despesas que não serão objeto de limitação, respeitados os limites para aquelas definidas na LRF.

No caso em estudo, o projeto apresentado cumpre, em linhas gerais, as disposições legais e constitucionais acima referidas, estando adequado, portanto, do ponto de vista de sua formalidade e materialidade legal e constitucional.

Necessário apenas ressalvar a necessidade de adequação do previsto no §1, art. 29, ao previsto no art. 9°, §2°, da LRF, com redação dada pela LC 177/2021, no sentido de incluir entre a exclusão da limitação de empenho as despesas relativas à inovação e ao desenvolvimento científico e tecnológico custeadas por fundo criado para tal finalidade.

Também importa mencionar, apenas por orientação, em relação às despesas com pessoal, que a Emenda Constitucional n° 109/2021 incluiu no limite estabelecido em lei complementar as despesas com inativo.

Essa mesma emenda também alterou o previsto no art. 29-A da CR/88 que trata do total de despesa com o Poder Legislativo Municipal, porém, a nova redação passará a viger a partir do início da próxima legislatura.

Temos, então, de todo exposto, que a proposição está adequada formal e materialmente às disposições legais pertinentes, não havendo, assim, ao nosso sentir, vício de juridicidade, legalidade ou constitucionalidade.

CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, concluímos, de nossa análise, pela juridicidade, legalidade e constitucionalidade da proposição, indicando como ressalva a necessidade de adequação do previsto no §1, art. 29, ao previsto no art. 9°, §2°, da LRF, com redação dada pela LC 177/2021, no sentido de incluir entre a exclusão da limitação de empenho as despesas relativas à inovação e ao desenvolvimento científico e tecnológico custeadas por fundo criado para tal finalidade.

Câmara Municipal de J. Monlevade
88

A matéria deverá ser submetida a turno único de discussão e votação (art. 223, §7 e art. 225, R.I.), dependendo sua aprovação do voto favorável da maioria dos votantes (art. 288), mediante votação simbólica (art. 295).

Na forma do art. 223 do R.I., o projeto, após distribuído em avulsos aos Vereadores, deve ser encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça e Redação e à Comissão de Finanças e Orçamento para receberem parecer.

Podem ser apresentadas emendas nos primeiros dez dias após a distribuição dos avulsos diretamente na Comissão de Finanças e Orçamento.

João Monlevade, 08 de junho de 2022.

Silvan Pelágio Domingues
Procuradoria Jurídica - CMJM
OAB/MG 102.582

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE

Câmara Municipal de J. Monlevade
89

Nesta data, Silvan Pelágio Domingues (Procurador Jurídico) fez carga dos autos do Projeto de Lei nº 1.270/2022, de iniciativa do Executivo, para emitir Nota Técnica.

Funcionário – Setor de Projetos e Comissões

Recebido em 09 / 06 / 22 por _____

Autos devolvidos por _____

em 08 / 06 / 22.

Funcionário – Setor de Projetos e Comissões

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE

Câmara Municipal de J. Monlevade
90

Calendário para tramitação do Projeto de Lei nº 1.270/2022, de iniciativa do Executivo, que Dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2023, e dá outras providências.

DATA	PROCEDIMENTOS
Até o dia 20/06/22 (2ªf)	Prazo final para apresentação de Emendas.
Até o dia 23/06/2022 (5ªf)	Prazo para despacho de recebimento das emendas.
Até o dia 27/06/22 (2ªf)	Prazo para recurso de não recebimento de emenda à Comissão de LJR.
Até o dia 01/07/2022 (6ªf)	Prazo para decisão da Comissão de LJR.
Até o dia 04/07/2022 (2ªf)	Prazo para entrega de Parecer pelo Relator.
Dia 05/07/2022 às 16 horas (3ªf)	Deliberação acerca do Projeto, das Emendas e do Parecer na Comissão de Finanças e Orçamento.
Dia 06/07/2022 (4ªf)	Votação do Projeto em Turno Único.

Sala de Sessões da Câmara, em 08 de junho de 2022.

Belmar Lacerda Silva Diniz
Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

Proposições e Calendário LDO

projetos@joaomonlevade.mg.leg.br (8 de Junho de 2022 17:01)

Para belmardruz@joaomonlevade.mg.leg.br, brunocabecao@joaomonlevade.mg.leg.br, dorosaude@joaomonlevade.mg.leg.br, fernandolinhares@joaomonlevade.mg.leg.br, presidencia@joaomonlevade.mg.leg.br, prandin@joaomonlevade.mg.leg.br, lelespontes@joaomonlevade.mg.leg.br, marquinhodornelas@joaomonlevade.mg.leg.br, pr.lieberth@joaomonlevade.mg.leg.br, drpresunto@joaomonlevade.mg.leg.br, raelalves@joaomonlevade.mg.leg.br, revetnedasaude@joaomonlevade.mg.leg.br, thiagolito@joaomonlevade.mg.leg.br, tonhao@joaomonlevade.mg.leg.br, vanderleimiranda@joaomonlevade.mg.leg.br, comunicacao@joaomonlevade.mg.leg.br, redacao@joaomonlevade.mg.leg.br

5 MB

De projetos@joaomonlevade.mg.leg.br
Para belmardruz@joaomonlevade.mg.leg.br, brunocabecao@joaomonlevade.mg.leg.br, dorosaude@joaomonlevade.mg.leg.br, fernandolinhares@joaomonlevade.mg.leg.br, presidencia@joaomonlevade.mg.leg.br, prandin@joaomonlevade.mg.leg.br, lelespontes@joaomonlevade.mg.leg.br, marquinhodornelas@joaomonlevade.mg.leg.br, pr.lieberth@joaomonlevade.mg.leg.br, drpresunto@joaomonlevade.mg.leg.br, raelalves@joaomonlevade.mg.leg.br, revetnedasaude@joaomonlevade.mg.leg.br, thiagolito@joaomonlevade.mg.leg.br, tonhao@joaomonlevade.mg.leg.br, vanderleimiranda@joaomonlevade.mg.leg.br, comunicacao@joaomonlevade.mg.leg.br, redacao@joaomonlevade.mg.leg.br
Data 8 de Junho de 2022 17:01 (há 16 horas)

PR 444 - Altera RI (1MB) | Mens 56-PL 1.273 (pdf) | Mens 55-PL 1.274 (pdf) | PL 1.275 - Política | PL 1.276 - Abertur | PL 1.270- Calend

Boa tarde!

Seguem as proposições lidas na Reunião Ordinária em 08/06/22 e Calendário de Tramitação LDO

Atenciosamente,

Juliane
Setor de Projetos e Comissões

Câmara Municipal de J. Monlevade
91

Câmara Municipal de J. Monlevade
92

Comissão de Legislação e Justiça e Redação

MATÉRIA:

Projeto de Lei nº 1.270/2022, de iniciativa do Executivo, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2023, e dá outras providências.

PARECER:

O Relator, considerando as razões expostas no Parecer Jurídico e após análise e discussão do projeto, emitiu parecer pela JURIDICIDADE, LEGALIDADE E CONSTITUCIONALIDADE da presente matéria, sendo acompanhado pelos demais membros da Comissão.

Sala de Sessões da Câmara, em 10 de junho de 2022.

Thiago Araújo Moreira Bicalho - Presidente

Gustavo Henrique Prandini de Assis – Vice-Presidente

Revetrie Silva Teixeira – Membro / Relator

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO

Em 10 de junho, às 10 horas, reuniram-se no Plenarinho Leonardo Diniz, os membros da Comissão de Legislação e Justiça e Redação, vereadores: Thiago Araújo Moreira Bicalho – Presidente, Gustavo Henrique Prandini de Assis – Vice-Presidente, Revetrie Silva Teixeira – Membro, Belmar Lacerda Silva Diniz – Suplente, para deliberarem acerca dos Projetos de Lei nºs: 1.270/2022, de iniciativa do Executivo, que Dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2023, e dá outras providências (Relator: Revetrie); 1.271/2022, de iniciativa do vereador Gustavo Prandini, que Dispõe que maternidades, casas de parto e estabelecimentos hospitalares congêneres, da rede pública e privada da cidade de João Monlevade permitirão a presença de doulas durante todo o período de trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, sempre que solicitadas pela parturiente (Relator: Titó); 1.273/2022, de iniciativa do Executivo, que Aprova aditivo ao Acordo Coletivo firmado entre a Administração Pública do Município de João Monlevade e o Sindicato dos trabalhadores do Serviço Público Municipal de João Monlevade, Nova Era, Alvinópolis e Dom Silvério – SINTRAMON (Relator: Gustavo Prandini); 1.274/2022, de iniciativa do Executivo, que Institui o programa Municipal de Parcerias Público-Privadas, (Relator: Revetrie); 1.276/2022, de iniciativa do Executivo, que Altera a Lei Municipal nº 2.431, de 27 de dezembro de 2021 – Lei Orçamentária Anual (Relator: Titó); 444/2022, de iniciativa dos vereadores Marco Zalém Rita e outros, que Altera o art. 33 da Resolução nº 695, de 20 de dezembro de 2016, que contém o Regimento Interno da Câmara Municipal de João Monlevade (Relator: Revetrie). Iniciados os trabalhos os presentes passaram à análise e discussão das matérias. Após as discussões a Comissão manifestou-se pela Constitucionalidade e Legalidade dos Projetos: 1.270, com posterior apresentação de Emenda conforme destacado Nota Técnica; 1.271; 1.273, destacando que o aditivo está sem assinatura do advogado e que foi solicitado ao SINTRAMON encaminhar cópia da ata de reunião da deliberação em assembleia até a votação da matéria; e 1.276, emitindo os respectivos pareceres. O vereador Gustavo Prandini solicitou vista ao Projeto 1.274 para mais estudos, sendo concedida pelos demais membros. O vereador Revetrie, Relator no Projeto 444, e o vereador Belmar acordaram realização de diligência para reunir com os autores objetivando esclarecer dúvidas e analisar possíveis transtornos que a iniciativa poderá causar aos procedimentos da Casa. Os pareceres aos Projetos 1.274 e 444 serão emitidos posteriormente. Nada mais havendo a tratar, às 11 horas e 35 minutos foram encerrados os trabalhos, e para tudo constar a ata foi lavrada e assinada pelos presentes.

Câmara Municipal de J. Monlevade
94

Calendário para tramitação do Projeto de Lei nº 1.270/2022, de iniciativa do Executivo, que Dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2023, e dá outras providências.

DATA	PROCEDIMENTOS
Até o dia 24/06/22 (6ªf)	Prazo final para apresentação de Emendas.
Até o dia 27/06/2022 (2ªf)	Prazo para despacho de recebimento das emendas.
Até o dia 28/06/22 (3ªf)	Prazo para recurso de não recebimento de emenda à Comissão de LJR.
Até o dia 01/07/2022 (6ªf)	Prazo para decisão da Comissão de LJR.
Até o dia 04/07/2022 (2ªf)	Prazo para entrega de Parecer pelo Relator.
Dia 05/07/2022 às 16 horas (3ªf)	Deliberação acerca do Projeto, das Emendas e do Parecer na Comissão de Finanças e Orçamento.
Dia 06/07/2022 (4ªf)	Votação do Projeto em Turno Único.

Sala de Sessões da Câmara, em 08 de junho de 2022.

Belmar Lacerda Silva Diniz
Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

correio.interlegis.leg.br

Novo calendário de tramitação da LDO

projetos@joaomonlevade.mg.leg.br (22 de Junho de 2022 07:51)

Para bsmardinz@joaomonlevade.mg.leg.br, brunocabecao@joaomonlevade.mg.leg.br, dsrosaude@joaomonlevade.mg.leg.br, fernandoleitaves@joaomonlevade.mg.leg.br, presidencia@joaomonlevade.mg.leg.br, prandini@joaomonlevade.mg.leg.br, lelesportes@joaomonlevade.mg.leg.br, marquinhodumelas@joaomonlevade.mg.leg.br, pr.leberth@joaomonlevade.mg.leg.br, drpresunto@joaomonlevade.mg.leg.br, raelaves@joaomonlevade.mg.leg.br, revelredesaude@joaomonlevade.mg.leg.br, thiagotito@joaomonlevade.mg.leg.br, tonhao@joaomonlevade.mg.leg.br, vanderleirmiranda@joaomonlevade.mg.leg.br, comunicacao@joaomonlevade.mg.leg.br, redacao@joaomonlevade.mg.leg.br

De projetos@joaomonlevade.mg.leg.br 301kB
Para bsmardinz@joaomonlevade.mg.leg.br, brunocabecao@joaomonlevade.mg.leg.br, dsrosaude@joaomonlevade.mg.leg.br, fernandoleitaves@joaomonlevade.mg.leg.br, presidencia@joaomonlevade.mg.leg.br, prandini@joaomonlevade.mg.leg.br, lelesportes@joaomonlevade.mg.leg.br, marquinhodumelas@joaomonlevade.mg.leg.br, pr.leberth@joaomonlevade.mg.leg.br, drpresunto@joaomonlevade.mg.leg.br, raelaves@joaomonlevade.mg.leg.br, revelredesaude@joaomonlevade.mg.leg.br, thiagotito@joaomonlevade.mg.leg.br, tonhao@joaomonlevade.mg.leg.br, vanderleirmiranda@joaomonlevade.mg.leg.br, comunicacao@joaomonlevade.mg.leg.br, redacao@joaomonlevade.mg.leg.br
Data 22 de Junho de 2022 07:51 (há 2 dias)

pdf Novo calendário d

Bom dia!

Segue o novo calendário da tramitação da LDO.

Favor desconsiderar o enviado anteriormente.

Atenciosamente

Juliana Simon
Setor de Projetos e Comissões

João Monlevade - Câmara Municipal
95

Câmara Municipal de J. Monlevade
96

EMENDA N.º 01 AO PROJETO DE LEI Nº 1.270/2022.

Exmo. Sr. Presidente:

Com fundamento no art. 223, § 1º, do Regimento Interno, apresentamos a seguinte emenda ao projeto de Lei Diretrizes Orçamentárias, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei orçamentária de 2023, e dá outras providências

I – Altera o Demonstrativo das Metas e Prioridades da Administração Pública, no Anexo de Metas, Programa 0803 – Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade, Ação 2.065 – Capitação de recursos externos para desenvolvimento de políticas de apoio e promoção as pessoas com deficiência, destinando recursos para estruturação de órgão e equipe destinada a tal capitação financeiro, destinar o valor em R$100.000,00 (cem mil reais), nos seguintes termos:

PROGRAMA: 0803 – PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE, Ação 2.065

OBJETIVO – DESTINAR RECURSOS PARA ESTRUTURAÇÃO DE ÓRGÃO E EQUIPE DIRECIONADA A CAPITAÇÃO DE RECURSOS EXTERNOS PARA DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS DE APOIO E PROMOÇÃO AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	META	FINANCEIRO	RESULTADO ESPERADO
2065	CAPITAÇÃO DE RECURSOS EXTERNOS PARA DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE APOIO E PROMOÇÃO AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	Deficientes	1	100.000,00	Estruturação de equipe voltada para a Capitação de recursos externos para desenvolvimento de políticas públicas de apoio e promoção as pessoas com deficiência.
(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)
Total Programa					**R$ 100.000,00**

II - Os recursos necessários para fazer frente à previsão decorrente desta emenda, nos termos do item anterior, serão provenientes da redução da meta financeira das seguintes ações, previstas em reais, nos valores respectivamente indicados, adequando-se proporcionalmente as metas previstas com alteração no Demonstrativo das Metas e Prioridades da Administração Pública, Anexo de Metas:

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE

Projeto Atividade: 02.0008.0001.9999999999.999 - RESERVA DE CONTIGÊNCIA
Ação 9.999 ( ) ----------R$ 1.100.000,00

Câmara Municipal de J. Monlevade
97

JUSTIFICATIVA

Pretende-se através da presente emenda destinar recursos a efetivação de equipe destinada a capitação de recursos externos para desenvolvimento de políticas públicas de apoio e promoção as pessoas com deficiência. Programas e ação já devidamente previsto no Plano Plurianual (PPA) do município.

Ademais, Os recursos necessários para fazer frente à previsão decorrente desta emenda, nos termos do item anterior, serão provenientes da redução da reserva de contingência (ação 9.999), e não alterará o demonstrativo das metas e prioridades da administração pública.

Contamos, assim, com o entendimento e acolhida dos nobres vereadores para aprovação da matéria.

Sala de Sessões da Câmara, em 23 de junho de 2022

Revetrie S. Teixeira

Revetrie Silva Teixeira
Vereador - MDB

Recebi em
24/06/22
10h.50
[illegible]

Câmara Municipal de J. Monlevade
98

EMENDA N.º 02 AO PROJETO DE LEI Nº 1.270/2022.

Exmo. Sr. Presidente:

Com fundamento no art. 223, § 1º, do Regimento Interno, apresentamos a seguinte emenda ao projeto de Lei Diretrizes Orçamentárias, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei orçamentária de 2023, e dá outras providências.

I – Altera o Demonstrativo das Metas e Prioridades da Administração Pública, no Anexo de Metas, Programa 1502 - Monlevade segura e bem cuidada na Ação 1.019 – Estudos para viabilização de consórcio entre municípios da região para solução de animais abandonados nas vias públicas, destinando recursos para estruturação de órgão e equipe destinada a elaboração e fomento de tal consórcio, destinar o valor em R$100.000,00 (cem mil reais), nos seguintes termos:

PROGRAMA: PROGRAMA 1502 - MONLEVADE SEGURA E BEM CUIDADA.

OBJETIVO – DESTINAR RECURSOS PARA ESTRUTURAÇÃO DE ÓRGÃO E EQUIPE DIRECIONADA A ELABORAÇÃO E FOMENTO DE TAL CONSÓRCIO ENTRE MUNICÍPIOS PARA SOLUÇÃO DE ANIMAIS ABANDONADOS NAS VIAS PÚBLICAS.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	META	FINANCEIRO	RESULTADO ESPERADO
2065	ESTUDOS PARA VIABILIZAÇÃO DE CONSÓRCIO ENTRE MUNICÍPIOS DA REGIÃO PARA SOLUÇÃO DE ANIMAIS ABANDONADOS NAS VIAS PÚBLICAS.	Deficientes	1	100.000,00	Estruturação de equipe voltada para a elaboração e fomento de consórcio entre municípios da região para solução de animais abandonados nas vias públicas.
(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)
Total Programa					**R$ 100.000,00**

II - Os recursos necessários para fazer frente à previsão decorrente desta emenda, nos termos do item anterior, serão provenientes da redução da meta financeira das seguintes ações, previstas em reais, nos valores respectivamente indicados, adequando-se proporcionalmente as metas previstas com alteração

no Demonstrativo das Metas e Prioridades da Administração Pública, Anexo de Metas:

Câmara Municipal de J. Monlevade
99

Projeto Atividade: 02.0008.0001.9999999999.999 - RESERVA DE CONTIGÊNCIA

Ação 9.999 ( ) ----------R$ 1.100.000,00

JUSTIFICATIVA

Pretende-se através da presente emenda destinar recursos a efetivação de equipe destinada a elaboração e fomento de consórcio entre municípios da região para solução de animais abandonados nas vias públicas. Programas e ação já devidamente previsto no Plano Plurianual (PPA) do município.

Ademais, Os recursos necessários para fazer frente à previsão decorrente desta emenda, nos termos do item anterior, serão provenientes da redução da reserva de contingência (ação 9.999), e não alterará o demonstrativo das metas e prioridades da administração pública.

Contamos, assim, com o entendimento e acolhida dos nobres vereadores para aprovação da matéria.

Sala de Sessões da Câmara, em 23 de junho de 2022

Recebi em 24/06/22 às 10h50 [illegible]

Revetrie Silva Teixeira
Vereador - MDB

Câmara Municipal de J. Monlevade
100

DESPACHO DE RECEBIMENTO DE EMENDA AO PL Nº 1.270/2022

OBJETO: Emendas nº 01 e 02, apresentadas pelo vereador Revetrie Silva Teixeira, ao Projeto de Lei nº. 1.270/2022, de iniciativa do Executivo, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2023, e dá outras providências.

Analisando as Emendas, verifico, na forma do art. 223 § 2º do Regimento Interno que as mesmas não estão adequadas para serem apresentadas neste momento, por se tratar de ação, e a LDO define as diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária estabelecendo as metas e prioridades do governo.

Diante do exposto, tendo em vista que as emendas não cumprem os requisitos do Regimento e da Lei Orgânica, DECIDO PELO NÃO RECEBIMENTO e recomendo ao autor que reapresente as matérias no Projeto da LOA que será enviado a esta Casa.

Sala de Sessões da Câmara, em 27 de junho de 2022.

Belmar Lacerda Silva Diniz
Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE

Câmara Municipal de J. Monlevade
101

EXMO SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

REVETRIE SILVA TEIXEIRA, vereador pelo MDB, venho respeitosamente, nos termos do art. 223, §4°, do Regimento Interno, apresentar **RECURSO** contra o despacho que negou recebimento às Emendas n° 01 e 02 de minha autoria, nos termos das razões anexas, requerendo seu recebimento e encaminhamento à Comissão de Legislação e Justiça e Redação, com as providências de estilo.

Pede Deferimento

Sala de Sessões da Câmara Municipal, em 29 de junho de 2022

Revetrie S. Teixeira

REVETRIE SILVA TEIXEIRA

Vereador - MDB

Recebido
29/06/2022

Câmara Municipal de J. Monlevade
102

RAZÕES DE RECURSO

À COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO

Esta vereança apresentou as Emendas de n° 01 e 02 pretendendo alteração do Demonstrativo de Metas e Prioridades da Administração Pública no Anexo de Metas, com pertinência aos programas 0803 e 1502, para ampliar a meta financeira prevista, com redução proporcional na Ação 9.999, Projeto Atividade 02.0008.0001.9999999999-999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA.

No despacho recorrido, considerou o Exmo. Presidente que as Emendas não estavam adequadas por se tratar de ação, referindo que a LDO define as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária, estabelecendo metas e prioridades do governo.

Não se desconhece o fato de que a expressão financeira das ações de governo se dá efetivamente através da Lei Orçamentária Anual, contudo, não há qualquer inadequação que se busque alterar o Anexo de Metas com aprimoramento da meta financeira das Ações previstas, exatamente como orientação à elaboração da LOA.

Ademais, não aponta o despacho qualquer vício formal à Emenda que justifique o seu não conhecimento, sendo certo que cabe à Edilidade, através de suas comissões e plenário, o crivo político e de mérito da matéria.

Sendo assim, requer o conhecimento e provimento do presente recurso para que as Emendas n° 01 e 02 sejam devidamente recebidas e submetidas à deliberação em comissão e plenário.

Pede provimento.

Sala de Sessões da Câmara Municipal, em 29 de junho de 2022

REVETRIE SILVA TEIXEIRA
Vereador - MDB

Câmara Municipal de J. Monlevade
103

EMENDA Nº 01 AO PROJETO DE LEI Nº 1.270/2022.

Senhor Presidente,

A Comissão de Legislação e Justiça e Redação apresenta a seguinte Emenda ao PL 1.270/2022, de iniciativa do Executivo, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2023, e dá outras providências.

I – O § 1º do art. 29 passa a vigorar acrescido de inciso VI com a seguinte redação:

"Art. 29 ...

§ 1º ...

VI – à inovação e ao desenvolvimento científico e tecnológico custeadas por fundo criado para tal finalidade."

Sala das Sessões da Câmara, em 29 de junho de 2022.

Thiago Araújo Moreira Bicalho – Presidente

Gustavo Henrique Prandini de Assis – Vice-Presidente

Revetrie Silva Teixeira – Membro

APROVADO em 6/7/22
Presidente

EMENDA 01 DA COM. DE LJR AO PL 1.270

[redacted] (30 de Junho de 2022 11:18)

Para: bernardinig@joaomonlevade.mg.leg.br, brunocabecao@joaomonlevade.mg.leg.br, dorcsaude@joaomonlevade.mg.leg.br, fernandolinhares@joaomonlevade.mg.leg.br, presidencia@joaomonlevade.mg.leg.br, prandini@joaomonlevade.mg.leg.br, leiesportes@joaomonlevade.mg.leg.br, marquinhodomelas@joaomonlevade.mg.leg.br, pr.lieberth@joaomonlevade.mg.leg.br, drpresunto@joaomonlevade.mg.leg.br, raelalves@joaomonlevade.mg.leg.br, mvetnecsaude@joaomonlevade.mg.leg.br, thiagotito@joaomonlevade.mg.leg.br, tonhao@joaomonlevade.mg.leg.br, vanderleimiranda@joaomonlevade.mg.leg.br

PL 1.270 - Emend
[redacted]

Bom dia!

Segue a Emenda

Atenciosamente
Elisângela

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE

Câmara Municipal de J. Monlevade
105

Comissão de Legislação e Justiça e Redação

DECISÃO DE RECURSO

MATÉRIA:

Recurso apresentado pelo vereador Revetrie Silva Teixeira acerca do Despacho da Presidência da Comissão de Finanças e Orçamento de NÃO RECEBIMENTO das emendas 01 e 02, ao PL 1.270/2022, de iniciativa do Executivo, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2023, e dá outras providências.

DECISÃO:

Os vereadores Thiago Araújo Moreira Bicalho e Vanderlei Cardoso Miranda deliberam pelo não Provimento do Recurso, adotando os esclarecimentos da Procuradoria Jurídica e julgando as Emendas n° 01 e 02 como intempestivas.

Sala de Sessões da Câmara, em 1º de julho de 2022.

Thiago Araújo Moreira Bicalho - Presidente

Vanderlei Cardoso Miranda – Vice-Presidente (S)

Câmara Municipal de J. Monlevade 106

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO

Em 1º de julho, às 10 horas, reuniram-se no Plenarinho Leonardo Diniz, os membros da Comissão de Legislação e Justiça e Redação, vereadores: Thiago Araújo Moreira Bicalho – Presidente, Gustavo Henrique Prandini de Assis – Vice-Presidente, Revetrie Silva Teixeira – Membro, e Belmar Lacera Silva Diniz e Vanderlei Cardoso Miranda – Suplentes, para deliberarem acerca dos Projetos de Lei nºs: 1.274/2022, de iniciativa do Executivo, que Institui o programa Municipal de Parcerias Público-Privadas (Relator: Revetrie); 1.281/2022, de iniciativa do Executivo, que Autoriza o Município a desafetar imóvel de domínio público, a realizar permuta do mesmo e dá outras providências (Relator: Gustavo); 1.282/2022, de iniciativa do vereador Gustavo José Dias Maciel, que Institui o "Dia Municipal do Brigadista Florestal Voluntário" a ser comemorado no dia 28 de julho (Relator: Revetrie); e dos Projetos de Resolução nºs: 444/2022, de iniciativa dos vereadores Marco Zalém Rita, Bruno Nepomuceno Braga, Geraldo Antônio Marcelino, Gustavo Henrique Prandini de Assis e Thiago Araújo Moreira Bicalho, que Altera o art. 33 da Resolução nº 695, de 20 de dezembro de 2016, que contém o Regimento Interno da Câmara Municipal de João Monlevade (Relator: Revetrie); 446/2022, de iniciativa dos vereadores Marco Zalém Rita, Bruno Nepomuceno Braga, Geraldo Antônio Marcelino, Geraldo Camilo Leles Pontes, Marcos Vinícius Martins Dornelas, Rael Alves Gomes, Revetrie Silva Teixeira e Thiago Araújo Moreira Bicalho, que que Altera o art. 249, b, 2 da Resolução nº 695, de 20 de dezembro de 2016, que dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal de João Monlevade (Relator: Gustavo); 447/2022, de iniciativa do vereador Marcos Vinícius Martins Dornelas, que Concede o Diploma de Honra ao Mérito à Ensaios Medicina Laboratorial LTDA – Medi Lab Laboratório Médico (Relator: Titó); e acerca do Recurso apresentado pelo vereador Revetrie Silva Teixeira, acerca do Despacho do Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento de NÃO RECEBIMENTO das emendas 01 e 02, apresentadas ao PL 1.270/2022. Iniciados os trabalhos os presentes passaram à análise e discussão das matérias. Durante as discussões a Comissão deliberou por: acerca do Projeto 1.281, conforme destacado na Nota Técnica Jurídica, solicitar à Prefeitura documento que informe o valor de mercado de ambas as áreas; e acerca dos Projetos 444 e 446, agendamento de reunião na próxima quinta-feira, dia 7, às 9 horas, com todos os vereadores e Secretaria da Casa. A Comissão manifestou-se pela Constitucionalidade e Legalidade dos Projetos 1.274, 1.282 e 447 emitindo os respectivos pareceres. A Comissão passou, então, à análise do Recurso apresentado pelo Vereador Revetrie Silva Teixeira contra o Despacho de não recebimento das Emendas n° 01 e 02 apresentadas no projeto de Lei n° 1.270/2022, que trata das Diretrizes Orçamentárias. Chamado a opinar tecnicamente sobre o assunto, o Procurador Jurídico da Casa destacou que o despacho de recebimento das emendas deve estar pautado quanto aos os pressupostos e requisitos para apresentação da matéria, estando entre os requisitos o da tempestividade. Esclareceu, assim, que o art.

Câmara Municipal de J. Monlevade
107

223, §1, do Regimento Interno estabelece que as emendas devem ser apresentadas no prazo de 10 dias após a distribuição dos avulsos. No presente caso, os avulsos foram distribuídos no dia 01 de junho de 2022, como consta às fls. 83 dos autos, e as emendas apresentadas no dia 24 de junho, portanto, fora desse prazo. Esclareceu que há calendário apresentado pelo presidente da Comissão de Finanças, inicialmente dispondo o dia 20 de junho como prazo limite e, após, para o dia 24 de junho. O Calendário prevendo o dia 24 de junho foi distribuído apenas no dia 21 de junho. Ainda assim, manifestou o Procurador que as regras regimentais são prevalecentes e devem ser observadas em todo caso. Concluiu assim o entendimento de que a emenda é intempestiva e, portanto, não poderia ser recebida por esse motivo. Destacou, contudo, caso ultrapassado esse ponto que, no mérito, não vislumbra óbice à emenda pelos argumentos expostos no despacho, embora seja certo que o momento mais adequado seria no momento de deliberação da Lei Orçamentária, considerando que os programas e ações já estão devidamente previstos. Após as considerações da Procuradoria, os vereadores Thiago Titó e Vanderlei Miranda deliberam pelo não Provimento do Recurso, adotando os esclarecimentos da Procuradoria Jurídica e julgando as Emendas n° 01 e 02 como intempestivas. Nada mais havendo a tratar, às 12 horas e 20 minutos foram encerrados os trabalhos, e para tudo constar a ata foi lavrada e assinada pelos presentes.

Roberto S. Teixeira 12:25 hrs

Gustavo Brandini

Câmara Municipal de J. Monlevade
108

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Projeto de Lei nº 1.270/2022: Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para a elaboração da Lei Orçamentária Anual do Exercício de 2023 e dá outras providências.

Relator: BELMAR LACERDA SILVA DINIZ

PARECER: Art. 223, §5º, do Regimento Interno.

- I -

RELATÓRIO.

Em cumprimento às previsões constitucionais e de nossa Lei Orgânica, o Exmo. Sr. Prefeito apresenta, através da proposição em epígrafe, proposta de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2023.

Com a proposição vieram os anexos de Demonstrativos dos Riscos Fiscais e Providências; Metas Fiscais – Demonstrativo das Metas Anuais; Demonstrativo da Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Ano Anterior; Demonstrativo das Metas Fiscais Atuais comparadas com as fixadas nos três últimos exercícios; Demonstrativo da Evolução do Patrimônio Líquido; Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos obtidos com a alienação de ativos; demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita; Demonstrativo de expansão das despesas de caráter continuado; demonstrativos da Memória de Cálculo da Projeção da Receita, Despesa e memória de cálculo para o período de 2023 a 2025; Demonstrativo da Receita Primária e memória de cálculo para o período de 2023 a 2025, Montante da dívida pública; Resultado nominal; Demonstrativo de prioridades e metas para o exercício de 2023; e metodologia e premissas utilizadas.

Câmara Municipal de João Monlevade
109

A Procuradoria Jurídica da Casa apresentou Nota Técnica pela constitucionalidade, legalidade e juridicidade da proposição, orientando, contudo, fosse incluída no §1°, art. 29, entre a exclusão da limitação de empenho, as despesas relativas à inovação e ao desenvolvimento científico e tecnológico custeadas por fundo criado para tal finalidade.

A Comissão de Legislativa e Justiça, por sua vez, deu parecer pela juridicidade, legalidade e constitucionalidade da matéria, apresentando emenda para acrescentar o "inciso VI" ao §1°, art. 29, com a seguinte redação: *"à inovação e ao desenvolvimento científico e tecnológico custeadas por fundo criado para tal finalidade"*

Houve, ainda, a apresentação das Emendas n° 01 e 02 pelo vereador Revetrie Silva Teixeira que não foram recebidas pela Presidência desta Comissão. Interposto recurso à Comissão de Legislação, Justiça e Redação, foi negado provimento ao mesmo, sendo mantida a decisão de não recebimento dessas emendas.

Distribuída a proposição à Comissão de Finanças e Orçamento vieram os autos conclusos a este relator para emissão de parecer.

Sendo este o relatório, passemos à análise material da proposição.

- II -

FUNDAMENTAÇÃO.

Trata-se, conforme já destacado, de proposta de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2023, apresentada pelo Exmo. Sr. Prefeito.

É de observar, segundo preceitua o art. 165, §2°, da Constituição da República, com redação dada pela Emenda Constitucional n° 109/2021, que a LDO é o instrumento de planejamento que compreende as metas e prioridades da

Câmara Municipal de J. Monlevade
110

administração pública federal, estabelece as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, orienta a elaboração da lei orçamentária anual, dispõe sobre as alterações na legislação tributária e estabelece a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

E a Lei de Responsabilidade Fiscal, no seu art 4°, define que a LDO atenderá ao disposto no §2°, art. 165, da CR/88, e disporá sobre: o equilíbrio entre receita e despesas; critérios e forma de limitação de empenho, a ser efetivada na hipótese em que se menciona; normas relativas aos controles de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com os recursos dos orçamentos, demais condições e exigências para a transferência de recursos a entidades públicas e privadas.

O mesmo artigo dispõe sobre a obrigatoriedade de se constar o Anexo de Metas Fiscais, apontando seu conteúdo, bem ainda e no mesmo sentido o Anexo de Riscos Fiscais.

Analisando a proposição de diretrizes orçamentárias, verifico que há apontamento das metas e prioridades da Administração Pública, orientação quanto à organização e estrutura do orçamento, previsão de receitas do município e fixação de despesas, tratamento das despesas com pessoal, saúde e educação, além das disposições relativas à Dívida e ao Endividamento Público Municipal e da destinação de Recursos Públicos e Apoio a Instituições ou Entes Públicos e Privados.

Nos anexos, são definidas as metas e prioridades para o exercício financeiro de 2023, as metas fiscais em consonância ao que dispõe a LRF, e bem assim a metodologia e memória de cálculo das metas anuais de receita, despesas, resultado primário, resultado nominal e montante da dívida pública.

Deste modo, ante ao exposto, não vislumbra essa relatoria, de sua análise, questão que possa refletir contrariedade à matéria, motivo pelo qual apresentamos parecer favorável à proposição, importando referir que a emenda apresentada pela Comissão de Legislação e Justiça, diz respeito à adequação do

Câmara Municipal de J. Monlevade
111

texto proposto à nova previsão do art. 9°, §2°, da LRF, com redação dada pela LC 177/2021, com o que também apresentamos parecer favorável.

- III –

CONCLUSÃO

Diante do relatado e fundamentado, dou parecer FAVORÁVEL ao PL 1.270/2022 que dispõe sobre a LDO 2023 e à emenda apresentada pela Comissão de Legislação e Justiça e Redação.

João Monlevade, 04 de julho de 2022.

BELMAR LACERDA SILVA DINIZ
Vereador Relator

Câmara Municipal de J. Monlevade
112

Comissão de Finanças e Orçamento

MATÉRIA:

Parecer do Relator ao Projeto de Lei nº 1.270/2022, de iniciativa do Executivo, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2023, e dá outras providências e à Emenda 01, apresentada pela Comissão de Legislação e Justiça e Redação.

PARECER:

Após discussão, os vereadores Fernando Linhares Pereira e Vanderlei Cardoso Miranda acompanharam o posicionamento do Relator se manifestando favoravelmente ao Projeto e à Emenda.

CONCLUSÃO:

A Comissão, por unanimidade, emitiu parecer FAVORÁVEL ao Relatório que concluiu pela aprovação do Projeto de Lei 1.270 e da Emenda nº 01.

Sala de Sessões da Câmara, em 05 de julho de 2022.

Belmar Lacerda Silva Diniz – Presidente / Relator

Vanderlei Cardoso Miranda – Vice-Presidente

Fernando Linhares Pereira – Membro (S)

Câmara Municipal de João Monlevade
113

ATA DE REUNIÃO DE COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Em 05 de julho de 2022, às 15 horas e 15 minutos, os membros da Comissão de Finanças e Orçamento, vereadores: Belmar Lacerda Silva Diniz – Presidente, Vanderlei Cardoso Miranda – Membro e Fernando Linhares Pereira – Suplente, reuniram-se na sala de Projetos e Comissões para: deliberarem acerca da Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 38/2022, de iniciativa da Mesa Diretora, que Altera a redação do caput e do §6º e acrescenta os §§ 12 e 13, tudo em relação ao art. 23 da Lei Orgânica (Relator: Rael); e discutirem e votarem o Parecer do Relator, ao Projeto de Lei nº 1.270/2022, de iniciativa do Executivo, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2023, e dá outras providências, contendo Emenda 01, apresentada pela Comissão de Legislação e Justiça e Redação (Relator: Belmar Diniz). O vereador Rael Alves Gomes não compareceu à reunião. Iniciados os trabalhos, os presentes leram o Parecer do Relator concluindo pela aprovação do Projeto 1.270 e da Emenda 01 e em seguida passou-se à discussão. Os demais membros da comissão, após análise do Relatório, acatando as razões apresentas pelo Relator, deram parecer favorável ao Projeto e à Emenda 01 da Comissão de Legislação e Justiça, aprovando o referido Parecer. Em seguida foi emitido o respectivo parecer da Comissão. Não houve deliberação sobre a Proposta de Emenda à Lei Orgânica tendo em vista a ausência do Relator da matéria. Nada mais havendo a tratar às 15 horas e 35 minutos foram encerrados os trabalhos, e para tudo constar a ata foi lavrada e assinada pelos presentes.

Fernando Linhares
Vereador - UNIÃO

Câmara Municipal de João Monlevade
114

PARECER DE REDAÇÃO FINAL

Senhor Presidente,

O Projeto de Lei nº 1.270/2022, de iniciativa do Executivo, vem a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada forma adequada à matéria, nos termos do art. 252, § 1º, do Regimento Interno em vigor.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte Redação Final:

PROJETO DE LEI Nº 1.270/2022

Dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2023, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de João Monlevade aprova:

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR.

Art. 1° Esta Lei estabelece em cumprimento ao disposto no artigo 165, § 2º, da Constituição Federal, Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000, com observância das determinações da Lei Orgânica do Município, as diretrizes para elaboração da lei orçamentária do Município, para o exercício financeiro de 2023, compreendendo:

I - as metas e as prioridades da Administração Pública Municipal;
II - orientações básicas para elaboração e execução da Lei Orçamentária Anual;
III - disposições relativas à dívida pública municipal;
IV - disposições sobre a política de pessoal, os gastos com pessoal e encargos sociais;
V - as disposições sobre as alterações na legislação tributária;
VI - equilíbrio entre receitas e despesas;
VII - critérios e formas de limitação de empenho;
VIII - normas relativas ao controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;
IX – estabelecimento de normas para transferências de recursos a entidades públicas e privadas;
X – normatização do auxílio do Município para o custeio de despesas atribuídas a outros entes da federação;
XI - parâmetros para a elaboração da programação financeira e do cronograma mensal de desembolso;
XII - critérios para início de novos projetos;
XIII - critérios para participação popular no processo de elaboração e aprovação da Lei Orçamentária Anual;
XIV – regras para promoção de alterações orçamentárias; e
XV - as disposições gerais.

CAPÍTULO I
DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

Câmara Municipal de J. Monlevade
115

Art. 2° Em consonância com o art.165, § 2º, da Constituição Federal, as metas e as prioridades da Administração Pública Municipal para o exercício financeiro de 2023, são as apontadas no Anexo de Metas e Prioridades, que integra esta Lei, das quais terão precedência na alocação de recursos na lei orçamentária anual de 2023 e na sua execução, as obrigatórias e as de funcionamento dos órgãos e das entidades que integram o Orçamento Fiscal. Observada a lei do Plano Plurianual.

§ 1° O orçamento será elaborado em consonância com as metas e prioridades estabelecidas na forma do *caput*.

§ 2° Em atendimento ao disposto no art. 4º, §§ 1º, 2º e 3º da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000, integram a presente Lei os seguintes Anexos:
I - Anexo de Metas Fiscais;
II - Anexo de Riscos Fiscais.

§ 3° O Anexo de Metas e Prioridades, que integra esta Lei, não se constitui como limite à programação das despesas.

CAPÍTULO II
DAS ORIENTAÇÕES BÁSICAS PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA.

Art. 3° Para fins do disposto nesta Lei e na lei orçamentária de 2023, entende-se por:
I - órgão orçamentário, que representa os Poderes e suas autarquias, o maior nível da classificação institucional, que tem por finalidade agrupar unidades orçamentárias;
II - unidade orçamentária, nível médio da classificação institucional, que tem por finalidade agrupar subunidades orçamentárias;
III - subunidade orçamentária, o menor nível médio da classificação institucional:
IV – programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;
V – atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;
VI – projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;
VII - operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;
VIII – produto, o bem ou serviço que resulta da ação orçamentária;
IX - concedente: o órgão ou a entidade da Administração Pública direta ou indireta responsável pela transferência de recursos financeiros, inclusive os decorrentes de descentralização de créditos orçamentários;

Câmara Municipal de J. Monlevade
116

X – convenente: o órgão ou a entidade da Administração Pública direta ou indireta dos governos federal, estaduais ou municipais e as entidades privadas, com os quais a Administração pactue a transferência de recursos financeiros.

§ 1° Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2° Cada atividade, projeto e operação especial, deve identificar a função e a subfunção às quais se vinculam, na forma do anexo que integra a portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão.

§ 3° As atividades que possuem a mesma finalidade devem ser identificadas com um único código, independente da unidade executora.

§ 4° Cada projeto constará somente em uma unidade orçamentária e em um só programa.

§ 5° As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas por órgãos, unidades e subunidades orçamentárias, funções, subfunções, programas, atividades, projetos, operações especiais, categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, de acordo com as codificações da Portaria SOF nº 42/1999, da Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001 e da Lei do Plano Plurianual.

§ 6° A Modalidade de Aplicação (MA), conforme determinações e conceitos da Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001, destina-se a indicar se os recursos serão aplicados:
I - diretamente, pela unidade detentora do crédito orçamentário;
II - indiretamente, mediante transferência, para outras esferas de governo, seus órgãos, fundos ou entidades ou, ainda, por entidades privadas; ou
III - indiretamente, mediante delegação, para outros entes da Federação ou consórcios públicos para a aplicação de recursos em ações de responsabilidade exclusiva do Município.

§ 7° A especificação da modalidade de que trata o § 6° observará, no mínimo, o seguinte detalhamento:
I - Transferências a Estados e ao Distrito Federal (Modalidade de Aplicação 30);
II - Transferências a Municípios (Modalidade de Aplicação 40);
III - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (Modalidade de Aplicação 50);
IV - Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos (Modalidade de Aplicação 60);
V - Transferências a Consórcios Públicos (Modalidade de Aplicação 71);
VI - Aplicações Diretas (Modalidade de Aplicação 90); e
VII - Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Participe (Modalidade de Aplicação 93).

Câmara Municipal de J. Monlevade 117

VIII – Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente não Participe (Modalidade de Aplicação 94).

Art. 4° O orçamento discriminará a despesa por subunidade orçamentária, em nível de elementos, conforme artigo 15 da Lei nº 4.320/64, detalhada por categoria de programação com suas respectivas dotações, especificando a modalidade de aplicação e os grupos de despesa a seguir discriminadas:
I - pessoal e encargos sociais;
II - juros e encargos da dívida;
III - outras despesas correntes;
IV - investimentos;
V - inversões financeiras; e
VI - amortização da dívida.

Parágrafo único. Discriminará, ainda, a fonte de recursos que está intrinsecamente ligada à classificação orçamentária a que pertencer.

Art. 5° O orçamento fiscal compreenderá a programação dos Poderes do Município, suas autarquias e fundos especiais, devendo a correspondente execução orçamentária e financeira ser consolidada no órgão Central de Contabilidade do Poder Executivo.

Art. 6° O projeto de lei orçamentária que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal, será constituído de:
I - texto da lei;
II - documentos referenciados nos artigos 2º e 22, da Lei Federal 4.320/64;
III - quadros orçamentários consolidados;
IV - anexo do orçamento fiscal, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;
V - demonstrativo e documentos previstos no art. 5º da Lei Complementar 101/2000.

Parágrafo único. Acompanharão a proposta orçamentária, além dos demonstrativos exigidos pela legislação em vigor, definidos no *caput*, os seguintes demonstrativos:
I - Demonstrativo da receita corrente líquida, de acordo com o art. 2º, inciso IV da Lei Complementar 101/2000;
II - Demonstrativo dos recursos a serem aplicados na manutenção e desenvolvimento do Ensino e no Ensino Fundamental, para fins do atendimento do disposto no art. 212 da Constituição Federal e no art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;
III - Demonstrativo dos recursos a serem aplicados no FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, nos termos da lei 14.113, de 25 de dezembro de 2020;
IV - Demonstrativo dos recursos a serem aplicados nas ações e serviços públicos de saúde, para fins de atendimento ao disposto na Emenda Constitucional nº 29/2000, e Lei Complementar 141, de 13 de janeiro de 2012;
V - Demonstrativo de despesa com pessoal, para fins do atendimento do disposto no art. 169 da Constituição Federal e na Lei Complementar 101/2000.
VI – A mensagem que deverá conter:

Câmara Municipal de J. Monlevade
118

a) resumo dos valores destinados para execução de cada programa;
b) metodologia de cálculo utilizada para fixação da receita e despesa;
c) demonstrativo sintético das principais receitas;
d) resultado primário proposto; e
e) síntese das despesas obrigatórias, originadas de disposições constitucionais e legais, com no mínimo demonstração dos percentuais propostos.

Art. 7° A estimativa da receita e a fixação da despesa, constantes do Projeto de Lei Orçamentária, serão elaboradas em valores correntes do exercício de 2022, projetadas a partir de índices e da metodologia constantes dos Anexos da presente lei.

Parágrafo único. O Projeto de Lei Orçamentária atualizará a estimativa da margem de expansão das despesas, considerando os acréscimos de receita resultantes do crescimento da economia e da evolução de outras variáveis que implicam aumento da base de cálculo, bem como de alterações na legislação tributária, devendo ser garantidas, no mínimo, as metas de resultado primário e nominal estabelecidas nesta Lei.

Art. 8° O Poder Executivo colocará à disposição do Legislativo Municipal, no mínimo 30 (trinta) dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida e as respectivas memórias de cálculo, conforme estabelece o art. 12, § 3º da Lei Complementar 101/2000.

Art. 9° O Poder Legislativo encaminhará, ao órgão do Poder Executivo, responsável pela elaboração do orçamento do Município, até 31 de agosto de 2022, sua proposta orçamentária, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária.

Art. 10. Na programação não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos, de forma a evitar o comprometimento do equilíbrio orçamentário entre receitas e despesas.

CAPÍTULO III
DA DÍVIDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO.

Art. 11. A Lei Orçamentária discriminará, no órgão responsável pelo débito, as dotações destinadas ao pagamento de precatórios judiciais em cumprimento ao disposto no art. 100 da Constituição Federal, bem como da dívida fundada por contrato.

§ 1° Para fins de acompanhamento, controle e centralização, os órgãos da administração pública municipal submeterão os processos referentes ao pagamento de precatórios à apreciação da Procuradoria Geral do Município.

§ 2° Os recursos alocados para fins previstos no *caput* só poderão ser cancelados para abertura de créditos adicionais com outra finalidade, se ficar comprovado que os mesmos não serão necessários para pagamento dos precatórios assumidos.

Câmara Municipal de João Monlevade 119

Art.12. A administração da dívida pública do Município tem por objetivo principal minimizar custos, reduzir o seu montante e viabilizar fontes alternativas de recursos para o Tesouro Municipal.

Parágrafo único. Serão garantidos, na lei orçamentária anual, recursos para pagamento de juros e amortização da dívida.

Art. 13. Na lei orçamentária para o exercício financeiro de 2023, as despesas com amortização, juros e demais encargos da dívida serão fixadas com base nas operações contratadas e nas autorizações concedidas até a data do encaminhamento do respectivo projeto de lei à Câmara Municipal.

Art. 14. Na lei orçamentária anual poderá conter autorização para contratação de operações de crédito, subordinando-se às normas estabelecidas na Resolução 43/2001 do Senado Federal e suas alterações.

Art. 15. A lei orçamentária poderá conter autorização para a realização de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária, desde que observado o disposto no art. 38 da Lei Complementar 101/2000 e atendidas as exigências estabelecidas na Resolução 43/2001 do Senado Federal.

CAPÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A POLÍTICA DE PESSOAL.

Art. 16. Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1°, inciso II, da Constitucional Federal, observado o inciso I do mesmo parágrafo, fica autorizada a concessão de vantagens, aumento de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, desde que observado o disposto nos artigos 15, 16 e 17 da Lei Complementar 101/2000, até o montante das quantidades e limites orçamentários constantes do anexo discriminativo específico da lei orçamentária de 2023.

§ 1° Além de observar as normas do *caput*, no exercício financeiro de 2023, as despesas com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo, observarão as disposições contidas nos artigos 18, 19 e 20, da Lei Complementar 101/2000.

§ 2° Se a despesa total com pessoal ativo e inativo ultrapassar os limites estabelecidos no art. 19 da Lei Complementar 101/2000, aplicar-se-ão as medidas de que tratam os §§ 3° e 4° do art. 169 da Constituição Federal.

§ 3° Os Poderes, Executivo, Legislativo, suas Autarquias e Fundações, tem como limite para projeção de suas despesas com pessoal e encargos sociais, a despesa com a folha de pagamento vigente em julho de 2022.

§ 4° Não constituem despesas com pessoal e encargos sociais, ainda que processadas em folha de pagamento, as verbas de caráter indenizatório definidas em lei.

Câmara Municipal de João Monlevade
120

§ 5° Fica assegurada a revisão anual dos servidores, conforme preceitua o art. 37, inciso X, da Constituição Federal.

Art. 17. No exercício de 2023, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal, e no artigo 19, desta Lei, somente poderão ser admitidos servidores se houver prévia dotação orçamentária em quantum suficiente para o atendimento da despesa e, ainda, se existirem cargos e empregos públicos a serem preenchidos.

Parágrafo único. Ficam os Poderes, Executivo e Legislativo, suas Autarquias e Fundações, autorizados a realizar concurso público, podendo para tanto contratar empresa ou fundação especializadas.

Art. 18. Se durante o exercício de 2023 a despesa com pessoal atingir o limite de que trata o parágrafo único do art. 22 da Lei Complementar 101/2000, a realização de serviço extraordinário somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos que ensejam situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Parágrafo único. As situações previstas no *caput*, que exijam a realização de serviços extraordinários deverão ser justificadas pelo órgão e submetidas, no âmbito do Poder Executivo ao Prefeito Municipal e no âmbito do Poder Legislativo ao Presidente da Câmara, no âmbito das autarquias, deverão ser submetidas ao seu representante.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A RECEITA E ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA.

Art. 19. A estimativa da receita que constará do projeto de lei orçamentária para o exercício de 2023, com vistas à expansão da base tributária e conseqüente aumento das receitas próprias, contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, dentre as quais:

I - aperfeiçoamento do sistema de formação, tramitação e julgamento dos processos tributário- administrativos, visando à racionalização, simplificação e celeridade;

II - aperfeiçoamento dos sistemas de fiscalização, cobrança e arrecadação de tributos, objetivando a sua maior exatidão;

III - aperfeiçoamento dos processos tributário-administrativos, por meio de revisão e racionalização das rotinas e processos, objetivando a modernização, a padronização de atividades, a melhoria dos controles internos e a eficiência na prestação de serviços;

IV - aplicação das penalidades fiscais como instrumento inibitório da prática de infração da legislação tributária.

Art. 20. A estimativa da receita de que trata o artigo 19 levará em consideração, adicionalmente, o impacto de alteração na legislação tributária, observadas a capacidade econômica do contribuinte e a justa distribuição de renda, com destaque para:

I – atualização da planta genérica de valores do Município;

Câmara Municipal de J. Monlevade 121

II – procedimento do recadastramento imobiliário;
III - instituição de novos tributos ou modificação, em decorrência de alterações legais, daqueles já instituídos;
IV - revisão, atualização ou adequação da legislação sobre Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamentos, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade desse imposto;
V - revisão da legislação sobre uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;
VI - revisão da legislação do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN;
VII - revisão da legislação do Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos e de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - ITBI;
VIII - revisão da legislação sobre as taxas pela prestação de serviços e pelo exercício do Poder de Polícia; e
IX - revisão da legislação que trata das isenções dos tributos municipais;

Art. 21. O projeto de lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária só será aprovado, se atendidas às exigências do art. 14 da Lei Complementar 101/2000.

Parágrafo único. Aplica-se à lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza financeira as mesmas exigências referidas no *caput*.

Art. 22. Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária e das contribuições que sejam objeto de projeto de lei que esteja em tramitação na Câmara Municipal.

CAPÍTULO VI
DO EQUILÍBRIO ENTRE RECEITAS E DESPESAS.

Art. 23. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária serão orientadas no sentido de alcançar superávit primário necessário para garantir uma trajetória de solidez financeira da administração municipal, conforme discriminado no Anexo de Metas Fiscais, constantes desta Lei.

Art. 24. Os projetos de leis que impliquem em diminuição de receita ou aumento de despesa do Município no exercício de 2023 deverão estar acompanhados de demonstrativos que discriminem o montante estimado da diminuição da receita ou do aumento da despesa, para cada um dos exercícios compreendidos no período de 2023 a 2025, com respectiva memória de cálculo.

Parágrafo único. Não será aprovado projeto de lei que implique em aumento de despesa sem que esteja acompanhado das medidas definidas nos arts. 16 e 17 da Lei Complementar 101/2000.

Art. 25. As estratégias para busca ou manutenção do equilíbrio entre as receitas e despesas poderão levar em conta as seguintes medidas:
I - para elevação das receitas;
a) a implementação das medidas previstas nos artigos 19 e 20 desta Lei;

b) atualização e informatização do cadastro imobiliário;
c) promoção de cobranças administrativas para os contribuintes em geral, inscritos na dívida ativa;
d) recuperação de créditos inscritos em dívida ativa através de programas de recuperação fiscal – REFIS, devidamente autorizados em lei.
II - para redução das despesas:
a) normatização de rotinas e procedimentos de compras;
b) implantação de rigorosa rotina de pesquisa de preços, de forma a baratear toda e qualquer compra e evitar a cartelização dos fornecedores;
c) implantação rigorosa de controle dos bens de consumo e dos serviços contratados; e
d) racionalização dos diversos serviços da administração.

Art. 26. Na programação da despesa não poderão:
I – serem fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos, de forma a se evitar a quebra do equilíbrio orçamentário entre receita e a despesa;
II - ser incluídos projetos com a mesma finalidade em mais de um órgão.

Art. 27. Na Lei Orçamentária Anual deverá conter Reserva de Contingência constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal, equivalente a no máximo de 1% (um por cento) da receita corrente liquida, prevista na proposta orçamentária de 2023 destinada ao atendimento de passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 28. A Reserva de Contingência, caso não seja utilizada até o final do mês de setembro do exercício fiscal, poderá constituir recurso para a abertura de créditos adicionais.

CAPÍTULO VII
DOS CRITÉRIOS E FORMAS DE LIMITAÇÃO DE EMPENHO.

Art. 29. Na hipótese de ocorrência das circunstâncias estabelecidas no *caput* do art. 9º, e no inciso II do § 1º do art. 31, da Lei Complementar 101/00, o Poder Executivo promoverá limitação de empenho e de movimentação financeira, podendo definir percentuais específicos, para o conjunto de projetos, atividades e operações especiais, calculado de forma proporcional ao total das dotações iniciais constantes da lei orçamentária de 2023, em cada um dos citados conjuntos, utilizando para tal fim as cotas orçamentárias e financeiras.

§ 1° Excluem-se do *caput* as despesas que constituem obrigação constitucional e legal de execução e as despesas destinadas ao pagamento dos serviços da dívida, e aquelas suportadas com recursos originados de doações e de convênios, e ainda aquelas relativas:
I - Programa de alimentação escolar;
II - Despesas com saúde, relativas à:
a) manutenção dos serviços de atenção básica;
b) manutenção dos serviços de média e alta complexidade, prestados pelo Município;
c) manutenção da assistência farmacêutica (farmácia básica);

Câmara Municipal de J. Monlevade
123

d) manutenção da vigilância em saúde.
III - Pessoal e encargos sociais;
IV - Transporte escolar; e
V – Sentenças Judiciais.
VI – à inovação e ao desenvolvimento científico e tecnológico custeadas por fundo criado para tal finalidade.

§ 2° A limitação da despesa deverá obedecer aos limites da nova estimativa de receita que será realizada pelo Executivo Municipal, através de seu segmento administrativo responsável e, encaminhada às suas diversas unidades administrativas, e também ao Poder Legislativo para seu conhecimento.

§ 3° Deverá, ainda, a nova estimativa de receita ser objeto de ampla divulgação, inclusive na internet, para conhecimento de todos.

CAPÍTULO VIII
DAS NORMAS RELATIVAS AO CONTROLE DE CUSTOS E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS DOS PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS DOS ORÇAMENTOS.

Art. 30. O Poder Executivo realizará estudos visando à definição de sistema de controle de custos e avaliação de resultado de ações de governo.

Art. 31. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na Lei Orçamentária Anual e em seus créditos adicionais, bem como a respectiva execução, serão feitas de forma a propiciar o controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

§ 1° A Lei Orçamentária de 2023 e seus créditos adicionais deverão agregar todas as ações governamentais necessárias ao cumprimento dos objetivos dos respectivos programas.

§ 2° Merecerá destaque o aprimoramento de gestão orçamentária, financeira e patrimonial, por intermédio da modernização dos instrumentos de planejamento, execução, avaliação e controle interno.

§ 3° O Poder Executivo promoverá amplo esforço de redução de custos, otimização de gastos e reordenamento de despesas do setor público municipal, sobretudo pelo aumento da produtividade na prestação de serviços públicos.

§ 4° O controle de custos será orientado para o estabelecimento da relação entre a despesa pública e o resultado obtido, de forma a priorizar a análise da eficiência na alocação dos recursos, permitindo o acompanhamento das gestões orçamentária, financeira e patrimonial.

CAPÍTULO IX
DAS ALTERAÇÕES DA LEI ORÇAMENTÁRIA.

Câmara Municipal de J. Monlevade 124

c) - manutenção da assistência farmacêutica (farmácia básica);
d) - manutenção da vigilância em saúde.
III - Pessoal e encargos sociais;
IV - Transporte escolar; e
V – Sentenças Judiciais.
VI – à inovação e ao desenvolvimento científico e tecnológico custeadas por fundo criado para tal finalidade."

§ 2° A limitação da despesa deverá obedecer aos limites da nova estimativa de receita que será realizada pelo Executivo Municipal, através de seu segmento administrativo responsável e, encaminhada às suas diversas unidades administrativas, e também ao Poder Legislativo para seu conhecimento.

§ 3° Deverá, ainda, a nova estimativa de receita ser objeto de ampla divulgação, inclusive na internet, para conhecimento de todos.

CAPÍTULO VIII
DAS NORMAS RELATIVAS AO CONTROLE DE CUSTOS E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS DOS PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS DOS ORÇAMENTOS.

Art. 30. O Poder Executivo realizará estudos visando à definição de sistema de controle de custos e avaliação de resultado de ações de governo.

Art. 31. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na Lei Orçamentária Anual e em seus créditos adicionais, bem como a respectiva execução, serão feitas de forma a propiciar o controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

§ 1° A Lei Orçamentária de 2023 e seus créditos adicionais deverão agregar todas as ações governamentais necessárias ao cumprimento dos objetivos dos respectivos programas.

§ 2° Merecerá destaque o aprimoramento de gestão orçamentária, financeira e patrimonial, por intermédio da modernização dos instrumentos de planejamento, execução, avaliação e controle interno.

§ 3° O Poder Executivo promoverá amplo esforço de redução de custos, otimização de gastos e reordenamento de despesas do setor público municipal, sobretudo pelo aumento da produtividade na prestação de serviços públicos.

§ 4° O controle de custos será orientado para o estabelecimento da relação entre a despesa pública e o resultado obtido, de forma a priorizar a análise da eficiência na alocação dos recursos, permitindo o acompanhamento das gestões orçamentária, financeira e patrimonial.

CAPÍTULO IX
DAS ALTERAÇÕES DA LEI ORÇAMENTÁRIA.

Câmara Municipal de João Monlevade
125

Art. 32. A abertura de créditos adicionais suplementares e especiais dependerá da existência de recursos disponíveis para acorrer à despesa e será precedido de justificativa, nos termos da Lei nº 4.320/64.

§ 1° Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais, exposição de motivos circunstanciados, que os justifiquem e que indiquem, quando tiverem como recursos a anulação de dotações, as consequências causadas na execução das atividades e dos projetos que tiverem seus recursos reduzidos.

§ 2° Cada projeto de lei deverá restringir-se a uma única modalidade de crédito adicional.

§ 3° Na Lei Orçamentária deverá conter autorização para abertura de créditos adicionais suplementares, no valor correspondente a 30% (trinta por cento), do valor total fixado para as despesas, com utilização de recursos originados da anulação de dotações constantes do orçamento.

§ 4° Na abertura de créditos adicionais autorizados na forma do § 3°, poderá ser criada nova modalidade de aplicação, elementos de despesas e/ou fontes de recursos dentro das ações constantes da lei orçamentária, e seus valores serão computados na apuração do limite estabelecido.

Art. 33. Além do limite estabelecido no § 3º, do art. 32, constará também autorização para abertura de créditos no valor correspondente a 20% (vinte por cento), do valor total fixado para as despesas, da seguinte forma:
I - 10% (dez por cento), com recursos originados do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior; e
II - 10% (dez por cento), com recursos originados do excesso de arrecadação verificado no exercício.

§ 1° Nos casos de abertura de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, a exposição de motivos conterá a memória de cálculo da atualização das estimativas de receitas para o exercício.

§ 2° Na abertura de créditos adicionais autorizados na forma do *caput*, poderá ser criada nova modalidade de aplicação, elementos de despesas e/ou fontes de recursos dentro das ações constantes da lei orçamentária, e seus valores serão computados na apuração do limite estabelecido nos incisos I e II.

Art. 34. A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício financeiro, no limite de seus saldos, conforme disposto no art. 167 § 2º da Constituição Federal, será efetivada, mediante decreto do Poder Executivo, e serão incorporados no exercício financeiro, com utilização dos recursos previstos no artigo 43 da Lei nº 4.320/ 1964.

CAPÍTULO X
DAS CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS PARA TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS A ENTIDADES PÚBLICAS, PRIVADAS E PESSOAS FÍSICAS.

Câmara Municipal de João Monlevade 126

Art. 35. Na realização de ações de competência do Município, poderá este adotar a estratégia de transferir recursos para entidades privadas sem fins lucrativos, observadas as seguintes disposições:
I – Subvenções sociais, conforme disposto no artigo 16 da Lei 4.320/64, serão concedidas para entidades sem fins lucrativos que exerçam atividades de natureza continuada nas áreas de assistência social, saúde e educação, cujos serviços colocados à disposição da população se revelem mais econômicos para o Município;
II – Contribuições, as transferências realizadas para atender despesas de manutenção de entidades privadas sem fins lucrativos que não se enquadram nas áreas de atuação definidas no inciso I. Para as quais não correspondam a contraprestação direta de bens e serviços e não sejam reembolsável pelo recebedor. A contribuição poderá ocorrer como transferência corrente ou de capital; e
III – Auxílios, as transferências realizadas para entidades privadas sem fins lucrativos destinadas às despesas de investimentos e inversões financeiras, independentemente de contraprestação direta de bens ou serviços.

Parágrafo único. As transferências serão realizadas através de parcerias entre a administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, fomento ou em acordos de cooperação, observadas as normas estabelecidas na Lei 13.019/14, no que couber.

Art. 36. A transferência de recursos prevista no artigo 35, somente poderá ser realizada para entidades privadas sem fins lucrativos e desde que sejam:
I - de atendimento direto e gratuito ao público na área de educação, e sejam voltadas para a:
a) educação especial; ou
b) educação básica;
II - de atendimento direto e gratuito ao público na área de saúde;
III - de atendimento direto e gratuito ao público na área de assistência social, que se destinem a:
a) idosos, crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, risco pessoal e social;
b) habilitação, reabilitação e integração da pessoa com deficiência ou doença crônica; ou
c) acolhimento a vítimas de crimes violentos e seus familiares;
IV – destinadas às atividades de coleta e processamento de material reciclável, desde que constituídas sob a forma de associações ou cooperativas integradas por pessoas em situação de risco social, cabendo ao órgão concedente aprovar as condições para aplicação dos recursos;
V – destinadas ao atendimento de pessoas em situação de vulnerabilidade social, risco pessoal e social, violação de direitos ou diretamente alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e geração de trabalho e renda, nos casos em que ficar demonstrados o interesse público;
VI – Com atuação na área de segurança pública;
VII – Com atuação na área de promoção da habitação para pessoas carentes;

Câmara Municipal de João Monlevade
127

VIII – Com atuação na área de fomento econômico, industrial, comercial e de agricultura;
IX – Com atuação na área representativa comunitária; e
X – Com atuação nas áreas culturais e desportivas.

Art. 37. Sem prejuízo das disposições do artigo 36, a transferência de recursos prevista na Lei 4.320/64, à entidade privada sem fins lucrativos, dependerá da justificação pela unidade concedente de que a entidade complementa de forma adequada os serviços de competência do setor público e, ainda, de que no caso de recursos de capital serão os mesmos aplicados exclusivamente em:
I - aquisição e instalação de equipamentos, e obras de adequação física necessárias à instalação dos referidos equipamentos;
II - aquisição de material permanente; e
III - construção, ampliação ou conclusão de obras;

Art. 38. Para recebimento de recursos deverá a entidade privada comprovar:
I - a regularidade do mandato de sua diretoria, inscrição no CNPJ e apresentação de declaração de funcionamento regular de pelo menos 1 (um) ano, emitida no exercício de 2022;
II - manutenção de escrituração contábil regular;
III – sua regularidade fiscal, através de apresentação de pelo menos: certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil e regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;
IV - a capacidade gerencial, operacional e técnica para desenvolver as atividades, com informações acerca da quantidade e qualificação profissional de seu pessoal; e
V – que no seu quadro de dirigentes não consta agente político dos Poderes Executivo, Legislativo, tanto quanto dirigente de órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera governamental, seu cônjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau.

Art. 39. Não se aplicam as exigências da Lei 13.019/14 às transferências de recursos a entidades de direito privado, nas seguintes hipóteses:
I - às transferências de recursos homologadas pelo Congresso Nacional ou autorizadas pelo Senado Federal naquilo em que as disposições conflitarem com a Lei 13.019/14;
II - aos contratos de gestão celebrados com organizações sociais, desde que cumpridos os requisitos previstos na Lei 9.637/98;
III - aos convênios e contratos celebrados com entidades filantrópicas e sem fins lucrativos nos termos do §1º do art. 199 da Constituição Federal;
IV - aos termos de compromisso cultural, referidos no § 1º do art. 9º da Lei 13.018/14;
V - aos termos de parceria celebrados com organizações da sociedade civil de interesse público, desde que cumpridos os requisitos previstos na Lei nº 9.790/99;
VI – às transferências referidas no artigo 2° da Lei 10.845/04 (PAED) e nos artigos 5° e 22 da Lei 11.947/09 (PDDE)
VII - aos pagamentos realizados a título de anuidades, contribuições ou taxas associativas em favor de organismos internacionais ou entidades que sejam obrigatoriamente constituídas por:
a) membros de Poder ou do Ministério Público;

Câmara Municipal de J. Monlevade 128

b) dirigentes de órgão ou de entidade da administração pública;
c) pessoas jurídicas de direito público interno;
d) pessoas jurídicas integrantes da administração pública;
VIII - às parcerias entre a administração pública e os serviços sociais autônomos.

Art. 40. Não se aplica às parcerias regidas pela Lei 13.019/2014, aplicando-se aos pactos o instrumento de convênio:
I - entre entes federados ou pessoas jurídicas a eles vinculadas;
II - decorrentes da aplicação do disposto no inciso IV do art. 3º da Lei 13.019/14.

Art. 41. A entidade privada beneficiada com recursos públicos a qualquer título submeter-se-á à fiscalização do Poder Executivo Municipal com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 42. As transferências de recursos às entidades deverão ser precedidas da aprovação de plano de aplicação e da celebração de pacto, nos termos estabelecidos na legislação vigente.

§ 1° Compete ao órgão concedente o acompanhamento da realização do plano de aplicação executado com recursos transferidos pelo Município.

§ 2° É vedada a celebração de novo pacto com entidades em situação irregular com o Município, em decorrência de transferências feitas anteriormente.

Art. 43. É vedada a destinação, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de recursos para diretamente cobrir necessidades de pessoas físicas, ressalvadas as que atendam as exigências do art. 26 da Lei Complementar 101/2000 e sejam observadas as condições definidas na lei específica.

Parágrafo único. As normas do caput deste artigo não se aplicam a ajuda a pessoas físicas, custeadas com recursos do Sistema Único de Saúde - SUS, com a finalidade de tratamento fora do domicílio.

Art. 44. As transferências de recursos financeiros de um órgão para outro, inclusive da Prefeitura Municipal para os órgãos da Administração Indireta e para a Câmara Municipal, ficam limitadas ao valor previsto na Lei Orçamentária Anual e em seus créditos adicionais.

Parágrafo único. No caso da transferência para o Legislativo cumprir-se-á ao limite estabelecido no art. 29-A da Constituição Federal, devendo seu respectivo orçamento ser adequado, através de lei específica, quando fixado em valores maiores que os limites constitucionais.

CAPÍTULO XI
DA AUTORIZAÇÃO PARA O MUNICÍPIO AUXILIAR NO CUSTEIO DE DESPESAS ATRIBUÍDAS A OUTROS ENTES DA FEDERAÇÃO.

Art. 45. A transferência de recursos, consignada na lei orçamentária anual do Município, para a União, o Estado ou outro município, a qualquer título, inclusive

Câmara Municipal de João Monlevade
129

auxílios financeiros e contribuições, serão realizadas somente em situações que fique comprovado o interesse local, e serão efetivadas exclusivamente mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, atendidos os dispositivos constantes dos artigos 25 e 62 da Lei Complementar 101/2000.

CAPÍTULO XII
DOS PARÂMETROS PARA A ELABORAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E DO CRONOGRAMA MENSAL DE DESEMBOLSO.

Art. 46. O Poder Executivo estabelecerá por ato próprio, até 30 (trinta) dias após a publicação da lei orçamentária de 2023, as metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, respectivamente, nos termos dos arts. 8º e 13 da Lei Complementar 101/2000.

§ 1° A programação financeira do Poder Legislativo corresponderá a 1/12 (um doze avos) do valor total a ser repassado, nos termos do art. 29-A da Constituição Federal.

§ 2° Do cumprimento do estabelecido no *caput* o Poder Executivo deverá dar publicidade, com a utilização dos meios de publicações estabelecidos na Lei Orgânica do Município, e ainda, pela internet.

§ 3° A programação financeira e o cronograma mensal de desembolso de que trata o *caput* deverão ser elaborados de forma a garantir o cumprimento da meta de resultado primário estabelecido nesta Lei.

CAPÍTULO XIII
DA DEFINIÇÃO DE CRITÉRIOS PARA INÍCIO DE NOVOS PROJETOS.

Art. 47. Além da observância das metas e prioridades definidas nos termos do art. 2º desta Lei, a Lei Orçamentária de 2023 e seus créditos adicionais, observado o disposto no art. 45 da Lei Complementar 101/2000, somente incluirão projetos novos se:

I - estiverem compatíveis com o Plano Plurianual e com as normas desta Lei;
II - tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos em andamento;
III - estiverem preservados os recursos necessários à conservação do patrimônio público;
IV – estiverem preservados os recursos alocados para a contrapartida de recursos federais, estaduais ou de operações de crédito.

Parágrafo único. Considera-se projeto em andamento para os efeitos desta Lei, aquele cuja execução iniciar-se até a data de encaminhamento da proposta orçamentária de 2023, cujo cronograma de execução ultrapasse o término do exercício de 2022.

CAPÍTULO XIV
DA PARTICIPAÇÃO POPULAR.

Art. 48. O projeto de lei orçamentária do Município, relativo ao exercício financeiro de 2023 deve assegurar o controle social e transparência na execução do orçamento;

Câmara Municipal de João Monlevade 130

I - o controle social implica em assegurar a todo cidadão a participação nas ações da administração municipal;
II - a transparência implica, além da observação do princípio constitucional da publicidade, a utilização dos meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.

Art. 49. Será assegurada ao cidadão a participação nas audiências públicas para:
I - elaboração e discussão da proposta orçamentária de 2023 mediante regular processo de consulta; e
II - avaliação das metas fiscais, conforme definido no art. 9º, § 4º, da Lei Complementar 101/2000, ocasião em que o Poder Executivo demonstrará o comportamento das metas previstas na Lei.

CAPÍTULO XV
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

Art. 50. Para os efeitos do art. 16 da Lei Complementar 101/2000:
I - as exigências nele contidas integrarão o processo administrativo de licitação, bem como, os procedimentos de desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3° do art. 182 da Constituição Federal;
II - no que tange ao seu § 3°, entende-se como despesa irrelevante aquelas cujo valor não ultrapasse, os limites dos incisos I e II do art. 75 da Lei 14.133, de 1° de abril de 2021, para obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores e para outros serviços e compras, respectivamente;
III - no que se refere ao disposto no seu § 1°, inciso I, na execução das despesas na antevigência da Lei Orçamentária Anual de 2023, o ordenador de despesa poderá considerar os valores constantes do respectivo Projeto de Lei; e
IV - os valores constantes do Projeto de Lei Orçamentária de 2023 poderão ser utilizados para demonstrar a previsão orçamentária nos procedimentos referentes à fase interna da licitação.

Art. 51. São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem a comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Parágrafo único. A contabilidade registrará tempestivamente os atos e fatos relativos à gestão orçamentária e financeira efetivamente ocorrida, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância do *caput*.

Art. 52. O Poder Executivo poderá encaminhar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificações no projeto de lei orçamentária anual enquanto não iniciada a sua votação, no tocante as partes cuja alteração é proposta.

Art. 53. É vedado consignar na lei orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.

Art. 54. Não será aprovado projeto de lei que implique em aumento das despesas orçamentárias, sem que seja acompanhado da estimativa do impacto orçamentário-

financeiro, definida no art. 16 da Lei Complementar 101/2000 e da indicação das fontes de recursos, ressalvado o inciso II do art. 49.

Art. 55. A receita derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público, não poderá ser utilizada para financiamento de despesa corrente, exceto se destinada por lei ao regime de previdência social geral.

Art. 56. O Poder Executivo, por intermédio do órgão responsável pela administração de pessoal, publicará, até a data de encaminhamento do Projeto de Lei Orçamentária para o ano de 2023 a tabela de cargos efetivos e comissionados integrantes do quadro geral dos servidores municipais, assim como das funções públicas existentes no âmbito do Município.

Parágrafo único. O Poder Legislativo, através de órgão próprio, deverá observar as mesmas disposições de que trata o *caput*.

Art. 57. Se o Poder Legislativo não enviar para sanção o Projeto da Lei Orçamentária Anual, até 31 de dezembro de 2022, fica o Poder Executivo autorizado, a executar a programação dele constante para o atendimento das seguintes despesas:
I - pessoal e encargos sociais;
II – pagamento do serviço da dívida; e
III – de caráter continuado nas áreas de educação, assistência social, saúde e urbanismo; e
IV - outras despesas correntes de caráter inadiável, até o limite de um doze avos do valor previsto para cada órgão no Projeto de Lei Orçamentária de 2022, multiplicado pelo número de meses decorridos até a data de publicação da respectiva Lei;

Art. 58. Compõem a presente Lei os seguintes Anexos:
I - Demonstrativo dos Riscos Fiscais e Providências;
II - Metas Fiscais – Demonstrativo das Metas Anuais;
III - Demonstrativo da Avaliação do Cumprimento das metas Fiscais do Exercício Anterior;
IV - Demonstrativo das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Últimos Exercícios;
V - Demonstrativo da Evolução do Patrimônio Líquido;
VI - Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
VII – Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;
VIII - Demonstrativo de Expansão das Despesas de Caráter Continuado;
IX- Demonstrativo da Memória de Cálculo da Projeção da Receita para o Período de 2023 a 2025;
X – Demonstrativo do Total das Despesas e Memória de Cálculo para o período de 2023 a 2025;
XI - Demonstrativo da Receita Primária e Memória de Cálculo para o Período de 2023 a 2025;
XII - Demonstrativo do Resultado Primário e Memória de Cálculo para o Período de 2023 a 2025;
XIII – Montante da Dívida Pública;
XIV – Resultado Nominal;

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE 132

XV - Demonstrativo das Prioridades e Metas para o exercício de 2023; e
XVI – Anexo de Metodologia e Premissas utilizadas.

Art. 59. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões da Câmara, em 06 de julho de 2022.

Comissão de Legislação e Justiça e Redação

Thiago Araújo Moreira Bicalho – Presidente

Gustavo Henrique Prandini de Assis – Vice-Presidente

Revetrie Silva Teixeira – Membro / Relator

Comissão de Finanças e Orçamento

Belmar Lacerda Silva Diniz – Presidente / Relator

Rael Alves Gomes – Vice-Presidente

Vanderlei Cardoso Miranda – Membro

Câmara Municipal de J. Monlevade
133

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 1.270/2022

Dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2023, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de João Monlevade aprova:

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR.

Art. 1° Esta Lei estabelece em cumprimento ao disposto no artigo 165, § 2º, da Constituição Federal, Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000, com observância das determinações da Lei Orgânica do Município, as diretrizes para elaboração da lei orçamentária do Município, para o exercício financeiro de 2023, compreendendo:
I - as metas e as prioridades da Administração Pública Municipal;
II - orientações básicas para elaboração e execução da Lei Orçamentária Anual;
III - disposições relativas à dívida pública municipal;
IV - disposições sobre a política de pessoal, os gastos com pessoal e encargos sociais;
V - as disposições sobre as alterações na legislação tributária;
VI - equilíbrio entre receitas e despesas;
VII - critérios e formas de limitação de empenho;
VIII - normas relativas ao controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;
IX – estabelecimento de normas para transferências de recursos a entidades públicas e privadas;
X – normatização do auxílio do Município para o custeio de despesas atribuídas a outros entes da federação;
XI - parâmetros para a elaboração da programação financeira e do cronograma mensal de desembolso;
XII - critérios para início de novos projetos;
XIII - critérios para participação popular no processo de elaboração e aprovação da Lei Orçamentária Anual;
XIV – regras para promoção de alterações orçamentárias; e
XV - as disposições gerais.

CAPÍTULO I
DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

Art. 2° Em consonância com o art.165, § 2º, da Constituição Federal, as metas e as prioridades da Administração Pública Municipal para o exercício financeiro de 2023, são as apontadas no Anexo de Metas e Prioridades, que integra esta Lei, das quais terão precedência na alocação de recursos na lei orçamentária anual de 2023 e na sua execução, as obrigatórias e as de funcionamento dos órgãos e das entidades que integram o Orçamento Fiscal. Observada a lei do Plano Plurianual.

§ 1° O orçamento será elaborado em consonância com as metas e prioridades estabelecidas na forma do *caput*.

Câmara Municipal João Monlevade 134

§ 2° Em atendimento ao disposto no art. 4°, §§ 1°, 2° e 3° da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000, integram a presente Lei os seguintes Anexos:
I - Anexo de Metas Fiscais;
II - Anexo de Riscos Fiscais.

§ 3° O Anexo de Metas e Prioridades, que integra esta Lei, não se constitui como limite à programação das despesas.

CAPÍTULO II
DAS ORIENTAÇÕES BÁSICAS PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA.

Art. 3° Para fins do disposto nesta Lei e na lei orçamentária de 2023, entende-se por:
I - órgão orçamentário, que representa os Poderes e suas autarquias, o maior nível da classificação institucional, que tem por finalidade agrupar unidades orçamentárias;
II - unidade orçamentária, nível médio da classificação institucional, que tem por finalidade agrupar subunidades orçamentárias;
III - subunidade orçamentária, o menor nível médio da classificação institucional:
IV – programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;
V – atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;
VI – projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;
VII - operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;
VIII – produto, o bem ou serviço que resulta da ação orçamentária;
IX - concedente: o órgão ou a entidade da Administração Pública direta ou indireta responsável pela transferência de recursos financeiros, inclusive os decorrentes de descentralização de créditos orçamentários;
X – convenente: o órgão ou a entidade da Administração Pública direta ou indireta dos governos federal, estaduais ou municipais e as entidades privadas, com os quais a Administração pactue a transferência de recursos financeiros.

§ 1° Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2° Cada atividade, projeto e operação especial, deve identificar a função e a subfunção às quais se vinculam, na forma do anexo que integra a portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão.

Câmara Municipal de J. Monlevade
135

§ 3° As atividades que possuem a mesma finalidade devem ser identificadas com um único código, independente da unidade executora.

§ 4° Cada projeto constará somente em uma unidade orçamentária e em um só programa.

§ 5° As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas por órgãos, unidades e subunidades orçamentárias, funções, subfunções, programas, atividades, projetos, operações especiais, categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, de acordo com as codificações da Portaria SOF nº 42/1999, da Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001 e da Lei do Plano Plurianual.

§ 6° A Modalidade de Aplicação (MA), conforme determinações e conceitos da Portaria Interministerial n° 163, de 04 de maio de 2001, destina-se a indicar se os recursos serão aplicados:
I - diretamente, pela unidade detentora do crédito orçamentário;
II - indiretamente, mediante transferência, para outras esferas de governo, seus órgãos, fundos ou entidades ou, ainda, por entidades privadas; ou
III - indiretamente, mediante delegação, para outros entes da Federação ou consórcios públicos para a aplicação de recursos em ações de responsabilidade exclusiva do Município.

§ 7° A especificação da modalidade de que trata o § 6° observará, no mínimo, o seguinte detalhamento:
I - Transferências a Estados e ao Distrito Federal (Modalidade de Aplicação 30);
II - Transferências a Municípios (Modalidade de Aplicação 40);
III - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (Modalidade de Aplicação 50);
IV - Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos (Modalidade de Aplicação 60);
V - Transferências a Consórcios Públicos (Modalidade de Aplicação 71);
VI - Aplicações Diretas (Modalidade de Aplicação 90); e
VII - Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Participe (Modalidade de Aplicação 93).
VIII – Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente não Participe (Modalidade de Aplicação 94).

Art. 4° O orçamento discriminará a despesa por subunidade orçamentária, em nível de elementos, conforme artigo 15 da Lei nº 4.320/64, detalhada por categoria de programação com suas respectivas dotações, especificando a modalidade de aplicação e os grupos de despesa a seguir discriminadas:
I - pessoal e encargos sociais;
II - juros e encargos da dívida;
III - outras despesas correntes;
IV - investimentos;
V - inversões financeiras; e

Câmara Municipal de J. Monlevade
136

VI - amortização da dívida.

Parágrafo único. Discriminará, ainda, a fonte de recursos que está intrinsecamente ligada à classificação orçamentária a que pertencer.

Art. 5° O orçamento fiscal compreenderá a programação dos Poderes do Município, suas autarquias e fundos especiais, devendo a correspondente execução orçamentária e financeira ser consolidada no órgão Central de Contabilidade do Poder Executivo.

Art. 6° O projeto de lei orçamentária que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal, será constituído de:
I - texto da lei;
II - documentos referenciados nos artigos 2º e 22, da Lei Federal 4.320/64;
III - quadros orçamentários consolidados;
IV - anexo do orçamento fiscal, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;
V - demonstrativo e documentos previstos no art. 5º da Lei Complementar 101/2000.

Parágrafo único. Acompanharão a proposta orçamentária, além dos demonstrativos exigidos pela legislação em vigor, definidos no *caput*, os seguintes demonstrativos:
I - Demonstrativo da receita corrente líquida, de acordo com o art. 2º, inciso IV da Lei Complementar 101/2000;
II - Demonstrativo dos recursos a serem aplicados na manutenção e desenvolvimento do Ensino e no Ensino Fundamental, para fins do atendimento do disposto no art. 212 da Constituição Federal e no art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;
III - Demonstrativo dos recursos a serem aplicados no FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, nos termos da lei 14.113, de 25 de dezembro de 2020;
IV - Demonstrativo dos recursos a serem aplicados nas ações e serviços públicos de saúde, para fins de atendimento ao disposto na Emenda Constitucional nº 29/2000, e Lei Complementar 141, de 13 de janeiro de 2012;
V - Demonstrativo de despesa com pessoal, para fins do atendimento do disposto no art. 169 da Constituição Federal e na Lei Complementar 101/2000.
VI – A mensagem que deverá conter:
a) resumo dos valores destinados para execução de cada programa;
b) metodologia de cálculo utilizada para fixação da receita e despesa;
c) demonstrativo sintético das principais receitas;
d) resultado primário proposto; e
e) síntese das despesas obrigatórias, originadas de disposições constitucionais e legais, com no mínimo demonstração dos percentuais propostos.

Art. 7° A estimativa da receita e a fixação da despesa, constantes do Projeto de Lei Orçamentária, serão elaboradas em valores correntes do exercício de 2022, projetadas a partir de índices e da metodologia constantes dos Anexos da presente lei.

Parágrafo único. O Projeto de Lei Orçamentária atualizará a estimativa da margem de expansão das despesas, considerando os acréscimos de receita resultantes do crescimento da economia e da evolução de outras variáveis que implicam aumento da

base de cálculo, bem como de alterações na legislação tributária, devendo ser garantidas, no mínimo, as metas de resultado primário e nominal estabelecidas nesta Lei.

Art. 8° O Poder Executivo colocará à disposição do Legislativo Municipal, no mínimo 30 (trinta) dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida e as respectivas memórias de cálculo, conforme estabelece o art. 12, § 3º da Lei Complementar 101/2000.

Art. 9° O Poder Legislativo encaminhará, ao órgão do Poder Executivo, responsável pela elaboração do orçamento do Município, até 31 de agosto de 2022, sua proposta orçamentária, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária.

Art. 10. Na programação não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos, de forma a evitar o comprometimento do equilíbrio orçamentário entre receitas e despesas.

CAPÍTULO III
DA DÍVIDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO.

Art. 11. A Lei Orçamentária discriminará, no órgão responsável pelo débito, as dotações destinadas ao pagamento de precatórios judiciais em cumprimento ao disposto no art. 100 da Constituição Federal, bem como da dívida fundada por contrato.

§ 1° Para fins de acompanhamento, controle e centralização, os órgãos da administração pública municipal submeterão os processos referentes ao pagamento de precatórios à apreciação da Procuradoria Geral do Município.

§ 2° Os recursos alocados para fins previstos no *caput* só poderão ser cancelados para abertura de créditos adicionais com outra finalidade, se ficar comprovado que os mesmos não serão necessários para pagamento dos precatórios assumidos.

Art.12. A administração da dívida pública do Município tem por objetivo principal minimizar custos, reduzir o seu montante e viabilizar fontes alternativas de recursos para o Tesouro Municipal.

Parágrafo único. Serão garantidos, na lei orçamentária anual, recursos para pagamento de juros e amortização da dívida.

Art. 13. Na lei orçamentária para o exercício financeiro de 2023, as despesas com amortização, juros e demais encargos da dívida serão fixadas com base nas operações contratadas e nas autorizações concedidas até a data do encaminhamento do respectivo projeto de lei à Câmara Municipal.

Art. 14. Na lei orçamentária anual poderá conter autorização para contratação de operações de crédito, subordinando-se às normas estabelecidas na Resolução 43/2001 do Senado Federal e suas alterações.

Art. 15. A lei orçamentária poderá conter autorização para a realização de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária, desde que observado o disposto no art. 38 da Lei Complementar 101/2000 e atendidas as exigências estabelecidas na Resolução 43/2001 do Senado Federal.

Câmara Municipal de J. Monlevade
138

CAPÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A POLÍTICA DE PESSOAL.

Art. 16. Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1º, inciso II, da Constitucional Federal, observado o inciso I do mesmo parágrafo, fica autorizada a concessão de vantagens, aumento de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, desde que observado o disposto nos artigos 15, 16 e 17 da Lei Complementar 101/2000, até o montante das quantidades e limites orçamentários constantes do anexo discriminativo específico da lei orçamentária de 2023.

§ 1° Além de observar as normas do *caput*, no exercício financeiro de 2023, as despesas com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo, observarão as disposições contidas nos artigos 18, 19 e 20, da Lei Complementar 101/2000.

§ 2° Se a despesa total com pessoal ativo e inativo ultrapassar os limites estabelecidos no art. 19 da Lei Complementar 101/2000, aplicar-se-ão as medidas de que tratam os §§ 3º e 4º do art. 169 da Constituição Federal.

§ 3° Os Poderes, Executivo, Legislativo, suas Autarquias e Fundações, tem como limite para projeção de suas despesas com pessoal e encargos sociais, a despesa com a folha de pagamento vigente em julho de 2022.

§ 4° Não constituem despesas com pessoal e encargos sociais, ainda que processadas em folha de pagamento, as verbas de caráter indenizatório definidas em lei.

§ 5° Fica assegurada a revisão anual dos servidores, conforme preceitua o art. 37, inciso X, da Constituição Federal.

Art. 17. No exercício de 2023, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal, e no artigo 19, desta Lei, somente poderão ser admitidos servidores se houver prévia dotação orçamentária em quantum suficiente para o atendimento da despesa e, ainda, se existirem cargos e empregos públicos a serem preenchidos.

Parágrafo único. Ficam os Poderes, Executivo e Legislativo, suas Autarquias e Fundações, autorizados a realizar concurso público, podendo para tanto contratar empresa ou fundação especializadas.

Art. 18. Se durante o exercício de 2023 a despesa com pessoal atingir o limite de que trata o parágrafo único do art. 22 da Lei Complementar 101/2000, a realização de serviço extraordinário somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos que ensejam situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Parágrafo único. As situações previstas no *caput*, que exijam a realização de serviços extraordinários deverão ser justificadas pelo órgão e submetidas, no âmbito do Poder Executivo ao Prefeito Municipal e no âmbito do Poder Legislativo ao Presidente da Câmara, no âmbito das autarquias, deverão ser submetidas ao seu representante.

Câmara Municipal de J. Monlevade
139

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A RECEITA E ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA.

Art. 19. A estimativa da receita que constará do projeto de lei orçamentária para o exercício de 2023, com vistas à expansão da base tributária e conseqüente aumento das receitas próprias, contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, dentre as quais:
I - aperfeiçoamento do sistema de formação, tramitação e julgamento dos processos tributário- administrativos, visando à racionalização, simplificação e celeridade;
II - aperfeiçoamento dos sistemas de fiscalização, cobrança e arrecadação de tributos, objetivando a sua maior exatidão;
III - aperfeiçoamento dos processos tributário-administrativos, por meio de revisão e racionalização das rotinas e processos, objetivando a modernização, a padronização de atividades, a melhoria dos controles internos e a eficiência na prestação de serviços;
IV - aplicação das penalidades fiscais como instrumento inibitório da prática de infração da legislação tributária.

Art. 20. A estimativa da receita de que trata o artigo 19 levará em consideração, adicionalmente, o impacto de alteração na legislação tributária, observadas a capacidade econômica do contribuinte e a justa distribuição de renda, com destaque para:
I – atualização da planta genérica de valores do Município;
II – procedimento do recadastramento imobiliário;
III - instituição de novos tributos ou modificação, em decorrência de alterações legais, daqueles já instituídos;
IV - revisão, atualização ou adequação da legislação sobre Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamentos, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade desse imposto;
V - revisão da legislação sobre uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;
VI - revisão da legislação do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN;
VII - revisão da legislação do Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos e de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - ITBI;
VIII - revisão da legislação sobre as taxas pela prestação de serviços e pelo exercício do Poder de Polícia; e
IX - revisão da legislação que trata das isenções dos tributos municipais;

Art. 21. O projeto de lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária só será aprovado, se atendidas às exigências do art. 14 da Lei Complementar 101/2000.

Parágrafo único. Aplica-se à lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza financeira as mesmas exigências referidas no *caput*.

Art. 22. Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária e das contribuições que sejam objeto de projeto de lei que esteja em tramitação na Câmara Municipal.

Câmara Municipal de J. Monlevade 140

CAPÍTULO VI
DO EQUILÍBRIO ENTRE RECEITAS E DESPESAS.

Art. 23. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária serão orientadas no sentido de alcançar superávit primário necessário para garantir uma trajetória de solidez financeira da administração municipal, conforme discriminado no Anexo de Metas Fiscais, constantes desta Lei.

Art. 24. Os projetos de leis que impliquem em diminuição de receita ou aumento de despesa do Município no exercício de 2023 deverão estar acompanhados de demonstrativos que discriminem o montante estimado da diminuição da receita ou do aumento da despesa, para cada um dos exercícios compreendidos no período de 2023 a 2025, com respectiva memória de cálculo.

Parágrafo único. Não será aprovado projeto de lei que implique em aumento de despesa sem que esteja acompanhado das medidas definidas nos arts. 16 e 17 da Lei Complementar 101/2000.

Art. 25. As estratégias para busca ou manutenção do equilíbrio entre as receitas e despesas poderão levar em conta as seguintes medidas:
I - para elevação das receitas;
a) a implementação das medidas previstas nos artigos 19 e 20 desta Lei;
b) atualização e informatização do cadastro imobiliário;
c) promoção de cobranças administrativas para os contribuintes em geral, inscritos na dívida ativa;
d) recuperação de créditos inscritos em dívida ativa através de programas de recuperação fiscal – REFIS, devidamente autorizados em lei.
II - para redução das despesas:
a) normatização de rotinas e procedimentos de compras;
b) implantação de rigorosa rotina de pesquisa de preços, de forma a baratear toda e qualquer compra e evitar a cartelização dos fornecedores;
c) implantação rigorosa de controle dos bens de consumo e dos serviços contratados; e
d) racionalização dos diversos serviços da administração.

Art. 26. Na programação da despesa não poderão:
I – serem fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos, de forma a se evitar a quebra do equilíbrio orçamentário entre receita e a despesa;
II - ser incluídos projetos com a mesma finalidade em mais de um órgão.

Art. 27. Na Lei Orçamentária Anual deverá conter Reserva de Contingência constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal, equivalente a no máximo

de 1% (um por cento) da receita corrente líquida, prevista na proposta orçamentária de 2023 destinada ao atendimento de passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 28. A Reserva de Contingência, caso não seja utilizada até o final do mês de setembro do exercício fiscal, poderá constituir recurso para a abertura de créditos adicionais.

Câmara Municipal de J. Monlevade 141

CAPÍTULO VII
DOS CRITÉRIOS E FORMAS DE LIMITAÇÃO DE EMPENHO.

Art. 29. Na hipótese de ocorrência das circunstâncias estabelecidas no *caput* do art. 9º, e no inciso II do § 1º do art. 31, da Lei Complementar 101/00, o Poder Executivo promoverá limitação de empenho e de movimentação financeira, podendo definir percentuais específicos, para o conjunto de projetos, atividades e operações especiais, calculado de forma proporcional ao total das dotações iniciais constantes da lei orçamentária de 2023, em cada um dos citados conjuntos, utilizando para tal fim as cotas orçamentárias e financeiras.

§ 1° Excluem-se do *caput* as despesas que constituem obrigação constitucional e legal de execução e as despesas destinadas ao pagamento dos serviços da dívida, e aquelas suportadas com recursos originados de doações e de convênios, e ainda aquelas relativas:
I - Programa de alimentação escolar;
II - Despesas com saúde, relativas à:
a) manutenção dos serviços de atenção básica;
b) manutenção dos serviços de média e alta complexidade, prestados pelo Município;
c) manutenção da assistência farmacêutica (farmácia básica);
d) manutenção da vigilância em saúde.
III - Pessoal e encargos sociais;
IV - Transporte escolar; e
V – Sentenças Judiciais.
VI – à inovação e ao desenvolvimento científico e tecnológico custeadas por fundo criado para tal finalidade.

§ 2° A limitação da despesa deverá obedecer aos limites da nova estimativa de receita que será realizada pelo Executivo Municipal, através de seu segmento administrativo responsável e, encaminhada às suas diversas unidades administrativas, e também ao Poder Legislativo para seu conhecimento.

§ 3° Deverá, ainda, a nova estimativa de receita ser objeto de ampla divulgação, inclusive na internet, para conhecimento de todos.

CAPÍTULO VIII
DAS NORMAS RELATIVAS AO CONTROLE DE CUSTOS E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS DOS PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS DOS ORÇAMENTOS.

Câmara Municipal 142 João Monlevade

Art. 30. O Poder Executivo realizará estudos visando à definição de sistema de controle de custos e avaliação de resultado de ações de governo.

Art. 31. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na Lei Orçamentária Anual e em seus créditos adicionais, bem como a respectiva execução, serão feitas de forma a propiciar o controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

§ 1° A Lei Orçamentária de 2023 e seus créditos adicionais deverão agregar todas as ações governamentais necessárias ao cumprimento dos objetivos dos respectivos programas.

§ 2° Merecerá destaque o aprimoramento de gestão orçamentária, financeira e patrimonial, por intermédio da modernização dos instrumentos de planejamento, execução, avaliação e controle interno.

§ 3° O Poder Executivo promoverá amplo esforço de redução de custos, otimização de gastos e reordenamento de despesas do setor público municipal, sobretudo pelo aumento da produtividade na prestação de serviços públicos.

§ 4° O controle de custos será orientado para o estabelecimento da relação entre a despesa pública e o resultado obtido, de forma a priorizar a análise da eficiência na alocação dos recursos, permitindo o acompanhamento das gestões orçamentária, financeira e patrimonial.

CAPÍTULO IX
DAS ALTERAÇÕES DA LEI ORÇAMENTÁRIA.

Art. 32. A abertura de créditos adicionais suplementares e especiais dependerá da existência de recursos disponíveis para acorrer à despesa e será precedido de justificativa, nos termos da Lei nº 4.320/64.

§ 1° Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais, exposição de motivos circunstanciados, que os justifiquem e que indiquem, quando tiverem como recursos a anulação de dotações, as consequências causadas na execução das atividades e dos projetos que tiverem seus recursos reduzidos.

§ 2° Cada projeto de lei deverá restringir-se a uma única modalidade de crédito adicional.

§ 3° Na Lei Orçamentária deverá conter autorização para abertura de créditos adicionais suplementares, no valor correspondente a 30% (trinta por cento), do valor total fixado para as despesas, com utilização de recursos originados da anulação de dotações constantes do orçamento.

§ 4° Na abertura de créditos adicionais autorizados na forma do § 3°, poderá ser criada nova modalidade de aplicação, elementos de despesas e/ou fontes de recursos dentro das ações constantes da lei orçamentária, e seus valores serão computados na apuração do limite estabelecido.

Câmara Municipal de João Monlevade
143

Art. 33. Além do limite estabelecido no § 3º, do art. 32, constará também autorização para abertura de créditos no valor correspondente a 20% (vinte por cento), do valor total fixado para as despesas, da seguinte forma:
I - 10% (dez por cento), com recursos originados do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior; e
II - 10% (dez por cento), com recursos originados do excesso de arrecadação verificado no exercício.

§ 1° Nos casos de abertura de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, a exposição de motivos conterá a memória de cálculo da atualização das estimativas de receitas para o exercício.

§ 2° Na abertura de créditos adicionais autorizados na forma do *caput*, poderá ser criada nova modalidade de aplicação, elementos de despesas e/ou fontes de recursos dentro das ações constantes da lei orçamentária, e seus valores serão computados na apuração do limite estabelecido nos incisos I e II.

Art. 34. A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício financeiro, no limite de seus saldos, conforme disposto no art. 167 § 2º da Constituição Federal, será efetivada, mediante decreto do Poder Executivo, e serão incorporados no exercício financeiro, com utilização dos recursos previstos no artigo 43 da Lei nº 4.320/ 1964.

CAPÍTULO X
DAS CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS PARA TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS A ENTIDADES PÚBLICAS, PRIVADAS E PESSOAS FÍSICAS.

Art. 35. Na realização de ações de competência do Município, poderá este adotar a estratégia de transferir recursos para entidades privadas sem fins lucrativos, observadas as seguintes disposições:
I – Subvenções sociais, conforme disposto no artigo 16 da Lei 4.320/64, serão concedidas para entidades sem fins lucrativos que exerçam atividades de natureza continuada nas áreas de assistência social, saúde e educação, cujos serviços colocados à disposição da população se revelem mais econômicos para o Município;
II – Contribuições, as transferências realizadas para atender despesas de manutenção de entidades privadas sem fins lucrativos que não se enquadram nas áreas de atuação definidas no inciso I. Para as quais não correspondam a contraprestação direta de bens e serviços e não sejam reembolsável pelo recebedor. A contribuição poderá ocorrer como transferência corrente ou de capital; e
III – Auxílios, as transferências realizadas para entidades privadas sem fins lucrativos destinadas às despesas de investimentos e inversões financeiras, independentemente de contraprestação direta de bens ou serviços.

Parágrafo único. As transferências serão realizadas através de parcerias entre a administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em

planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, fomento ou em acordos de cooperação, observadas as normas estabelecidas na Lei 13.019/14, no que couber.

Art. 36. A transferência de recursos prevista no artigo 35, somente poderá ser realizada para entidades privadas sem fins lucrativos e desde que sejam:
I - de atendimento direto e gratuito ao público na área de educação, e sejam voltadas para a:
a) educação especial; ou
b) educação básica;
II - de atendimento direto e gratuito ao público na área de saúde;
III - de atendimento direto e gratuito ao público na área de assistência social, que se destinem a:
a) idosos, crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, risco pessoal e social;
b) habilitação, reabilitação e integração da pessoa com deficiência ou doença crônica; ou
c) acolhimento a vítimas de crimes violentos e seus familiares;
IV – destinadas às atividades de coleta e processamento de material reciclável, desde que constituídas sob a forma de associações ou cooperativas integradas por pessoas em situação de risco social, cabendo ao órgão concedente aprovar as condições para aplicação dos recursos;
V – destinadas ao atendimento de pessoas em situação de vulnerabilidade social, risco pessoal e social, violação de direitos ou diretamente alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e geração de trabalho e renda, nos casos em que ficar demonstrados o interesse público;
VI – Com atuação na área de segurança pública;
VII – Com atuação na área de promoção da habitação para pessoas carentes;
VIII – Com atuação na área de fomento econômico, industrial, comercial e de agricultura;
IX – Com atuação na área representativa comunitária; e
X – Com atuação nas áreas culturais e desportivas.

Art. 37. Sem prejuízo das disposições do artigo 36, a transferência de recursos prevista na Lei 4.320/64, à entidade privada sem fins lucrativos, dependerá da justificação pela unidade concedente de que a entidade complementa de forma adequada os serviços de competência do setor público e, ainda, de que no caso de recursos de capital serão os mesmos aplicados exclusivamente em:
I - aquisição e instalação de equipamentos, e obras de adequação física necessárias à instalação dos referidos equipamentos;
II - aquisição de material permanente; e
III - construção, ampliação ou conclusão de obras;

Art. 38. Para recebimento de recursos deverá a entidade privada comprovar:
I - a regularidade do mandato de sua diretoria, inscrição no CNPJ e apresentação de declaração de funcionamento regular de pelo menos 1 (um) ano, emitida no exercício de 2022;
II - manutenção de escrituração contábil regular;
III – sua regularidade fiscal, através de apresentação de pelo menos: certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos

Câmara Municipal de J. Monlevade
145

administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil e regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;
IV - a capacidade gerencial, operacional e técnica para desenvolver as atividades, com informações acerca da quantidade e qualificação profissional de seu pessoal; e
V – que no seu quadro de dirigentes não consta agente político dos Poderes Executivo, Legislativo, tanto quanto dirigente de órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera governamental, seu cônjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau.

Art. 39. Não se aplicam as exigências da Lei 13.019/14 às transferências de recursos a entidades de direito privado, nas seguintes hipóteses:
I - às transferências de recursos homologadas pelo Congresso Nacional ou autorizadas pelo Senado Federal naquilo em que as disposições conflitarem com a Lei 13.019/14;
II - aos contratos de gestão celebrados com organizações sociais, desde que cumpridos os requisitos previstos na Lei 9.637/98;
III - aos convênios e contratos celebrados com entidades filantrópicas e sem fins lucrativos nos termos do §1º do art. 199 da Constituição Federal;
IV - aos termos de compromisso cultural, referidos no § 1º do art. 9º da Lei 13.018/14;
V - aos termos de parceria celebrados com organizações da sociedade civil de interesse público, desde que cumpridos os requisitos previstos na Lei nº 9.790/99;
VI – às transferências referidas no artigo 2° da Lei 10.845/04 (PAED) e nos artigos 5° e 22 da Lei 11.947/09 (PDDE)
VII - aos pagamentos realizados a título de anuidades, contribuições ou taxas associativas em favor de organismos internacionais ou entidades que sejam obrigatoriamente constituídas por:
a) membros de Poder ou do Ministério Público;
b) dirigentes de órgão ou de entidade da administração pública;
c) pessoas jurídicas de direito público interno;
d) pessoas jurídicas integrantes da administração pública;
VIII - às parcerias entre a administração pública e os serviços sociais autônomos.

Art. 40. Não se aplica às parcerias regidas pela Lei 13.019/2014, aplicando-se aos pactos o instrumento de convênio:
I - entre entes federados ou pessoas jurídicas a eles vinculadas;
II - decorrentes da aplicação do disposto no inciso IV do art. 3º da Lei 13.019/14.

Art. 41. A entidade privada beneficiada com recursos públicos a qualquer título submeter-se-á à fiscalização do Poder Executivo Municipal com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 42. As transferências de recursos às entidades deverão ser precedidas da aprovação de plano de aplicação e da celebração de pacto, nos termos estabelecidos na legislação vigente.

§ 1° Compete ao órgão concedente o acompanhamento da realização do plano de aplicação executado com recursos transferidos pelo Município.

§ 2° É vedada a celebração de novo pacto com entidades em situação irregular com o Município, em decorrência de transferências feitas anteriormente.

Câmara Municipal de J. Monlevade 146

Art. 43. É vedada a destinação, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de recursos para diretamente cobrir necessidades de pessoas físicas, ressalvadas as que atendam as exigências do art. 26 da Lei Complementar 101/2000 e sejam observadas as condições definidas na lei específica.

Parágrafo único. As normas do *caput* deste artigo não se aplicam a ajuda a pessoas físicas, custeadas com recursos do Sistema Único de Saúde - SUS, com a finalidade de tratamento fora do domicílio.

Art. 44. As transferências de recursos financeiros de um órgão para outro, inclusive da Prefeitura Municipal para os órgãos da Administração Indireta e para a Câmara Municipal, ficam limitadas ao valor previsto na Lei Orçamentária Anual e em seus créditos adicionais.

Parágrafo único. No caso da transferência para o Legislativo cumprir-se-á ao limite estabelecido no art. 29-A da Constituição Federal, devendo seu respectivo orçamento ser adequado, através de lei específica, quando fixado em valores maiores que os limites constitucionais.

CAPÍTULO XI
DA AUTORIZAÇÃO PARA O MUNICÍPIO AUXILIAR NO CUSTEIO DE DESPESAS ATRIBUÍDAS A OUTROS ENTES DA FEDERAÇÃO.

Art. 45. A transferência de recursos, consignada na lei orçamentária anual do Município, para a União, o Estado ou outro município, a qualquer título, inclusive auxílios financeiros e contribuições, serão realizadas somente em situações que fique comprovado o interesse local, e serão efetivadas exclusivamente mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, atendidos os dispositivos constantes dos artigos 25 e 62 da Lei Complementar 101/2000.

CAPÍTULO XII
DOS PARÂMETROS PARA A ELABORAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E DO CRONOGRAMA MENSAL DE DESEMBOLSO.

Art. 46. O Poder Executivo estabelecerá por ato próprio, até 30 (trinta) dias após a publicação da lei orçamentária de 2023, as metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, respectivamente, nos termos dos arts. 8º e 13 da Lei Complementar 101/2000.

§ 1° A programação financeira do Poder Legislativo corresponderá a 1/12 (um doze avos) do valor total a ser repassado, nos termos do art. 29-A da Constituição Federal.

§ 2° Do cumprimento do estabelecido no *caput* o Poder Executivo deverá dar publicidade, com a utilização dos meios de publicações estabelecidos na Lei Orgânica do Município, e ainda, pela internet.

§ 3° A programação financeira e o cronograma mensal de desembolso de que trata o *caput* deverão ser elaborados de forma a garantir o cumprimento da meta de resultado primário estabelecido nesta Lei.

Câmara Municipal de J. Monlevade 147

CAPÍTULO XIII
DA DEFINIÇÃO DE CRITÉRIOS PARA INÍCIO DE NOVOS PROJETOS.

Art. 47. Além da observância das metas e prioridades definidas nos termos do art. 2º desta Lei, a Lei Orçamentária de 2023 e seus créditos adicionais, observado o disposto no art. 45 da Lei Complementar 101/2000, somente incluirão projetos novos se:
I - estiverem compatíveis com o Plano Plurianual e com as normas desta Lei;
II - tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos em andamento;
III - estiverem preservados os recursos necessários à conservação do patrimônio público;
IV – estiverem preservados os recursos alocados para a contrapartida de recursos federais, estaduais ou de operações de crédito.

Parágrafo único. Considera-se projeto em andamento para os efeitos desta Lei, aquele cuja execução iniciar-se até a data de encaminhamento da proposta orçamentária de 2023, cujo cronograma de execução ultrapasse o término do exercício de 2022.

CAPÍTULO XIV
DA PARTICIPAÇÃO POPULAR.

Art. 48. O projeto de lei orçamentária do Município, relativo ao exercício financeiro de 2023 deve assegurar o controle social e transparência na execução do orçamento;
I - o controle social implica em assegurar a todo cidadão a participação nas ações da administração municipal;
II - a transparência implica, além da observação do princípio constitucional da publicidade, a utilização dos meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.

Art. 49. Será assegurada ao cidadão a participação nas audiências públicas para:
I - elaboração e discussão da proposta orçamentária de 2023 mediante regular processo de consulta; e
II - avaliação das metas fiscais, conforme definido no art. 9º, § 4º, da Lei Complementar 101/2000, ocasião em que o Poder Executivo demonstrará o comportamento das metas previstas na Lei.

CAPÍTULO XV
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

Art. 50. Para os efeitos do art. 16 da Lei Complementar 101/2000:
I - as exigências nele contidas integrarão o processo administrativo de licitação, bem como, os procedimentos de desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3° do art. 182 da Constituição Federal;
II - no que tange ao seu § 3°, entende-se como despesa irrelevante aquelas cujo valor não ultrapasse, os limites dos incisos I e II do art. 75 da Lei 14.133, de 1° de

abril de 2021, para obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores e para outros serviços e compras, respectivamente;
III - no que se refere ao disposto no seu § 1°, inciso I, na execução das despesas na antevigência da Lei Orçamentária Anual de 2023, o ordenador de despesa poderá considerar os valores constantes do respectivo Projeto de Lei; e
IV - os valores constantes do Projeto de Lei Orçamentária de 2023 poderão ser utilizados para demonstrar a previsão orçamentária nos procedimentos referentes à fase interna da licitação.

Art. 51. São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem a comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Parágrafo único. A contabilidade registrará tempestivamente os atos e fatos relativos à gestão orçamentária e financeira efetivamente ocorrida, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância do *caput*.

Art. 52. O Poder Executivo poderá encaminhar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificações no projeto de lei orçamentária anual enquanto não iniciada a sua votação, no tocante as partes cuja alteração é proposta.

Art. 53. É vedado consignar na lei orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.

Art. 54. Não será aprovado projeto de lei que implique em aumento das despesas orçamentárias, sem que seja acompanhado da estimativa do impacto orçamentário-financeiro, definida no art. 16 da Lei Complementar 101/2000 e da indicação das fontes de recursos, ressalvado o inciso II do art. 49.

Art. 55. A receita derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público, não poderá ser utilizada para financiamento de despesa corrente, exceto se destinada por lei ao regime de previdência social geral.

Art. 56. O Poder Executivo, por intermédio do órgão responsável pela administração de pessoal, publicará, até a data de encaminhamento do Projeto de Lei Orçamentária para o ano de 2023 a tabela de cargos efetivos e comissionados integrantes do quadro geral dos servidores municipais, assim como das funções públicas existentes no âmbito do Município.

Parágrafo único. O Poder Legislativo, através de órgão próprio, deverá observar as mesmas disposições de que trata o *caput*.

Art. 57. Se o Poder Legislativo não enviar para sanção o Projeto da Lei Orçamentária Anual, até 31 de dezembro de 2022, fica o Poder Executivo autorizado, a executar a programação dele constante para o atendimento das seguintes despesas:
I - pessoal e encargos sociais;
II – pagamento do serviço da dívida; e
III – de caráter continuado nas áreas de educação, assistência social, saúde e urbanismo; e

IV - outras despesas correntes de caráter inadiável, até o limite de um doze avos do valor previsto para cada órgão no Projeto de Lei Orçamentária de 2022, multiplicado pelo número de meses decorridos até a data de publicação da respectiva Lei;

Câmara Municipal de J. Monlevade 149

Art. 58. Compõem a presente Lei os seguintes Anexos:
I - Demonstrativo dos Riscos Fiscais e Providências;
II - Metas Fiscais – Demonstrativo das Metas Anuais;
III - Demonstrativo da Avaliação do Cumprimento das metas Fiscais do Exercício Anterior;
IV - Demonstrativo das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Últimos Exercícios;
V - Demonstrativo da Evolução do Patrimônio Líquido;
VI - Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
VII – Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;
VIII - Demonstrativo de Expansão das Despesas de Caráter Continuado;
IX- Demonstrativo da Memória de Cálculo da Projeção da Receita para o Período de 2023 a 2025;
X – Demonstrativo do Total das Despesas e Memória de Cálculo para o período de 2023 a 2025;
XI - Demonstrativo da Receita Primária e Memória de Cálculo para o Período de 2023 a 2025;
XII - Demonstrativo do Resultado Primário e Memória de Cálculo para o Período de 2023 a 2025;
XIII – Montante da Dívida Pública;
XIV – Resultado Nominal;
XV - Demonstrativo das Prioridades e Metas para o exercício de 2023; e
XVI – Anexo de Metodologia e Premissas utilizadas.

Art. 59. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de João Monlevade, em 07 de julho de 2022.

GUSTAVO JOSÉ DIAS MACIEL
Presidente da Câmara

13 JUL 2022

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE

Ofício nº 157/Secretaria

Em 7 de julho de 2022

Câmara Municipal de J. Monlevade 150

Senhor Prefeito:

Tenho a honra de encaminhar para sanção, avulso da Proposição de Lei nº 1.270/2022, de iniciativa desse Executivo, que Dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2023, e dá outras providências, aprovada na Sessão Ordinária realizada em 6 de julho de 2022.

Outrossim, encaminho para conhecimento de Vossa Excelência, a Resolução nº 740/2022, de iniciativa do Vereador Thiago Araújo Moreira Bicalho, que Concede o Título de Cidadão Honorário do Município de João Monlevade ao senhor Fabiano Cristeli de Andrade, aprovada na referida Sessão Ordinária.

Atenciosamente,

GUSTAVO JOSÉ DIAS MACIEL
Presidente da Câmara Municipal

ASSESSORIA DE GOVERNO
Recebemos em: 08/07/22 às 10:06 hs.
Ass.:

Exmo. Sr.
Laércio José Ribeiro
Prefeito do Município de João Monlevade

Câmara Municipal de João Monlevade
151
03 AGO 2022

LEI Nº 2477/2022
DE 15 DE JULHO DE 2022

Dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2023, e dá outras providências.

O **POVO DO MUNICÍPIO DE JOÃO MONLEVADE,** por seus representantes na Câmara aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR.

Art. 1° Esta Lei estabelece em cumprimento ao disposto no artigo 165, § 2º, da Constituição Federal, Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000, com observância das determinações da Lei Orgânica do Município, as diretrizes para elaboração da lei orçamentária do Município, para o exercício financeiro de 2023, compreendendo:
I - as metas e as prioridades da Administração Pública Municipal;
II - orientações básicas para elaboração e execução da Lei Orçamentária Anual;
III - disposições relativas à dívida pública municipal;
IV - disposições sobre a política de pessoal, os gastos com pessoal e encargos sociais;
V - as disposições sobre as alterações na legislação tributária;
VI - equilíbrio entre receitas e despesas;
VII - critérios e formas de limitação de empenho;
VIII - normas relativas ao controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;
IX – estabelecimento de normas para transferências de recursos a entidades públicas e privadas;
X – normatização do auxílio do Município para o custeio de despesas atribuídas a outros entes da federação;
XI - parâmetros para a elaboração da programação financeira e do cronograma mensal de desembolso;
XII - critérios para início de novos projetos;
XIII - critérios para participação popular no processo de elaboração e aprovação da Lei Orçamentária Anual;
XIV – regras para promoção de alterações orçamentárias; e
XV - as disposições gerais.

CAPÍTULO I
DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

Art. 2° Em consonância com o art.165, § 2º, da Constituição Federal, as metas e as prioridades da Administração Pública Municipal para o exercício financeiro de 2023, são as apontadas no Anexo de Metas e Prioridades, que integra esta Lei, das quais terão precedência na alocação de recursos na lei orçamentária anual de 2023 e na sua execução, as obrigatórias e as de funcionamento dos órgãos e das entidades que integram o Orçamento Fiscal. Observada a lei do Plano Plurianual.

§ 1° O orçamento será elaborado em consonância com as metas e prioridades estabelecidas na forma do *caput*.

03 AGO 2022

Prefeitura Municipal de João Monlevade
159

§ 2º Em atendimento ao disposto no art. 4º, §§ 1º, 2º e 3º da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000, integram a presente Lei os seguintes Anexos:
I - Anexo de Metas Fiscais;
II - Anexo de Riscos Fiscais.

§ 3º O Anexo de Metas e Prioridades, que integra esta Lei, não se constitui como limite à programação das despesas.

CAPÍTULO II
DAS ORIENTAÇÕES BÁSICAS PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA.

Art. 3º Para fins do disposto nesta Lei e na lei orçamentária de 2023, entende-se por:
I - órgão orçamentário, que representa os Poderes e suas autarquias, o maior nível da classificação institucional, que tem por finalidade agrupar unidades orçamentárias;
II - unidade orçamentária, nível médio da classificação institucional, que tem por finalidade agrupar subunidades orçamentárias;
III - subunidade orçamentária, o menor nível médio da classificação institucional:
IV – programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;
V – atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;
VI – projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;
VII - operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;
VIII – produto, o bem ou serviço que resulta da ação orçamentária;
IX - concedente: o órgão ou a entidade da Administração Pública direta ou indireta responsável pela transferência de recursos financeiros, inclusive os decorrentes de descentralização de créditos orçamentários;
X – convenente: o órgão ou a entidade da Administração Pública direta ou indireta dos governos federal, estaduais ou municipais e as entidades privadas, com os quais a Administração pactue a transferência de recursos financeiros.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º Cada atividade, projeto e operação especial, deve identificar a função e a subfunção às quais se vinculam, na forma do anexo que integra a portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão.

§ 3º As atividades que possuem a mesma finalidade devem ser identificadas com um único código, independente da unidade executora.

§ 4º Cada projeto constará somente em uma unidade orçamentária e em um só programa.

§ 5° As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas por órgãos, unidades e subunidades orçamentárias, funções, subfunções, programas, atividades, projetos, operações especiais, categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, de acordo com as codificações da Portaria SOF nº 42/1999, da Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001 e da Lei do Plano Plurianual.

§ 6° A Modalidade de Aplicação (MA), conforme determinações e conceitos da Portaria Interministerial n° 163, de 04 de maio de 2001, destina-se a indicar se os recursos serão aplicados:
I - diretamente, pela unidade detentora do crédito orçamentário;
II - indiretamente, mediante transferência, para outras esferas de governo, seus órgãos, fundos ou entidades ou, ainda, por entidades privadas; ou
III - indiretamente, mediante delegação, para outros entes da Federação ou consórcios públicos para a aplicação de recursos em ações de responsabilidade exclusiva do Município.

§ 7° A especificação da modalidade de que trata o § 6° observará, no mínimo, o seguinte detalhamento:
I - Transferências a Estados e ao Distrito Federal (Modalidade de Aplicação 30);
II - Transferências a Municípios (Modalidade de Aplicação 40);
III - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (Modalidade de Aplicação 50);
IV - Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos (Modalidade de Aplicação 60);
V - Transferências a Consórcios Públicos (Modalidade de Aplicação 71);
VI - Aplicações Diretas (Modalidade de Aplicação 90); e
VII - Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Participe (Modalidade de Aplicação 93).
VIII – Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente não Participe (Modalidade de Aplicação 94).

Art. 4° O orçamento discriminará a despesa por subunidade orçamentária, em nível de elementos, conforme artigo 15 da Lei nº 4.320/64, detalhada por categoria de programação com suas respectivas dotações, especificando a modalidade de aplicação e os grupos de despesa a seguir discriminadas:
I - pessoal e encargos sociais;
II - juros e encargos da dívida;
III - outras despesas correntes;
IV - investimentos;
V - inversões financeiras; e
VI - amortização da dívida.

Parágrafo único. Discriminará, ainda, a fonte de recursos que está intrinsecamente ligada à classificação orçamentária a que pertencer.

Art. 5° O orçamento fiscal compreenderá a programação dos Poderes do Município, suas autarquias e fundos especiais, devendo a correspondente execução orçamentária e financeira ser consolidada no órgão Central de Contabilidade do Poder Executivo.

03 AGO 2022

Câmara Municipal de J. Monlevade
154

Art. 6° O projeto de lei orçamentária que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal, será constituído de:
I - texto da lei;
II - documentos referenciados nos artigos 2º e 22, da Lei Federal 4.320/64;
III - quadros orçamentários consolidados;
IV - anexo do orçamento fiscal, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;
V - demonstrativo e documentos previstos no art. 5º da Lei Complementar 101/2000.

Parágrafo único. Acompanharão a proposta orçamentária, além dos demonstrativos exigidos pela legislação em vigor, definidos no *caput*, os seguintes demonstrativos:
I - Demonstrativo da receita corrente líquida, de acordo com o art. 2º, inciso IV da Lei Complementar 101/2000;
II - Demonstrativo dos recursos a serem aplicados na manutenção e desenvolvimento do Ensino e no Ensino Fundamental, para fins do atendimento do disposto no art. 212 da Constituição Federal e no art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;
III - Demonstrativo dos recursos a serem aplicados no FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, nos termos da lei 14.113, de 25 de dezembro de 2020;
IV - Demonstrativo dos recursos a serem aplicados nas ações e serviços públicos de saúde, para fins de atendimento ao disposto na Emenda Constitucional nº 29/2000, e Lei Complementar 141, de 13 de janeiro de 2012;
V - Demonstrativo de despesa com pessoal, para fins do atendimento do disposto no art. 169 da Constituição Federal e na Lei Complementar 101/2000.
VI – A mensagem que deverá conter:
a) resumo dos valores destinados para execução de cada programa;
b) metodologia de cálculo utilizada para fixação da receita e despesa;
c) demonstrativo sintético das principais receitas;
d) resultado primário proposto; e
e) síntese das despesas obrigatórias, originadas de disposições constitucionais e legais, com no mínimo demonstração dos percentuais propostos.

Art. 7° A estimativa da receita e a fixação da despesa, constantes do Projeto de Lei Orçamentária, serão elaboradas em valores correntes do exercício de 2022, projetadas a partir de índices e da metodologia constantes dos Anexos da presente lei.

Parágrafo único. O Projeto de Lei Orçamentária atualizará a estimativa da margem de expansão das despesas, considerando os acréscimos de receita resultantes do crescimento da economia e da evolução de outras variáveis que implicam aumento da base de cálculo, bem como de alterações na legislação tributária, devendo ser garantidas, no mínimo, as metas de resultado primário e nominal estabelecidas nesta Lei.

Art. 8° O Poder Executivo colocará à disposição do Legislativo Municipal, no mínimo 30 (trinta) dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida e as respectivas memórias de cálculo, conforme estabelece o art. 12, § 3º da Lei Complementar 101/2000.

Art. 9° O Poder Legislativo encaminhará, ao órgão do Poder Executivo, responsável pela elaboração do orçamento do Município, até 31 de agosto de 2022, sua proposta orçamentária, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária.

Art. 10. Na programação não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos, de forma a evitar o comprometimento do equilíbrio orçamentário entre receitas e despesas.

CAPÍTULO III
DA DÍVIDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO.

Art. 11. A Lei Orçamentária discriminará, no órgão responsável pelo débito, as dotações destinadas ao pagamento de precatórios judiciais em cumprimento ao disposto no art. 100 da Constituição Federal, bem como da dívida fundada por contrato.

§ 1° Para fins de acompanhamento, controle e centralização, os órgãos da administração pública municipal submeterão os processos referentes ao pagamento de precatórios à apreciação da Procuradoria Geral do Município.

§ 2° Os recursos alocados para fins previstos no *caput* só poderão ser cancelados para abertura de créditos adicionais com outra finalidade, se ficar comprovado que os mesmos não serão necessários para pagamento dos precatórios assumidos.

Art.12. A administração da dívida pública do Município tem por objetivo principal minimizar custos, reduzir o seu montante e viabilizar fontes alternativas de recursos para o Tesouro Municipal.

Parágrafo único. Serão garantidos, na lei orçamentária anual, recursos para pagamento de juros e amortização da dívida.

Art. 13. Na lei orçamentária para o exercício financeiro de 2023, as despesas com amortização, juros e demais encargos da dívida serão fixadas com base nas operações contratadas e nas autorizações concedidas até a data do encaminhamento do respectivo projeto de lei à Câmara Municipal.

Art. 14. Na lei orçamentária anual poderá conter autorização para contratação de operações de crédito, subordinando-se às normas estabelecidas na Resolução 43/2001 do Senado Federal e suas alterações.

Art. 15. A lei orçamentária poderá conter autorização para a realização de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária, desde que observado o disposto no art. 38 da Lei Complementar 101/2000 e atendidas as exigências estabelecidas na Resolução 43/2001 do Senado Federal.

CAPÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A POLÍTICA DE PESSOAL.

Art. 16. Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1°, inciso II, da Constitucional Federal, observado o inciso I do mesmo parágrafo, fica autorizada a concessão de vantagens, aumento de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer

título, desde que observado o disposto nos artigos 15, 16 e 17 da Lei Complementar 101/2000, até o montante das quantidades e limites orçamentários constantes do anexo discriminativo específico da lei orçamentária de 2023.

§ 1° Além de observar as normas do *caput*, no exercício financeiro de 2023, as despesas com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo, observarão as disposições contidas nos artigos 18, 19 e 20, da Lei Complementar 101/2000.

§ 2° Se a despesa total com pessoal ativo e inativo ultrapassar os limites estabelecidos no art. 19 da Lei Complementar 101/2000, aplicar-se-ão as medidas de que tratam os §§ 3° e 4° do art. 169 da Constituição Federal.

§ 3° Os Poderes, Executivo, Legislativo, suas Autarquias e Fundações, tem como limite para projeção de suas despesas com pessoal e encargos sociais, a despesa com a folha de pagamento vigente em julho de 2022.

§ 4° Não constituem despesas com pessoal e encargos sociais, ainda que processadas em folha de pagamento, as verbas de caráter indenizatório definidas em lei.

§ 5° Fica assegurada a revisão anual dos servidores, conforme preceitua o art. 37, inciso X, da Constituição Federal.

Art. 17. No exercício de 2023, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal, e no artigo 19, desta Lei, somente poderão ser admitidos servidores se houver prévia dotação orçamentária em quantum suficiente para o atendimento da despesa e, ainda, se existirem cargos e empregos públicos a serem preenchidos.

Parágrafo único. Ficam os Poderes, Executivo e Legislativo, suas Autarquias e Fundações, autorizados a realizar concurso público, podendo para tanto contratar empresa ou fundação especializadas.

Art. 18. Se durante o exercício de 2023 a despesa com pessoal atingir o limite de que trata o parágrafo único do art. 22 da Lei Complementar 101/2000, a realização de serviço extraordinário somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos que ensejam situações emergenciais de risco ou de prejuizo para a sociedade.

Parágrafo único. As situações previstas no *caput*, que exijam a realização de serviços extraordinários deverão ser justificadas pelo órgão e submetidas, no âmbito do Poder Executivo ao Prefeito Municipal e no âmbito do Poder Legislativo ao Presidente da Câmara, no âmbito das autarquias, deverão ser submetidas ao seu representante.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A RECEITA E ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA.

Art. 19. A estimativa da receita que constará do projeto de lei orçamentária para o exercício de 2023, com vistas à expansão da base tributária e conseqüente aumento das receitas próprias, contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, dentre as quais:

I - aperfeiçoamento do sistema de formação, tramitação e julgamento dos processos tributário- administrativos, visando à racionalização, simplificação e celeridade;
II - aperfeiçoamento dos sistemas de fiscalização, cobrança e arrecadação de tributos, objetivando a sua maior exatidão;
III - aperfeiçoamento dos processos tributário-administrativos, por meio de revisão e racionalização das rotinas e processos, objetivando a modernização, a padronização de atividades, a melhoria dos controles internos e a eficiência na prestação de serviços;
IV - aplicação das penalidades fiscais como instrumento inibitório da prática de infração da legislação tributária.

Art. 20. A estimativa da receita de que trata o artigo 19 levará em consideração, adicionalmente, o impacto de alteração na legislação tributária, observadas a capacidade econômica do contribuinte e a justa distribuição de renda, com destaque para:
I – atualização da planta genérica de valores do Municipio;
II – procedimento do recadastramento imobiliário;
III - instituição de novos tributos ou modificação, em decorrência de alterações legais, daqueles já instituídos;
IV - revisão, atualização ou adequação da legislação sobre Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamentos, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade desse imposto;
V - revisão da legislação sobre uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;
VI - revisão da legislação do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN;
VII - revisão da legislação do Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos e de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - ITBI;
VIII - revisão da legislação sobre as taxas pela prestação de serviços e pelo exercício do Poder de Polícia; e
IX - revisão da legislação que trata das isenções dos tributos municipais;

Art. 21. O projeto de lei que conceda ou amplie incentivo ou beneficio de natureza tributária só será aprovado, se atendidas às exigências do art. 14 da Lei Complementar 101/2000.

Parágrafo único. Aplica-se à lei que conceda ou amplie incentivo ou beneficio de natureza financeira as mesmas exigências referidas no *caput*.

Art. 22. Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária e das contribuições que sejam objeto de projeto de lei que esteja em tramitação na Câmara Municipal.

CAPÍTULO VI
DO EQUILÍBRIO ENTRE RECEITAS E DESPESAS.

Art. 23. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária serão orientadas no sentido de alcançar superávit primário necessário para garantir uma trajetória de solidez financeira da administração municipal, conforme discriminado no Anexo de Metas Fiscais, constantes desta Lei.

Art. 24. Os projetos de leis que impliquem em diminuição de receita ou aumento de despesa do Municipio no exercício de 2023 deverão estar acompanhados de demonstrativos que discriminem o montante estimado da diminuição da receita ou do aumento da despesa,

para cada um dos exercícios compreendidos no período de 2023 a 2025, com respectiva memória de cálculo.

Parágrafo único. Não será aprovado projeto de lei que implique em aumento de despesa sem que esteja acompanhado das medidas definidas nos arts. 16 e 17 da Lei Complementar 101/2000.

Art. 25. As estratégias para busca ou manutenção do equilíbrio entre as receitas e despesas poderão levar em conta as seguintes medidas:
I - para elevação das receitas;
a) a implementação das medidas previstas nos artigos 19 e 20 desta Lei;
b) atualização e informatização do cadastro imobiliário;
c) promoção de cobranças administrativas para os contribuintes em geral, inscritos na dívida ativa;
d) recuperação de créditos inscritos em dívida ativa através de programas de recuperação fiscal – REFIS, devidamente autorizados em lei.
II - para redução das despesas:
a) normatização de rotinas e procedimentos de compras;
b) implantação de rigorosa rotina de pesquisa de preços, de forma a baratear toda e qualquer compra e evitar a cartelização dos fornecedores;
c) implantação rigorosa de controle dos bens de consumo e dos serviços contratados; e
d) racionalização dos diversos serviços da administração.

Art. 26. Na programação da despesa não poderão:
I – serem fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos, de forma a se evitar a quebra do equilíbrio orçamentário entre receita e a despesa;
II - ser incluídos projetos com a mesma finalidade em mais de um órgão.

Art. 27. Na Lei Orçamentária Anual deverá conter Reserva de Contingência constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal, equivalente a no máximo de 1% (um por cento) da receita corrente líquida, prevista na proposta orçamentária de 2023 destinada ao atendimento de passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 28. A Reserva de Contingência, caso não seja utilizada até o final do mês de setembro do exercício fiscal, poderá constituir recurso para a abertura de créditos adicionais.

CAPÍTULO VII
DOS CRITÉRIOS E FORMAS DE LIMITAÇÃO DE EMPENHO.

Art. 29. Na hipótese de ocorrência das circunstâncias estabelecidas no *caput* do art. 9º, e no inciso II do § 1º do art. 31, da Lei Complementar 101/00, o Poder Executivo promoverá limitação de empenho e de movimentação financeira, podendo definir percentuais específicos, para o conjunto de projetos, atividades e operações especiais, calculado de forma proporcional ao total das dotações iniciais constantes da lei orçamentária de 2023, em cada um dos citados conjuntos, utilizando para tal fim as cotas orçamentárias e financeiras.

§ 1° Excluem-se do *caput* as despesas que constituem obrigação constitucional e legal de execução e as despesas destinadas ao pagamento dos serviços da dívida, e aquelas suportadas com recursos originados de doações e de convênios, e ainda aquelas relativas:
I - Programa de alimentação escolar;

Câmara Municipal de João Monlevade
159

II - Despesas com saúde, relativas à:
a) manutenção dos serviços de atenção básica;
b) manutenção dos serviços de média e alta complexidade, prestados pelo Município;
c) manutenção da assistência farmacêutica (farmácia básica);
d) manutenção da vigilância em saúde.
III - Pessoal e encargos sociais;
IV - Transporte escolar; e
V – Sentenças Judiciais.
VI – à inovação e ao desenvolvimento científico e tecnológico custeadas por fundo criado para tal finalidade.

§ 2° A limitação da despesa deverá obedecer aos limites da nova estimativa de receita que será realizada pelo Executivo Municipal, através de seu segmento administrativo responsável e, encaminhada às suas diversas unidades administrativas, e também ao Poder Legislativo para seu conhecimento.

§ 3° Deverá, ainda, a nova estimativa de receita ser objeto de ampla divulgação, inclusive na internet, para conhecimento de todos.

CAPÍTULO VIII
DAS NORMAS RELATIVAS AO CONTROLE DE CUSTOS E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS DOS PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS DOS ORÇAMENTOS.

Art. 30. O Poder Executivo realizará estudos visando à definição de sistema de controle de custos e avaliação de resultado de ações de governo.

Art. 31. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na Lei Orçamentária Anual e em seus créditos adicionais, bem como a respectiva execução, serão feitas de forma a propiciar o controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

§ 1° A Lei Orçamentária de 2023 e seus créditos adicionais deverão agregar todas as ações governamentais necessárias ao cumprimento dos objetivos dos respectivos programas.

§ 2° Merecerá destaque o aprimoramento de gestão orçamentária, financeira e patrimonial, por intermédio da modernização dos instrumentos de planejamento, execução, avaliação e controle interno.

§ 3° O Poder Executivo promoverá amplo esforço de redução de custos, otimização de gastos e reordenamento de despesas do setor público municipal, sobretudo pelo aumento da produtividade na prestação de serviços públicos.

§ 4° O controle de custos será orientado para o estabelecimento da relação entre a despesa pública e o resultado obtido, de forma a priorizar a análise da eficiência na alocação dos recursos, permitindo o acompanhamento das gestões orçamentária, financeira e patrimonial.

CAPÍTULO IX
DAS ALTERAÇÕES DA LEI ORÇAMENTÁRIA.

Art. 32. A abertura de créditos adicionais suplementares e especiais dependerá da existência de recursos disponíveis para acorrer à despesa e será precedido de justificativa, nos termos da Lei nº 4.320/64.

§ 1° Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais, exposição de motivos circunstanciados, que os justifiquem e que indiquem, quando tiverem como recursos a anulação de dotações, as consequências causadas na execução das atividades e dos projetos que tiverem seus recursos reduzidos.

§ 2° Cada projeto de lei deverá restringir-se a uma única modalidade de crédito adicional.

§ 3° Na Lei Orçamentária deverá conter autorização para abertura de créditos adicionais suplementares, no valor correspondente a 30% (trinta por cento), do valor total fixado para as despesas, com utilização de recursos originados da anulação de dotações constantes do orçamento.

§ 4° Na abertura de créditos adicionais autorizados na forma do § 3°, poderá ser criada nova modalidade de aplicação, elementos de despesas e/ou fontes de recursos dentro das ações constantes da lei orçamentária, e seus valores serão computados na apuração do limite estabelecido.

Art. 33. Além do limite estabelecido no § 3º, do art. 32, constará também autorização para abertura de créditos no valor correspondente a 20% (vinte por cento), do valor total fixado para as despesas, da seguinte forma:
I - 10% (dez por cento), com recursos originados do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior; e
II - 10% (dez por cento), com recursos originados do excesso de arrecadação verificado no exercício.

§ 1° Nos casos de abertura de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, a exposição de motivos conterá a memória de cálculo da atualização das estimativas de receitas para o exercício.

§ 2° Na abertura de créditos adicionais autorizados na forma do *caput*, poderá ser criada nova modalidade de aplicação, elementos de despesas e/ou fontes de recursos dentro das ações constantes da lei orçamentária, e seus valores serão computados na apuração do limite estabelecido nos incisos I e II.

Art. 34. A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício financeiro, no limite de seus saldos, conforme disposto no art. 167 § 2º da Constituição Federal, será efetivada, mediante decreto do Poder Executivo, e serão incorporados no exercício financeiro, com utilização dos recursos previstos no artigo 43 da Lei nº 4.320/ 1964.

CAPÍTULO X
DAS CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS PARA TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS A ENTIDADES PÚBLICAS, PRIVADAS E PESSOAS FÍSICAS.

Art. 35. Na realização de ações de competência do Município, poderá este adotar a estratégia de transferir recursos para entidades privadas sem fins lucrativos, observadas as seguintes disposições:
I – Subvenções sociais, conforme disposto no artigo 16 da Lei 4.320/64, serão concedidas para entidades sem fins lucrativos que exerçam atividades de natureza continuada nas áreas de assistência social, saúde e educação, cujos serviços colocados à disposição da população se revelem mais econômicos para o Município;
II – Contribuições, as transferências realizadas para atender despesas de manutenção de entidades privadas sem fins lucrativos que não se enquadram nas áreas de atuação definidas no inciso I. Para as quais não correspondam a contraprestação direta de bens e serviços e não sejam reembolsável pelo recebedor. A contribuição poderá ocorrer como transferência corrente ou de capital; e
III – Auxílios, as transferências realizadas para entidades privadas sem fins lucrativos destinadas às despesas de investimentos e inversões financeiras, independentemente de contraprestação direta de bens ou serviços.

Parágrafo único. As transferências serão realizadas através de parcerias entre a administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, fomento ou em acordos de cooperação, observadas as normas estabelecidas na Lei 13.019/14, no que couber.

Art. 36. A transferência de recursos prevista no artigo 35, somente poderá ser realizada para entidades privadas sem fins lucrativos e desde que sejam:
I - de atendimento direto e gratuito ao público na área de educação, e sejam voltadas para a:
a) educação especial; ou
b) educação básica;
II - de atendimento direto e gratuito ao público na área de saúde;
III - de atendimento direto e gratuito ao público na área de assistência social, que se destinem a:
a) idosos, crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, risco pessoal e social;
b) habilitação, reabilitação e integração da pessoa com deficiência ou doença crônica; ou
c) acolhimento a vítimas de crimes violentos e seus familiares;
IV – destinadas às atividades de coleta e processamento de material reciclável, desde que constituídas sob a forma de associações ou cooperativas integradas por pessoas em situação de risco social, cabendo ao órgão concedente aprovar as condições para aplicação dos recursos;
V – destinadas ao atendimento de pessoas em situação de vulnerabilidade social, risco pessoal e social, violação de direitos ou diretamente alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e geração de trabalho e renda, nos casos em que ficar demonstrados o interesse público;
VI – Com atuação na área de segurança pública;
VII – Com atuação na área de promoção da habitação para pessoas carentes;
VIII – Com atuação na área de fomento econômico, industrial, comercial e de agricultura;
IX – Com atuação na área representativa comunitária; e
X – Com atuação nas áreas culturais e desportivas.

Art. 37. Sem prejuízo das disposições do artigo 36, a transferência de recursos prevista na Lei 4.320/64, à entidade privada sem fins lucrativos, dependerá da justificação pela unidade concedente de que a entidade complementa de forma adequada os serviços de competência do setor público e, ainda, de que no caso de recursos de capital serão os mesmos aplicados exclusivamente em:
I - aquisição e instalação de equipamentos, e obras de adequação física necessárias à instalação dos referidos equipamentos;
II - aquisição de material permanente; e
III - construção, ampliação ou conclusão de obras;

Art. 38. Para recebimento de recursos deverá a entidade privada comprovar:
I - a regularidade do mandato de sua diretoria, inscrição no CNPJ e apresentação de declaração de funcionamento regular de pelo menos 1 (um) ano, emitida no exercício de 2022;
II - manutenção de escrituração contábil regular;
III – sua regularidade fiscal, através de apresentação de pelo menos: certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil e regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;
IV - a capacidade gerencial, operacional e técnica para desenvolver as atividades, com informações acerca da quantidade e qualificação profissional de seu pessoal; e
V – que no seu quadro de dirigentes não consta agente político dos Poderes Executivo, Legislativo, tanto quanto dirigente de órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera governamental, seu cônjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau.

Art. 39. Não se aplicam as exigências da Lei 13.019/14 às transferências de recursos a entidades de direito privado, nas seguintes hipóteses:
I - às transferências de recursos homologadas pelo Congresso Nacional ou autorizadas pelo Senado Federal naquilo em que as disposições conflitarem com a Lei 13.019/14;
II - aos contratos de gestão celebrados com organizações sociais, desde que cumpridos os requisitos previstos na Lei 9.637/98;
III - aos convênios e contratos celebrados com entidades filantrópicas e sem fins lucrativos nos termos do §1º do art. 199 da Constituição Federal;
IV - aos termos de compromisso cultural, referidos no § 1º do art. 9º da Lei 13.018/14;
V - aos termos de parceria celebrados com organizações da sociedade civil de interesse público, desde que cumpridos os requisitos previstos na Lei nº 9.790/99;
VI – às transferências referidas no artigo 2° da Lei 10.845/04 (PAED) e nos artigos 5° e 22 da Lei 11.947/09 (PDDE)
VII - aos pagamentos realizados a título de anuidades, contribuições ou taxas associativas em favor de organismos internacionais ou entidades que sejam obrigatoriamente constituídas por:
a) membros de Poder ou do Ministério Público;
b) dirigentes de órgão ou de entidade da administração pública;
c) pessoas jurídicas de direito público interno;
d) pessoas jurídicas integrantes da administração pública;
VIII - às parcerias entre a administração pública e os serviços sociais autônomos.

Art. 40. Não se aplica às parcerias regidas pela Lei 13.019/2014, aplicando-se aos pactos o instrumento de convênio:
I - entre entes federados ou pessoas jurídicas a eles vinculadas;

Câmara Municipal de J. Monlevade
163

II - decorrentes da aplicação do disposto no inciso IV do art. 3º da Lei 13.019/14.

Art. 41. A entidade privada beneficiada com recursos públicos a qualquer título submeter-se-á à fiscalização do Poder Executivo Municipal com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 42. As transferências de recursos às entidades deverão ser precedidas da aprovação de plano de aplicação e da celebração de pacto, nos termos estabelecidos na legislação vigente.

§ 1° Compete ao órgão concedente o acompanhamento da realização do plano de aplicação executado com recursos transferidos pelo Município.

§ 2° É vedada a celebração de novo pacto com entidades em situação irregular com o Município, em decorrência de transferências feitas anteriormente.

Art. 43. É vedada a destinação, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de recursos para diretamente cobrir necessidades de pessoas físicas, ressalvadas as que atendam as exigências do art. 26 da Lei Complementar 101/2000 e sejam observadas as condições definidas na lei específica.

Parágrafo único. As normas do *caput* deste artigo não se aplicam a ajuda a pessoas físicas, custeadas com recursos do Sistema Único de Saúde - SUS, com a finalidade de tratamento fora do domicílio.

Art. 44. As transferências de recursos financeiros de um órgão para outro, inclusive da Prefeitura Municipal para os órgãos da Administração Indireta e para a Câmara Municipal, ficam limitadas ao valor previsto na Lei Orçamentária Anual e em seus créditos adicionais.

Parágrafo único. No caso da transferência para o Legislativo cumprir-se-á ao limite estabelecido no art. 29-A da Constituição Federal, devendo seu respectivo orçamento ser adequado, através de lei específica, quando fixado em valores maiores que os limites constitucionais.

CAPÍTULO XI
DA AUTORIZAÇÃO PARA O MUNICÍPIO AUXILIAR NO CUSTEIO DE DESPESAS ATRIBUÍDAS A OUTROS ENTES DA FEDERAÇÃO.

Art. 45. A transferência de recursos, consignada na lei orçamentária anual do Município, para a União, o Estado ou outro município, a qualquer título, inclusive auxílios financeiros e contribuições, serão realizadas somente em situações que fique comprovado o interesse local, e serão efetivadas exclusivamente mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, atendidos os dispositivos constantes dos artigos 25 e 62 da Lei Complementar 101/2000.

CAPÍTULO XII
DOS PARÂMETROS PARA A ELABORAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E DO CRONOGRAMA MENSAL DE DESEMBOLSO.

Art. 46. O Poder Executivo estabelecerá por ato próprio, até 30 (trinta) dias após a publicação da lei orçamentária de 2023, as metas bimestrais de arrecadação, a

programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, respectivamente, nos termos dos arts. 8º e 13 da Lei Complementar 101/2000.

§ 1° A programação financeira do Poder Legislativo corresponderá a 1/12 (um doze avos) do valor total a ser repassado, nos termos do art. 29-A da Constituição Federal.

§ 2° Do cumprimento do estabelecido no *caput* o Poder Executivo deverá dar publicidade, com a utilização dos meios de publicações estabelecidos na Lei Orgânica do Município, e ainda, pela internet.

§ 3° A programação financeira e o cronograma mensal de desembolso de que trata o *caput* deverão ser elaborados de forma a garantir o cumprimento da meta de resultado primário estabelecido nesta Lei.

CAPÍTULO XIII
DA DEFINIÇÃO DE CRITÉRIOS PARA INÍCIO DE NOVOS PROJETOS.

Art. 47. Além da observância das metas e prioridades definidas nos termos do art. 2º desta Lei, a Lei Orçamentária de 2023 e seus créditos adicionais, observado o disposto no art. 45 da Lei Complementar 101/2000, somente incluirão projetos novos se:
I - estiverem compatíveis com o Plano Plurianual e com as normas desta Lei;
II - tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos em andamento;
III - estiverem preservados os recursos necessários à conservação do patrimônio público;
IV – estiverem preservados os recursos alocados para a contrapartida de recursos federais, estaduais ou de operações de crédito.

Parágrafo único. Considera-se projeto em andamento para os efeitos desta Lei, aquele cuja execução iniciar-se até a data de encaminhamento da proposta orçamentária de 2023, cujo cronograma de execução ultrapasse o término do exercício de 2022.

CAPÍTULO XIV
DA PARTICIPAÇÃO POPULAR.

Art. 48. O projeto de lei orçamentária do Município, relativo ao exercício financeiro de 2023 deve assegurar o controle social e transparência na execução do orçamento;
I - o controle social implica em assegurar a todo cidadão a participação nas ações da administração municipal;
II - a transparência implica, além da observação do princípio constitucional da publicidade, a utilização dos meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.

Art. 49. Será assegurada ao cidadão a participação nas audiências públicas para:
I - elaboração e discussão da proposta orçamentária de 2023 mediante regular processo de consulta; e
II - avaliação das metas fiscais, conforme definido no art. 9º, § 4º, da Lei Complementar 101/2000, ocasião em que o Poder Executivo demonstrará o comportamento das metas previstas na Lei.

CAPÍTULO XV
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

Art. 50. Para os efeitos do art. 16 da Lei Complementar 101/2000:
I - as exigências nele contidas integrarão o processo administrativo de licitação, bem como, os procedimentos de desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3° do art. 182 da Constituição Federal;
II - no que tange ao seu § 3°, entende-se como despesa irrelevante aquelas cujo valor não ultrapasse, os limites dos incisos I e II do art. 75 da Lei 14.133, de 1° de abril de 2021, para obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores e para outros serviços e compras, respectivamente;
III - no que se refere ao disposto no seu § 1°, inciso I, na execução das despesas na antevigência da Lei Orçamentária Anual de 2023, o ordenador de despesa poderá considerar os valores constantes do respectivo Projeto de Lei; e
IV - os valores constantes do Projeto de Lei Orçamentária de 2023 poderão ser utilizados para demonstrar a previsão orçamentária nos procedimentos referentes à fase interna da licitação.

Art. 51. São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem a comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Parágrafo único. A contabilidade registrará tempestivamente os atos e fatos relativos à gestão orçamentária e financeira efetivamente ocorrida, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância do *caput*.

Art. 52. O Poder Executivo poderá encaminhar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificações no projeto de lei orçamentária anual enquanto não iniciada a sua votação, no tocante as partes cuja alteração é proposta.

Art. 53. É vedado consignar na lei orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.

Art. 54. Não será aprovado projeto de lei que implique em aumento das despesas orçamentárias, sem que seja acompanhado da estimativa do impacto orçamentário-financeiro, definida no art. 16 da Lei Complementar 101/2000 e da indicação das fontes de recursos, ressalvado o inciso II do art. 49.

Art. 55. A receita derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público, não poderá ser utilizada para financiamento de despesa corrente, exceto se destinada por lei ao regime de previdência social geral.

Art. 56. O Poder Executivo, por intermédio do órgão responsável pela administração de pessoal, publicará, até a data de encaminhamento do Projeto de Lei Orçamentária para o ano de 2023 a tabela de cargos efetivos e comissionados integrantes do quadro geral dos servidores municipais, assim como das funções públicas existentes no âmbito do Município.

Parágrafo único. O Poder Legislativo, através de órgão próprio, deverá observar as mesmas disposições de que trata o *caput*.

Art. 57. Se o Poder Legislativo não enviar para sanção o Projeto da Lei Orçamentária Anual, até 31 de dezembro de 2022, fica o Poder Executivo autorizado, a executar a programação dele constante para o atendimento das seguintes despesas:
I - pessoal e encargos sociais;

II – pagamento do serviço da dívida; e
III – de caráter continuado nas áreas de educação, assistência social, saúde e urbanismo; e
IV - outras despesas correntes de caráter inadiável, até o limite de um doze avos do valor previsto para cada órgão no Projeto de Lei Orçamentária de 2022, multiplicado pelo número de meses decorridos até a data de publicação da respectiva Lei;

Art. 58. Compõem a presente Lei os seguintes Anexos:
I - Demonstrativo dos Riscos Fiscais e Providências;
II - Metas Fiscais – Demonstrativo das Metas Anuais;
III - Demonstrativo da Avaliação do Cumprimento das metas Fiscais do Exercício Anterior;
IV - Demonstrativo das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Últimos Exercícios;
V - Demonstrativo da Evolução do Patrimônio Líquido;
VI - Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
VII – Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;
VIII - Demonstrativo de Expansão das Despesas de Caráter Continuado;
IX- Demonstrativo da Memória de Cálculo da Projeção da Receita para o Período de 2023 a 2025;
X – Demonstrativo do Total das Despesas e Memória de Cálculo para o período de 2023 a 2025;
XI - Demonstrativo da Receita Primária e Memória de Cálculo para o Período de 2023 a 2025;
XII - Demonstrativo do Resultado Primário e Memória de Cálculo para o Período de 2023 a 2025;
XIII – Montante da Dívida Pública;
XIV – Resultado Nominal;
XV - Demonstrativo das Prioridades e Metas para o exercício de 2023; e
XVI – Anexo de Metodologia e Premissas utilizadas.

Art. 59. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

João Monlevade, em 15 de julho de 2022.

Laércio José Ribeiro

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Assessoria de Governo, ao décimo quinto dia do mês de julho de 2022.

Gentil Lucas Moreira Bicalho

Assessor de Governo

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE RISCOS FISCAIS

DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

ARF (LRF, art 4º , § 3º)

R$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES	
Descrição	Valor
Demandas Judiciais	580.000,00
Outros Passivos Contingentes	1.000.000,00
SUBTOTAL	1.580.000,00

PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor
ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E SUPLEMENTAÇÃO	580.000,00
ABERTURA DE CRÉDITO A PARTIR DA ANULAÇÃO DE OUTRAS DESPESAS	1.000.000,00
SUBTOTAL	1.580.000,00

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS	
Descrição	Valor
Frustação de Arrecadação	1.000.000,00
Discrepância de Projeções	1.000.000,00
SUBTOTAL	2.000.000,00
TOTAL	3.580.000,00

PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor
LIMITAÇÃO DE EMPENHO	1.000.000,00
ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E SUPLEMENTAÇÃO	1.000.000,00
SUBTOTAL	2.000.000,00
TOTAL	3.580.000,00

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Pblicas, Unidade Responsável: Sec. Munic. Planej. E Deserv. Economico, Emissão: 24/05/2022 , às 09:03:18

03 AGO 2022

Monlevade - Câmara Municipal de 167

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art 4º, § 1º)

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2023				2024				2025			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) X 100	% RCL (a / RCL) X 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) X 100	% RCL (b / RCL) X 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) X 100	% RCL (c / RCL) X 100
Receita Total	358.000.000,00	344.562.078,92	0,042	182,462	380.000.000,00	355.083.771,74	0,044	182,828	395.000.000,00	358.349.776,60	0,044	178,748
Receitas Primárias (I)	350.447.955,82	337.293.508,97	0,041	178,613	374.275.353,60	349.734.484,80	0,043	180,074	390.833.577,39	354.569.937,08	0,044	176,863
Receitas Primárias Correntes	342.447.955,82	329.593.797,71	0,040	174,536	366.275.353,60	342.259.036,98	0,042	176,225	382.833.577,39	347.312.220,08	0,043	173,243
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	65.525.598,32	63.162.269,80	0,008	33,447	68.504.378,21	64.012.613,15	0,008	32,969	65.196.216,15	59.146.960,74	0,007	29,503
Contribuições	9.000.000,00	8.662.175,17	0,001	4,587	9.450.000,00	8.830.372,74	0,001	4,547	9.900.000,00	8.981.424,76	0,001	4,480
Transferências Correntes	235.749.633,50	228.900.513,47	0,028	120,155	254.644.615,19	237.947.816,88	0,029	122,516	272.478.212,11	247.196.218,63	0,031	123,304
Demais Receitas Primárias Correntes	32.072.724,00	30.868.839,27	0,004	16,347	33.676.360,20	31.468.234,21	0,004	16,203	35.259.149,13	31.987.615,73	0,004	15,956
Receitas Primárias de Capital	8.000.000,00	7.699.711,26	0,001	4,077	8.000.000,00	7.475.447,83	0,001	3,849	8.000.000,00	7.257.716,99	0,001	3,620
Despesa Total	358.000.000,00	344.562.078,92	0,042	182,462	380.000.000,00	355.083.771,74	0,044	182,828	395.000.000,00	358.349.776,60	0,044	178,748
Despesas Primárias (II)	349.171.700,58	336.065.159,37	0,041	177,963	368.805.285,60	344.623.083,81	0,042	177,442	383.539.734,02	347.952.855,70	0,043	173,562
Despesas Primárias Correntes	316.511.571,37	304.630.963,78	0,037	161,317	336.257.149,92	314.209.097,55	0,039	161,782	352.816.435,97	320.080.230,41	0,040	159,659
Pessoal e Encargos Sociais	150.107.946,62	144.473.480,87	0,018	76,506	159.583.343,96	149.119.620,21	0,018	76,780	168.947.461,11	153.271.607,46	0,019	76,453
Outras Despesas Correntes	166.403.624,75	160.157.482,92	0,020	84,811	176.673.805,96	165.089.477,34	0,020	85,003	183.868.974,86	166.808.622,95	0,021	83,206
Despesas Primárias de Capital	32.660.129,21	31.434.195,58	0,004	16,646	32.548.135,68	30.413.986,26	0,004	15,660	30.723.298,05	27.872.625,30	0,003	13,903
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Resultado Primário (III) = (I – II)	1.276.255,24	1.228.349,61	0,000	0,650	5.470.068,00	5.111.400,99	0,001	2,632	7.293.843,37	6.617.081,37	0,001	3,301
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (IV)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (V)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Resultado Nominal - (VI) = (III + (IV - V))	1.276.255,24	1.228.349,61	0,000	0,650	5.470.068,00	5.111.400,99	0,001	2,632	7.293.843,37	6.617.081,37	0,001	3,301
Dívida Pública Consolidada	16.455.666,01	15.837.984,61	0,002	8,387	17.278.449,31	16.145.518,29	0,002	8,313	18.090.536,43	16.411.999,21	0,002	8,186
Dívida Consolidada Líquida	(59.086.352,10)	(56.868.481,33)	-0,007	-30,115	(62.040.669,71)	(57.972.723,69)	-0,007	-29,849	(64.956.581,18)	(58.929.560,39)	-0,007	-29,395
Receitas Primárias Advindas de PPP (VII)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Despesas Primárias Advindas de PPP (VIII)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Impacto do Saldo das PPP (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Sec. Munic. Planej. E Desenv. Economico, Emissão: 24/05/2022 , ás 09:04:12

Nota: O cálculo das metas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:

VARIÁVEIS	2023	2024	2025
PIB real (crescimento % anual)	0,50	2,00	1,70
Taxa real de juro implícito sobre a dívida líquida do Governo (média % anual)	1,00	1,00	1,00
Câmbio (R$/US$ - Final do Ano)	5,12	5,18	5,23
Inflação Média (% anual) projetada com base em índice oficial de inflação	3,90	3,00	3,00
Projeção do PIB do Estado - R$ 1,00	846.000.000.000,00	868.888.888.888,00	890.000.000.000,00
Receita Corrente Líquida - RCL	196.205.032,70	207.845.410,20	220.981.316,00

03 AGO 2022

Câmara Municipal de J. Monlevade - 488

METAS ANUAIS

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes:

2023	2024	2025
Valor Corrente / 1,0390	Valor Corrente / 1,0702	Valor Corrente / 1,1023

03 AGO 2022

Câmara Municipal de J. Monlevade
169

03 AGO 2022
Câmara Municipal de J. Monlevade
170
RS 1.09

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXOS DE METAS FISCAIS

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art 4º, §2º , Inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2021 (a)	% PIB	% RCL	Metas Realizadas em 2021 (b)	% PIB	% RCL	Variação	
							Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	245.000.000,00	0,035	137,694	289.327.426,04	0,036	162,607	44.327.426,04	18,093
Receitas Primárias (I)	261.468.258,55	0,038	146,949	286.547.524,18	0,036	161,044	25.079.265,63	9,592
Despesa Total	245.000.000,00	0,035	137,694	256.841.096,33	0,032	144,349	11.841.096,33	4,833
Despesas Primárias (II)	293.372.291,25	0,042	164,880	250.588.054,67	0,031	140,835	(42.784.236,58)	-14,584
Resultado Primário (III) = (I – II)	(31.904.032,70)	-0,005	-17,931	35.959.469,51	0,004	20,210	67.863.502,21	-212,711
Resultado Nominal	(31.904.032,70)	-0,005	-17,931	37.008.855,15	0,005	20,800	68.912.887,85	-216,000
Dívida Pú blica Consolidada	10.949.397,76	0,002	6,154	14.649.395,54	0,002	8,233	3.699.997,78	33,792
Dívida Consolidada Líquida	(22.365.596,88)	-0,003	-12,570	(57.004.886,14)	-0,007	-32,038	(34.639.289,26)	154,877

Nota: PIB Estadual Previsto e Realizado para 2021

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
Previsão do PIB Estadual para 2021	693.000.000.000,00
valor efetivo (realizado) do PIB Estadual para 2021	805.500.000.000,00

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Pú blicas, Unidade Responsável: Sec. Munic. Planej. E Desenv. Economico, Emissão: 24/05/20

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - M

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

AMF - Demonstrativo 3 (LRF, art 4° , § 2°, inciso II)

RS 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2020	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%
Receita Total	233.000.000,00	245.000.000,00	5,15	310.000.000,00	7,14	358.000.000,00	15,48	380.000.000,00	6,14	395.000.000,00	3,95
Receitas Primárias (I)	0,00	261.468.258,55	0,00	307.539.000,00	7,33	350.447.955,82	13,95	374.275.353,60	6,80	390.833.577,39	4,42
Despesa Total	233.000.000,00	245.000.000,00	5,15	310.000.000,00	20,70	358.000.000,00	15,48	380.000.000,00	6,14	395.000.000,00	3,95
Despesas Primárias (II)	0,00	293.372.291,25	0,00	302.139.000,00	20,57	349.171.700,58	15,57	368.805.285,60	5,62	383.539.734,02	4,00
Resultado Primário (III) = (I – II)	0,00	(31.904.032,70)	0,00	5.400.000,00	-84,98	1.276.255,24	-76,37	5.470.068,00	328,60	7.293.843,37	33,34
Resultado Nominal	0,00	(31.904.032,70)	0,00	5.400.000,00	-85,41	1.276.255,24	-76,37	5.470.068,00	328,60	7.293.843,37	33,34
Dívida Pública Consolidada	13.000.000,00	10.949.397,76	-15,77	13.416.475,35	-8,42	16.455.666,01	22,65	17.278.449,31	5,00	18.090.536,43	4,70
Dívida Consolidada Líquida	(3.360.878,09)	(22.365.596,88)	565,47	(17.237.451,72)	-69,76	(59.086.352,10)	242,78	(62.040.669,71)	5,00	(64.956.581,18)	4,70

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2020	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%
Receita Total	274.134.146,20	261.905.000,00	12,82	310.000.000,00	0,23	344.562.078,92	11,15	355.083.771,74	3,05	358.349.776,60	0,92
Receitas Primárias (I)	0,00	279.509.568,39	0,00	307.539.000,00	0,40	337.293.508,97	9,68	349.734.484,80	3,69	354.569.937,08	1,38
Despesa Total	274.134.146,20	261.905.000,00	0,16	310.000.000,00	12,91	344.562.078,92	11,15	355.083.771,74	3,05	358.349.776,60	0,92
Despesas Primárias (II)	0,00	313.614.979,35	0,00	302.139.000,00	12,79	336.065.159,37	11,23	344.623.083,81	2,55	347.952.855,70	0,97
Resultado Primário (III) = (I – II)	0,00	(34.105.410,96)	0,00	5.400.000,00	-85,95	1.228.349,61	-77,25	5.111.400,99	316,12	6.617.081,37	29,46
Resultado Nominal	0,00	(34.105.410,96)	0,00	5.400.000,00	-86,35	1.228.349,61	-77,25	5.111.400,99	316,12	6.617.081,37	29,46
Dívida Pública Consolidada	15.295.038,20	11.704.906,21	2,39	13.416.475,35	-14,33	15.837.984,61	18,05	16.145.518,29	1,94	16.411.999,21	1,65
Dívida Consolidada Líquida	(3.954.212,21)	(23.908.823,07)	441,10	(17.237.451,72)	-71,71	(56.868.481,33)	229,91	(57.972.723,69)	1,94	(58.929.560,39)	1,65

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes

ÍNDICES DE INFLAÇÃO					
2020	2021	2022*	2023*	2024	2025
4,52	10,06	6,90	3,90	3,00	3,00

*Inflação Média (% anual) projetada com base no IPCA, divulgado pelo IBGE.

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Sec. Munic. Planej. E Desenv. Economico, Emissão: 24/05/2022 , às 09:05:53

03 AGO 2022

Monlevade - Câmara Municipal de J.

171

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXOS DE METAS FISCAIS

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

03 AGO 2022
Câmara Municipal de J. Monlevade
172

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R$ 1,00

PREFEITURA CONSOLIDADO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2021	%	2020	%	2019	%
Patrimônio/Capital	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
Reservas	2.178,30	0,001	0,00	0,000	0,00	0,000
Resultado Acumulado	287.591.278,53	99,999	229.050.869,15	100,000	200.472.850,21	100,000
Total	287.593.456,83	100%	229.050.869,15	100%	200.472.850,21	100%

REGIME PREVIDENCIÁRIO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2021	%	2020	%	2019	%
Patrimônio	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
Reservas	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
Lucros ou Prejuízos Acumulados	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
Total	0,00	100%	0,00	100%	0,00	100%

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Sec. Munic. Planej. E Desenv. Economico, Emissão: 24/05/2022

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXOS DE METAS FISCAIS

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM ALIENAÇÃO DE ATIVOS

03 AGO 2022
Câmara Municipal de J. Monlevade
173

AMF - Demonstrativo 5 (lrf, art. 4º, §2º, inciso III)

R$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2021 (a)	2020 (b)	2019 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	0,15	15,35	3.479,95
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações Financeiras	0,15	15,35	3.479,95

DESPESAS EXECUTADAS	2021 (d)	2020 (e)	2019 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	0,00	0,00	288.164,50
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	288.164,50
Investimentos	0,00	0,00	288.164,50
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização de Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIAS	0,00	0,00	0,00
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência de Servidores	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO	2021 (g) = ((Ia - IId) + IIIh)	2020 (h) = ((Ib - IIe) + IIIi)	2019 (i) = ((Ic - IIf))
VALOR (III)	-284669,05	-284669,20	-284684,55

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Pú blicas, Unidade Responsável: Se

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - M

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXOS DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚCIA DA RECEITA

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R$ 1,00

Tributo	Modalidade	SETOR/PROGRAMA/BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			Compensação
			2023	2024	2025	
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Principal	Anistia	ISENÇÃO PARA AS FAMÍLIAS VÍTIMAS DAS ÁGUAS DAS CHUVAS - CALAMIDADE PUBLICA	200.000,00	200.000,00	200.000,00	A ISENÇÃO SERÁ CONSIDERADA NA ESTIMATIVA DA RECEITA QUANDO A ELABORAÇÃO DA LOA.
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multas e Juros de Mora	Anistia	REDUÇÃO DE JUROS E MULTAS PARA TODOS OS CONTRIBUINTES INSCRITOS NA DÍVIDA ATIVA INADIMPLENTES ATRAVÉS DO REFIS	300.000,00	300.000,00		A REDUÇÃO DE JUROS E MULTAS PROPOSTA SERA CONSIDERADA NA ESTIMATIVA DE RECEITA QUANDO DA ELABORAÇÃO DA LOA.
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - Principal	Concessão de isenção em caráter não geral	ISENÇÃO DE TRIBUTOS EM GERAL PARA EMPREEDIMENTOS DE ALCANCE SÓCIOECONOMICOS E HABITAÇÃO (GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA)	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	A ISENÇÃO DE IMPOSTOS REFERENCIADA SERÁ CONSIDERADA NA ESTIMATIVA DE RECEITA QUANDO DA ELABORAÇÃO DA LOA
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - Dívida Ativa	Anistia	REDUÇÃO DE JUROS E MULTAS PARA TODOS OS CONTRIBUINTES INSCRITOS NA DÍVIDA ATIVA DO MUNICIPIO ATRAVÉS DO REFIS.	300.000,00	300.000,00	300.000,00	A REDUÇÃO DE JUROS E MULTAS PROPOSTA SERA CONSIDERADA NA ESTIMATIVA DA RECEITA QUANDO DA ELABORAÇÃO DA LOA.
Total			1.800.000,00	1.800.000,00	1.500.000,00	

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Pú blicas, Unidade Responsável: Sec. Munic. Planej. E Desenv. Economico, Emissão: 24/05/2022 , às 09:43:20

03 AGO 2022

João Monlevade - Câmara Municipal

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXOS DE METAS FISCAIS

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

03 AGO 2022
Câmara Municipal de J. Monlevade
175

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4°, § 2°, inciso V)

R$ 1,00

EVENTOS	Valor Previsto para 2023
Aumento Permanente da Receita	2.600.000,00
(-) Transferências Constitucionais	0,00
(-) Transferências ao FUNDEB	400.000,00
Saldo Final do Aumento Permanente da Receita (I)	2.200.000,00
Redução Permanente de Despesa (II)	0,00
Margem Bruta (III) = (I) + (II)	2.200.000,00
Saldo Utilizado Margem Bruta (IV)	1.800.000,00
Novas DOCC (Despesa Obrigatória de Carater Continuado)	1.800.000,00
Novas DOCC geradas PPP (Parceria Pú blico-Privada)	0,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III - IV)	400.000,00

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Pú blicas, Unidade Responsável: Sec. Munic. Planej. E Desenv. Eco

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - M

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO X - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2020	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%
ARRECADADORA	269.748.440,08	315.062.583,48	114,92	336.589.000,00	163,68	391.731.194,48	19,94	416.967.754,20	6,31	435.202.536,84	10,68
Receitas Correntes	265.017.143,77	305.622.848,93	15,32	311.809.000,00	2,02	377.130.705,06	20,95	404.342.240,31	7,22	424.552.325,60	5,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	36.252.784,17	43.189.426,42	19,13	48.383.000,00	12,03	65.825.598,32	35,84	68.504.378,21	4,39	65.196.216,15	-4,83
Impostos	35.233.935,95	41.989.721,58	19,17	46.830.500,00	11,53	64.277.969,88	37,26	67.089.368,35	4,37	63.714.700,83	-5,03
Impostos sobre o Patrimônio	11.137.288,64	13.610.618,40	22,21	17.295.500,00	27,07	21.455.170,27	24,05	21.650.428,76	0,91	22.929.311,66	5,91
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	8.710.721,00	10.515.538,15	20,72	13.295.000,00	26,43	17.455.170,27	31,29	17.156.428,76	-1,75	17.929.311,66	4,54
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Prir	7.134.616,77	9.315.792,25	30,57	12.000.000,00	28,81	15.000.000,00	25,00	15.650.000,00	4,33	16.330.000,00	4,35
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Mu	27.311,62	49.423,61	80,96	30.000,00	-39,30	55.557,54	85,19	58.293,42	4,92	61.033,21	4,70
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Div	1.363.366,15	839.754,58	-38,41	915.000,00	8,96	1.800.000,00	96,72	1.000.000,00	-44,44	1.100.012,76	10,00
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Mu	185.426,46	310.567,71	67,49	350.000,00	12,70	599.612,73	71,32	442.135,34	-26,26	438.265,69	-0,88
Impostos sobre Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis	2.426.565,64	3.095.080,25	27,55	4.000.500,00	29,25	4.000.000,00	-0,01	4.500.000,00	12,50	5.000.000,00	11,11
Impost.sobre Transm.Int Vivos de Bens Imóveis e de Direit.Re	2.426.565,64	3.095.080,25	27,55	4.000.000,00	29,24	4.000.000,00	0,00	4.500.000,00	12,50	5.000.000,00	11,11
Impost.sobre Transm.Int Vivos de Bens Imóveis e de Direit.Re	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	4.902.762,86	5.388.266,00	9,90	5.760.000,00	6,90	6.556.687,48	13,83	7.059.521,85	7,67	7.562.319,38	7,12
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte	4.902.762,86	5.388.266,00	9,90	5.760.000,00	6,90	6.556.667,48	13,83	7.059.521,85	7,67	7.562.319,38	7,12
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho	4.842.767,28	5.337.800,87	10,22	5.700.000,00	6,79	6.500.000,00	14,04	7.000.000,00	7,69	7.500.000,00	7,14
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principa	4.842.767,28	5.337.800,87	10,22	5.700.000,00	6,79	6.500.000,00	14,04	7.000.000,00	7,69	7.500.000,00	7,14
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendim	59.995,58	50.465,13	-15,89	60.000,00	18,89	56.687,48	-5,52	59.521,85	5,00	62.319,38	4,70
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendiment	59.995,58	50.465,13	-15,89	60.000,00	18,89	56.687,48	-5,52	59.521,85	5,00	62.319,38	4,70
Impostos sobre a Produção e Circulação de Mercadorias	19.193.786,45	22.990.837,18	19,78	23.775.000,00	3,41	36.266.112,13	52,54	38.379.417,74	5,83	33.223.069,79	-13,44
Impostos sobre Serviços	19.193.786,45	22.990.837,18	19,78	23.775.000,00	3,41	36.266.112,13	52,54	38.379.417,74	5,83	33.223.069,79	-13,44
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	19.193.786,45	22.990.837,18	19,78	23.775.000,00	3,41	36.266.112,13	52,54	38.379.417,74	5,83	33.223.069,79	-13,44
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - Princ	18.987.624,26	22.753.935,08	19,84	23.000.000,00	1,08	36.000.000,00	56,52	38.000.000,00	5,56	33.000.000,00	-13,16
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - Multa	1.004,31	1.663,98	65,68	10.000,00	500,97	1.869,15	-81,31	1.962,61	5,00	2.054,85	4,70
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - Divic	172.211,22	176.490,75	2,49	735.000,00	316,45	198.252,06	-73,03	308.164,66	55,44	148.467,82	-51,82
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - Multi	32.946,66	58.747,37	78,31	30.000,00	-48,93	65.990,92	119,97	69.290,47	5,00	72.547,12	4,70
Taxas	1.018.948,22	1.199.764,84	17,74	1.552.500,00	29,41	1.347.628,44	-13,20	1.415.009,86	5,00	1.481.515,32	4,70
Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	166.127,65	204.379,58	23,03	383.500,00	87,64	229.579,58	-40,14	241.058,56	5,00	252.388,31	4,70
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	165.518,98	203.453,27	22,92	240.500,00	18,21	228.539,06	-4,97	239.966,01	5,00	251.244,41	4,70
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	130.655,73	159.286,97	21,90	200.000,00	25,56	178.927,05	-10,54	187.873,40	5,00	196.703,45	4,70
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multas e Juros d	982,29	805,34	-18,01	500,00	-37,91	904,64	80,93	949,87	5,00	994,51	4,70
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa	27.457,82	31.969,74	16,43	30.000,00	-6,16	35.911,61	19,71	37.707,19	5,00	39.479,43	4,70
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Juros de Mora d	6.413,14	11.391,22	77,62	10.000,00	-12,21	12.795,76	27,96	13.435,55	5,00	14.067,02	4,70
Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	608,67	926,31	52,19	143.000,00	15.337,60	1.040,52	-99,27	1.092,55	5,00	1.143,90	4,70
Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária - Principal	608,67	926,31	52,19	100.000,00	10.695,52	1.040,52	-98,96	1.092,55	5,00	1.143,90	4,70
Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária - Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Câmara Municipal de João Monlevade

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - M.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO X - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2020	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%
Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária - Multas e Juros d	0,00	0,00	0,00	13.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas pela Prestação de Serviços	**852.820,57**	**995.325,26**	**16,71**	**1.169.000,00**	**17,45**	**1.118.048,86**	**-4,36**	**1.173.951,30**	**5,00**	**1.229.127,01**	**4,70**
Taxas pela Prestação de Serviços em Geral	**852.820,57**	**995.325,26**	**16,71**	**1.169.000,00**	**17,45**	**1.118.048,86**	**-4,36**	**1.173.951,30**	**5,00**	**1.229.127,01**	**4,70**
Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Principal	717.231,82	877.158,63	22,30	1.028.000,00	17,20	985.312,28	-4,15	1.034.577,89	5,00	1.083.203,05	4,70
Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Multas e Juros d	3.627,73	6.036,14	66,39	11.000,00	82,24	6.780,40	-38,36	7.119,42	5,00	7.454,03	4,70
Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Dívida Ativa	114.332,10	81.609,67	-28,62	100.000,00	22,53	91.672,14	-8,33	96.255,75	5,00	100.779,77	4,70
Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Multas e Juros d	17.628,92	30.520,82	73,13	30.000,00	-1,71	34.284,04	14,28	35.998,24	5,00	37.690,16	4,70
Contribuições	**5.785.219,82**	**6.716.041,84**	**16,09**	**7.000.000,00**	**4,23**	**9.000.000,00**	**28,57**	**9.450.000,00**	**5,00**	**9.900.000,00**	**4,76**
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Púl	**5.785.219,82**	**6.716.041,84**	**16,09**	**7.000.000,00**	**4,23**	**9.000.000,00**	**28,57**	**9.450.000,00**	**5,00**	**9.900.000,00**	**4,76**
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Púl	**5.785.219,82**	**6.716.041,84**	**16,09**	**7.000.000,00**	**4,23**	**9.000.000,00**	**28,57**	**9.450.000,00**	**5,00**	**9.900.000,00**	**4,76**
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Púl	**5.785.219,82**	**6.716.041,84**	**16,09**	**7.000.000,00**	**4,23**	**9.000.000,00**	**28,57**	**9.450.000,00**	**5,00**	**9.900.000,00**	**4,76**
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública -	5.785.219,82	6.716.041,84	16,09	7.000.000,00	4,23	9.000.000,00	28,57	9.450.000,00	5,00	9.900.000,00	4,76
Receita Patrimonial	**434.692,87**	**2.259.605,65**	**419,82**	**1.800.000,00**	**-20,34**	**2.538.215,03**	**41,01**	**2.565.125,79**	**5,00**	**2.790.386,70**	**4,70**
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	**83.562,77**	**60.472,50**	**-27,63**	**300.000,00**	**396,09**	**67.928,76**	**-77,36**	**71.325,20**	**5,00**	**74.677,48**	**4,70**
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	**83.562,77**	**60.472,50**	**-27,63**	**300.000,00**	**396,09**	**67.928,76**	**-77,36**	**71.325,20**	**5,00**	**74.677,48**	**4,70**
Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito	**83.562,77**	**60.472,50**	**-27,63**	**300.000,00**	**396,09**	**67.928,76**	**-77,36**	**71.325,20**	**5,00**	**74.677,48**	**4,70**
Conc.Permiss.Autor.ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imv	83.562,77	60.472,50	-27,63	300.000,00	396,09	67.928,76	-77,36	71.325,20	5,00	74.677,48	4,70
Valores Mobiliários	**351.130,10**	**2.199.133,15**	**526,30**	**1.500.000,00**	**-31,79**	**2.470.286,27**	**64,69**	**2.593.800,59**	**5,00**	**2.715.709,22**	**4,70**
Juros e Correções Monetárias	**350.156,75**	**2.197.235,62**	**527,50**	**1.495.000,00**	**-31,96**	**2.468.154,77**	**65,09**	**2.591.562,51**	**5,00**	**2.713.365,95**	**4,70**
Remuneração de Depósitos Bancários	**350.156,75**	**2.197.235,62**	**527,50**	**1.495.000,00**	**-31,96**	**2.468.154,77**	**65,09**	**2.591.562,51**	**5,00**	**2.713.365,95**	**4,70**
Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	350.156,75	2.197.235,62	527,50	1.495.000,00	-31,96	2.468.154,77	65,09	2.591.562,51	5,00	2.713.365,95	4,70
Dividendos	**973,35**	**1.897,53**	**94,95**	**5.000,00**	**163,50**	**2.131,50**	**-57,37**	**2.238,08**	**5,00**	**2.343,27**	**4,70**
Dividendos	**973,35**	**1.897,53**	**94,95**	**5.000,00**	**163,50**	**2.131,50**	**-57,37**	**2.238,08**	**5,00**	**2.343,27**	**4,70**
Dividendos - Principal	973,35	1.897,53	94,95	5.000,00	163,50	2.131,50	-57,37	2.238,08	5,00	2.343,27	4,70
Receita de Serviços	**22.282.057,52**	**24.522.340,83**	**10,05**	**29.137.000,00**	**18,82**	**27.545.945,45**	**-5,46**	**28.923.242,72**	**5,00**	**30.282.636,14**	**4,70**
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	**22.022.888,29**	**24.227.717,15**	**10,01**	**28.729.000,00**	**18,58**	**27.214.994,67**	**-5,27**	**28.575.744,41**	**5,00**	**29.918.804,40**	**4,70**
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	**22.022.888,29**	**24.227.717,15**	**10,01**	**28.729.000,00**	**18,58**	**27.214.994,67**	**-5,27**	**28.575.744,41**	**5,00**	**29.918.804,40**	**4,70**
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	**22.022.888,29**	**24.227.717,15**	**10,01**	**28.729.000,00**	**18,58**	**27.214.994,67**	**-5,27**	**28.575.744,41**	**5,00**	**29.918.804,40**	**4,70**
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	21.600.804,97	23.556.716,36	9,05	28.251.000,00	19,93	28.461.259,49	-6,34	27.784.322,46	5,00	29.090.185,62	4,70
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Multas e Juros	291.088,53	291.004,47	-0,03	326.000,00	12,03	326.885,32	0,27	343.229,59	5,00	359.361,38	4,70
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Dívida Ativa	112.192,50	338.279,83	201,52	130.000,00	-61,57	379.989,73	192,30	398.989,22	5,00	417.741,71	4,70
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Multas e Juros	18.802,29	41.716,49	121,87	22.000,00	-47,26	46.860,13	113,00	49.203,14	5,00	51.515,69	4,70
Outros Serviços	**259.179,23**	**294.623,68**	**13,68**	**408.000,00**	**38,48**	**330.950,78**	**-18,88**	**347.498,31**	**5,00**	**363.830,74**	**4,70**
Outros Serviços	**259.179,23**	**294.623,68**	**13,68**	**408.000,00**	**38,48**	**330.950,78**	**-18,88**	**347.498,31**	**5,00**	**363.830,74**	**4,70**
Outros Serviços	**259.179,23**	**294.623,68**	**13,68**	**408.000,00**	**38,48**	**330.950,78**	**-18,88**	**347.498,31**	**5,00**	**363.830,74**	**4,70**
Outros Serviços - Principal	259.179,23	294.623,68	13,68	408.000,00	38,48	330.950,78	-18,88	347.498,31	5,00	363.830,74	4,70

03 AGO 2022 Câmara 177

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - M

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO X - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2020	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%
Transferências Correntes	**198.564.455,10**	**227.696.530,94**	**14,67**	**223.905.000,00**	**-1,67**	**270.065.276,71**	**20,62**	**292.226.040,56**	**8,21**	**313.323.264,47**	**7,22**
Transferências da União e de suas Entidades	**96.903.859,90**	**93.001.262,09**	**-4,03**	**94.875.000,00**	**2,01**	**115.537.266,43**	**21,78**	**120.739.129,76**	**4,50**	**125.893.168,85**	**4,27**
Transferências Decorrentes de Participação na Receita da	**39.858.418,88**	**53.157.296,16**	**33,37**	**54.850.000,00**	**3,18**	**74.535.446,57**	**35,89**	**78.262.218,90**	**5,00**	**81.986.043,18**	**4,76**
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPI	**39.774.514,21**	**53.155.470,35**	**33,64**	**54.800.000,00**	**3,09**	**74.533.395,64**	**36,01**	**78.260.065,42**	**5,00**	**81.983.788,49**	**4,76**
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cot	**36.487.143,72**	**49.119.686,62**	**34,62**	**51.000.000,00**	**3,83**	**70.000.000,00**	**37,25**	**73.500.000,00**	**5,00**	**77.000.000,00**	**4,76**
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota M	36.487.143,72	49.119.686,62	34,62	51.000.000,00	3,83	70.000.000,00	37,25	73.500.000,00	5,00	77.000.000,00	4,76
Cota-Parte do Fundo de Participação do Municípios – 1% ·	**1.641.934,93**	**2.152.975,84**	**31,12**	**1.900.000,00**	**-11,75**	**2.418.437,76**	**27,29**	**2.539.359,65**	**5,00**	**2.658.709,55**	**4,70**
Cota-Parte do Fundo de Participação do Municípios – 1% Cot	1.641.934,93	2.152.975,84	31,12	1.900.000,00	-11,75	2.418.437,76	27,29	2.539.359,65	5,00	2.658.709,55	4,70
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1%	**1.645.435,56**	**1.882.807,69**	**14,43**	**1.900.000,00**	**0,91**	**2.114.957,88**	**11,31**	**2.220.705,77**	**5,00**	**2.325.078,94**	**4,70**
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cot	1.645.435,56	1.882.807,69	14,43	1.900.000,00	0,91	2.114.957,88	11,31	2.220.705,77	5,00	2.325.078,94	4,70
Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rur	**83.904,67**	**1.825,81**	**-97,82**	**50.000,00**	**2.638,51**	**2.050,93**	**-95,90**	**2.153,48**	**5,00**	**2.254,69**	**4,70**
Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural -	83.904,67	1.825,81	-97,82	50.000,00	2.638,51	2.050,93	-95,90	2.153,48	5,00	2.254,69	4,70
Transferências das Compensações Financeiras pela Explo	**1.828.260,09**	**2.492.713,97**	**53,09**	**2.500.000,00**	**0,29**	**2.933.481,81**	**17,34**	**3.120.155,90**	**6,36**	**3.265.703,23**	**4,66**
Cota-parte da Compensação Financeira pela Exploração d	**1.041.222,00**	**1.543.204,67**	**48,21**	**1.500.000,00**	**-2,80**	**1.733.481,81**	**15,57**	**1.820.155,90**	**5,00**	**1.905.703,23**	**4,70**
Cota-parte da Compensação Financeira pela Exploração de R	1.041.222,00	1.543.204,67	48,21	1.500.000,00	-2,80	1.733.481,81	15,57	1.820.155,90	5,00	1.905.703,23	4,70
Cota-parte da Compensação Financeira pela Produção de	**587.038,09**	**949.509,30**	**61,75**	**1.000.000,00**	**5,32**	**1.200.000,00**	**20,00**	**1.300.000,00**	**8,33**	**1.360.000,00**	**4,62**
Cota-parte da Compensação Financeira pela Produção de	**587.038,09**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Cota-parte da Compensação Financeira pela Produção de Pet	587.038,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo – FEP	**0,00**	**949.509,30**	**0,00**	**1.000.000,00**	**5,32**	**1.200.000,00**	**20,00**	**1.300.000,00**	**8,33**	**1.360.000,00**	**4,62**
Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo – FEP - Principal	0,00	949.509,30	0,00	1.000.000,00	5,32	1.200.000,00	20,00	1.300.000,00	8,33	1.360.000,00	4,62
Transf.de Rec.do Sistema Único de Saúde – SUS	**39.137.304,72**	**33.822.184,61**	**-13,58**	**31.700.000,00**	**-6,27**	**32.804.204,09**	**3,48**	**33.894.414,29**	**3,32**	**34.983.451,76**	**3,21**
Transf.de Rec.do Sistema Único de Saúde – SUS – Repass	**39.137.304,72**	**33.822.184,61**	**-13,58**	**31.700.000,00**	**-6,27**	**32.804.204,09**	**3,48**	**33.894.414,29**	**3,32**	**34.983.451,76**	**3,21**
Transf.de Rec.do Bloco de Manutenção das Ações e Servi	**5.637.481,65**	**7.265.999,71**	**28,89**	**7.000.000,00**	**-3,66**	**7.000.000,00**	**0,00**	**7.000.000,00**	**0,00**	**7.000.000,00**	**0,00**
Transf.de Rec.do Bloco de Manut.das Ações e Serv.Públicos de	5.637.481,65	7.265.999,71	28,89	7.000.000,00	-3,66	7.000.000,00	0,00	7.000.000,00	0,00	7.000.000,00	0,00
Transf.de Rec.do Bloco de Manutenção das Ações e Servi	**19.185.800,49**	**24.950.020,84**	**30,04**	**23.000.000,00**	**-7,82**	**24.000.000,00**	**4,35**	**25.000.000,00**	**4,17**	**26.000.000,00**	**4,00**
Transf.de Rec.do Bloco de Manut.das Ações e Serv.Públicos de	19.185.800,49	24.950.020,84	30,04	23.000.000,00	-7,82	24.000.000,00	4,35	25.000.000,00	4,17	26.000.000,00	4,00
Transf.de Rec.do Bloco de Manutenção das Ações e Servi	**1.009.575,35**	**1.074.695,10**	**6,45**	**1.100.000,00**	**2,35**	**1.207.205,01**	**9,75**	**1.267.565,26**	**5,00**	**1.327.140,83**	**4,70**
Transf.de Rec.do Bloco de Manut.das Ações e Serv.Públicos de	1.009.575,35	1.074.695,10	6,45	1.100.000,00	2,35	1.207.205,01	9,75	1.267.565,26	5,00	1.327.140,83	4,70
Transf.de Rec.do Bloco de Manutenção das Ações e Servi	**471.468,96**	**471.468,96**	**0,00**	**500.000,00**	**6,05**	**529.601,08**	**5,92**	**556.081,13**	**5,00**	**582.216,94**	**4,70**
Transf.de Rec.do Bloco de Manut.das Ações e Serv.Públicos de	471.468,96	471.468,96	0,00	500.000,00	6,05	529.601,08	5,92	556.081,13	5,00	582.216,94	4,70
Transf.de Rec.do Bloco de Manutenção das Ações e Servi	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Transf.de Rec.do Bloco de Manut.das Ações e Serv.Públicos de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf.de Rec.do Bloco de Manutenção das Ações e Servi	**12.832.978,27**	**60.000,00**	**-99,53**	**100.000,00**	**66,67**	**67.398,00**	**-32,60**	**70.767,90**	**5,00**	**74.093,99**	**4,70**
Transf.de Rec.do Bloco de Manut.das Ações e Serv.Públicos de	12.832.978,27	60.000,00	-99,53	100.000,00	66,67	67.398,00	-32,60	70.767,90	5,00	74.093,99	4,70
Transf.de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimer	**2.369.975,03**	**2.436.644,27**	**2,81**	**2.915.000,00**	**19,63**	**2.737.082,51**	**-6,10**	**2.873.936,64**	**5,00**	**3.009.011,66**	**4,70**
Transf.do Salário-Educação	**1.700.589,99**	**1.835.484,42**	**7,93**	**2.100.000,00**	**14,41**	**2.061.799,65**	**-1,82**	**2.164.889,63**	**5,00**	**2.266.639,44**	**4,70**

03 AGO 2022 178

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - M

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO X - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2020	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%
Transf.do Salário-Educação - Principal	1.700.589,99	1.835.484,42	7,93	2.100.000,00	14,41	2.061.799,65	-1,82	2.164.889,63	5,00	2.266.639,44	4,70
Transf.ref.ao Prog.Nacional de Alimentação Escolar – PNA	**647.605,20**	**595.904,00**	**-7,98**	**800.000,00**	**34,25**	**669.378,96**	**-16,33**	**702.847,91**	**5,00**	**735.881,76**	**4,70**
Transf.ref.ao Prog.Nacional de Alimentação Escolar – PNAE -	647.605,20	595.904,00	-7,98	800.000,00	34,25	669.378,96	-16,33	702.847,91	5,00	735.881,76	4,70
Transf.ref.ao Prog.Nacional de Apoio ao Transporte do Es	**10.646,55**	**5.255,85**	**-50,63**	**15.000,00**	**185,40**	**5.903,90**	**-60,64**	**6.199,10**	**5,00**	**6.490,46**	**4,70**
Transf.ref.ao Prog.Nacional de Apoio ao Transporte do Escola	10.646,55	5.255,85	-50,63	15.000,00	185,40	5.903,90	-60,64	6.199,10	5,00	6.490,46	4,70
Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Dese	**11.133,29**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Desenvo	11.133,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf.de Rec.do Fundo Nacional de Assistência Social –	**1.098.233,78**	**338.087,02**	**-69,22**	**510.000,00**	**80,43**	**379.773,15**	**-37,74**	**398.761,81**	**5,00**	**417.503,62**	**4,70**
Transf.de Rec.do Fundo Nacional de Assistência Social –	**1.098.233,78**	**338.087,02**	**-69,22**	**610.000,00**	**80,43**	**379.773,15**	**-37,74**	**398.761,81**	**5,00**	**417.503,62**	**4,70**
Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistênci	1.098.233,78	338.087,02	-69,22	610.000,00	80,43	379.773,15	-37,74	398.761,81	5,00	417.503,62	4,70
Outras Transferências de Recursos da União e de suas Er	**12.811.667,40**	**754.276,06**	**-94,11**	**2.300.000,00**	**204,93**	**2.147.278,30**	**-6,64**	**2.189.642,22**	**1,97**	**2.231.455,40**	**1,91**
Transferências Financeiras do ICMS – Desoneração – L.C.	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Transferências Financeiras do ICMS – Desoneração – L.C. Nº	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência Especial da União	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**500.000,00**	**0,00**	**500.000,00**	**0,00**	**500.000,00**	**0,00**	**500.000,00**	**0,00**
Transferência Especial da União - Principal	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	500.000,00	0,00	500.000,00	0,00	500.000,00	0,00
Transferência Obrigatória Decorrente da Lei Complementa	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**800.000,00**	**0,00**	**800.000,00**	**0,00**	**800.000,00**	**0,00**	**800.000,00**	**0,00**
Transferência Obrigatória Decorrente da Lei Complementar nº	0,00	0,00	0,00	800.000,00	0,00	800.000,00	0,00	800.000,00	0,00	800.000,00	0,00
Outras Transferências de Recursos da União e de suas Er	**12.811.667,40**	**754.276,06**	**-94,11**	**1.000.000,00**	**32,58**	**847.278,30**	**-15,27**	**889.642,22**	**5,00**	**931.455,40**	**4,70**
Outras Transferências de Recursos da União e de suas Entida	12.811.667,40	754.276,06	-94,11	1.000.000,00	32,58	847.278,30	-15,27	889.642,22	5,00	931.455,40	4,70
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de sua	**71.347.821,95**	**97.493.385,49**	**36,65**	**90.380.000,00**	**-7,30**	**109.017.151,74**	**20,62**	**121.873.009,34**	**11,79**	**134.713.190,79**	**10,54**
Participação na Receita dos Estados e Distrito Federal	**66.633.394,38**	**82.194.080,93**	**25,23**	**84.880.000,00**	**3,27**	**101.619.212,03**	**19,72**	**114.450.172,63**	**12,63**	**127.270.330,75**	**11,20**
Cota-Parte do ICMS	**49.986.145,02**	**67.399.091,15**	**34,84**	**70.000.000,00**	**3,86**	**85.000.000,00**	**21,43**	**97.000.000,00**	**14,12**	**109.000.000,00**	**12,37**
Cota-Parte do ICMS - Principal	49.986.145,02	67.399.091,15	34,84	70.000.000,00	3,86	85.000.000,00	21,43	97.000.000,00	14,12	109.000.000,00	12,37
Cota-Parte do IPVA	**15.032.320,03**	**14.006.552,76**	**-6,82**	**14.000.000,00**	**-0,05**	**15.733.560,72**	**12,38**	**16.520.238,76**	**5,00**	**17.296.589,98**	**4,70**
Cota-Parte do IPVA - Principal	15.032.320,03	14.006.552,76	-6,82	14.000.000,00	-0,05	15.733.560,72	12,38	16.520.238,76	5,00	17.296.589,98	4,70
Cota-Parte do IPI - Municípios	**554.634,27**	**750.121,86**	**35,25**	**800.000,00**	**6,65**	**842.611,89**	**5,33**	**884.742,48**	**5,00**	**926.325,38**	**4,70**
Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	554.634,27	750.121,86	35,25	800.000,00	6,65	842.611,89	5,33	884.742,48	5,00	926.325,38	4,70
Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Ec	**60.295,06**	**38.315,16**	**-36,45**	**80.000,00**	**108,79**	**43.039,42**	**-46,20**	**45.191,39**	**5,00**	**47.315,39**	**4,70**
Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econô	60.295,06	38.315,16	-36,45	80.000,00	108,79	43.039,42	-46,20	45.191,39	5,00	47.315,39	4,70
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde –	**5.462.262,54**	**14.996.938,17**	**174,56**	**5.050.000,00**	**-66,33**	**7.000.000,00**	**38,61**	**7.000.000,00**	**0,00**	**7.000.000,00**	**0,00**
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde –	**5.462.262,54**	**14.996.938,17**	**174,56**	**5.050.000,00**	**-66,33**	**7.000.000,00**	**38,61**	**7.000.000,00**	**0,00**	**7.000.000,00**	**0,00**
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS	5.462.262,54	14.996.938,17	174,56	5.050.000,00	-66,33	7.000.000,00	38,61	7.000.000,00	0,00	7.000.000,00	0,00
Outras Transferências dos Estados e Distrito Federal	**251.965,04**	**302.366,39**	**20,00**	**450.000,00**	**48,83**	**397.939,71**	**-11,57**	**422.836,71**	**6,26**	**442.860,04**	**4,74**
Transferências de Estados destinadas à Assistência Socia	**243.318,50**	**265.012,00**	**8,92**	**400.000,00**	**50,94**	**297.687,98**	**-25,58**	**312.572,38**	**5,00**	**327.263,28**	**4,70**
Transferências de Estados destinadas à Assistência Social - F	243.318,50	265.012,00	8,92	400.000,00	50,94	297.687,98	-25,58	312.572,38	5,00	327.263,28	4,70
Transferências de Recursos Destinados a Programas de E	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**50.000,00**	**0,00**	**58.291,64**	**16,58**	**66.206,13**	**13,58**	**69.467,82**	**4,92**

03 AGO 2021 Câmara 179

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - M.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO X - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2020	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%
Transferências de Recursos Destinados a Programas de Educ	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	58.291,54	16,58	66.206,13	13,58	69.467,82	4,93
Outras Transferências dos Estados e DF	**8.646,54**	**37.354,39**	**332,02**	**0,00**	**0,00**	**41.960,19**	**0,00**	**44.058,20**	**5,00**	**46.128,94**	**4,70**
Outras Transferências dos Estados e DF - Principal	8.646,54	37.354,39	332,02	0,00	0,00	41.960,19	0,00	44.058,20	5,00	46.128,94	4,70
Transferências de Instituições Privadas	**2.874.356,28**	**1.287.659,68**	**-55,20**	**250.000,00**	**-80,58**	**282.603,29**	**13,04**	**384.233,45**	**35,96**	**485.842,42**	**26,44**
Transferências de Instituições Privadas	**2.874.356,28**	**1.287.659,68**	**-55,20**	**250.000,00**	**-80,58**	**282.603,29**	**13,04**	**384.233,45**	**35,96**	**485.842,42**	**26,44**
Outras TransferÃªncias de InstituiÃ§Ãµes Privadas	**2.874.356,28**	**1.287.659,68**	**-55,20**	**250.000,00**	**-80,58**	**282.603,29**	**13,04**	**384.233,45**	**35,96**	**485.842,42**	**26,44**
Outras TransferÃªncias de InstituiÃ§Ãµes Privadas â€" Princip	2.874.356,28	1.287.659,68	-55,20	250.000,00	-80,58	282.603,29	13,04	384.233,45	35,96	485.842,42	26,44
Transferências de Outras Instituições Públicas	**27.438.617,96**	**35.889.129,89**	**30,80**	**38.000.000,00**	**5,88**	**45.000.000,00**	**18,42**	**49.000.000,00**	**8,89**	**52.000.000,00**	**6,12**
Transferências de Recursos do FUNDEB	**27.191.941,12**	**35.889.129,89**	**31,98**	**38.000.000,00**	**5,88**	**45.000.000,00**	**18,42**	**49.000.000,00**	**8,89**	**52.000.000,00**	**6,12**
Transferências de Recursos do FUNDEB - Principal	27.191.941,12	35.889.129,89	31,98	38.000.000,00	5,88	45.000.000,00	18,42	49.000.000,00	8,89	52.000.000,00	6,12
Demais Transferências Correntes	**0,00**	**25.153,79**	**0,00**	**400.000,00**	**1.490,22**	**228.255,25**	**-42,94**	**229.668,01**	**0,62**	**231.062,41**	**0,61**
Transferências de Pessoas Físicas	**0,00**	**25.153,79**	**0,00**	**400.000,00**	**1.490,22**	**228.255,25**	**-42,94**	**229.668,01**	**0,62**	**231.062,41**	**0,61**
Transferências de Pessoas Físicas - Programas de Saúde	**0,00**	**25.153,79**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**28.255,25**	**0,00**	**29.668,01**	**5,00**	**31.062,41**	**4,70**
Transferências de Pessoas Físicas - Programas de Saúde - Pr	0,00	25.153,79	0,00	0,00	0,00	28.255,25	0,00	29.668,01	5,00	31.062,41	4,70
Outras Transferências de Pessoas Físicas	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**400.000,00**	**0,00**	**200.000,00**	**-50,00**	**200.000,00**	**0,00**	**200.000,00**	**0,00**
Outras Transferências de Pessoas Físicas - Principal	0,00	0,00	0,00	400.000,00	0,00	200.000,00	-50,00	200.000,00	0,00	200.000,00	0,00
Outras Receitas Correntes	**1.697.923,29**	**1.238.903,25**	**-27,03**	**1.584.000,00**	**27,86**	**2.355.669,55**	**48,72**	**2.573.453,03**	**9,25**	**3.059.823,14**	**18,90**
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	**971.878,88**	**860.024,87**	**-11,51**	**1.085.000,00**	**26,16**	**966.065,93**	**-10,96**	**1.164.369,23**	**20,53**	**1.631.512,40**	**40,12**
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	**971.878,88**	**860.024,87**	**-11,51**	**1.085.000,00**	**26,16**	**966.065,93**	**-10,96**	**1.164.369,23**	**20,53**	**1.631.512,40**	**40,12**
Multas Previstas em Legislação Específica	**417.305,03**	**817.412,60**	**95,88**	**1.000.000,00**	**22,34**	**918.199,57**	**-8,18**	**1.114.109,55**	**21,34**	**1.578.890,52**	**41,72**
Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	417.305,03	817.412,60	95,88	1.000.000,00	22,34	918.199,57	-8,18	1.114.109,55	21,34	1.578.890,52	41,72
Multas por Danos Ambientais	**10.103,99**	**41.239,25**	**308,15**	**80.000,00**	**93,99**	**46.324,05**	**-42,09**	**48.640,25**	**5,00**	**50.926,34**	**4,70**
Multas Administrativas por Danos Ambientais	**10.103,99**	**41.239,25**	**308,15**	**80.000,00**	**93,99**	**46.324,05**	**-42,09**	**48.640,25**	**5,00**	**50.926,34**	**4,70**
Multas Administrativas por Danos Ambientais - Principal	10.103,99	41.239,25	308,15	80.000,00	93,99	46.324,05	-42,09	48.640,25	5,00	50.926,34	4,70
Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais	**544.469,86**	**1.373,02**	**-99,75**	**5.000,00**	**264,16**	**1.542,31**	**-69,15**	**1.619,43**	**5,00**	**1.695,54**	**4,70**
Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais - Principal	0,00	1.373,02	0,00	5.000,00	264,16	1.542,31	-69,15	1.619,43	5,00	1.695,54	4,70
Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais - Multas e Juros d	544.469,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros Previstos em Contratos	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	**411.271,03**	**113.929,01**	**-72,30**	**78.000,00**	**-31,54**	**1.091.985,99**	**1.299,98**	**1.096.585,29**	**0,42**	**1.101.124,80**	**0,41**
Restituições	**411.271,03**	**113.929,01**	**-72,30**	**78.000,00**	**-31,54**	**1.091.985,99**	**1.299,98**	**1.096.585,29**	**0,42**	**1.101.124,80**	**0,41**
Restituição de Convênios	**188.221,55**	**5.733,40**	**-96,95**	**0,00**	**0,00**	**6.440,33**	**0,00**	**6.762,35**	**5,00**	**7.080,18**	**4,70**
Restituição de Convênios - Primárias	**89.894,00**	**5.733,40**	**-93,62**	**0,00**	**0,00**	**6.440,33**	**0,00**	**6.762,35**	**5,00**	**7.080,18**	**4,70**
Restituição de Convênios - Primárias - Principal	89.894,00	5.733,40	-93,62	0,00	0,00	6.440,33	0,00	6.762,35	5,00	7.080,18	4,70
Restituição de Convênios - Financeiras	**98.327,55**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

Monlevade · Cidade Aço · Município 180

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - M.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO X - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2020	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%
Restituição de Convênios - Financeiras - Principal	98.327,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Restituições	**223.049,48**	**108.195,61**	**-51,49**	**78.000,00**	**-27,91**	**1.085.545,66**	**1.291,73**	**1.089.822,94**	**0,39**	**1.094.044,62**	**0,39**
Outras Restituições - Principal	223.049,48	108.195,61	-51,49	78.000,00	-27,91	1.085.545,66	1.291,73	1.089.822,94	0,39	1.094.044,62	0,39
Demais Receitas Correntes	**314.773,38**	**264.949,37**	**-15,83**	**421.000,00**	**58,90**	**297.617,63**	**-29,31**	**312.498,51**	**5,00**	**327.185,94**	**4,70**
Outras Receitas Correntes	**314.773,38**	**264.949,37**	**-15,83**	**421.000,00**	**58,90**	**297.617,63**	**-29,31**	**312.498,51**	**5,00**	**327.185,94**	**4,70**
Encargos Legais pela Inscrição em Dívida Ativa e Receitas	**109.177,99**	**59.223,36**	**-45,76**	**100.000,00**	**68,85**	**66.525,60**	**-33,47**	**69.851,88**	**5,00**	**73.134,92**	**4,70**
Ônus de Sucumbência	**109.177,99**	**59.223,36**	**-45,76**	**100.000,00**	**68,85**	**66.525,60**	**-33,47**	**69.851,88**	**5,00**	**73.134,92**	**4,70**
Ônus de Sucumbência - Principal	109.177,99	59.223,36	-45,76	100.000,00	68,85	66.525,60	-33,47	69.851,88	5,00	73.134,92	4,70
Outras Receitas	**205.595,39**	**205.726,01**	**0,06**	**321.000,00**	**56,03**	**231.092,03**	**-28,01**	**242.646,63**	**5,00**	**254.051,02**	**4,70**
Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela F	**205.595,39**	**205.726,01**	**0,06**	**321.000,00**	**56,03**	**231.092,03**	**-28,01**	**242.646,63**	**5,00**	**254.051,02**	**4,70**
Outras Receit.Não Arrec.e Não Projet.pela RFB - Primárias -	182.355,17	193.592,63	6,16	311.000,00	60,65	217.462,60	-30,09	228.335,73	5,00	239.087,51	4,70
Outras Recet.Não Arrec.e Não Projet.pela RFB - Primárias -	23.240,22	12.133,38	-47,79	10.000,00	-17,58	13.629,43	36,29	14.310,90	5,00	14.963,51	4,70
Receitas de Capital	**4.729.296,31**	**9.439.734,55**	**99,60**	**24.700.000,00**	**161,66**	**14.600.489,42**	**-40,89**	**12.625.513,89**	**-13,53**	**10.650.213,04**	**-15,65**
Operações de Crédito	**2.379.034,23**	**6.749.181,78**	**183,69**	**7.000.000,00**	**3,72**	**4.000.000,00**	**-42,86**	**4.000.000,00**	**0,00**	**4.000.000,00**	**0,00**
Operações de Crédito - Mercado Interno	**2.379.034,23**	**6.749.181,78**	**183,69**	**7.000.000,00**	**3,72**	**4.000.000,00**	**-42,86**	**4.000.000,00**	**0,00**	**4.000.000,00**	**0,00**
Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno	**2.379.034,23**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno	**2.379.034,23**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno - Principa	2.379.034,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito - Mercado Interno	**0,00**	**6.749.181,78**	**0,00**	**7.000.000,00**	**3,72**	**4.000.000,00**	**-42,86**	**4.000.000,00**	**0,00**	**4.000.000,00**	**0,00**
Outras Operações de Crédito - Mercado Interno	**0,00**	**6.749.181,78**	**0,00**	**7.000.000,00**	**3,72**	**4.000.000,00**	**-42,86**	**4.000.000,00**	**0,00**	**4.000.000,00**	**0,00**
Outras Operações de Crédito - Mercado Interno - Principal	0,00	6.749.181,78	0,00	7.000.000,00	3,72	4.000.000,00	-42,86	4.000.000,00	0,00	4.000.000,00	0,00
Alienação de Bens	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**4.100.000,00**	**0,00**	**4.100.000,00**	**0,00**	**4.100.000,00**	**0,00**	**4.100.000,00**	**0,00**
Alienação de Bens Móveis	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**100.000,00**	**0,00**	**100.000,00**	**0,00**	**100.000,00**	**0,00**	**100.000,00**	**0,00**
Alienação de Bens Móveis e Semoventes	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**100.000,00**	**0,00**	**100.000,00**	**0,00**	**100.000,00**	**0,00**	**100.000,00**	**0,00**
Alienação de Bens Móveis e Semoventes	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**100.000,00**	**0,00**	**100.000,00**	**0,00**	**100.000,00**	**0,00**	**100.000,00**	**0,00**
Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**4.000.000,00**	**0,00**	**4.000.000,00**	**0,00**	**4.000.000,00**	**0,00**	**4.000.000,00**	**0,00**
Alienação de Bens Imóveis	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**4.000.000,00**	**0,00**	**4.000.000,00**	**0,00**	**4.000.000,00**	**0,00**	**4.000.000,00**	**0,00**
Alienação de Bens Imóveis	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**4.000.000,00**	**0,00**	**4.000.000,00**	**0,00**	**4.000.000,00**	**0,00**	**4.000.000,00**	**0,00**
Alienação de Bens Imóveis - Principal	0,00	0,00	0,00	4.000.000,00	0,00	4.000.000,00	0,00	4.000.000,00	0,00	4.000.000,00	0,00
Transferências de Capital	**2.350.262,08**	**2.690.552,77**	**14,48**	**13.600.000,00**	**405,47**	**6.500.489,42**	**-52,20**	**4.525.513,89**	**-30,38**	**2.550.213,04**	**-43,65**
Transferências da União e de suas Entidades	**1.894.512,08**	**295.552,77**	**-84,40**	**7.800.000,00**	**2.471,45**	**4.331.994,42**	**-43,00**	**2.348.594,14**	**-45,78**	**364.978,06**	**-84,46**
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde -	**275.245,00**	**149.995,00**	**-45,50**	**0,00**	**0,00**	**168.489,38**	**0,00**	**176.913,85**	**5,00**	**185.228,80**	**4,70**
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde –	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Transferências de Recursos do Bloco de Estruturação da	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Transf.de Rec.do Bloco de Estrut.da Rede de Serv.Públicos de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Monlevade - Câmara Municipal de J.
187

10 3 AGO 2022

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - M

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO X - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2020	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%
Outras Transferências de Recursos do Sistema Único de S	275.245,00	149.995,00	-45,50	0,00	0,00	168.489,38	0,00	176.913,85	5,00	185.228,80	4,70
Outras Transferências de Recursos do Sistema Único de Saú	275.245,00	149.995,00	-45,50	0,00	0,00	168.489,38	0,00	176.913,85	5,00	185.228,80	4,70
Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desen	0,00	0,00	0,00	600.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Recursos Destinados a Programas de E	0,00	0,00	0,00	600.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências para o Programa Nacional de Reestruturaç	0,00	0,00	0,00	600.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf para o Prog.Nacional de Roost.e Aquis.de Equip.para E	0,00	0,00	0,00	600.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assist	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assist	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios da União e de suas Entidade	1.242.665,22	0,00	0,00	7.000.000,00	0,00	4.000.000,00	-42,86	2.000.000,00	-50,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios da União destinadas a Progr	200.092,93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios da União destinadas a Programa	200.092,93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios da União destinadas a Progr	571.715,15	0,00	0,00	5.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios da União destinadas a Programa	571.715,15	0,00	0,00	5.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios da União destinadas a Progr	470.857,14	0,00	0,00	2.000.000,00	0,00	4.000.000,00	100,00	2.000.000,00	-50,00	0,00	0,00
Transf de Convênios da União destinadas a Programas de Infr	470.857,14	0,00	0,00	2.000.000,00	0,00	4.000.000,00	100,00	2.000.000,00	-50,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Recursos da União e de suas En	376.601,86	145.557,77	-61,35	0,00	0,00	163.505,04	0,00	171.680,29	5,00	179.749,26	4,70
Outras Transferências De Recursos da União e de suas En	376.601,86	145.557,77	-61,35	0,00	0,00	163.505,04	0,00	171.680,29	5,00	179.749,26	4,70
Outras Transferências De Recursos da União e de suas Entid	376.601,86	145.557,77	-61,35	0,00	0,00	163.505,04	0,00	171.680,29	5,00	179.749,26	4,70
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de sua	407.000,00	2.200.000,00	440,54	4.000.000,00	81,82	188.495,00	-95,29	176.919,75	5,00	185.234,98	4,70
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde –	82.000,00	150.000,00	82,93	0,00	0,00	168.495,00	0,00	176.919,75	5,00	185.234,98	4,70
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde –	82.000,00	150.000,00	82,93	0,00	0,00	168.495,00	0,00	176.919,75	5,00	185.234,98	4,70
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS	82.000,00	150.000,00	82,93	0,00	0,00	168.495,00	0,00	176.919,75	5,00	185.234,98	4,70
Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas	325.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios dos Estados destinadas a P	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios dos Estados destinadas a Progr	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Convênios dos Estados e DF e d	325.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Convênios dos Estados e DF e de S	325.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Recursos dos Estados	0,00	2.050.000,00	0,00	4.000.000,00	95,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Recursos dos Estados	0,00	2.050.000,00	0,00	4.000.000,00	95,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Recursos dos Estados - Principal	0,00	2.050.000,00	0,00	4.000.000,00	95,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências de Capital	48.750,00	195.000,00	300,00	2.000.000,00	925,64	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00	0,00
Outras Transferências de Capital	48.750,00	195.000,00	300,00	2.000.000,00	925,64	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00	0,00
Outras Transferências de Capital	48.750,00	195.000,00	300,00	2.000.000,00	925,64	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00	0,00
Outras Transferências de Capital - Principal	48.750,00	195.000,00	300,00	2.000.000,00	925,64	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00	0,00

03 AGO 2021

Município de João Monlevade

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - M.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO X - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2020	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%
CORRENTE INTRAORÇAMENTÁRIA	564.859,20	520.296,21	-7,89	661.000,00	27,04	584.448,73	-11,58	613.671,17	5,00	642.513,72	4,70
Receitas Correntes	564.859,20	520.296,21	-7,89	661.000,00	27,04	584.448,73	-11,58	613.671,17	5,00	642.513,72	4,70
Receita de Serviços	564.859,20	520.296,21	-7,89	661.000,00	27,04	584.448,73	-11,58	613.671,17	5,00	642.513,72	4,70
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	564.859,20	520.296,21	-7,89	661.000,00	27,04	584.448,73	-11,58	613.671,17	5,00	642.513,72	4,70
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	564.859,20	520.296,21	-7,89	661.000,00	27,04	584.448,73	-11,58	613.671,17	5,00	642.513,72	4,70
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	564.859,20	520.296,21	-7,89	661.000,00	27,04	584.448,73	-11,58	613.671,17	5,00	642.513,72	4,70
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	564.859,20	520.296,21	-7,89	658.000,00	26,47	584.448,73	-11,18	613.671,17	5,00	642.513,72	4,70
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Multas e Juros	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Multas e Juros	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÃO FUNDEB	(20.428.827,64)	(26.255.453,65)	28,52	(27.170.000,00)	3,48	(34.315.643,21)	26,30	(37.581.425,37)	9,52	(40.845.052,36)	8,68
Receitas Correntes	(20.428.827,64)	(26.255.453,65)	28,52	(27.170.000,00)	3,48	(34.315.643,21)	26,30	(37.581.425,37)	9,52	(40.845.052,36)	8,68
Transferências Correntes	(20.428.827,64)	(26.255.453,65)	28,52	(27.170.000,00)	3,48	(34.315.643,21)	26,30	(37.581.425,37)	9,52	(40.845.052,36)	8,68
Transferências da União e de suas Entidades	(7.314.209,35)	(9.824.302,20)	34,32	(10.210.000,00)	3,93	(14.000.410,17)	37,12	(14.700.430,68)	5,00	(15.400.450,92)	4,76
Transferências Decorrentes de Participação na Receita da	(7.314.209,35)	(9.824.302,20)	34,32	(10.210.000,00)	3,93	(14.000.410,17)	37,12	(14.700.430,68)	5,00	(15.400.450,92)	4,76
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPI	(7.297.428,45)	(9.823.937,05)	34,62	(10.200.000,00)	3,83	(14.000.000,00)	37,25	(14.700.000,00)	5,00	(15.400.000,00)	4,76
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cot	(7.297.428,45)	(9.823.937,05)	34,62	(10.200.000,00)	3,83	(14.000.000,00)	37,25	(14.700.000,00)	5,00	(15.400.000,00)	4,76
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota M	(7.297.428,45)	(9.823.937,05)	34,62	(10.200.000,00)	3,83	(14.000.000,00)	37,25	(14.700.000,00)	5,00	(15.400.000,00)	4,76
Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rur	(16.760,90)	(365,15)	-97,82	(10.000,00)	2.638,60	(410,17)	-95,90	(430,68)	5,00	(450,92)	4,70
Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural -	(16.760,90)	(365,15)	-97,82	(10.000,00)	2.638,60	(410,17)	-95,90	(430,68)	5,00	(450,92)	4,70
Outras Transferências de Recursos da União e de suas Er	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Financeiras do ICMS – Desoneração – L.C.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Financeiras do ICMS – Desoneração – L.C. Nº	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de sua	(13.114.618,29)	(16.431.151,45)	25,29	(16.960.000,00)	3,22	(20.315.233,04)	19,78	(22.880.994,69)	12,63	(25.444.601,44)	11,20
Participação na Receita dos Estados e Distrito Federal	(13.114.618,29)	(16.431.151,45)	25,29	(16.960.000,00)	3,22	(20.315.233,04)	19,78	(22.880.994,69)	12,63	(25.444.601,44)	11,20
Cota-Parte do ICMS	(9.997.228,70)	(13.479.817,84)	34,84	(14.000.000,00)	3,86	(17.000.000,00)	21,43	(19.400.000,00)	14,12	(21.800.000,00)	12,37
Cota-Parte do ICMS - Principal	(9.997.228,70)	(13.479.817,84)	34,84	(14.000.000,00)	3,86	(17.000.000,00)	21,43	(19.400.000,00)	14,12	(21.800.000,00)	12,37
Cota-Parte do IPVA	(3.006.462,73)	(2.801.309,24)	-6,82	(2.800.000,00)	-0,05	(3.146.710,67)	12,38	(3.304.046,20)	5,00	(3.459.336,37)	4,70
Cota-Parte do IPVA - Principal	(3.006.462,73)	(2.801.309,24)	-6,82	(2.800.000,00)	-0,05	(3.146.710,67)	12,38	(3.304.046,20)	5,00	(3.459.336,37)	4,70
Cota-Parte do IPI - Municípios	(110.926,86)	(150.024,37)	35,25	(160.000,00)	6,65	(168.522,37)	5,33	(176.948,49)	5,00	(185.265,07)	4,70
Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	(110.926,86)	(150.024,37)	35,25	(160.000,00)	6,65	(168.522,37)	5,33	(176.948,49)	5,00	(185.265,07)	4,70
TOTAL DA RECEITA	249.635.794,80	289.327.426,04	15,90	310.000.000,00	7,15	368.000.000,00	15,48	380.000.000,00	6,15	395.000.000,00	3,95

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Sec. Munic. Planej. E Desenv. Economico, Emissão: 24/05/2022 , às 10:02:57

03 AGO 2022

Câmara Municipal de J. Monlevade
183

03 AGO 2022
Câmara Municipal de J. Monlevade
184

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - M

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XI - TOTAL DAS DESPESAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2020	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%
DESPESAS CORRENTES	**219.971.582,97**	**237.033.944,68**	**7,76**	**262.306.620,00**	**10,66**	**322.339.870,79**	**22,89**	**344.451.864,32**	**6,86**	**361.276.701,95**	**4,88**
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	118.781.951,82	122.538.296,50	3,16	134.026.670,00	9,38	151.772.096,33	13,24	162.280.701,16	6,92	171.677.594,10	5,79
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS CONTRAT	493.047,96	529.978,82	7,49	587.000,00	10,76	595.325,21	1,42	625.091,47	5,00	654.470,77	4,70
RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	493.047,96	529.978,82	7,49	587.000,00	10,76	595.325,21	1,42	625.091,47	5,00	654.470,77	4,70
APLICAÇÕES DIRETAS	118.288.903,86	122.008.319,68	3,14	133.439.670,00	9,37	151.176.771,12	13,29	161.655.609,69	6,93	171.023.123,33	5,79
APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA I	1.324.076,93	1.368.269,78	3,34	1.535.500,00	12,20	1.536.977,44	0,03	1.613.826,31	5,00	1.689.676,14	4,70
CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	12.133.220,40	13.554.020,83	11,71	16.675.100,00	23,03	15.748.216,47	-5,56	16.055.629,40	1,95	17.737.858,35	10,48
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	75.201.131,64	73.393.831,34	-2,40	81.103.000,00	10,50	95.045.129,50	17,19	103.247.385,97	8,63	107.989.098,73	4,59
OBRIGAÇÕES PATRONAIS	24.151.383,26	25.180.952,81	4,26	28.498.600,00	13,18	29.285.764,29	2,76	30.700.052,51	4,83	33.095.954,99	7,80
OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS -PESSOAL CIVIL	1.499.370,27	1.974.994,31	31,72	1.786.670,00	-9,54	2.218.511,11	24,17	2.329.436,67	5,00	2.438.920,19	4,70
SENTENÇAS JUDICIAIS	3.346.476,32	2.657.198,23	-20,60	3.380.000,00	27,20	2.984.830,77	-11,69	3.134.072,31	5,00	3.281.373,71	4,70
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	633.245,04	3.679.052,38	512,57	459.300,00	-98,16	4.357.339,54	848,69	4.575.206,52	5,00	4.790.241,22	4,70
APLICAÇÃO DIRETA À CONTA DE RECURSOS DE QUE TR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	618.179,98	1.072.087,46	73,43	1.600.000,00	49,24	2.500.000,00	56,25	2.800.000,00	12,00	3.000.000,00	7,14
APLICAÇÕES DIRETAS	618.179,98	1.072.087,46	73,43	1.600.000,00	49,24	2.500.000,00	56,25	2.800.000,00	12,00	3.000.000,00	7,14
JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	618.179,98	1.072.087,46	73,43	1.600.000,00	49,24	2.500.000,00	56,25	2.800.000,00	12,00	3.000.000,00	7,14
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	100.571.451,17	113.423.558,72	12,78	126.679.950,00	11,69	168.067.774,46	32,67	179.371.163,16	6,73	186.599.107,85	4,03
TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL	18.445,39	207.341,73	1.024,08	0,00	0,00	232.906,97	0,00	244.552,32	5,00	256.046,28	4,70
CONTRIBUIÇÕES	18.445,39	207.341,73	1.024,08	0,00	0,00	232.906,97	0,00	244.552,32	5,00	256.046,28	4,70
TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	70.034,98	223.013,32	218,43	0,00	0,00	250.510,86	0,00	263.036,40	5,00	275.399,11	4,70
CONTRIBUIÇÕES	70.034,98	223.013,32	218,43	0,00	0,00	250.510,86	0,00	263.036,40	5,00	275.399,11	4,70
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS	13.814.590,86	14.522.590,64	5,13	12.524.000,00	-13,76	18.278.796,92	45,95	18.842.736,77	3,09	19.405.845,40	2,99
CONTRIBUIÇÕES	948.743,54	1.138.428,67	19,99	1.545.000,00	35,71	1.278.796,92	-17,23	1.342.736,77	5,00	1.405.845,40	4,70
SUBVENÇÕES SOCIAIS	12.865.847,32	13.384.161,97	4,03	10.979.000,00	-17,97	17.000.000,00	54,84	17.500.000,00	2,94	18.000.000,00	2,86
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS	70.459,50	2.100.000,00	2.880,44	0,00	0,00	2.358.930,00	0,00	2.476.876,50	5,00	2.593.289,70	4,70
SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	70.459,50	2.100.000,00	2.880,44	0,00	0,00	2.358.930,00	0,00	2.476.876,50	5,00	2.593.289,70	4,70
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS MEDIANTI	287.956,14	237.102,84	-17,66	270.500,00	14,09	266.337,62	-1,54	279.654,50	5,00	292.798,26	4,70
RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	287.956,14	237.102,84	-17,66	270.500,00	14,09	266.337,62	-1,54	279.654,50	5,00	292.798,26	4,70
APLICAÇÕES DIRETAS	82.832.169,09	92.623.781,00	11,82	109.787.450,00	18,53	139.737.190,83	27,28	149.124.680,34	6,72	153.441.540,33	2,89
DIÁRIAS -PESSOAL CIVIL	152.275,00	140.091,67	-8,00	244.900,00	74,81	157.364,96	-35,74	165.233,23	5,00	172.999,19	4,70
MATERIAL DE CONSUMO	9.784.100,10	11.392.437,60	16,44	13.069.600,00	14,72	16.797.125,16	28,52	18.436.981,41	9,76	21.068.519,53	14,27
PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, D	383.038,50	33.250,92	-91,32	62.000,00	86,46	37.350,76	-39,76	39.218,29	5,00	41.061,55	4,70
Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	2.649.230,87	2.337.157,33	-11,78	2.375.000,00	1,62	2.625.328,83	10,54	2.756.595,27	5,00	2.886.155,25	4,70

03 AGO 2022

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - M

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XI - TOTAL DAS DESPESAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2020	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%
Passagens e Despesas com Locomoção	686,40	1.337,82	94,90	14.300,00	968,90	1.502,77	-89,49	1.577,91	5,00	1.652,07	4,70
OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CI	704.754,45	472.866,95	-32,90	500.000,00	5,74	531.171,44	6,23	557.730,01	5,00	583.943,32	4,70
SERVIÇOS DE CONSULTORIA	92.841,60	207.158,20	123,13	615.900,00	197,31	232.700,80	-62,22	244.335,84	5,00	255.819,63	4,70
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA FÍSICA	1.058.037,93	1.566.434,27	48,05	2.435.580,00	55,49	1.759.575,62	-27,76	1.847.554,40	5,00	1.934.389,46	4,70
LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	0,00	0,00	0,00	600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA JURÍDICA	55.937.014,68	64.284.663,38	14,92	74.597.140,00	16,04	96.903.882,46	32,58	106.099.706,57	7,28	107.445.592,76	1,27
SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUN	818.769,68	964.513,02	17,80	2.271.000,00	135,46	2.083.437,47	-8,26	1.737.609,34	-16,60	1.191.076,98	-31,45
SUBVENÇÕES SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	6.744.828,86	6.098.331,48	-9,59	7.080.000,00	16,10	10.850.255,76	53,25	11.192.768,55	3,16	11.530.828,68	3,02
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	2.408.316,50	2.681.678,02	11,35	2.797.300,00	4,31	3.012.328,92	7,69	3.162.945,37	5,00	3.311.603,80	4,70
OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	222.422,47	208.025,81	-6,47	315.000,00	51,42	233.675,39	-25,82	245.359,16	5,00	256.891,04	4,70
AUXÍLIO-TRANSPORTE	830.740,76	944.388,33	13,68	2.157.000,00	128,40	1.060.831,42	-50,82	1.113.872,99	5,00	1.166.225,02	4,70
Sentenças Judiciais	683.060,30	785.893,95	15,05	761.100,00	-3,15	882.794,67	15,99	926.934,40	5,00	970.500,32	4,70
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	3.846,12	0,00	1.530,00	-60,22	4.320,35	182,38	4.536,37	5,00	4.749,58	4,70
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	362.050,99	501.686,13	38,57	489.500,00	-2,43	563.544,03	15,13	591.721,23	5,00	619.532,13	4,70
APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTR	418.599,18	591.248,75	41,24	661.000,00	11,80	1.664.149,71	151,76	2.697.357,20	62,09	2.730.132,99	1,22
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	0,00	0,00	0,00	200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA JURÍDICA	418.599,18	591.248,75	41,24	660.800,00	11,76	1.664.149,71	151,84	2.697.357,20	62,09	2.730.132,99	1,22
APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE OPERAÇÃO DE ÓRGÃ	3.059.196,03	2.918.500,44	-4,60	3.437.000,00	17,77	5.278.951,55	53,59	5.442.269,13	3,09	7.604.055,78	39,72
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	3.059.196,03	2.918.500,44	-4,60	3.437.000,00	17,77	5.278.951,55	53,59	5.442.269,13	3,09	7.604.055,78	39,72
DESPESAS DE CAPITAL	**23.951.811,03**	**19.807.151,65**	**-17,30**	**46.493.380,00**	**134,73**	**32.560.129,21**	**-29,75**	**32.548.135,68**	**-0,34**	**30.723.298,05**	**-5,61**
INVESTIMENTOS	21.788.329,62	17.591.141,47	-19,26	43.493.380,00	147,25	29.160.129,21	-32,96	28.748.135,68	-1,41	26.723.298,05	-7,04
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS MEDIANTI	25.669,60	22.916,40	-10,73	34.500,00	50,55	25.741,99	-25,39	27.029,09	5,00	28.299,46	4,70
RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	25.669,60	22.916,40	-10,73	34.500,00	50,55	25.741,99	-25,39	27.029,09	5,00	28.299,46	4,70
APLICAÇÕES DIRETAS	21.762.659,82	17.568.225,07	-19,27	43.456.880,00	147,37	29.134.387,22	-32,96	28.721.106,59	-1,42	26.694.998,59	-7,05
MATERIAL DE CONSUMO	228.155,70	171.683,12	-24,75	245.300,00	42,88	192.851,65	-21,38	202.494,24	5,00	212.011,47	4,70
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA JURÍDICA	69.757,10	18.215,32	-73,89	925.300,00	4.979,79	20.461,27	-97,79	21.484,34	5,00	22.494,10	4,70
SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUN	9.156,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OBRAS E INSTALAÇÕES	20.183.000,63	10.810.395,08	-46,44	36.541.200,00	238,02	16.143.316,79	-55,82	16.750.482,63	16,15	16.349.755,31	-12,60
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	756.948,56	3.514.875,21	364,35	5.746.980,00	63,50	9.348.259,32	62,66	8.145.672,28	-34,26	6.340.518,87	3,17
Aquisição de Imóveis	0,00	2.425.290,50	0,00	100,00	-100,00	2.724.328,82	24.228,82	2.860.545,26	5,00	2.994.990,89	4,70
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	515.639,68	627.765,84	21,75	0,00	0,00	705.169,37	0,00	740.427,84	5,00	775.227,95	4,70
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	2.163.481,41	2.216.010,18	2,43	3.000.000,00	35,38	3.500.000,00	16,67	3.800.000,00	8,57	4.000.000,00	5,26
APLICAÇÕES DIRETAS	2.163.481,41	2.216.010,18	2,43	3.000.000,00	35,38	3.500.000,00	16,67	3.800.000,00	8,57	4.000.000,00	5,26
PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	2.163.481,41	2.216.010,18	2,43	3.000.000,00	35,38	3.500.000,00	16,67	3.800.000,00	8,57	4.000.000,00	5,26

03 AGO 2022
Câmara Municipal
186
Monlevade

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - M

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XI - TOTAL DAS DESPESAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2020	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%
RESERVA DE CONTINGÊNCIA OU RESERVA DO RPPS	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.200.000,00**	**0,00**	**3.000.000,00**	**150,00**	**3.000.000,00**	**0,00**	**3.000.000,00**	**0,00**
RESERVA DE CONTINGÊNCIA OU RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	1.200.000,00	0,00	3.000.000,00	150,00	3.000.000,00	0,00	3.000.000,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA OU RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	1.200.000,00	0,00	3.000.000,00	150,00	3.000.000,00	0,00	3.000.000,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA OU RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	1.200.000,00	0,00	3.000.000,00	150,00	3.000.000,00	0,00	3.000.000,00	0,00
TOTAL DA DESPESA	**243.923.394,00**	**256.841.096,33**	**5,30**	**310.000.000,00**	**20,70**	**358.000.000,00**	**15,48**	**380.000.000,00**	**6,15**	**395.000.000,00**	**3,95**

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Sec. Munic. Planej. E Desenv. Economico, Emissão: 24/05/2022 , às 10:05:14

03 AGO 2022

Câmara Municipal de J. Monlevade

187

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - M.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XII - RECEITA PRIMÁRIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2020	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%
ARRECADADORA	**259.746.440,08**	**315.062.583,48**	**114,92**	**336.509.000,00**	**163,68**	**391.731.194,48**	**-19,94**	**416.967.754,20**	**-6,31**	**435.202.638,64**	**-10,65**
Receitas Correntes	**255.017.143,77**	**305.622.848,93**	**15,32**	**311.809.000,00**	**2,02**	**377.130.705,06**	**20,95**	**404.342.240,31**	**7,22**	**424.552.325,60**	**5,00**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	**36.252.784,17**	**43.189.426,42**	**19,13**	**48.383.000,00**	**12,03**	**66.625.598,32**	**35,64**	**68.504.378,21**	**4,39**	**65.196.216,15**	**-4,83**
Impostos	**35.233.835,95**	**41.989.721,58**	**19,17**	**46.830.500,00**	**11,53**	**64.277.969,88**	**37,26**	**67.089.368,35**	**4,37**	**63.714.700,83**	**-5,03**
Impostos sobre o Patrimônio	**11.137.286,64**	**13.610.618,40**	**22,21**	**17.295.500,00**	**27,07**	**21.455.170,27**	**24,05**	**21.650.428,76**	**0,91**	**22.929.311,66**	**5,91**
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	**8.710.721,00**	**10.515.538,15**	**20,72**	**13.295.000,00**	**26,43**	**17.455.170,27**	**31,29**	**17.160.428,76**	**-1,75**	**17.929.311,66**	**4,54**
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Prir	7.134.616,77	9.315.792,25	30,57	12.000.000,00	28,81	15.000.000,00	25,00	15.650.000,00	4,33	16.330.000,00	4,35
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Mul	27.311,62	49.423,61	80,96	30.000,00	-39,30	55.557,54	85,19	58.293,42	4,92	61.033,21	4,70
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Div	1.363.366,15	839.754,58	-38,41	915.000,00	8,96	1.800.000,00	96,72	1.000.000,00	-44,44	1.100.012,76	10,00
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Mul	185.426,46	310.567,71	67,49	350.000,00	12,70	599.612,73	71,32	442.135,34	-26,26	438.265,69	-0,88
Impostos sobre Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis	**2.426.565,64**	**3.095.080,25**	**27,55**	**4.000.500,00**	**29,25**	**4.000.000,00**	**-0,01**	**4.500.000,00**	**12,50**	**5.000.000,00**	**11,11**
Impost.sobre Transm.Int.Vivos de Bens Imóveis e de Direit.Re	2.426.565,64	3.095.080,25	27,55	4.000.000,00	29,24	4.000.000,00	0,00	4.500.000,00	12,50	5.000.000,00	11,11
Impost.sobre Transm.Int.Vivos de Bens Imóveis e de Direit.Re	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Naturez	**4.902.762,86**	**5.388.266,00**	**9,90**	**5.760.000,00**	**6,90**	**6.556.687,48**	**13,83**	**7.059.521,85**	**7,67**	**7.562.319,38**	**7,12**
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte	**4.902.762,86**	**5.388.266,00**	**9,90**	**5.760.000,00**	**6,90**	**6.556.687,48**	**13,83**	**7.059.521,85**	**7,67**	**7.562.319,38**	**7,12**
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho	**4.842.767,28**	**5.337.800,87**	**10,22**	**5.700.000,00**	**6,79**	**6.500.000,00**	**14,04**	**7.000.000,00**	**7,69**	**7.500.000,00**	**7,14**
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principa	4.842.767,28	5.337.800,87	10,22	5.700.000,00	6,79	6.500.000,00	14,04	7.000.000,00	7,69	7.500.000,00	7,14
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendim	**59.995,58**	**50.465,13**	**-15,89**	**60.000,00**	**18,89**	**56.687,48**	**-5,52**	**59.521,85**	**5,00**	**62.319,38**	**4,70**
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimento	59.995,58	50.465,13	-15,89	60.000,00	18,89	56.687,48	-5,52	59.521,85	5,00	62.319,38	4,70
Impostos sobre a Produção e Circulação de Mercadorias e	**19.193.786,45**	**22.990.837,18**	**19,78**	**23.775.000,00**	**3,41**	**36.266.112,13**	**52,54**	**38.379.417,74**	**5,83**	**33.223.069,79**	**-13,44**
Impostos sobre Serviços	**19.193.786,45**	**22.990.837,18**	**19,78**	**23.775.000,00**	**3,41**	**36.266.112,13**	**52,54**	**38.379.417,74**	**5,83**	**33.223.069,79**	**-13,44**
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	**19.193.786,45**	**22.990.837,18**	**19,78**	**23.775.000,00**	**3,41**	**36.266.112,13**	**52,54**	**38.379.417,74**	**5,83**	**33.223.069,79**	**-13,44**
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - Princ	18.987.624,26	22.753.935,08	19,84	23.000.000,00	1,08	36.000.000,00	56,52	38.000.000,00	5,56	33.000.000,00	-13,16
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - Multa	1.004,31	1.663,58	65,68	10.000,00	500,97	1.869,15	-81,31	1.962,61	5,00	2.054,65	4,70
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - Dívid	172.211,22	176.490,75	2,49	735.000,00	316,45	198.252,06	-73,03	308.184,66	55,44	148.467,82	-51,82
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - Multa	32.946,66	58.747,37	78,31	30.000,00	-48,93	65.990,52	119,97	69.290,47	5,00	72.547,12	4,70
Taxas	**1.018.948,22**	**1.199.704,84**	**17,74**	**1.552.500,00**	**29,41**	**1.347.628,44**	**-13,20**	**1.415.009,86**	**5,00**	**1.481.515,32**	**4,70**
Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	**166.127,65**	**204.379,58**	**23,03**	**383.500,00**	**87,64**	**229.579,58**	**-40,14**	**241.068,59**	**5,00**	**252.388,31**	**4,70**
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	**166.518,98**	**203.453,27**	**22,92**	**240.500,00**	**18,21**	**228.539,06**	**-4,97**	**239.966,01**	**5,00**	**251.244,41**	**4,70**
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	130.665,73	159.286,97	21,90	200.000,00	25,56	178.927,06	-10,54	187.873,40	5,00	196.703,45	4,70
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multas e Juros d	982,29	805,34	-18,01	500,00	-37,91	904,64	80,93	949,87	5,00	994,51	4,70
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa	27.457,82	31.969,74	16,43	30.000,00	-6,16	35.911,61	19,71	37.707,19	5,00	39.479,43	4,70
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Juros de Mora d	6.413,14	11.391,22	77,62	10.000,00	-12,21	12.795,76	27,96	13.435,55	5,00	14.067,02	4,70
Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	**608,67**	**926,31**	**52,19**	**143.000,00**	**15.337,60**	**1.040,52**	**-99,27**	**1.092,55**	**5,00**	**1.143,90**	**4,70**
Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária - Principal	608,67	926,31	52,19	100.000,00	10.695,52	1.040,52	-98,96	1.092,55	5,00	1.143,90	4,70
Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária - Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

03 AGO 2022

Câmara Municipal de J. Monlevade

188

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - M

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XII - RECEITA PRIMÁRIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2020	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%
Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária - Multas e Juros d	0,00	0,00	0,00	13.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas pela Prestação de Serviços	**852.820,57**	**995.325,26**	**16,71**	**1.169.000,00**	**17,45**	**1.118.048,86**	**-4,36**	**1.173.951,30**	**5,00**	**1.229.127,01**	**4,70**
Taxas pela Prestação de Serviços em Geral	**852.820,57**	**995.325,26**	**16,71**	**1.169.000,00**	**17,45**	**1.118.048,86**	**-4,36**	**1.173.951,30**	**5,00**	**1.229.127,01**	**4,70**
Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Principal	717.231,82	877.158,63	22,30	1.028.000,00	17,20	985.312,28	-4,15	1.034.577,89	5,00	1.083.203,05	4,70
Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Multas e Juros d	3.627,73	6.036,14	66,39	11.000,00	82,24	6.780,40	-38,36	7.119,42	5,00	7.454,03	4,70
Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Dívida Ativa	114.332,10	81.609,67	-28,62	100.000,00	22,53	91.672,14	-8,33	96.255,75	5,00	100.779,77	4,70
Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Multas e Juros d	17.628,92	30.520,82	73,13	30.000,00	-1,71	34.284,04	14,28	35.998,24	5,00	37.690,16	4,70
Contribuições	**5.785.219,82**	**6.716.041,84**	**16,09**	**7.000.000,00**	**4,23**	**9.000.000,00**	**28,57**	**9.450.000,00**	**5,00**	**9.900.000,00**	**4,76**
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Púb	**5.785.219,82**	**6.716.041,84**	**16,09**	**7.000.000,00**	**4,23**	**9.000.000,00**	**28,57**	**9.450.000,00**	**5,00**	**9.900.000,00**	**4,76**
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Púb	**5.785.219,82**	**6.716.041,84**	**16,09**	**7.000.000,00**	**4,23**	**9.000.000,00**	**28,57**	**9.450.000,00**	**5,00**	**9.900.000,00**	**4,76**
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Púb	**5.785.219,82**	**6.716.041,84**	**16,09**	**7.000.000,00**	**4,23**	**9.000.000,00**	**28,57**	**9.450.000,00**	**5,00**	**9.900.000,00**	**4,76**
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública -	5.785.219,82	6.716.041,84	16,09	7.000.000,00	4,23	9.000.000,00	28,57	9.450.000,00	5,00	9.900.000,00	4,76
Receita Patrimonial	**434.692,87**	**2.269.605,65**	**419,82**	**1.809.000,00**	**-20,34**	**2.538.215,03**	**41,01**	**2.665.125,79**	**5,00**	**2.790.386,70**	**4,70**
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	**83.562,77**	**60.472,50**	**-27,63**	**300.000,00**	**396,09**	**67.928,76**	**-77,36**	**71.325,20**	**5,00**	**74.677,48**	**4,70**
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	**83.562,77**	**60.472,50**	**-27,63**	**300.000,00**	**396,09**	**67.928,76**	**-77,36**	**71.325,20**	**5,00**	**74.677,48**	**4,70**
Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito	**83.562,77**	**60.472,50**	**-27,63**	**300.000,00**	**396,09**	**67.928,76**	**-77,36**	**71.325,20**	**5,00**	**74.677,48**	**4,70**
Conc.Permiss.Autor.ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imó	83.562,77	60.472,50	-27,63	300.000,00	396,09	67.928,76	-77,36	71.325,20	5,00	74.677,48	4,70
Valores Mobiliários	**351.130,10**	**2.199.133,15**	**526,30**	**1.500.000,00**	**-31,79**	**2.470.286,27**	**64,69**	**2.593.800,59**	**5,00**	**2.715.709,22**	**4,70**
Juros e Correções Monetárias	**350.156,75**	**2.197.235,62**	**527,50**	**1.495.000,00**	**-31,96**	**2.468.154,77**	**65,09**	**2.591.562,51**	**5,00**	**2.713.365,95**	**4,70**
Remuneração de Depósitos Bancários	**350.156,75**	**2.197.235,62**	**527,50**	**1.495.000,00**	**-31,96**	**2.468.154,77**	**65,09**	**2.591.562,51**	**5,00**	**2.713.365,95**	**4,70**
Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	350.156,75	2.197.235,62	527,50	1.495.000,00	-31,96	2.468.154,77	65,09	2.591.562,51	5,00	2.713.365,95	4,70
Dividendos	**973,35**	**1.897,53**	**94,95**	**5.000,00**	**163,50**	**2.131,50**	**-57,37**	**2.238,08**	**5,00**	**2.343,27**	**4,70**
Dividendos	**973,35**	**1.897,53**	**94,95**	**5.000,00**	**163,50**	**2.131,50**	**-57,37**	**2.238,08**	**5,00**	**2.343,27**	**4,70**
Dividendos - Principal	973,35	1.897,53	94,95	5.000,00	163,50	2.131,50	-57,37	2.238,08	5,00	2.343,27	4,70
Receita de Serviços	**22.282.067,52**	**24.522.340,83**	**10,05**	**29.137.000,00**	**18,82**	**27.645.945,45**	**-5,46**	**28.923.242,72**	**5,00**	**30.282.635,14**	**4,70**
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	**22.022.888,29**	**24.227.717,15**	**10,01**	**28.729.000,00**	**18,58**	**27.214.994,67**	**-5,27**	**28.575.744,41**	**5,00**	**29.918.804,40**	**4,70**
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	**22.022.888,29**	**24.227.717,15**	**10,01**	**28.729.000,00**	**18,58**	**27.214.994,67**	**-5,27**	**28.575.744,41**	**5,00**	**29.918.804,40**	**4,70**
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	**22.022.888,29**	**24.227.717,15**	**10,01**	**28.729.000,00**	**18,58**	**27.214.994,67**	**-5,27**	**28.575.744,41**	**5,00**	**29.918.804,40**	**4,70**
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	21.600.804,97	23.556.716,36	9,05	28.251.000,00	19,93	26.461.259,49	-6,34	27.784.322,46	5,00	29.090.185,62	4,70
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Multas e Juros	291.088,53	291.004,47	-0,03	326.000,00	12,03	326.885,32	0,27	343.229,59	5,00	359.361,38	4,70
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Dívida Ativa	112.192,50	338.279,83	201,52	130.000,00	-61,57	379.989,73	192,30	398.989,22	5,00	417.741,71	4,70
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Multas e Juros	18.802,29	41.716,49	121,87	22.000,00	-47,26	46.860,13	113,00	49.203,14	5,00	51.515,69	4,70
Outros Serviços	**259.179,23**	**294.623,68**	**13,68**	**408.000,00**	**38,48**	**330.950,78**	**-18,88**	**347.498,31**	**5,00**	**363.830,74**	**4,70**
Outros Serviços	**259.179,23**	**294.623,68**	**13,68**	**408.000,00**	**38,48**	**330.950,78**	**-18,88**	**347.498,31**	**5,00**	**363.830,74**	**4,70**
Outros Serviços	**259.179,23**	**294.623,68**	**13,68**	**408.000,00**	**38,48**	**330.950,78**	**-18,88**	**347.498,31**	**5,00**	**363.830,74**	**4,70**

03 AGO 2022
Câmara Municipal de J. Monlevade
189

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - M

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XII - RECEITA PRIMÁRIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2020	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%
Outros Serviços - Principal	259.179,23	294.623,68	13,68	409.000,00	38,48	330.950,76	-19,08	347.498,31	5,00	363.830,74	4,70
Transferências Correntes	**198.564.486,10**	**227.696.630,94**	**14,67**	**223.905.000,00**	**-1,67**	**270.065.276,71**	**20,62**	**292.226.040,66**	**8,21**	**313.323.264,47**	**7,22**
Transferências da União e de suas Entidades	**96.903.859,90**	**93.001.202,09**	**-4,03**	**94.875.000,00**	**2,01**	**115.537.266,43**	**21,78**	**120.739.129,76**	**4,50**	**125.893.168,85**	**4,27**
Transferências Decorrentes de Participação na Receita da	**39.858.418,88**	**53.157.296,16**	**33,37**	**54.850.000,00**	**3,18**	**74.636.446,57**	**36,09**	**78.262.218,90**	**5,00**	**81.988.043,18**	**4,76**
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPI	**39.774.514,21**	**53.156.470,35**	**33,64**	**54.800.000,00**	**3,09**	**74.533.395,64**	**36,01**	**78.260.065,42**	**5,00**	**81.983.788,49**	**4,76**
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cot	**36.487.143,72**	**49.119.686,82**	**34,62**	**51.000.000,00**	**3,83**	**70.000.000,00**	**37,25**	**73.500.000,00**	**5,00**	**77.000.000,00**	**4,76**
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota M	36.487.143,72	49.119.686,82	34,62	51.000.000,00	3,83	70.000.000,00	37,25	73.500.000,00	5,00	77.000.000,00	4,76
Cota-Parte do Fundo de Participação do Municípios – 1% (	**1.641.934,93**	**2.152.975,84**	**31,12**	**1.900.000,00**	**-11,75**	**2.418.437,76**	**27,29**	**2.539.359,65**	**5,00**	**2.658.709,65**	**4,70**
Cota-Parte do Fundo de Participação do Municípios – 1% Cota	1.641.934,93	2.152.975,84	31,12	1.900.000,00	-11,75	2.418.437,76	27,29	2.539.359,65	5,00	2.658.709,65	4,70
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1%	**1.645.435,56**	**1.882.807,69**	**14,43**	**1.900.000,00**	**0,91**	**2.114.957,88**	**11,31**	**2.220.705,77**	**5,00**	**2.325.078,94**	**4,70**
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cot	1.645.435,56	1.882.807,69	14,43	1.900.000,00	0,91	2.114.957,88	11,31	2.220.705,77	5,00	2.325.078,94	4,70
Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rur	**83.904,67**	**1.825,81**	**-97,82**	**50.000,00**	**2.638,51**	**2.050,93**	**-95,90**	**2.153,48**	**5,00**	**2.254,69**	**4,70**
Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural -	83.904,67	1.825,81	-97,82	50.000,00	2.638,51	2.050,93	-95,90	2.153,48	5,00	2.254,69	4,70
Transferências das Compensações Financeiras pela Explo	**1.626.260,09**	**2.492.713,97**	**53,09**	**2.500.000,00**	**0,29**	**2.933.481,81**	**17,34**	**3.120.155,90**	**6,36**	**3.266.703,23**	**4,69**
Cota-parte da Compensação Financeira pela Exploração d	**1.041.222,00**	**1.543.204,67**	**48,21**	**1.500.000,00**	**-2,80**	**1.733.481,81**	**15,57**	**1.820.155,90**	**5,00**	**1.905.703,23**	**4,70**
Cota-parte da Compensação Financeira pela Exploração de R	1.041.222,00	1.543.204,67	48,21	1.500.000,00	-2,80	1.733.481,81	15,57	1.820.155,90	5,00	1.905.703,23	4,70
Cota-parte da Compensação Financeira pela Produção de	**587.038,09**	**949.509,30**	**61,75**	**1.000.000,00**	**5,32**	**1.200.000,00**	**20,00**	**1.300.000,00**	**8,33**	**1.360.000,00**	**4,62**
Cota-parte da Compensação Financeira pela Produção de	**587.038,09**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Cota-parte da Compensação Financeira pela Produção de Pet	587.038,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo – FEP	**0,00**	**949.509,30**	**0,00**	**1.000.000,00**	**5,32**	**1.200.000,00**	**20,00**	**1.300.000,00**	**8,33**	**1.360.000,00**	**4,62**
Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo – FEP - Principal	0,00	949.509,30	0,00	1.000.000,00	5,32	1.200.000,00	20,00	1.300.000,00	8,33	1.360.000,00	4,62
Transf.de Rec.do Sistema Único de Saúde – SUS	**39.137.304,72**	**33.822.184,61**	**-13,58**	**31.700.000,00**	**-6,27**	**32.804.204,09**	**3,48**	**33.894.414,29**	**3,32**	**34.983.451,78**	**3,21**
Transf.de Rec.do Sistema Único de Saúde – SUS – Repass	**39.137.304,72**	**33.822.184,61**	**-13,58**	**31.700.000,00**	**-6,27**	**32.804.204,09**	**3,48**	**33.894.414,29**	**3,32**	**34.983.451,78**	**3,21**
Transf.de Rec.do Bloco de Manutenção das Ações e Servi	**5.637.481,65**	**7.265.999,71**	**28,89**	**7.000.000,00**	**-3,66**	**7.000.000,00**	**0,00**	**7.000.000,00**	**0,00**	**7.000.000,00**	**0,00**
Transf.de Rec.do Bloco de Manut.das Ações e Serv.Públicos de	5.637.481,65	7.265.999,71	28,89	7.000.000,00	-3,66	7.000.000,00	0,00	7.000.000,00	0,00	7.000.000,00	0,00
Transf.de Rec.do Bloco de Manutenção das Ações e Servi	**19.185.800,49**	**24.950.020,84**	**30,04**	**23.000.000,00**	**-7,82**	**24.000.000,00**	**4,35**	**25.000.000,00**	**4,17**	**26.000.000,00**	**4,00**
Transf.de Rec.do Bloco de Manut.das Ações e Serv.Públicos de	19.185.800,49	24.950.020,84	30,04	23.000.000,00	-7,82	24.000.000,00	4,35	25.000.000,00	4,17	26.000.000,00	4,00
Transf.de Rec.do Bloco de Manutenção das Ações e Servi	**1.009.575,35**	**1.074.695,10**	**6,45**	**1.100.000,00**	**2,35**	**1.207.205,01**	**9,75**	**1.267.565,26**	**5,00**	**1.327.140,83**	**4,70**
Transf.do Rec.do Bloco de Manut.das Ações e Serv.Públicos de	1.009.575,35	1.074.695,10	6,45	1.100.000,00	2,35	1.207.205,01	9,75	1.267.565,26	5,00	1.327.140,83	4,70
Transf.de Rec.do Bloco de Manutenção das Ações e Servi	**471.468,96**	**471.468,96**	**0,00**	**500.000,00**	**6,05**	**529.601,08**	**5,92**	**556.081,13**	**5,00**	**582.216,94**	**4,70**
Transf.de Rec.do Bloco de Manut.das Ações e Serv.Públicos de	471.468,96	471.468,96	0,00	500.000,00	6,05	529.601,08	5,92	556.081,13	5,00	582.216,94	4,70
Transf.de Rec.do Bloco de Manutenção das Ações e Servi	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Transf.de Rec.do Bloco de Manut.das Ações e Serv.Públicos de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf.de Rec.do Bloco de Manutenção das Ações e Servi	**12.832.978,27**	**60.000,00**	**-99,53**	**100.000,00**	**66,67**	**67.398,00**	**-32,60**	**70.767,90**	**5,00**	**74.093,99**	**4,70**
Transf.de Rec.do Bloco de Manut.das Ações e Serv.Públicos de	12.832.978,27	60.000,00	-99,53	100.000,00	66,67	67.398,00	-32,60	70.767,90	5,00	74.093,99	4,70

03 AGO 2022

Câmara Municipal de J. Monlevade

190

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - M

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XII - RECEITA PRIMÁRIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2020	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%
Transf.de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimen	**2.369.975,03**	**2.436.644,27**	**2,81**	**2.915.000,00**	**19,63**	**2.737.082,51**	**-6,10**	**2.873.936,64**	**5,00**	**3.009.011,66**	**4,70**
Transf.do Salário-Educação	**1.700.589,99**	**1.835.484,42**	**7,93**	**2.100.000,00**	**14,41**	**2.061.799,65**	**-1,82**	**2.164.889,63**	**5,00**	**2.266.639,44**	**4,70**
Transf.do Salário-Educação - Principal	1.700.589,99	1.835.484,42	7,93	2.100.000,00	14,41	2.061.799,65	-1,82	2.164.889,63	5,00	2.266.639,44	4,70
Transf.ref.ao Prog.Nacional de Alimentação Escolar – PNA	**647.605,20**	**595.904,00**	**-7,98**	**800.000,00**	**34,25**	**669.378,96**	**-16,33**	**702.847,91**	**5,00**	**735.881,76**	**4,70**
Transf.ref.ao Prog.Nacional de Alimentação Escolar – PNAE -	647.605,20	595.904,00	-7,98	800.000,00	34,25	669.378,96	-16,33	702.847,91	5,00	735.881,76	4,70
Transf.ref.ao Prog.Nacional de Apoio ao Transporte do Es	**10.646,55**	**5.255,85**	**-50,63**	**15.000,00**	**185,40**	**5.903,90**	**-60,64**	**6.199,10**	**5,00**	**6.490,46**	**4,70**
Transf.ref.ao Prog.Nacional de Apoio ao Transporte do Escola	10.646,55	5.255,85	-50,63	15.000,00	185,40	5.903,90	-60,64	6.199,10	5,00	6.490,46	4,70
Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Dese	**11.133,29**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Desenvo	11.133,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf.de Rec.do Fundo Nacional de Assistência Social – I	**1.098.233,78**	**338.087,02**	**-69,22**	**610.000,00**	**80,43**	**379.773,15**	**-37,74**	**398.761,81**	**5,00**	**417.503,62**	**4,70**
Transf.de Rec.do Fundo Nacional de Assistência Social – I	**1.098.233,78**	**338.087,02**	**-69,22**	**610.000,00**	**80,43**	**379.773,15**	**-37,74**	**398.761,81**	**5,00**	**417.503,62**	**4,70**
Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência	1.098.233,78	338.087,02	-69,22	610.000,00	80,43	379.773,15	-37,74	398.761,81	5,00	417.503,62	4,70
Outras Transferências de Recursos da União e de suas En	**12.811.667,40**	**754.276,06**	**-94,11**	**2.300.000,00**	**204,93**	**2.147.278,30**	**-6,64**	**2.189.642,22**	**1,97**	**2.231.455,40**	**1,91**
Transferências Financeiras do ICMS – Desoneração – L.C.	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Transferências Financeiras do ICMS – Desoneração – L.C. Nº	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência Especial da União	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**500.000,00**	**0,00**	**500.000,00**	**0,00**	**500.000,00**	**0,00**	**500.000,00**	**0,00**
Transferência Especial da União - Principal	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	500.000,00	0,00	500.000,00	0,00	500.000,00	0,00
Transferência Obrigatória Decorrente da Lei Complementa	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**800.000,00**	**0,00**	**800.000,00**	**0,00**	**800.000,00**	**0,00**	**800.000,00**	**0,00**
Transferência Obrigatória Decorrente da Lei Complementar nº	0,00	0,00	0,00	800.000,00	0,00	800.000,00	0,00	800.000,00	0,00	800.000,00	0,00
Outras Transferências de Recursos da União e de suas En	**12.811.667,40**	**754.276,06**	**-94,11**	**1.000.000,00**	**32,58**	**847.278,30**	**-15,27**	**889.642,22**	**5,00**	**931.455,40**	**4,70**
Outras Transferências de Recursos da União e de suas Entida	12.811.667,40	754.276,06	-94,11	1.000.000,00	32,58	847.278,30	-15,27	889.642,22	5,00	931.455,40	4,70
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de sua	**71.347.821,96**	**97.493.385,49**	**36,65**	**90.380.000,00**	**-7,30**	**109.017.151,74**	**20,62**	**121.873.009,34**	**11,79**	**134.713.190,79**	**10,54**
Participação na Receita dos Estados e Distrito Federal	**65.633.394,38**	**82.194.080,93**	**25,23**	**84.880.000,00**	**3,27**	**101.619.212,03**	**19,72**	**114.450.172,63**	**12,63**	**127.270.330,75**	**11,20**
Cota-Parte do ICMS	**49.966.146,02**	**67.399.091,15**	**34,84**	**70.000.000,00**	**3,86**	**85.000.000,00**	**21,43**	**97.000.000,00**	**14,12**	**109.000.000,00**	**12,37**
Cota-Parte do ICMS - Principal	49.966.145,02	67.399.091,15	34,84	70.000.000,00	3,86	85.000.000,00	21,43	97.000.000,00	14,12	109.000.000,00	12,37
Cota-Parte do IPVA	**15.032.320,03**	**14.006.552,76**	**-6,82**	**14.000.000,00**	**-0,05**	**15.733.560,72**	**12,38**	**16.520.238,76**	**5,00**	**17.296.689,98**	**4,70**
Cota-Parte do IPVA - Principal	15.032.320,03	14.006.552,76	-6,82	14.000.000,00	-0,05	15.733.560,72	12,38	16.520.238,76	5,00	17.296.689,98	4,70
Cota-Parte do IPI - Municípios	**554.634,27**	**750.121,86**	**35,25**	**800.000,00**	**6,65**	**842.611,89**	**5,33**	**884.742,48**	**5,00**	**926.325,38**	**4,70**
Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	554.634,27	750.121,86	35,25	800.000,00	6,65	842.611,89	5,33	884.742,48	5,00	926.325,38	4,70
Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Ec	**60.295,06**	**38.315,16**	**-36,46**	**80.000,00**	**108,79**	**43.039,42**	**-46,20**	**45.191,39**	**5,00**	**47.315,39**	**4,70**
Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econô	60.295,06	38.315,16	-36,45	80.000,00	108,79	43.039,42	-46,20	45.191,39	5,00	47.315,39	4,70
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde –	**5.462.262,54**	**14.996.938,17**	**174,56**	**5.050.000,00**	**-66,33**	**7.000.000,00**	**38,61**	**7.000.000,00**	**0,00**	**7.000.000,00**	**0,00**
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde –	**5.462.262,54**	**14.996.938,17**	**174,56**	**5.050.000,00**	**-66,33**	**7.000.000,00**	**38,61**	**7.000.000,00**	**0,00**	**7.000.000,00**	**0,00**
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS	5.462.262,54	14.996.938,17	174,56	5.050.000,00	-66,33	7.000.000,00	38,61	7.000.000,00	0,00	7.000.000,00	0,00
Outras Transferências dos Estados e Distrito Federal	**251.955,04**	**302.366,39**	**20,00**	**450.000,00**	**48,83**	**397.939,71**	**-11,57**	**422.836,71**	**6,26**	**442.860,04**	**4,74**

03 AGO 2022

Câmara Municipal de João Monlevade

191

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - M.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XII - RECEITA PRIMÁRIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2020	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%
Transferências de Estados destinadas à Assistência Socia	243.318,50	265.012,00	8,92	400.000,00	50,94	297.687,98	-25,58	312.572,38	5,00	327.263,28	4,70
Transferências de Estados destinadas à Assistência Social - P	243.318,50	265.012,00	8,92	400.000,00	50,94	297.687,98	-25,58	312.572,38	5,00	327.263,28	4,70
Transferências de Recursos Destinados a Programas de E	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	58.291,54	16,58	66.206,13	13,58	69.467,62	4,93
Transferências de Recursos Destinados a Programas de Educ	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	58.291,54	16,58	66.206,13	13,58	69.467,62	4,93
Outras Transferências dos Estados e DF	8.646,54	37.354,39	332,02	0,00	0,00	41.960,19	0,00	44.058,20	5,00	46.128,94	4,70
Outras Transferências dos Estados e DF - Principal	8.646,54	37.354,39	332,02	0,00	0,00	41.960,19	0,00	44.058,20	5,00	46.128,94	4,70
Transferências de Instituições Privadas	2.874.356,28	1.287.659,68	-55,20	250.000,00	-80,58	282.603,29	13,04	384.233,45	35,96	485.842,42	26,44
Transferências de Instituições Privadas	2.874.356,28	1.287.659,68	-55,20	250.000,00	-80,58	282.603,29	13,04	384.233,45	35,96	485.842,42	26,44
Outras TransferÃªncias de InstituiÃ§Ãµes Privadas	2.874.356,28	1.287.659,68	-55,20	250.000,00	-80,58	282.603,29	13,04	384.233,45	35,96	485.842,42	26,44
Outras TransferÃªncias de InstituÃ§Ãµes Privadas â€" Principa	2.874.356,28	1.287.659,68	-55,20	250.000,00	-80,58	282.603,29	13,04	384.233,45	35,96	485.842,42	26,44
Transferências de Outras Instituições Públicas	27.438.617,96	35.889.129,89	30,80	38.000.000,00	5,88	45.000.000,00	18,42	49.000.000,00	8,89	52.000.000,00	6,12
Transferências de Recursos do FUNDEB	27.191.941,12	35.889.129,89	31,98	38.000.000,00	5,88	45.000.000,00	18,42	49.000.000,00	8,89	52.000.000,00	6,12
Transferências de Recursos do FUNDEB	27.191.941,12	35.889.129,89	31,98	38.000.000,00	5,88	45.000.000,00	18,42	49.000.000,00	8,89	52.000.000,00	6,12
Transferências de Recursos do FUNDEB - Principal	27.191.941,12	35.889.129,89	31,98	38.000.000,00	5,88	45.000.000,00	18,42	49.000.000,00	8,89	52.000.000,00	6,12
Demais Transferências Correntes	0,00	25.153,79	0,00	400.000,00	1.490,22	228.255,25	-42,94	229.668,01	0,62	231.062,41	0,61
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	25.153,79	0,00	400.000,00	1.490,22	228.255,25	-42,94	229.668,01	0,62	231.062,41	0,61
Transferências de Pessoas Físicas - Programas de Saúde	0,00	25.153,79	0,00	0,00	0,00	28.255,25	0,00	29.668,01	5,00	31.062,41	4,70
Transferências de Pessoas Físicas - Programas de Saúde - Pri	0,00	25.153,79	0,00	0,00	0,00	28.255,25	0,00	29.668,01	5,00	31.062,41	4,70
Outras Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	400.000,00	0,00	200.000,00	-50,00	200.000,00	0,00	200.000,00	0,00
Outras Transferências de Pessoas Físicas - Principal	0,00	0,00	0,00	400.000,00	0,00	200.000,00	-50,00	200.000,00	0,00	200.000,00	0,00
Outras Receitas Correntes	1.697.923,29	1.238.903,25	-27,03	1.584.000,00	27,88	2.365.669,55	49,32	2.573.453,03	9,25	3.059.823,14	18,90
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	971.878,88	860.024,87	-11,51	1.085.000,00	26,16	966.065,93	-10,96	1.164.369,23	20,53	1.631.512,40	40,12
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	971.878,88	860.024,87	-11,51	1.085.000,00	26,16	966.065,93	-10,96	1.164.369,23	20,53	1.631.512,40	40,12
Multas Previstas em Legislação Específica	417.305,03	817.412,60	95,88	1.000.000,00	22,34	918.199,57	-8,18	1.114.109,55	21,34	1.578.890,52	41,72
Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	417.305,03	817.412,60	95,88	1.000.000,00	22,34	918.199,57	-8,18	1.114.109,55	21,34	1.578.890,52	41,72
Multas por Danos Ambientais	10.103,99	41.239,25	308,15	80.000,00	93,99	46.324,05	-42,09	48.640,25	5,00	50.926,34	4,70
Multas Administrativas por Danos Ambientais	10.103,99	41.239,25	308,15	80.000,00	93,99	46.324,05	-42,09	48.640,25	5,00	50.926,34	4,70
Multas Administrativas por Danos Ambientais - Principal	10.103,99	41.239,25	308,15	80.000,00	93,99	46.324,05	-42,09	48.640,25	5,00	50.926,34	4,70
Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais	544.469,86	1.373,02	-99,75	5.000,00	264,16	1.542,31	-69,15	1.619,43	5,00	1.695,54	4,70
Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais - Principal	0,00	1.373,02	0,00	5.000,00	264,16	1.542,31	-69,15	1.619,43	5,00	1.695,54	4,70
Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais - Multas e Juros de	544.469,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros Previstos em Contratos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	411.271,03	113.929,01	-72,30	78.000,00	-31,54	1.091.985,99	1.299,98	1.096.585,29	0,42	1.101.124,80	0,41
Restituições	411.271,03	113.929,01	-72,30	78.000,00	-31,54	1.091.985,99	1.299,98	1.096.585,29	0,42	1.101.124,80	0,41

03 AGO 2022
Câmara Municipal
192
João Monlevade

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - M

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XII - RECEITA PRIMÁRIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2020	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%
Restituição de Convênios	188.221,55	5.733,40	-96,95	0,00	0,00	6.440,33	0,00	6.762,35	5,00	7.080,18	4,70
Restituição de Convênios - Primárias	89.894,00	5.733,40	-93,62	0,00	0,00	6.440,33	0,00	6.762,35	5,00	7.080,18	4,70
Restituição de Convênios - Primárias - Principal	89.894,00	5.733,40	-93,62	0,00	0,00	6.440,33	0,00	6.762,35	5,00	7.080,18	4,70
Restituição de Convênios - Financeiras	98.327,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restituição de Convênios - Financeiras - Principal	98.327,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Restituições	223.049,46	108.195,61	-51,49	78.000,00	-27,91	1.085.545,66	1.291,73	1.089.822,94	0,39	1.094.044,62	0,39
Outras Restituições - Principal	223.049,46	108.195,61	-51,49	78.000,00	-27,91	1.085.545,66	1.291,73	1.089.822,94	0,39	1.094.044,62	0,39
Demais Receitas Correntes	314.773,38	264.949,37	-15,83	421.000,00	58,90	297.617,63	-29,31	312.498,51	5,00	327.185,94	4,70
Outras Receitas Correntes	314.773,38	264.949,37	-15,83	421.000,00	58,90	297.617,63	-29,31	312.498,51	5,00	327.185,94	4,70
Encargos Legais pela Inscrição em Dívida Ativa e Receitas	109.177,99	59.223,36	-45,76	100.000,00	68,85	66.525,60	-33,47	69.851,88	5,00	73.134,92	4,70
Ônus de Sucumbência	109.177,99	59.223,36	-45,76	100.000,00	68,85	66.525,60	-33,47	69.851,88	5,00	73.134,92	4,70
Ônus de Sucumbência - Principal	109.177,99	59.223,36	-45,76	100.000,00	68,85	66.525,60	-33,47	69.851,88	5,00	73.134,92	4,70
Outras Receitas	205.595,39	205.726,01	0,06	321.000,00	56,03	231.092,03	-28,01	242.646,63	5,00	254.051,02	4,70
Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela R	205.595,39	205.726,01	0,06	321.000,00	56,03	231.092,03	-28,01	242.646,63	5,00	254.051,02	4,70
Outras Receit Não Arrec.e Não Projet pela RFB - Primárias -	182.355,17	193.592,63	6,16	311.000,00	60,65	217.462,60	-30,09	228.335,73	5,00	239.067,51	4,70
Outras Receit Não Arrec.e Não Projet pela RFB - Primárias -	23.240,22	12.133,38	-47,79	10.000,00	-17,58	13.629,43	36,29	14.310,90	5,00	14.983,51	4,70
Receitas de Capital	4.729.296,31	9.439.734,55	99,60	24.700.000,00	161,66	14.600.489,42	-40,89	12.625.513,89	-13,53	10.650.213,04	-15,65
Operações de Crédito	2.379.034,23	6.749.181,78	183,69	7.000.000,00	3,72	4.000.000,00	-42,86	4.000.000,00	0,00	4.000.000,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	2.379.034,23	6.749.181,78	183,69	7.000.000,00	3,72	4.000.000,00	-42,86	4.000.000,00	0,00	4.000.000,00	0,00
Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno	2.379.034,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno	2.379.034,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno - Principa	2.379.034,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	6.749.181,78	0,00	7.000.000,00	3,72	4.000.000,00	-42,86	4.000.000,00	0,00	4.000.000,00	0,00
Outras Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	6.749.181,78	0,00	7.000.000,00	3,72	4.000.000,00	-42,86	4.000.000,00	0,00	4.000.000,00	0,00
Outras Operações de Crédito - Mercado Interno - Principal	0,00	6.749.181,78	0,00	7.000.000,00	3,72	4.000.000,00	-42,86	4.000.000,00	0,00	4.000.000,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	4.100.000,00	0,00	4.100.000,00	0,00	4.100.000,00	0,00	4.100.000,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00
Alienação de Bens Móveis e Semoventes	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00
Alienação de Bens Móveis e Semoventes	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00
Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	4.000.000,00	0,00	4.000.000,00	0,00	4.000.000,00	0,00	4.000.000,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	4.000.000,00	0,00	4.000.000,00	0,00	4.000.000,00	0,00	4.000.000,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	4.000.000,00	0,00	4.000.000,00	0,00	4.000.000,00	0,00	4.000.000,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis - Principal	0,00	0,00	0,00	4.000.000,00	0,00	4.000.000,00	0,00	4.000.000,00	0,00	4.000.000,00	0,00
Transferências de Capital	2.360.262,08	2.690.552,77	14,48	13.600.000,00	405,47	6.500.489,42	-52,20	4.525.513,89	-30,38	2.550.213,04	-43,65

03 AGO 2022

Câmara Municipal de João Monlevade
193

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - M

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XII - RECEITA PRIMÁRIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2020	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%
Transferências da União e de suas Entidades	**1.894.512,01**	**296.552,77**	**-84,40**	**7.600.000,00**	**2.471,45**	**4.331.994,42**	**-43,00**	**2.348.694,14**	**-45,78**	**364.978,06**	**-84,46**
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde -	**275.245,00**	**149.995,00**	**-45,50**	**0,00**	**0,00**	**168.489,38**	**0,00**	**176.913,85**	**5,00**	**185.228,80**	**4,70**
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde –	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Transferências de Recursos do Bloco de Estruturação da	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Transf.de Rec.do Bloco de Estrut.da Rede de Serv.Públicos de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Recursos do Sistema Único de S	**275.245,00**	**149.995,00**	**-45,50**	**0,00**	**0,00**	**168.489,38**	**0,00**	**176.913,85**	**5,00**	**185.228,80**	**4,70**
Outras Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde	275.245,00	149.995,00	-45,50	0,00	0,00	168.489,38	0,00	176.913,85	5,00	185.228,80	4,70
Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenv	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**600.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Transferências de Recursos Destinados a Programas de E	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**600.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Transferências para o Programa Nacional de Reestruturaç	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**600.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Transf.para o Prog.Nacional de Reest.e Aquis.de Equip.para E	0,00	0,00	0,00	600.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistê	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistê	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios da União e de suas Entidade	**1.242.665,22**	**0,00**	**0,00**	**7.000.000,00**	**0,00**	**4.000.000,00**	**-42,86**	**2.000.000,00**	**-50,00**	**0,00**	**0,00**
Transferências de Convênios da União destinadas a Progr	**200.092,93**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Transferências de Convênios da União destinadas a Programa	200.092,93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios da União destinadas a Progr	**571.715,15**	**0,00**	**0,00**	**5.000.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Transferências de Convênios da União destinadas a Programa	571.715,15	0,00	0,00	5.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios da União destinadas a Progr	**470.857,14**	**0,00**	**0,00**	**2.000.000,00**	**0,00**	**4.000.000,00**	**100,00**	**2.000.000,00**	**-50,00**	**0,00**	**0,00**
Transf.de Convênios da União destinadas a Programas de Infr	470.857,14	0,00	0,00	2.000.000,00	0,00	4.000.000,00	100,00	2.000.000,00	-50,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Recursos da União e de suas En	**376.601,86**	**145.557,77**	**-61,35**	**0,00**	**0,00**	**163.505,04**	**0,00**	**171.680,29**	**5,00**	**179.749,26**	**4,70**
Outras Transferências De Recursos da União e de suas En	**376.601,86**	**145.557,77**	**-61,35**	**0,00**	**0,00**	**163.505,04**	**0,00**	**171.680,29**	**5,00**	**179.749,26**	**4,70**
Outras Transferências De Recursos da União e de suas Entida	376.601,86	145.557,77	-61,35	0,00	0,00	163.505,04	0,00	171.680,29	5,00	179.749,26	4,70
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de sua	**407.000,00**	**2.200.000,00**	**440,54**	**4.000.000,00**	**81,82**	**168.495,00**	**-95,79**	**176.919,75**	**5,00**	**185.234,98**	**4,70**
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde –	**82.000,00**	**150.000,00**	**82,93**	**0,00**	**0,00**	**168.495,00**	**0,00**	**176.919,75**	**5,00**	**185.234,98**	**4,70**
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde –	**82.000,00**	**150.000,00**	**82,93**	**0,00**	**0,00**	**168.495,00**	**0,00**	**176.919,75**	**5,00**	**185.234,98**	**4,70**
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS	82.000,00	150.000,00	82,93	0,00	0,00	168.495,00	0,00	176.919,75	5,00	185.234,98	4,70
Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas	**325.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Transferências de Convênios dos Estados destinadas a Pr	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Transferências de Convênios dos Estados destinadas a Progra	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Convênios dos Estados e DF e d	**325.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras Transferências de Convênios dos Estados e DF e de S	325.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Recursos dos Estados	**0,00**	**2.050.000,00**	**0,00**	**4.000.000,00**	**95,12**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras Transferências de Recursos dos Estados	**0,00**	**2.050.000,00**	**0,00**	**4.000.000,00**	**95,12**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

03 AGO 2022
Câmara Municipal de J. Monlevade
194

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - M

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XII - RECEITA PRIMÁRIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º § 2º, inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2020	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%
Outras Transferências de Recursos dos Estados - Principal	0,00	2.050.000,00	0,00	4.000.000,00	95,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências de Capital	**48.750,00**	**195.000,00**	**300,00**	**2.000.000,00**	**925,64**	**2.000.000,00**	**0,00**	**2.000.000,00**	**0,00**	**2.000.000,00**	**0,00**
Outras Transferências de Capital	**48.750,00**	**195.000,00**	**300,00**	**2.000.000,00**	**925,64**	**2.000.000,00**	**0,00**	**2.000.000,00**	**0,00**	**2.000.000,00**	**0,00**
Outras Transferências de Capital	**48.750,00**	**195.000,00**	**300,00**	**2.000.000,00**	**925,64**	**2.000.000,00**	**0,00**	**2.000.000,00**	**0,00**	**2.000.000,00**	**0,00**
Outras Transferências de Capital - Principal	48.750,00	195.000,00	300,00	2.000.000,00	925,64	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00	0,00
CORRENTE INTRAORÇAMENTÁRIA	**564.859,20**	**520.296,21**	**-7,89**	**661.000,00**	**27,04**	**584.448,73**	**-11,58**	**613.671,17**	**5,00**	**642.513,72**	**4,70**
Receitas Correntes	**564.859,20**	**520.296,21**	**-7,89**	**661.000,00**	**27,04**	**584.448,73**	**-11,58**	**613.671,17**	**5,00**	**642.513,72**	**4,70**
Receita de Serviços	**564.859,20**	**520.296,21**	**-7,89**	**661.000,00**	**27,04**	**584.448,73**	**-11,58**	**613.671,17**	**5,00**	**642.513,72**	**4,70**
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	**564.859,20**	**520.296,21**	**-7,89**	**661.000,00**	**27,04**	**584.448,73**	**-11,58**	**613.671,17**	**5,00**	**642.513,72**	**4,70**
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	**564.859,20**	**520.296,21**	**-7,89**	**661.000,00**	**27,04**	**584.448,73**	**-11,58**	**613.671,17**	**5,00**	**642.513,72**	**4,70**
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	**564.859,20**	**520.296,21**	**-7,89**	**661.000,00**	**27,04**	**584.448,73**	**-11,58**	**613.671,17**	**5,00**	**642.513,72**	**4,70**
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	564.859,20	520.296,21	-7,89	658.000,00	26,47	584.448,73	-11,18	613.671,17	5,00	642.513,72	4,70
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Multas e Juros	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Multas e Juros	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÃO FUNDEB	**(20.428.827,64)**	**(26.255.453,65)**	**28,52**	**(27.170.000,00)**	**3,48**	**(34.315.643,21)**	**26,30**	**(37.581.425,37)**	**9,52**	**(40.845.052,36)**	**8,68**
Receitas Correntes	**(20.428.827,64)**	**(26.255.453,65)**	**28,52**	**(27.170.000,00)**	**3,48**	**(34.315.643,21)**	**26,30**	**(37.581.425,37)**	**9,52**	**(40.845.052,36)**	**8,68**
Transferências Correntes	**(20.428.827,64)**	**(26.255.453,65)**	**28,52**	**(27.170.000,00)**	**3,48**	**(34.315.643,21)**	**26,30**	**(37.581.425,37)**	**9,52**	**(40.845.052,36)**	**8,68**
Transferências da União e de suas Entidades	**(7.314.209,35)**	**(9.824.302,20)**	**34,32**	**(10.210.000,00)**	**3,93**	**(14.000.410,17)**	**37,12**	**(14.700.430,68)**	**5,00**	**(15.400.450,92)**	**4,76**
Transferências Decorrentes de Participação na Receita da	**(7.314.209,35)**	**(9.824.302,20)**	**34,32**	**(10.210.000,00)**	**3,93**	**(14.000.410,17)**	**37,12**	**(14.700.430,68)**	**5,00**	**(15.400.450,92)**	**4,76**
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPI	**(7.297.428,45)**	**(9.823.937,05)**	**34,62**	**(10.200.000,00)**	**3,83**	**(14.000.000,00)**	**37,25**	**(14.700.000,00)**	**5,00**	**(15.400.000,00)**	**4,76**
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cot	**(7.297.428,45)**	**(9.823.937,05)**	**34,62**	**(10.200.000,00)**	**3,83**	**(14.000.000,00)**	**37,25**	**(14.700.000,00)**	**5,00**	**(15.400.000,00)**	**4,76**
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota M	(7.297.428,45)	(9.823.937,05)	34,62	(10.200.000,00)	3,83	(14.000.000,00)	37,25	(14.700.000,00)	5,00	(15.400.000,00)	4,76
Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rur	**(16.780,90)**	**(365,15)**	**-97,82**	**(10.000,00)**	**2.638,60**	**(410,17)**	**-95,90**	**(430,68)**	**5,00**	**(450,92)**	**4,70**
Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural -	(16.780,90)	(365,15)	-97,82	(10.000,00)	2.638,60	(410,17)	-95,90	(430,68)	5,00	(450,92)	4,70
Outras Transferências de Recursos da União e de suas En	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Transferências Financeiras do ICMS – Desoneração – L.C.	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Transferências Financeiras do ICMS – Desoneração – L.C. Nº	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de sua	**(13.114.618,29)**	**(16.431.151,45)**	**25,29**	**(16.960.000,00)**	**3,22**	**(20.315.233,04)**	**19,78**	**(22.880.994,69)**	**12,63**	**(25.444.601,44)**	**11,20**
Participação na Receita dos Estados e Distrito Federal	**(13.114.618,29)**	**(16.431.151,45)**	**25,29**	**(16.960.000,00)**	**3,22**	**(20.315.233,04)**	**19,78**	**(22.880.994,69)**	**12,63**	**(25.444.601,44)**	**11,20**
Cota-Parte do ICMS	**(9.997.228,70)**	**(13.479.817,84)**	**34,84**	**(14.000.000,00)**	**3,86**	**(17.000.000,00)**	**21,43**	**(19.400.000,00)**	**14,12**	**(21.800.000,00)**	**12,37**
Cota-Parte do ICMS - Principal	(9.997.228,70)	(13.479.817,84)	34,84	(14.000.000,00)	3,86	(17.000.000,00)	21,43	(19.400.000,00)	14,12	(21.800.000,00)	12,37
Cota-Parte do IPVA	**(3.006.462,73)**	**(2.801.309,24)**	**-6,82**	**(2.800.000,00)**	**-0,05**	**(3.146.710,67)**	**12,38**	**(3.304.046,20)**	**5,00**	**(3.459.336,37)**	**4,70**
Cota-Parte do IPVA - Principal	(3.006.462,73)	(2.801.309,24)	-6,82	(2.800.000,00)	-0,05	(3.146.710,67)	12,38	(3.304.046,20)	5,00	(3.459.336,37)	4,70
Cota-Parte do IPI - Municípios	**(110.926,86)**	**(150.024,37)**	**35,25**	**(160.000,00)**	**6,65**	**(168.522,37)**	**5,33**	**(176.948,49)**	**5,00**	**(185.265,07)**	**4,70**
Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	(110.926,86)	(150.024,37)	35,25	(160.000,00)	6,65	(168.522,37)	5,33	(176.948,49)	5,00	(185.265,07)	4,70

03 AGO 2022
Câmara Municipal
195
Monlevade - Rep

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XII - RECEITA PRIMÁRIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2020	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%
TOTAL DA RECEITA	249.635.794,80	289.327.426,04	15,90	310.000.000,00	7,15	358.000.000,00	15,48	380.000.000,00	6,15	395.000.000,00	3,95
RECEITAS CORRRENTES (I)	245.153.175,31	279.887.691,49	14,17	285.300.000,00	1,93	343.399.510,58	20,36	367.374.486,11	6,98	384.349.786,96	4,62
APLICAÇÕES FINANCEIRAS (II)	350.156,75	2.197.235,62	527,50	1.495.000,00	-31,96	2.468.154,77	65,09	2.591.562,51	5,00	2.713.365,95	4,70
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (III) = (I - II)	244.803.018,56	277.690.455,87	13,43	283.805.000,00	2,20	340.931.356,81	20,13	364.782.923,60	7,00	381.636.421,01	4,62
RECEITAS DE CAPITAL (IV)	4.729.296,31	9.439.734,55	99,60	24.700.000,00	161,66	14.600.489,42	-40,89	12.625.513,89	-13,53	10.650.213,04	-15,65
RECEITAS DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO (V)	2.379.034,23	6.749.181,78	183,69	7.000.000,00	3,72	4.000.000,00	-42,86	4.000.000,00	0,00	4.000.000,00	0,00
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE BENS (VI)	0,00	0,00	0,00	4.100.000,00	0,00	4.100.000,00	0,00	4.100.000,00	0,00	4.100.000,00	0,00
RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (VIII) = (IV - V - VI - VII)	2.350.262,08	2.690.552,77	14,48	13.600.000,00	405,47	6.500.489,42	-52,20	4.525.513,89	-30,38	2.550.213,04	-43,65
RECEITAS NÃO FINANCEIRAS (IX) = (III + VIII)	247.153.280,64	280.381.008,64	13,44	297.405.000,00	6,07	347.431.846,23	16,82	369.308.437,49	6,30	384.186.634,05	4,03

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Sec. Munic. Planej. E Desenv. Economico, Emissão: 24/05/2022 , às 10:06:45

03 AGO 2022

Monlevade - Câmara Municipal - Doc.

196

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XIII - RESULTADO PRIMÁRIO E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2020	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%
Despesas											
DESPESAS CORRENTES	**219.971.582,97**	**237.033.944,68**	**7,76**	**262.306.520,00**	**10,66**	**322.339.870,79**	**22,89**	**344.451.864,32**	**6,86**	**361.276.701,95**	**4,88**
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	118.781.951,82	122.538.298,50	3,16	134.026.670,00	9,38	151.772.096,33	13,24	162.280.701,16	6,92	171.677.594,10	5,79
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS CONTRA	493.047,96	529.976,82	7,49	587.000,00	10,76	595.325,21	1,42	625.091,47	5,00	654.470,77	4,70
RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	493.047,96	529.976,82	7,49	587.000,00	10,76	595.325,21	1,42	625.091,47	5,00	654.470,77	4,70
APLICAÇÕES DIRETAS	118.288.903,86	122.008.319,68	3,14	133.439.670,00	9,37	151.176.771,12	13,29	161.655.609,69	6,93	171.023.123,33	5,79
APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA	1.324.076,93	1.368.269,78	3,34	1.536.500,00	12,30	1.536.977,44	0,03	1.613.826,31	5,00	1.689.676,14	4,70
CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	12.133.220,40	13.554.020,83	11,71	16.675.100,00	23,03	15.748.218,47	-5,56	16.055.629,40	1,95	17.737.858,35	10,48
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	75.201.131,64	73.393.831,34	-2,40	81.103.000,00	10,50	95.045.129,50	17,19	103.247.385,97	8,63	107.989.096,73	4,59
OBRIGAÇÕES PATRONAIS	24.151.383,26	25.160.952,81	4,26	28.498.600,00	13,18	29.285.764,29	2,76	30.700.052,51	4,83	33.095.954,99	7,80
OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS -PESSOAL CIVIL	1.499.370,27	1.974.994,31	31,72	1.786.670,00	-9,54	2.218.511,11	24,17	2.329.436,67	5,00	2.438.920,19	4,70
SENTENÇAS JUDICIAIS	3.346.476,32	2.657.198,23	-20,60	3.380.000,00	27,20	2.984.630,77	-11,69	3.134.072,31	5,00	3.281.373,71	4,70
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	633.245,04	3.679.052,38	512,57	459.300,00	-87,51	4.357.339,54	848,69	4.575.206,52	5,00	4.790.241,22	4,70
APLICAÇÃO DIRETA À CONTA DE RECURSOS DE QUE T	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	618.179,98	1.072.087,46	73,43	1.600.000,00	49,24	2.500.000,00	56,25	2.800.000,00	12,00	3.000.000,00	7,14
APLICAÇÕES DIRETAS	618.179,98	1.072.087,46	73,43	1.600.000,00	49,24	2.500.000,00	56,25	2.800.000,00	12,00	3.000.000,00	7,14
JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	618.179,98	1.072.087,46	73,43	1.600.000,00	49,24	2.500.000,00	56,25	2.800.000,00	12,00	3.000.000,00	7,14
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	100.571.451,17	113.423.558,72	12,78	126.679.950,00	11,69	168.067.774,46	32,67	179.371.163,16	6,73	186.599.107,85	4,03
TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E AO DISTRITO FEDERA	18.445,39	207.341,73	1.024,08	0,00	0,00	232.906,97	0,00	244.552,32	5,00	256.046,28	4,70
CONTRIBUIÇÕES	18.445,39	207.341,73	1.024,08	0,00	0,00	232.906,97	0,00	244.552,32	5,00	256.046,28	4,70
TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	70.034,98	223.013,32	218,43	0,00	0,00	250.510,86	0,00	263.036,40	5,00	275.399,11	4,70
CONTRIBUIÇÕES	70.034,98	223.013,32	218,43	0,00	0,00	250.510,86	0,00	263.036,40	5,00	275.399,11	4,70
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FIN	13.814.590,86	14.522.590,64	5,13	12.524.000,00	-13,76	18.278.796,92	45,95	18.842.736,77	3,09	19.405.845,40	2,99
CONTRIBUIÇÕES	946.743,54	1.138.428,67	19,99	1.545.000,00	35,71	1.278.796,92	-17,23	1.342.736,77	5,00	1.405.845,40	4,70
SUBVENÇÕES SOCIAIS	12.865.847,32	13.384.161,97	4,03	10.979.000,00	-17,97	17.000.000,00	54,84	17.500.000,00	2,94	18.000.000,00	2,86
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FI	70.459,50	2.100.000,00	2.880,44	0,00	0,00	2.358.930,00	0,00	2.476.876,50	5,00	2.593.289,70	4,70
SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	70.459,50	2.100.000,00	2.880,44	0,00	0,00	2.358.930,00	0,00	2.476.876,50	5,00	2.593.289,70	4,70
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS MEDIAN	287.956,14	237.102,84	-17,66	270.500,00	14,09	266.337,62	-1,54	279.654,50	5,00	292.798,26	4,70
RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	287.956,14	237.102,84	-17,66	270.500,00	14,09	266.337,62	-1,54	279.654,50	5,00	292.798,26	4,70
APLICAÇÕES DIRETAS	82.832.169,09	92.623.761,00	11,82	109.787.450,00	18,53	139.737.190,83	27,28	149.124.680,34	6,72	153.441.540,33	2,89
DIÁRIAS -PESSOAL CIVIL	152.275,00	140.091,67	-8,00	244.900,00	74,81	157.364,98	-35,74	165.233,23	5,00	172.999,19	4,70
MATERIAL DE CONSUMO	9.784.100,10	11.392.437,60	16,44	13.069.600,00	14,72	16.797.125,16	28,52	18.436.981,41	9,76	21.068.519,53	14,27
PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, I	383.038,50	33.250,92	-91,32	62.000,00	86,46	37.350,76	-39,75	39.218,29	5,00	41.061,55	4,70

03 AGO 2022
Câmara Municipal de J. Monlevade
191

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XIII - RESULTADO PRIMÁRIO E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2020	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%
Despesas											
Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	2.649.230,87	2.337.157,33	-11,78	2.375.000,00	1,62	2.625.328,83	10,54	2.756.595,27	5,00	2.896.155,25	4,70
Passagens e Despesas com Locomoção	686,40	1.337,82	94,90	14.300,00	968,90	1.502,77	-89,49	1.577,91	5,00	1.652,07	4,70
OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE (	704.754,45	472.868,95	-32,90	500.000,00	5,74	531.171,44	6,23	557.730,01	5,00	583.943,32	4,70
SERVIÇOS DE CONSULTORIA	92.841,60	207.158,20	123,13	615.900,00	197,31	232.700,60	-62,22	244.335,84	5,00	255.819,63	4,70
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA FÍSICA	1.058.037,93	1.566.434,27	48,05	2.435.580,00	55,49	1.759.575,62	-27,76	1.847.554,40	5,00	1.934.389,46	4,70
LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	0,00	0,00	0,00	600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA JURÍDIC	55.937.014,68	64.284.663,38	14,92	74.597.140,00	16,04	98.903.882,46	32,58	106.099.706,57	7,28	107.445.592,78	1,27
SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMU	816.769,68	964.513,02	17,80	2.271.000,00	135,46	2.083.437,47	-8,26	1.737.609,34	-16,60	1.191.076,98	-31,45
SUBVENÇÕES SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	6.744.828,86	6.088.331,48	-9,59	7.080.000,00	16,10	10.850.255,76	53,25	11.192.768,55	3,16	11.530.828,68	3,02
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	2.408.316,50	2.681.678,02	11,35	2.797.300,00	4,31	3.012.328,92	7,69	3.162.945,37	5,00	3.311.603,80	4,70
OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	222.422,47	208.025,81	-6,47	315.000,00	51,42	233.675,39	-25,82	245.359,16	5,00	256.891,04	4,70
AUXÍLIO-TRANSPORTE	830.740,76	944.388,33	13,68	2.157.000,00	128,40	1.060.831,42	-50,82	1.113.872,99	5,00	1.166.225,02	4,70
Sentenças Judiciais	683.060,30	785.893,95	15,05	761.100,00	-3,15	882.794,67	15,99	926.934,40	5,00	970.500,32	4,70
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	3.846,12	0,00	1.530,00	-60,22	4.320,35	182,38	4.536,37	5,00	4.749,58	4,70
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	362.050,99	501.686,13	38,57	489.500,00	-2,43	563.544,03	15,13	591.721,23	5,00	619.532,13	4,70
APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENT	418.599,18	591.248,75	41,24	661.000,00	11,80	1.664.149,71	151,76	2.697.357,20	62,09	2.730.132,99	1,22
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	0,00	0,00	0,00	200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA JURÍDIC	418.599,18	591.248,75	41,24	660.800,00	11,76	1.664.149,71	151,84	2.697.357,20	62,09	2.730.132,99	1,22
APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE OPERAÇÃO DE ORC	3.059.196,03	2.918.500,44	-4,60	3.437.000,00	17,77	5.278.951,55	53,59	5.442.269,13	3,09	7.604.055,78	39,72
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDIC	3.059.196,03	2.918.500,44	-4,60	3.437.000,00	17,77	5.278.951,55	53,59	5.442.269,13	3,09	7.604.055,78	39,72
DESPESAS DE CAPITAL	**23.951.811,03**	**19.807.151,65**	**-17,30**	**46.493.380,00**	**134,73**	**32.660.129,21**	**-29,75**	**32.648.135,68**	**-0,34**	**30.723.298,05**	**-5,61**
INVESTIMENTOS	21.788.329,62	17.591.141,47	-19,26	43.493.380,00	147,25	29.160.129,21	-32,96	28.748.135,68	-1,41	26.723.298,05	-7,04
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS MEDIANT	25.669,60	22.916,40	-10,73	34.500,00	50,55	25.741,99	-25,39	27.029,09	5,00	28.299,46	4,70
RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLIC	25.669,60	22.916,40	-10,73	34.500,00	50,55	25.741,99	-25,39	27.029,09	5,00	28.299,46	4,70
APLICAÇÕES DIRETAS	21.762.659,82	17.568.225,07	-19,27	43.458.880,00	147,37	29.134.387,22	-32,96	28.721.106,59	-1,42	26.694.998,59	-7,05
MATERIAL DE CONSUMO	228.155,70	171.693,12	-24,75	245.300,00	42,88	192.851,65	-21,38	202.494,24	5,00	212.011,47	4,70
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA JURÍDIC	69.757,10	18.215,32	-73,89	925.300,00	4.979,79	20.461,27	-97,79	21.484,34	5,00	22.494,10	4,70
SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMU	9.158,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OBRAS E INSTALAÇÕES	20.183.000,63	10.810.395,06	-46,44	36.541.200,00	238,02	16.143.316,79	-55,82	16.750.482,63	16,15	16.349.755,31	-12,80
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	756.948,55	3.514.875,21	364,35	5.746.980,00	63,50	9.348.259,32	62,66	6.145.672,28	-34,26	6.340.518,87	3,17
Aquisição de Imóveis	0,00	2.425.290,50	0,00	100,00	-100,00	2.724.328,82	24.228,82	2.860.545,26	5,00	2.994.990,89	4,70
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	515.639,68	627.765,84	21,75	0,00	0,00	705.159,37	0,00	740.427,84	5,00	775.227,95	4,70
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	2.163.481,41	2.216.010,18	2,43	3.000.000,00	35,38	3.500.000,00	16,67	3.800.000,00	8,57	4.000.000,00	5,26

03 AGO 2022 Câmara Municipal de J. Monlevade 198

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - M

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XIII - RESULTADO PRIMÁRIO E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2020	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%
Despesas											
APLICAÇÕES DIRETAS	2.163.481,41	2.216.010,18	2,43	3.000.000,00	35,38	3.500.000,00	16,67	3.800.000,00	8,57	4.000.000,00	5,26
PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	2.163.481,41	2.216.010,18	2,43	3.000.000,00	35,38	3.500.000,00	16,67	3.800.000,00	8,57	4.000.000,00	5,26
RESERVA DE CONTINGÊNCIA OU RESERVA DO RPPS	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.200.000,00**	**0,00**	**3.000.000,00**	**150,00**	**3.000.000,00**	**0,00**	**3.000.000,00**	**0,00**
RESERVA DE CONTINGÊNCIA OU RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	1.200.000,00	0,00	3.000.000,00	150,00	3.000.000,00	0,00	3.000.000,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA OU RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	1.200.000,00	0,00	3.000.000,00	150,00	3.000.000,00	0,00	3.000.000,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA OU RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	1.200.000,00	0,00	3.000.000,00	150,00	3.000.000,00	0,00	3.000.000,00	0,00

03 AGO 2022
João Monlevade - Câmara Municipal
199

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - M

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XIII - RESULTADO PRIMÁRIO E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2020	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%
Receitas											
ARRECADADORA	**269.746.440,08**	**315.062.583,48**	**114,92**	**336.509.000,00**	**163,68**	**391.731.194,48**	**-19,94**	**416.967.754,20**	**-6,31**	**436.202.636,64**	**-10,65**
Receitas Correntes	**266.017.143,77**	**305.622.848,93**	**15,32**	**311.809.000,00**	**2,02**	**377.130.705,06**	**20,95**	**404.342.240,31**	**7,22**	**424.552.326,60**	**5,00**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	36.252.784,17	43.189.426,42	19,13	48.383.000,00	12,03	65.625.596,32	35,64	68.504.378,21	4,39	65.196.216,15	-4,83
Impostos	35.233.835,95	41.969.721,58	19,17	46.830.500,00	11,59	64.277.969,88	37,26	67.089.368,35	4,37	63.714.700,83	-5,03
Impostos sobre o Patrimônio	11.137.286,64	13.610.618,40	22,21	17.295.500,00	27,07	21.455.170,27	24,05	21.650.428,76	0,91	22.929.311,66	5,91
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	8.710.721,00	10.515.538,15	20,72	13.295.000,00	26,43	17.455.170,27	31,29	17.150.428,76	-1,75	17.929.311,66	4,54
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana -	7.134.616,77	9.315.792,25	30,57	12.000.000,00	28,81	15.000.000,00	25,00	15.650.000,00	4,33	16.330.000,00	4,35
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana -	27.311,62	49.423,61	80,96	30.000,00	-39,30	55.557,54	85,19	58.293,42	4,92	61.033,21	4,70
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana -	1.363.366,15	839.754,58	-38,41	915.000,00	8,96	1.800.000,00	96,72	1.000.000,00	-44,44	1.100.012,76	10,00
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana -	185.426,46	310.567,71	67,49	350.000,00	12,70	599.612,73	71,32	442.135,34	-26,26	438.265,69	-0,88
Impostos sobre Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis e	2.426.565,64	3.095.080,25	27,55	4.000.500,00	29,25	4.000.000,00	-0,01	4.500.000,00	12,50	5.000.000,00	11,11
Impost.sobre Transm.Int.Vivos de Bens Imóveis e de Direi	2.426.565,64	3.095.080,25	27,55	4.000.000,00	29,24	4.000.000,00	0,00	4.500.000,00	12,50	5.000.000,00	11,11
Impost.sobre Transm.Int.Vivos de Bens Imóveis e de Direi	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	4.902.762,86	5.388.266,00	9,90	5.760.000,00	6,90	6.556.687,48	13,83	7.059.521,85	7,67	7.562.319,38	7,12
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte	4.902.762,86	5.388.266,00	9,90	5.760.000,00	6,90	6.556.687,48	13,83	7.059.521,85	7,67	7.562.319,38	7,12
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho	4.842.767,28	5.337.800,87	10,22	5.700.000,00	6,79	6.500.000,00	14,04	7.000.000,00	7,69	7.500.000,00	7,14
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Prir	4.842.767,28	5.337.800,87	10,22	5.700.000,00	6,79	6.500.000,00	14,04	7.000.000,00	7,69	7.500.000,00	7,14
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendim	59.995,58	50.465,13	-15,89	60.000,00	18,89	56.687,48	-5,52	59.521,85	5,00	62.319,38	4,70
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendim	59.995,58	50.465,13	-15,89	60.000,00	18,89	56.687,48	-5,52	59.521,85	5,00	62.319,38	4,70
Impostos sobre a Produção e Circulação de Mercadorias e S	19.193.786,45	22.990.837,18	19,78	23.775.000,00	3,41	36.266.112,13	52,54	38.379.417,74	5,83	33.223.069,79	-13,44
Impostos sobre Serviços	19.193.786,45	22.990.837,18	19,78	23.775.000,00	3,41	36.266.112,13	52,54	38.379.417,74	5,83	33.223.069,79	-13,44
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	19.193.786,45	22.990.837,18	19,78	23.775.000,00	3,41	36.266.112,13	52,54	38.379.417,74	5,83	33.223.069,79	-13,44
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - F	18.987.624,26	22.753.935,08	19,84	23.000.000,00	1,08	36.000.000,00	56,52	38.000.000,00	5,56	33.000.000,00	-13,16
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - M	1.004,31	1.663,98	65,68	10.000,00	500,97	1.869,15	-81,31	1.962,61	5,00	2.054,65	4,70
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - I	172.211,22	176.490,75	2,49	735.000,00	316,45	198.252,06	-73,03	308.164,66	55,44	148.467,82	-51,82
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - M	32.946,66	58.747,37	78,31	30.000,00	-48,93	65.990,92	119,97	69.290,47	5,00	72.547,12	4,70
Taxas	1.018.948,22	1.199.704,84	17,74	1.552.500,00	29,41	1.347.628,44	-13,20	1.415.009,86	5,00	1.481.515,32	4,70
Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	166.127,65	204.379,58	23,03	383.500,00	87,64	229.579,58	-40,14	241.058,56	5,00	252.386,31	4,70
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	165.518,98	203.453,27	22,92	240.500,00	18,21	228.539,06	-4,97	239.966,01	5,00	251.244,41	4,70
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	130.665,73	159.286,97	21,90	200.000,00	25,56	178.927,05	-10,54	187.873,40	5,00	196.703,45	4,70
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multas e Jur	982,29	805,34	-18,01	500,00	-37,91	904,64	80,93	949,87	5,00	994,51	4,70
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa	27.457,82	31.969,74	16,43	30.000,00	-6,16	35.911,61	19,71	37.707,19	5,00	39.479,43	4,70
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Juros de Mor	6.413,14	11.391,22	77,62	10.000,00	-12,21	12.795,76	27,96	13.435,55	5,00	14.067,02	4,70
Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	608,67	926,31	52,19	143.000,00	15.337,60	1.040,52	-99,27	1.092,55	5,00	1.143,90	4,70

03 AGO 2022
Câmara Municipal

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XIII - RESULTADO PRIMÁRIO E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2020	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%
Receitas											
Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária - Principal	608,67	926,31	52,19	100.000,00	10.695,52	1.040,52	-98,96	1.092,55	5,00	1.143,90	4,70
Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária - Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária - Multas e Jur	0,00	0,00	0,00	13.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas pela Prestação de Serviços	852.820,57	995.325,26	16,71	1.169.000,00	17,45	1.118.048,86	-4,36	1.173.951,30	5,00	1.229.127,01	4,70
Taxas pela Prestação de Serviços em Geral	852.820,57	995.325,26	16,71	1.169.000,00	17,45	1.118.048,86	-4,36	1.173.951,30	5,00	1.229.127,01	4,70
Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Principal	717.231,62	877.158,63	22,30	1.028.000,00	17,20	985.312,28	-4,15	1.034.577,89	5,00	1.083.203,05	4,70
Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Multas e Jur	3.627,73	6.036,14	66,39	11.000,00	82,24	6.760,40	-38,36	7.119,42	5,00	7.454,03	4,70
Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Dívida Ativa	114.332,10	61.609,67	-28,62	100.000,00	22,53	91.672,14	-8,33	96.255,75	5,00	100.779,77	4,70
Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Multas e Jur	17.628,92	30.520,82	73,13	30.000,00	-1,71	34.284,04	14,28	35.996,24	5,00	37.690,16	4,70
Contribuições	5.785.219,82	6.716.041,84	16,09	7.000.000,00	4,23	9.000.000,00	28,57	9.450.000,00	5,00	9.900.000,00	4,76
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	5.785.219,82	6.716.041,84	16,09	7.000.000,00	4,23	9.000.000,00	28,57	9.450.000,00	5,00	9.900.000,00	4,76
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	5.785.219,82	6.716.041,84	16,09	7.000.000,00	4,23	9.000.000,00	28,57	9.450.000,00	5,00	9.900.000,00	4,76
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Públic	5.785.219,82	6.716.041,84	16,09	7.000.000,00	4,23	9.000.000,00	28,57	9.450.000,00	5,00	9.900.000,00	4,76
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Públi	5.785.219,82	6.716.041,84	16,09	7.000.000,00	4,23	9.000.000,00	28,57	9.450.000,00	5,00	9.900.000,00	4,76
Receita Patrimonial	434.692,87	2.259.605,65	419,82	1.800.000,00	-20,34	2.538.215,03	41,01	2.665.125,79	5,00	2.790.386,70	4,70
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	83.562,77	60.472,50	-27,63	300.000,00	396,09	67.928,76	-77,36	71.325,20	5,00	74.677,48	4,70
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	83.562,77	60.472,50	-27,63	300.000,00	396,09	67.928,76	-77,36	71.325,20	5,00	74.677,48	4,70
Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito d	83.562,77	60.472,50	-27,63	300.000,00	396,09	67.928,76	-77,36	71.325,20	5,00	74.677,48	4,70
Conc.Permiss.Autor.ou Cessão do Direito de Uso de Bens	83.562,77	60.472,50	-27,63	300.000,00	396,09	67.928,76	-77,36	71.325,20	5,00	74.677,48	4,70
Valores Mobiliários	351.130,10	2.199.133,15	526,30	1.500.000,00	-31,79	2.470.286,27	64,69	2.593.800,59	5,00	2.715.709,22	4,70
Juros e Correções Monetárias	350.156,75	2.197.235,62	527,50	1.495.000,00	-31,96	2.468.154,77	65,09	2.591.562,51	5,00	2.713.365,95	4,70
Remuneração de Depósitos Bancários	350.156,75	2.197.235,62	527,50	1.495.000,00	-31,96	2.468.154,77	65,09	2.591.562,51	5,00	2.713.365,95	4,70
Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	350.156,75	2.197.235,62	527,50	1.495.000,00	-31,96	2.468.154,77	65,09	2.591.562,51	5,00	2.713.365,95	4,70
Dividendos	973,35	1.897,53	94,95	5.000,00	163,50	2.131,50	-57,37	2.238,08	5,00	2.343,27	4,70
Dividendos	973,35	1.897,53	94,95	5.000,00	163,50	2.131,50	-57,37	2.238,08	5,00	2.343,27	4,70
Dividendos - Principal	973,35	1.897,53	94,95	5.000,00	163,50	2.131,50	-57,37	2.238,08	5,00	2.343,27	4,70
Receita de Serviços	22.282.067,52	24.522.340,83	10,05	29.137.000,00	18,82	27.545.945,45	-5,46	28.923.242,72	5,00	30.282.635,14	4,70
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	22.022.888,29	24.227.717,15	10,01	28.729.000,00	18,58	27.214.994,67	-5,27	28.575.744,41	5,00	29.918.804,40	4,70
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	22.022.888,29	24.227.717,15	10,01	28.729.000,00	18,58	27.214.994,67	-5,27	28.575.744,41	5,00	29.918.804,40	4,70
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	22.022.888,29	24.227.717,15	10,01	28.729.000,00	18,58	27.214.994,67	-5,27	28.575.744,41	5,00	29.918.804,40	4,70
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	21.600.804,97	23.556.716,36	9,05	28.251.000,00	19,93	26.461.259,49	-6,34	27.784.322,46	5,00	29.090.185,62	4,70
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Multas e Ju	291.086,53	291.004,47	-0,03	326.000,00	12,03	326.695,32	0,27	343.229,59	5,00	359.361,36	4,70
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Dívida Ativ	112.192,50	338.279,83	201,52	130.000,00	-61,57	379.989,73	192,30	398.989,22	5,00	417.741,71	4,70
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Multas e Ju	18.802,29	41.716,49	121,87	22.000,00	-47,26	46.860,13	113,00	49.203,14	5,00	51.515,69	4,70

03 AGO 2022
Câmara Municipal de João Monlevade

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - M

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XIII - RESULTADO PRIMÁRIO E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2020	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%
Receitas											
Outros Serviços	259.179,23	294.623,68	13,68	408.000,00	38,48	330.950,78	-18,88	347.498,31	5,00	363.630,74	4,70
Outros Serviços	259.179,23	294.623,68	13,68	408.000,00	38,48	330.950,78	-18,88	347.498,31	5,00	363.630,74	4,70
Outros Serviços	259.179,23	294.623,68	13,68	408.000,00	38,48	330.950,78	-18,88	347.498,31	5,00	363.630,74	4,70
Outros Serviços - Principal	259.179,23	294.623,68	13,68	408.000,00	38,48	330.950,78	-18,88	347.498,31	5,00	363.630,74	4,70
Transferências Correntes	198.564.456,10	227.696.530,94	14,67	223.905.000,00	-1,67	270.065.276,71	20,62	292.226.040,56	8,21	313.323.264,47	7,22
Transferências da União e de suas Entidades	96.903.859,90	93.001.202,09	-4,03	94.875.000,00	2,01	115.537.266,43	21,78	120.739.129,76	4,50	125.893.168,85	4,27
Transferências Decorrentes de Participação na Receita da U	39.858.418,88	53.157.296,16	33,37	54.850.000,00	3,18	74.535.446,57	35,89	78.262.218,90	5,00	81.986.043,18	4,76
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPM	39.774.514,21	53.155.470,35	33,64	54.800.000,00	3,09	74.533.395,64	36,01	78.260.065,42	5,00	81.983.788,49	4,76
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cot	36.487.143,72	49.119.686,82	34,62	51.000.000,00	3,83	70.000.000,00	37,25	73.500.000,00	5,00	77.000.000,00	4,76
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Co	36.487.143,72	49.119.686,82	34,62	51.000.000,00	3,83	70.000.000,00	37,25	73.500.000,00	5,00	77.000.000,00	4,76
Cota-Parte do Fundo de Participação do Municípios – 1% I	1.641.934,93	2.152.975,84	31,12	1.900.000,00	-11,75	2.418.437,76	27,29	2.539.359,65	5,00	2.658.709,55	4,70
Cota-Parte do Fundo de Participação do Municípios – 1%	1.641.934,93	2.152.975,84	31,12	1.900.000,00	-11,75	2.418.437,76	27,29	2.539.359,65	5,00	2.658.709,55	4,70
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1%	1.645.435,56	1.882.807,69	14,43	1.900.000,00	0,91	2.114.957,88	11,31	2.220.705,77	5,00	2.325.078,94	4,70
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios – 1%	1.645.435,56	1.882.807,69	14,43	1.900.000,00	0,91	2.114.957,88	11,31	2.220.705,77	5,00	2.325.078,94	4,70
Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rura	83.904,67	1.825,81	-97,82	50.000,00	2.638,51	2.050,93	-95,90	2.153,48	5,00	2.254,69	4,70
Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rur	83.904,67	1.825,81	-97,82	50.000,00	2.638,51	2.050,93	-95,90	2.153,48	5,00	2.254,69	4,70
Transferências das Compensações Financeiras pela Explor	1.628.260,09	2.492.713,97	53,09	2.500.000,00	0,29	2.933.481,81	17,34	3.120.155,90	6,36	3.265.703,23	4,66
Cota-parte da Compensação Financeira pela Exploração d	1.041.222,00	1.543.204,67	48,21	1.500.000,00	-2,80	1.733.481,81	15,57	1.820.155,90	5,00	1.905.703,23	4,70
Cota-parte da Compensação Financeira pela Exploração d	1.041.222,00	1.543.204,67	48,21	1.500.000,00	-2,80	1.733.481,81	15,57	1.820.155,90	5,00	1.905.703,23	4,70
Cota-parte da Compensação Financeira pela Produção de	587.038,09	949.509,30	61,75	1.000.000,00	5,32	1.200.000,00	20,00	1.300.000,00	8,33	1.360.000,00	4,62
Cota-parte da Compensação Financeira pela Produção de	587.038,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-parte da Compensação Financeira pela Produção de	587.038,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo – FEP	0,00	949.509,30	0,00	1.000.000,00	5,32	1.200.000,00	20,00	1.300.000,00	8,33	1.360.000,00	4,62
Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo – FEP - Princip	0,00	949.509,30	0,00	1.000.000,00	5,32	1.200.000,00	20,00	1.300.000,00	8,33	1.360.000,00	4,62
Transf.de Rec.do Sistema Único de Saúde – SUS	39.137.304,72	33.822.184,61	-13,58	31.700.000,00	-6,27	32.804.204,09	3,48	33.894.414,29	3,32	34.983.451,76	3,21
Transf.de Rec.do Sistema Único de Saúde – SUS – Repassa	39.137.304,72	33.822.184,61	-13,58	31.700.000,00	-6,27	32.804.204,09	3,48	33.894.414,29	3,32	34.983.451,76	3,21
Transf.de Rec.do Bloco de Manutenção das Ações e Servi	5.637.481,65	7.265.999,71	28,89	7.000.000,00	-3,66	7.000.000,00	0,00	7.000.000,00	0,00	7.000.000,00	0,00
Transf.de Rec.do Bloco de Manut.das Ações e Serv.Públic	5.637.481,65	7.265.999,71	28,89	7.000.000,00	-3,66	7.000.000,00	0,00	7.000.000,00	0,00	7.000.000,00	0,00
Transf.de Rec.do Bloco de Manutenção das Ações e Servi	19.185.800,49	24.950.020,84	30,04	23.000.000,00	-7,82	24.000.000,00	4,35	25.000.000,00	4,17	26.000.000,00	4,00
Transf.de Rec.do Bloco de Manut.das Ações e Serv.Públic	19.185.800,49	24.950.020,84	30,04	23.000.000,00	-7,82	24.000.000,00	4,35	25.000.000,00	4,17	26.000.000,00	4,00
Transf.de Rec.do Bloco de Manutenção das Ações e Servi	1.009.575,35	1.074.695,10	6,45	1.100.000,00	2,35	1.207.205,01	9,75	1.267.565,26	5,00	1.327.140,83	4,70
Transf.de Rec.do Bloco de Manut.das Ações e Serv.Públic	1.009.575,35	1.074.695,10	6,45	1.100.000,00	2,35	1.207.205,01	9,75	1.267.565,26	5,00	1.327.140,83	4,70
Transf.de Rec.do Bloco de Manutenção das Ações e Servi	471.468,96	471.468,96	0,00	500.000,00	6,05	529.601,06	5,92	556.081,13	5,00	582.216,94	4,70
Transf.de Rec.do Bloco de Manut.das Ações e Serv.Públic	471.468,96	471.468,96	0,00	500.000,00	6,05	529.601,06	5,92	556.081,13	5,00	582.216,94	4,70

03 AGO 2022 Prefeitura Municipal de J. Monlevade 809

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - M

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XIII - RESULTADO PRIMÁRIO E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º § 2º, inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2020	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%
Receitas											
Transf.de Rec.do Bloco de Manutenção das Ações e Servi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf.de Rec.do Bloco de Manut.das Ações e Serv.Públic	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf.de Rec.do Bloco de Manutenção das Ações e Servi	12.832.978,27	60.000,00	-99,53	100.000,00	66,67	67.398,00	-32,60	70.767,90	5,00	74.093,99	4,70
Transf.de Rec.do Bloco de Manut.das Ações e Serv.Públic	12.832.978,27	60.000,00	-99,53	100.000,00	66,67	67.398,00	-32,60	70.767,90	5,00	74.093,99	4,70
Transf.de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento	2.369.975,03	2.436.644,27	2,81	2.915.000,00	19,63	2.737.082,51	-6,10	2.873.936,64	5,00	3.009.011,66	4,70
Transf.do Salário-Educação	1.700.589,99	1.835.484,42	7,93	2.100.000,00	14,41	2.061.799,65	-1,82	2.164.889,63	5,00	2.266.639,44	4,70
Transf.do Salário-Educação - Principal	1.700.589,99	1.835.484,42	7,93	2.100.000,00	14,41	2.061.799,65	-1,82	2.164.889,63	5,00	2.266.639,44	4,70
Transf.ref.ao Prog.Nacional de Alimentação Escolar – PNA	647.605,20	595.904,00	-7,98	800.000,00	34,25	669.378,96	-16,33	702.847,91	5,00	735.881,76	4,70
Transf.ref.ao Prog.Nacional de Alimentação Escolar – PNA	647.605,20	595.904,00	-7,98	800.000,00	34,25	669.378,96	-16,33	702.847,91	5,00	735.881,76	4,70
Transf.ref.ao Prog.Nacional de Apoio ao Transporte do Esc	10.646,55	5.255,65	-50,63	15.000,00	185,40	5.903,90	-60,64	6.199,10	5,00	6.490,46	4,70
Transf.ref.ao Prog.Nacional de Apoio ao Transporte do Esc	10.646,55	5.255,65	-50,63	15.000,00	185,40	5.903,90	-60,64	6.199,10	5,00	6.490,46	4,70
Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Deser	11.133,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Dese	11.133,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf.de Rec.do Fundo Nacional de Assistência Social – FI	1.098.233,78	338.087,02	-69,22	610.000,00	80,43	379.773,15	-37,74	398.761,81	5,00	417.503,62	4,70
Transf.de Rec.do Fundo Nacional de Assistência Social – F	1.098.233,78	338.087,02	-69,22	610.000,00	80,43	379.773,15	-37,74	398.761,81	5,00	417.503,62	4,70
Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistê	1.098.233,78	338.087,02	-69,22	610.000,00	80,43	379.773,15	-37,74	398.761,81	5,00	417.503,62	4,70
Outras Transferências de Recursos da União e de suas Enti	12.811.667,40	754.276,06	-94,11	2.300.000,00	204,93	2.147.278,30	-6,64	2.189.642,22	1,97	2.231.455,40	1,91
Transferências Financeiras do ICMS – Desoneração – LC..	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Financeiras do ICMS – Desoneração – LC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência Especial da União	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	500.000,00	0,00	500.000,00	0,00	500.000,00	0,00
Transferência Especial da União - Principal	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	500.000,00	0,00	500.000,00	0,00	500.000,00	0,00
Transferência Obrigatória Decorrente da Lei Complementar	0,00	0,00	0,00	800.000,00	0,00	800.000,00	0,00	800.000,00	0,00	800.000,00	0,00
Transferência Obrigatória Decorrente da Lei Complementa	0,00	0,00	0,00	800.000,00	0,00	800.000,00	0,00	800.000,00	0,00	800.000,00	0,00
Outras Transferências de Recursos da União e de suas Enl	12.811.667,40	754.276,06	-94,11	1.000.000,00	32,58	847.278,30	-15,27	889.642,22	5,00	931.455,40	4,70
Outras Transferências de Recursos da União e de suas En	12.811.667,40	754.276,06	-94,11	1.000.000,00	32,58	847.278,30	-15,27	889.642,22	5,00	931.455,40	4,70
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas I	71.347.621,98	97.493.385,49	36,65	90.380.000,00	-7,30	109.017.151,74	20,62	121.873.009,34	11,79	134.713.190,79	10,54
Participação na Receita dos Estados e Distrito Federal	65.833.394,38	82.194.080,93	25,23	84.860.000,00	3,27	101.619.212,03	19,72	114.450.172,63	12,63	127.270.330,75	11,20
Cota-Parte do ICMS	49.986.145,02	67.399.091,15	34,84	70.000.000,00	3,86	85.000.000,00	21,43	97.000.000,00	14,12	109.000.000,00	12,37
Cota-Parte do ICMS - Principal	49.986.145,02	67.399.091,15	34,84	70.000.000,00	3,86	85.000.000,00	21,43	97.000.000,00	14,12	109.000.000,00	12,37
Cota-Parte do IPVA	15.032.320,03	14.006.552,76	-6,82	14.000.000,00	-0,05	15.733.560,72	12,38	16.520.238,76	5,00	17.295.689,98	4,70
Cota-Parte do IPVA - Principal	15.032.320,03	14.006.552,76	-6,82	14.000.000,00	-0,05	15.733.560,72	12,38	16.520.238,76	5,00	17.295.689,98	4,70
Cota-Parte do IPI - Municípios	554.634,27	750.121,86	35,25	800.000,00	6,65	842.611,89	5,33	884.742,48	5,00	926.325,38	4,70
Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	554.634,27	750.121,86	35,25	800.000,00	6,65	842.611,89	5,33	884.742,48	5,00	926.325,38	4,70
Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Eco	60.295,06	38.315,16	-36,45	80.000,00	108,79	43.039,42	-46,20	45.191,39	5,00	47.315,39	4,70

03 AGO 2022
Câmara Municipal de J. Monlevade

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - M

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XIII - RESULTADO PRIMÁRIO E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2020	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%
Receitas											
Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Eco	60.295,06	38.315,16	-36,45	80.000,00	108,79	43.039,42	-46,20	45.191,39	5,00	47.315,39	4,70
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SI	5.462.262,54	14.996.938,17	174,56	5.050.000,00	-66,33	7.000.000,00	38,61	7.000.000,00	0,00	7.000.000,00	0,00
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – S	5.462.262,54	14.996.938,17	174,56	5.050.000,00	-66,33	7.000.000,00	38,61	7.000.000,00	0,00	7.000.000,00	0,00
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – S	5.462.262,54	14.996.938,17	174,56	5.050.000,00	-66,33	7.000.000,00	38,61	7.000.000,00	0,00	7.000.000,00	0,00
Outras Transferências dos Estados e Distrito Federal	251.965,04	302.368,39	20,00	450.000,00	48,83	397.939,71	-11,57	422.836,71	6,26	442.860,04	4,74
Transferências de Estados destinadas à Assistência Social	243.318,50	265.012,00	8,92	400.000,00	50,94	297.687,98	-25,58	312.572,38	5,00	327.263,28	4,70
Transferências de Estados destinadas à Assistência Social	243.318,50	265.012,00	8,92	400.000,00	50,94	297.687,98	-25,58	312.572,38	5,00	327.263,28	4,70
Transferências de Recursos Destinados a Programas de Es	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	58.291,54	16,58	66.206,13	13,58	69.467,82	4,93
Transferências de Recursos Destinados a Programas de E	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	58.291,54	16,58	66.206,13	13,58	69.467,82	4,93
Outras Transferências dos Estados e DF	8.646,54	37.354,39	332,02	0,00	0,00	41.960,19	0,00	44.058,20	5,00	46.128,94	4,70
Outras Transferências dos Estados e DF - Principal	8.646,54	37.354,39	332,02	0,00	0,00	41.960,19	0,00	44.058,20	5,00	46.128,94	4,70
Transferências de Instituições Privadas	2.874.356,28	1.287.659,68	-55,20	250.000,00	-80,58	282.603,29	13,04	384.233,45	35,96	485.842,42	26,44
Transferências de Instituições Privadas	2.874.356,28	1.287.659,68	-55,20	250.000,00	-80,58	282.603,29	13,04	384.233,45	35,96	485.842,42	26,44
Outras TransferÃªncias de InstituÃ§Ãµes Privadas	2.874.356,28	1.287.659,68	-55,20	250.000,00	-80,58	282.603,29	13,04	384.233,45	35,96	485.842,42	26,44
Outras TransferÃªncias de InstituÃ§Ãµes Privadas â€" Pri	2.874.356,28	1.287.659,68	-55,20	250.000,00	-80,58	282.603,29	13,04	384.233,45	35,96	485.842,42	26,44
Transferências de Outras Instituições Públicas	27.438.617,96	35.889.129,89	30,80	38.000.000,00	5,88	45.000.000,00	18,42	49.000.000,00	8,89	52.000.000,00	6,12
Transferências de Recursos do FUNDEB	27.191.941,12	35.889.129,89	31,98	38.000.000,00	5,88	45.000.000,00	18,42	49.000.000,00	8,89	52.000.000,00	6,12
Transferências de Recursos do FUNDEB	27.191.941,12	35.889.129,89	31,98	38.000.000,00	5,88	45.000.000,00	18,42	49.000.000,00	8,89	52.000.000,00	6,12
Transferências de Recursos do FUNDEB - Principal	27.191.941,12	35.889.129,89	31,98	38.000.000,00	5,88	45.000.000,00	18,42	49.000.000,00	8,89	52.000.000,00	6,12
Demais Transferências Correntes	0,00	25.153,79	0,00	400.000,00	1.490,22	228.255,25	-42,94	229.668,01	0,62	231.062,41	0,61
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	25.153,79	0,00	400.000,00	1.490,22	228.255,25	-42,94	229.668,01	0,62	231.062,41	0,61
Transferências de Pessoas Físicas - Programas de Saúde	0,00	25.153,79	0,00	0,00	0,00	28.255,25	0,00	29.668,01	5,00	31.062,41	4,70
Transferências de Pessoas Físicas - Programas de Saúde	0,00	25.153,79	0,00	0,00	0,00	28.255,25	0,00	29.668,01	5,00	31.062,41	4,70
Outras Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	400.000,00	0,00	200.000,00	-50,00	200.000,00	0,00	200.000,00	0,00
Outras Transferências de Pessoas Físicas - Principal	0,00	0,00	0,00	400.000,00	0,00	200.000,00	-50,00	200.000,00	0,00	200.000,00	0,00
Outras Receitas Correntes	1.697.923,29	1.238.903,25	-27,03	1.584.000,00	27,86	2.355.669,55	48,72	2.573.453,03	9,25	3.059.823,14	18,90
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	971.878,88	860.024,87	-11,51	1.085.000,00	26,16	966.065,93	-10,96	1.164.369,23	20,53	1.631.512,40	40,12
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	971.878,88	860.024,87	-11,51	1.085.000,00	26,16	966.065,93	-10,96	1.164.369,23	20,53	1.631.512,40	40,12
Multas Previstas em Legislação Específica	417.305,03	817.412,60	95,88	1.000.000,00	22,34	918.199,57	-8,18	1.114.109,55	21,34	1.578.890,52	41,72
Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	417.305,03	817.412,60	95,88	1.000.000,00	22,34	918.199,57	-8,18	1.114.109,55	21,34	1.578.890,52	41,72
Multas por Danos Ambientais	10.103,99	41.239,25	308,15	80.000,00	93,99	46.324,05	-42,09	48.640,25	5,00	50.926,34	4,70
Multas Administrativas por Danos Ambientais	10.103,99	41.239,25	308,15	80.000,00	93,99	46.324,05	-42,09	48.640,25	5,00	50.926,34	4,70
Multas Administrativas por Danos Ambientais - Principal	10.103,99	41.239,25	308,15	80.000,00	93,99	46.324,05	-42,09	48.640,25	5,00	50.926,34	4,70
Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais	544.469,86	1.373,02	-99,75	5.000,00	264,16	1.542,31	-69,15	1.619,43	5,00	1.695,55	4,70

03 AGO 2022 204 Câmara Municipal de João Monlevade

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - M

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XIII - RESULTADO PRIMÁRIO E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2020	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%
Receitas											
Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais - Principal	0,00	1.373,02	0,00	5.000,00	264,16	1.542,31	-69,15	1.619,43	5,00	1.695,54	4,70
Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais - Multas e Jur	544.469,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros Previstos em Contratos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	411.271,03	113.929,01	-72,30	78.000,00	-31,54	1.091.985,99	1.299,98	1.096.585,29	0,42	1.101.124,80	0,41
Restituições	411.271,03	113.929,01	-72,30	78.000,00	-31,54	1.091.985,99	1.299,98	1.096.585,29	0,42	1.101.124,80	0,41
Restituição de Convênios	186.221,55	5.733,40	-96,95	0,00	0,00	6.440,33	0,00	6.762,35	5,00	7.080,18	4,70
Restituição de Convênios - Primárias	99.894,00	5.733,40	-93,62	0,00	0,00	6.440,33	0,00	6.762,35	5,00	7.080,18	4,70
Restituição de Convênios - Primárias - Principal	99.894,00	5.733,40	-93,62	0,00	0,00	6.440,33	0,00	6.762,35	5,00	7.080,18	4,70
Restituição de Convênios - Financeiras	86.327,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restituição de Convênios - Financeiras - Principal	86.327,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Restituições	223.049,48	108.195,61	-51,49	78.000,00	-27,91	1.085.545,66	1.291,73	1.089.822,94	0,39	1.094.044,62	0,39
Outras Restituições - Principal	223.049,48	108.195,61	-51,49	78.000,00	-27,91	1.085.545,66	1.291,73	1.089.822,94	0,39	1.094.044,62	0,39
Demais Receitas Correntes	314.773,38	264.949,37	-15,83	421.000,00	58,90	297.617,63	-29,31	312.498,51	5,00	327.185,94	4,70
Outras Receitas Correntes	314.773,38	264.949,37	-15,83	421.000,00	58,90	297.617,63	-29,31	312.498,51	5,00	327.185,94	4,70
Encargos Legais pela Inscrição em Dívida Ativa e Receitas	109.177,99	59.223,36	-45,76	100.000,00	68,85	66.525,60	-33,47	69.851,88	5,00	73.134,92	4,70
Ônus de Sucumbência	109.177,99	59.223,36	-45,76	100.000,00	68,85	66.525,60	-33,47	69.851,88	5,00	73.134,92	4,70
Ônus de Sucumbência - Principal	109.177,99	59.223,36	-45,76	100.000,00	68,85	66.525,60	-33,47	69.851,88	5,00	73.134,92	4,70
Outras Receitas	205.595,39	205.726,01	0,06	321.000,00	56,03	231.092,03	-28,01	242.646,63	5,00	254.051,02	4,70
Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela F	205.595,39	205.726,01	0,06	321.000,00	56,03	231.092,03	-28,01	242.646,63	5,00	254.051,02	4,70
Outras Receit.Não Arrec.e Não Projet.pela RFB - Primária	182.355,17	193.592,63	6,16	311.000,00	60,65	217.462,60	-30,08	228.335,73	5,00	239.067,51	4,70
Outras Receit.Não Arrec.e Não Projet.pela RFB - Primária	23.240,22	12.133,38	-47,79	10.000,00	-17,58	13.629,43	36,29	14.310,90	5,00	14.983,51	4,70
Receitas de Capital	**4.729.296,31**	**5.439.734,55**	**99,60**	**24.700.000,00**	**161,66**	**14.600.469,42**	**-40,89**	**12.625.513,89**	**-13,53**	**10.650.213,04**	**-15,65**
Operações de Crédito	2.379.034,23	6.749.181,78	183,69	7.000.000,00	3,72	4.000.000,00	-42,86	4.000.000,00	0,00	4.000.000,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	2.379.034,23	6.749.181,78	183,69	7.000.000,00	3,72	4.000.000,00	-42,86	4.000.000,00	0,00	4.000.000,00	0,00
Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno	2.379.034,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno	2.379.034,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno - Prir	2.379.034,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	6.749.181,78	0,00	7.000.000,00	3,72	4.000.000,00	-42,86	4.000.000,00	0,00	4.000.000,00	0,00
Outras Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	6.749.181,78	0,00	7.000.000,00	3,72	4.000.000,00	-42,86	4.000.000,00	0,00	4.000.000,00	0,00
Outras Operações de Crédito - Mercado Interno - Principal	0,00	6.749.181,78	0,00	7.000.000,00	3,72	4.000.000,00	-42,86	4.000.000,00	0,00	4.000.000,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	4.100.000,00	0,00	4.100.000,00	0,00	4.100.000,00	0,00	4.100.000,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00
Alienação de Bens Móveis e Semoventes	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00

03 AGO 2022
Câmara Municipal de J. Monlevade

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - M

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XIII - RESULTADO PRIMÁRIO E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2020	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%
Receitas											
Alienação de Bens Móveis e Semoventes	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00
Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	4.000.000,00	0,00	4.000.000,00	0,00	4.000.000,00	0,00	4.000.000,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	4.000.000,00	0,00	4.000.000,00	0,00	4.000.000,00	0,00	4.000.000,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	4.000.000,00	0,00	4.000.000,00	0,00	4.000.000,00	0,00	4.000.000,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis - Principal	0,00	0,00	0,00	4.000.000,00	0,00	4.000.000,00	0,00	4.000.000,00	0,00	4.000.000,00	0,00
Transferências de Capital	2.350.262,08	2.690.552,77	14,48	13.600.000,00	405,47	6.500.489,42	-52,20	4.525.513,89	-30,38	2.550.213,04	-43,65
Transferências da União e de suas Entidades	1.894.512,08	295.552,77	-84,40	7.600.000,00	2.471,45	4.331.994,42	-43,00	2.348.594,14	-45,78	364.978,06	-84,46
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SU	275.245,00	149.995,00	-45,50	0,00	0,00	168.489,38	0,00	176.913,85	5,00	185.228,80	4,70
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – S	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Recursos do Bloco de Estruturação da R	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf.de Rec do Bloco de Estrut da Rede de Serv.Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Recursos do Sistema Único de S	275.245,00	149.995,00	-45,50	0,00	0,00	168.489,38	0,00	176.913,85	5,00	185.228,80	4,70
Outras Transferências de Recursos do Sistema Único de S	275.245,00	149.995,00	-45,50	0,00	0,00	168.489,38	0,00	176.913,85	5,00	185.228,80	4,70
Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvo	0,00	0,00	0,00	600.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Recursos Destinados a Programas de Es	0,00	0,00	0,00	600.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências para o Programa Nacional de Reestruturaç	0,00	0,00	0,00	600.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf para o Prog.Nacional de Reest.e Aquis de Equip pa	0,00	0,00	0,00	600.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistên	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistên	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistê	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios da União e de suas Entidades	1.242.665,22	0,00	0,00	7.000.000,00	0,00	4.000.000,00	-42,86	2.000.000,00	-50,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios da União destinadas a Progra	200.092,93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios da União destinadas a Prog	200.092,93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios da União destinadas a Progra	571.715,15	0,00	0,00	5.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios da União destinadas a Prog	571.715,15	0,00	0,00	5.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios da União destinadas a Progra	470.857,14	0,00	0,00	2.000.000,00	0,00	4.000.000,00	100,00	2.000.000,00	-50,00	0,00	0,00
Transf.de Convênios da União destinadas a Programas de	470.857,14	0,00	0,00	2.000.000,00	0,00	4.000.000,00	100,00	2.000.000,00	-50,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Recursos da União e de suas Enti	376.601,96	145.557,77	-61,35	0,00	0,00	163.505,04	0,00	171.680,29	5,00	179.749,26	4,70
Outras Transferências De Recursos da União e de suas En	376.601,86	145.557,77	-61,35	0,00	0,00	163.505,04	0,00	171.680,29	5,00	179.749,26	4,70
Outras Transferências De Recursos da União e de suas Er	376.601,86	145.557,77	-61,35	0,00	0,00	163.505,04	0,00	171.680,29	5,00	179.749,26	4,70
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas I	407.000,00	2.200.000,00	440,54	4.000.000,00	81,82	168.495,00	-95,79	176.919,75	5,00	185.234,98	4,70
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SI	82.000,00	150.000,00	82,93	0,00	0,00	168.495,00	0,00	176.919,75	5,00	185.234,98	4,70
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – S	82.000,00	150.000,00	82,93	0,00	0,00	168.495,00	0,00	176.919,75	5,00	185.234,98	4,70

03 AGO 2022
Câmara Municipal de João Monlevade

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - M.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XIII - RESULTADO PRIMÁRIO E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2020	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%
Receitas											
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – S	82.000,00	150.000,00	82,93	0,00	0,00	168.495,00	0,00	176.919,75	5,00	185.234,98	4,70
Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas E	325.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios dos Estados destinadas a Pro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios dos Estados destinadas a P	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Convênios dos Estados e DF e d	325.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Convênios dos Estados e DF e	325.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Recursos dos Estados	0,00	2.050.000,00	0,00	4.000.000,00	95,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Recursos dos Estados	0,00	2.050.000,00	0,00	4.000.000,00	95,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Recursos dos Estados - Principa	0,00	2.050.000,00	0,00	4.000.000,00	95,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências de Capital	48.750,00	195.000,00	300,00	2.000.000,00	925,64	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00	0,00
Outras Transferências de Capital	48.750,00	195.000,00	300,00	2.000.000,00	925,64	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00	0,00
Outras Transferências de Capital	48.750,00	195.000,00	300,00	2.000.000,00	925,64	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00	0,00
Outras Transferências de Capital - Principal	48.750,00	195.000,00	300,00	2.000.000,00	925,64	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00	0,00
CORRENTE INTRAORÇAMENTÁRIA	**564.859,20**	**520.296,21**	**-7,89**	**661.000,00**	**27,04**	**584.448,73**	**-11,58**	**613.671,17**	**5,00**	**642.513,72**	**4,70**
Receitas Correntes	**564.859,20**	**520.296,21**	**-7,89**	**661.000,00**	**27,04**	**584.448,73**	**-11,58**	**613.671,17**	**5,00**	**642.513,72**	**4,70**
Receita de Serviços	564.859,20	520.296,21	-7,89	661.000,00	27,04	584.448,73	-11,58	613.671,17	5,00	642.513,72	4,70
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	564.859,20	520.296,21	-7,89	661.000,00	27,04	584.448,73	-11,58	613.671,17	5,00	642.513,72	4,70
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	564.859,20	520.296,21	-7,89	661.000,00	27,04	584.448,73	-11,58	613.671,17	5,00	642.513,72	4,70
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	564.859,20	520.296,21	-7,89	661.000,00	27,04	584.448,73	-11,58	613.671,17	5,00	642.513,72	4,70
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	564.859,20	520.296,21	-7,89	658.000,00	26,47	584.448,73	-11,18	613.671,17	5,00	642.513,72	4,70
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais – Multas e J	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais – Dívida Ativ	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Multas e J	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

03 AGO 2022
Câmara Municipal de João Monlevade

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - M.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XIII - RESULTADO PRIMÁRIO E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2020	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%
Receitas											
DEDUÇÃO FUNDEB	**(20.428.827,64)**	**(26.255.453,65)**	**28,52**	**(27.170.000,00)**	**3,48**	**(34.315.643,21)**	**26,30**	**(37.581.425,37)**	**9,52**	**(40.845.052,36)**	**8,68**
Receitas Correntes	**(20.428.827,64)**	**(26.255.453,65)**	**28,52**	**(27.170.000,00)**	**3,48**	**(34.315.643,21)**	**26,30**	**(37.581.425,37)**	**9,52**	**(40.845.052,36)**	**8,68**
Transferências Correntes	(20.428.827,64)	(26.255.453,65)	28,52	(27.170.000,00)	3,48	(34.315.643,21)	26,30	(37.581.425,37)	9,52	(40.845.052,36)	8,68
Transferências da União e de suas Entidades	(7.314.209,35)	(9.824.302,20)	34,32	(10.210.000,00)	3,93	(14.000.410,17)	37,12	(14.700.430,68)	5,00	(15.400.450,92)	4,76
Transferências Decorrentes de Participação na Receita da U	(7.314.209,35)	(9.824.302,20)	34,32	(10.210.000,00)	3,93	(14.000.410,17)	37,12	(14.700.430,68)	5,00	(15.400.450,92)	4,76
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPM	(7.297.428,45)	(9.823.937,05)	34,62	(10.200.000,00)	3,83	(14.000.000,00)	37,25	(14.700.000,00)	5,00	(15.400.000,00)	4,76
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cot	(7.297.428,45)	(9.823.937,05)	34,62	(10.200.000,00)	3,83	(14.000.000,00)	37,25	(14.700.000,00)	5,00	(15.400.000,00)	4,76
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Co	(7.297.428,45)	(9.823.937,05)	34,62	(10.200.000,00)	3,83	(14.000.000,00)	37,25	(14.700.000,00)	5,00	(15.400.000,00)	4,76
Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rura	(16.780,90)	(365,15)	-97,82	(10.000,00)	2.638,60	(410,17)	-95,90	(430,68)	5,00	(450,92)	4,70
Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rur	(16.780,90)	(365,15)	-97,82	(10.000,00)	2.638,60	(410,17)	-95,90	(430,68)	5,00	(450,92)	4,70
Outras Transferências de Recursos da União e de suas Enti	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Financeiras do ICMS – Desoneração – LC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Financeiras do ICMS – Desoneração – LC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas E	(13.114.618,29)	(16.431.151,45)	25,29	(16.960.000,00)	3,22	(20.315.233,04)	19,78	(22.880.994,69)	12,63	(25.444.601,44)	11,20
Participação na Receita dos Estados e Distrito Federal	(13.114.618,29)	(16.431.151,45)	25,29	(16.960.000,00)	3,22	(20.315.233,04)	19,78	(22.880.994,69)	12,63	(25.444.601,44)	11,20
Cota-Parte do ICMS	(9.997.228,70)	(13.479.817,84)	34,84	(14.000.000,00)	3,86	(17.000.000,00)	21,43	(19.400.000,00)	14,12	(21.800.000,00)	12,37
Cota-Parte do ICMS - Principal	(9.997.228,70)	(13.479.817,84)	34,84	(14.000.000,00)	3,86	(17.000.000,00)	21,43	(19.400.000,00)	14,12	(21.800.000,00)	12,37
Cota Parte do IPVA	(3.006.462,73)	(2.801.309,24)	-6,82	(2.800.000,00)	-0,05	(3.146.710,67)	12,38	(3.304.046,20)	5,00	(3.459.336,37)	4,70
Cota-Parte do IPVA - Principal	(3.006.462,73)	(2.801.309,24)	-6,82	(2.800.000,00)	-0,05	(3.146.710,67)	12,38	(3.304.046,20)	5,00	(3.459.336,37)	4,70
Cota-Parte do IPI - Municípios	(110.926,86)	(150.024,37)	35,25	(160.000,00)	6,65	(168.522,37)	5,33	(176.948,49)	5,00	(185.265,07)	4,70
Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	(110.926,86)	(150.024,37)	35,25	(160.000,00)	6,65	(168.522,37)	5,33	(176.948,49)	5,00	(185.265,07)	4,70

03 AGO 2022
Câmara Municipal de J. Monlevade
208

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - M.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XIII - RESULTADO PRIMÁRIO E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2020	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%
Resumo											
TOTAL DA DESPESA	243.923.394,00	258.841.096,33	5,30	310.000.000,00	20,70	358.000.000,00	15,48	380.000.000,00	6,15	395.000.000,00	3,95
DESPESAS CORRENTES (X)	219.971.582,97	237.033.944,68	7,76	262.306.620,00	10,66	322.339.870,79	22,89	344.451.864,32	6,86	361.276.701,95	4,88
DESPESAS JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA (XI)	518.179,98	1.072.087,46	73,43	1.600.000,00	49,24	2.500.000,00	56,25	2.800.000,00	12,00	3.000.000,00	7,14
DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XII) = (X - XI)	219.353.402,99	235.961.857,22	7,57	260.706.620,00	10,49	319.839.870,79	22,68	341.651.864,32	6,82	358.276.701,95	4,87
DESPESAS DE CAPITAL (XIII)	23.951.811,03	19.807.151,65	-17,30	46.493.380,00	134,73	32.660.129,21	-29,75	32.548.135,68	-0,34	30.723.298,05	-5,61
DESPESAS DE AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA (XIV)	2.163.481,41	2.216.010,18	2,43	3.000.000,00	35,38	3.500.000,00	16,67	3.800.000,00	8,57	4.000.000,00	5,26
DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XV) = (XIII - XIV)	21.788.329,62	17.591.141,47	-19,26	43.493.380,00	147,25	29.160.129,21	-32,96	28.748.135,68	-1,41	26.723.298,05	-7,04
DESPESAS DE RESERVA DE CONTIGÊNCIA (XVI)	0,00	0,00	0,00	1.200.000,00	0,00	3.000.000,00	150,00	3.000.000,00	0,00	3.000.000,00	0,00
DESPESAS NÃO FINANCEIRAS (XVII) = (XII + XV + XVI)	241.141.732,61	253.552.998,69	5,15	305.400.000,00	20,45	352.000.000,00	15,26	373.400.000,00	6,08	388.000.000,00	3,91
TOTAL DA RECEITA	249.635.794,80	289.327.426,04	15,90	310.000.000,00	7,15	358.000.000,00	15,48	380.000.000,00	6,15	395.000.000,00	3,95
RECEITAS CORRRENTES (I)	245.153.175,33	279.887.691,49	14,17	285.300.000,00	1,93	343.399.510,58	20,36	367.374.486,11	6,98	384.349.786,96	4,62
APLICAÇÕES FINANCEIRAS (II)	350.156,75	2.197.235,62	527,50	1.495.000,00	-31,96	2.468.154,77	65,09	2.591.562,51	5,00	2.713.365,95	4,70
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (III) = (I - II)	244.803.018,58	277.690.455,87	13,43	283.805.000,00	2,20	340.931.355,81	20,13	364.782.923,60	7,00	381.636.421,01	4,62
RECEITAS DE CAPITAL (IV)	4.729.296,31	9.439.734,55	99,60	24.700.000,00	161,66	14.600.489,42	-40,89	12.625.513,89	-13,53	10.650.213,04	-15,65
RECEITAS DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO (V)	2.379.034,23	6.749.181,78	183,69	7.000.000,00	3,72	4.000.000,00	-42,86	4.000.000,00	0,00	4.000.000,00	0,00
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE BENS (VI)	0,00	0,00	0,00	4.100.000,00	0,00	4.100.000,00	0,00	4.100.000,00	0,00	4.100.000,00	0,00
RECEITAS DE AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (VIII) = (IV - V - VI - VII)	2.350.262,08	2.690.552,77	14,48	13.600.000,00	405,47	6.500.489,42	-52,20	4.525.513,89	-30,38	2.550.213,04	-43,65
RECEITAS NÃO FINANCEIRAS (IX) = (III + VIII)	247.153.280,66	280.381.008,64	13,44	297.405.000,00	6,07	347.431.845,23	16,82	369.308.437,49	6,30	384.186.634,05	4,03
RESULTADO PRIMÁRIO (IX - XVII)	6.011.548,05	26.828.009,95	346,27	(7.995.000,00)	-129,80	(4.568.154,77)	-42,86	(4.091.562,51)	-10,43	(3.813.365,95)	-6,80

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Pblicas, Unidade Responsável: Sec. Munic. Planej. E Desenv. Economico, Emissão: 24/05/2022 , às 10:08:52

Câmara Municipal de J. Monlevade - 03 AGO 2022

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXOS DE METAS
DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

FL	RUBRICA
Nº PROCESSO	

Programa: 0000 - ENCARGOS ESPECIAIS

OBJETIVO: PAGAMENTO DE DESPESAS ÀS QUAIS NÃO SE PODE ASSOCIAR UM BEM OU SERVIÇO A SER GERADO NO PROCESSO PRODUTIVO CORRENTE.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	META	FINANCEIRO	RESULTADO ESPERADO
0.001	PAGAMENTO DE PEQUENOS VALORES - RPV	RPV	20,00	106.250,00	PEQUENOS VALORES PAGOS
0.002	PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS	PRECATÓRIO	20,00	3.187.500,00	PRECATÓRIOS PAGOS
0.003	PAGAMENTO DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS/COMP.APOSENTADORIA-LO	SERVIDOR APOSENTADO	12,00	1.275.000,00	SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS PAGOS
0.004	AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA FUNDADA	CONTRATO	14,00	6.000.000,00	DÍVIDA QUITADA
0.005	CONTRIBUIÇÃO AO PASEP	CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	3,00	2.656.250,00	PAGAMENTO GARANTIDO
Total Programa				**13.225.000,00**	

Programa: 0101 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL

OBJETIVO: MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E PARLAMENTARES DA CÂMARA MUNICIPAL, ASSIM COMO PROMOÇÃO DE AÇÕES DE MELHORIAS E EFICIÊNCIA ADMINISTRATIVA.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	META	FINANCEIRO	RESULTADO ESPERADO
1.001	INFRAESTRUTURA E EQUIPAMENTOS DA CÂMARA MUNICIPAL	UNIDADE	1,00	425.000,00	MODERNIZAÇÃO ADMINSTRATIVA
2.001	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES PLENÁRIAS	SERVIÇO	100,00	1.823.120,00	PAGAMENTO DE SUBSÍDIOS, MATERIAIS E SERVIÇOS
2.004	MANUTENÇÃO DA PRESIDÊNCIA	SERVIÇO	1,00	210.000,00	ATIVIDADES MANTIDAS
2.005	MANUTENÇÃO DE GABINETE DOS VEREADORES	SERVIÇO	1,00	1.055.450,00	ATENDIMENTO AOS VEREADORES E A COMUNIDADE
2.006	MANUTENÇÃO DA PROCURADORIA JURÍDICA	SERVIÇO	1,00	524.600,00	ASSESSORAMENTO DAS ATIVIDADES DA CÂMARA
2.007	MANUTENÇÃO DA CONTROLADORIA INTERNA	SERVIÇO	1,00	159.000,00	AUDITORIA INTERNA
2.008	MANUTENÇÃO DA DIRETORIA ADMINISTRATIVA	SERVIÇO	1,00	1.680.880,00	PESSOAL CIVIL
2.009	PAGAMENTO DE OBRIGAÇÕES PATRONAIS	SERVIÇO	1,00	1.673.880,00	PAGAMENTO DE INSS E FGTS
2.010	GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	SERVIÇO	1,00	1.133.470,00	MATERIAIS E SERVIÇOS
2.011	PLANO DE SAÚDE PARA SERVIDORES	SERVIDOR E DEPENDENTE	130,00	200.000,00	ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR
2.012	QUALIFICAÇÃO DOS SERVIDORES	SERVIDOR PÚBLICO	25,00	16.000,00	CURSOS, TREINAMENTOS, GRADUAÇÃO ESCOLAR, OUTROS.
2.013	PAGAMENTO DE APOSENTADORIA E REFORMAS	SERVIDOR APOSENTADO	3,00	323.000,00	APOSENTADORIA
2.014	MANUTENÇÃO DA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS	SERVIÇO	1,00	419.100,00	INFORMAÇÕES E RELAÇÕES PÚBLICAS
2.015	SOLENIDADES E FESTIVIDADES	EVENTO	3,00	59.300,00	HOMENAGENS E FESTIVIDADES
2.016	PUBLICAÇÕES E DIVULGAÇÕES OFICIAIS	SERVIÇO	1,00	26.000,00	ATOS OFICIAIS PUBLICADOS
2.017	PUBLICAÇÕES INSTITUCIONAL	DIVULGAÇÃO	1,00	350.000,00	DIVULGAÇÕES MANTIDAS
2.018	MANUTENÇÃO DA ASSESSORIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS	SERVIÇO	1,00	248.100,00	ATIVIDADES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS MANTIDAS
Total Programa				**10.326.900,00**	

Câmara Municipal de J. Monlevade

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXOS DE METAS

DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

FL	RUBRICA
Nº PROCESSO	

Programa: 0102 - PROMOÇÃO DE POLÍTICA E CIDADANIA

OBJETIVO: PROMOVER ATIVIDADES DE CUNHO SOCIAL E GRATUITO NOS SEGMENTOS DA CIDADANIA, CULTURA E LAZER, ALÉM DE PROMOVER A INTEGRAÇÃO DO LEGISLATIVO COM A COMUNIDADE.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	META	FINANCEIRO	RESULTADO ESPERADO
2.002	PROMOÇÃO DE AÇÕES DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL	AÇÃO	4,00	24.400,00	MOBILIZAÇÃO SOCIAL
2.003	PROMOÇÃO DE AÇÕES DE UTILIDADE PÚBLICA	AÇÃO	2,00	19.250,00	UTILIDADE PÚBLICA
Total Programa				**43.650,00**	

Programa: 0401 - APOIO ADMINISTRATIVO

OBJETIVO: ATENDER AS SECRETARIAS, ASSESSORIAS E DIVISÕES MUNICIPAIS NA EXECUÇÃO DE SUAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS, NECESSÁRIAS PARA DAR SUPORTE À IMPLANTAÇÃO DOS PROJETOS E PROGRAMAS DE INTERESSE DO MUNICÍPIO.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	META	FINANCEIRO	RESULTADO ESPERADO
2.019	GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO GABINETE	SERVIÇO	1,00	775.625,00	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.020	GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA ASSESSORIA DE GOVERNO	SERVIÇO	1,00	274.656,00	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.022	GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA PROCURADORIA JURÍDICA	SERVIÇO	1,00	1.381.250,00	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.024	GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA CONTROLADORIA INTERNA	SERVIÇO	1,00	552.500,00	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.026	GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	SERVIÇO	6,00	1.200.625,00	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.031	APOIO E SUPORTE A EVENTOS DIVERSOS	EVENTO	15,00	159.375,00	SUPORTE A EVENTOS GOVERNAMENTAIS
2.032	GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO	SERVIÇO	1,00	616.250,00	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.033	PUBLICAÇÕES E DIVULGAÇÕES OFICIAIS	DIVULGAÇÃO	000,00	106.250,00	DIVULGAÇÕES OFICIAIS MANTIDAS
2.034	PUBLICIDADES INSTITUCIONAIS	CAMPANHA	50,00	1.000.000,00	POULAÇÃO INFORMADA - UTILIDADE PÚBLICA
2.035	GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	SERVIÇO	1,00	7.453.933,50	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.036	GARANTIA DOS AUXILIOS DE TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO DOS SERVIDORES	SERVIDOR PÚBLICO	620,00	2.443.750,00	AUXILIOS TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO MANTIDOS
2.040	GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA DE FAZENDA	SERVIÇO	1,00	1.912.500,00	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.058	GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER	SERVIÇO	1,00	690.625,00	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.077	GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA DE OBRAS	SERVIÇO	1,00	3.293.750,00	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.083	GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS	SERVIÇO	1,00	2.443.750,00	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.084	GESTÃO DAS ATIVIDADES DO SETOR DE TRÂNSITO MUNICIPAL-SETTRAN	SERVIÇO	1,00	1.551.250,00	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.093	GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE	SERVIÇO	1,00	616.250,00	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
Total Programa				**26.472.339,50**	

03 AGO 2022

Câmara Municipal de J. Monlevade

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXOS DE METAS

DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

FL	RUBRICA
Nº PROCESSO	

Programa: 0402 - ESTRUTURAÇÃO E EFICIÊNCIA PARA GOVERNANÇA

OBJETIVO: PROPORCIONAR AOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO UMA ESTRUTURA MODERNA, EFICIENTE, QUALIFICADA E DIGNA AO SERVIDOR PÚBLICO E À POPULAÇÃO MUNICIPAL, VISANDO RESPOSTAS ÁGEIS E EFETIVAS ÀS DEMANDAS E OTIMIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E DE INFORMAÇÕES.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	META	FINANCEIRO	RESULTADO ESPERADO
1.010	INFRAESTRUTURA DE PRÉDIOS PÚBLICOS	PRÉDIO	1,00	2.500.000,00	PRÉDIOS CONSTRUÍDOS/AMPLIADOS
2.021	GESTÃO E SUPERVISÃO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO	REGIONAL	6,00	85.000,00	CIDADÃO OUVIDO
2.023	MANUTENÇÃO DO PROCON MUNICIPAL	UNIDADE	1,00	90.312,00	DIREITOS CIVIS GARANTIDOS
2.025	GESTÃO DA OUVIDORIA MUNICIPAL	SERVIÇO	1,00	106.250,00	MAIOR INTERAÇÃO ENTRE ORGÃO PÚBLICO E A SOCIEDADE
2.027	GESTÃO DE PARCERIAS E CONVÊNIOS - ENTES GOVERNAMENTAIS	UNIDADE	14,00	1.423.750,00	DIREITOS CIVIS GARANTIDOS
2.037	GESTÃO DOS RECURSOS MATERIAIS, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E PATRIMONIAIS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	SERVIÇO	1,00	1.406.537,00	MAQUINA ADMINISTRATIVA FUNCIONANDO
2.038	GESTÃO DOS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	SERVIÇO	1,00	690.625,00	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO MANTIDA
2.039	AÇÕES DE FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO	SERVIDOR PÚBLICO	200,00	680.000,00	SERVIDOR VALORIZAÇÃO E CAPACITADO
2.079	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE PRÉDIOS PÚBLICOS E LOCADOS	PRÉDIO	17,00	531.250,00	PRÉDIOS CONSERVADOS
2.082	GESTÃO DAS ATIVIDADES E LOGISTICA DA GARAGEM MUNICIPAL	VEÍCULO	62,00	690.625,00	VEÍCULOS BEM CUIDADOS E REVISADOS
Total Programa				**8.204.349,00**	

Programa: 0403 - GESTÃO TRIBUTÁRIA EFICAZ

OBJETIVO: DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES E PROCESSOS DE GERENCIAMENTOS MODERNOS E EFICAZES VOLTADOS PARA O INCREMENTO DA RECEITA MUNICIPAL E CONSEQUENTE MELHORIA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AOS MUNÍCIPES.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	META	FINANCEIRO	RESULTADO ESPERADO
1.003	AÇÕES DE MODERNIZAÇÃO E INCREMENTO DA ARRECADAÇÃO MUNICIPAL	PERCENTUAL DE INCREMENTO DA RECEITA	20,00	850.000,00	INCREMENTO TRIBUTÁRIO
2.041	GESTÃO DO SETOR TRIBUTÁRIO	SERVIÇO	1,00	818.125,00	ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA EFICAZ
Total Programa				**1.668.125,00**	

Programa: 0601 - POLÍTICAS DE DEFESA CIVIL DO MUNICÍPIO

OBJETIVO: IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES E POLÍTICAS NECESSÁRIAS À PREVENÇÃO, MITIGAÇÃO, PREPARAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ÁREAS AFETADAS POR SITUAÇÃO DE DESASTRE E EMERGENCIAIS.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	META	FINANCEIRO	RESULTADO ESPERADO
2.078	ATIVIDADES DA DEFESA CIVIL	OCORRÊNCIA	400,00	500.000,00	PROTEÇÃO DE FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE RISCO
Total Programa				**500.000,00**	

Monlevade - Câmara Municipal de J.
218
03 AGO 2022

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXOS DE METAS

DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

FL	RUBRICA
Nº PROCESSO	

Programa: 0801 - GESTÃO DAS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

OBJETIVO: ASSEGURAR O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES NECESSÁRIAS À OFERTA DE SERVIÇOS, PROGRAMA ,PROJETOS E BENEFÍCIOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, ALÉM DA CAPACITAÇÃO, APOIO TÉCNICO E GESTÃO DO SUAS. APOIAR O CONTROLE SOCIAL E A GESTÃO DESCENTRALIZADA.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	META	FINANCEIRO	RESULTADO ESPERADO
2.062	GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	SERVIÇO	1,00	1.150.000,00	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.063	GESTÃO DO CONSELHO TUTELAR	SERVIÇO	1,00	220.000,00	DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE ZELADOS
2.064	GESTÃO DOS CONSELHOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	CONSELHO	7,00	8.100,00	GARANTIR O CONTROLE SOCIAL
2.073	GESTÃO DO PROGRAMA PREFEITO AMIGO DA CRIANÇA	SERVIÇO	1,00	1.200,00	UM FUTURO MELHOR
2.074	GESTÃO DO CONSELHO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	CONSELHO	1,00	7.100,00	GARANTIR O CONTROLE SOCIAL
2.075	GESTÃO E AÇÕES PARA PROTEÇÃO E DEFESA DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	AÇÃO	60,00	584.375,00	DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES GARANTIDOS
2.076	AÇÕES DE PROTEÇÃO E ACOLHIMENTO AO IDOSO	AÇÃO	40,00	100.937,50	DIREITOS DOS IDOSOS GARANTIDOS
Total Programa				**2.071.712,50**	

Programa: 0802 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

OBJETIVO: FORTALECER A FUNÇÃO PROTETIVA DAS FAMÍLIAS, PREVENIR A RUPTURA DE SEUS VÍNCULOS, PROMOVER SEU ACESSO E USUFRUTO DE DIREITOS E CONTRIBUIR NA MELHORIA DE SUA QUALIDADE DE VIDA POR MEIO DE AÇÕES DE CARÁTER PREVENTIVO, PROTETIVO E PROATIVO.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	META	FINANCEIRO	RESULTADO ESPERADO
1.009	IMPLANTAÇÃO DA SEGUNDA UNIDADE DO CRAS	UNIDADE	0,25	20.000,00	SEGUNDA UNIDADE DE CRAS IMPLANTADA
2.066	APOIO A ENTIDADES SOCIOASSISTENCIAIS	ENTIDADE	3,00	42.000,00	ENTIDADES ASSISTIDAS
2.067	GESTÃO DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - CRAS (SCFV E PAIF)	PESSOA	400,00	550.000,00	PESSOAS EM VULNERABILIDADE SOCIAL ATENDIDAS
2.068	GESTÃO DO CAD ÚNICO, BOLSA FAMÍLIA E BPC	FAMILIA	600,00	280.000,00	FAMÍLIAS BENEFICIADAS
2.069	CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS	PESSOA	500,00	550.000,00	PESSOAS EM VULNERABILIDADE SOCIAL ATENDIDAS
Total Programa				**1.442.000,00**	

Programa: 0803 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

OBJETIVO: CONTRIBUIR PARA A RECONSTRUÇÃO DE VÍNCULOS FAMILIARES E COMUNITÁRIOS, A DEFESA DE DIREITOS E ENFRENTAMENTO DAS SITUAÇÕES DE VIOLAÇÃO E RISCO SOCIAL E PESSOAL.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	META	FINANCEIRO	RESULTADO ESPERADO
2.065	APOIO E PROMOÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	PESSOA	950,00	71.000,00	PESSOAS COM DEFICIÊNCIA ATENDIDAS
2.070	GESTÃO DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL MÉDIA COMPLEXIDADE - CREAS	PESSOA	230,00	500.000,00	FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS ASSISTIDOS
2.071	AÇÕES DE AMPARO E ACOLHIMENTO A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA E CALAMIDADE PÚBLICA	PESSOA	50,00	170.000,00	PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA E CALAMIDADE PÚBLICA
2.072	AÇÕES DE PROTEÇÃO A INDIVÍDUOS EM SITUAÇÃO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	PESSOA	65,00	85.000,00	CRIANÇAS, ADOLESCENTES, MULHERES E IDOSOS COM VIOLAÇÃO DE DIREITOS
Total Programa				**826.000,00**	

03 AGO 2022
Câmara Municipal de J. Monlevade
213

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXOS DE METAS

DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

FL	RUBRICA
Nº PROCESSO	

Programa: 0804 - APOIO ADMINISTRATIVO - FUNDAÇÃO CRÊ-SER

OBJETIVO: APOIO ADMINISTRATIVO NECESSÁRIO AO DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES QUE PROPICIEM A MINIMIZAÇÃO DA SITUAÇÃO DE RISCO E VULNERABILIDADE SOCIAL DE CRIANÇA E ADOLESCENTE EM RISCO PESSOAL E SOCIAL; CAPACITAR ADOLESCENTES PARA INSERÇÃO NO PRIMEIRO EMPREGO; ATENDER ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS E FOMENTAR A

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	META	FINANCEIRO	RESULTADO ESPERADO
2.125	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL	SERVIÇO	1,00	2.100.000,00	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
Total Programa				**2.100.000,00**	

Programa: 0805 - PROGRAMA HUMANIZAR

OBJETIVO: MINIMIZAR A SITUAÇÃO DE RISCO E VULNERABILIDADE SOCIAL DE CRIANÇA E ADOLESCENTE; DISPONIBILIZAR ATIVIDADES ARTESANAIS, LÚDICAS, PEDAGÓGICA E ESPORTIVAS; CAPACITAÇÃO DE ADOLESCENTES PARA INSERÇÃO NO PRIMEIRO EMPREGO; ATENDIMENTO ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS E FOMENTAR A GERAÇÃO DE RENDA.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	META	FINANCEIRO	RESULTADO ESPERADO
1.031	REVITALIZAÇÃO E INFRAESTRUTURA DAS UNIDADES DE ATENDIMENTO	UNIDADE	1,00	212.000,00	MODERNIZAÇÃO ADMINSTRATIVA
2.126	MANUTENÇÃO UNIDADE ACOLHEDORA	CRIANÇA	20,00	1.118.000,00	CRIANÇAS ABRIGADAS
2.127	MANUTENÇÃO CENTRO INICIAÇÃO PROFISSIONAL	ADOLESCENTE	30,00	350.000,00	INICIAÇÃO PROFISSINAL DE ADOLESCENTES
2.128	MANUTENÇÃO NÚCLEOS COMUNITÁRIOS	UNIDADE	7,00	2.000.000,00	NÚCLEOS COMUNITÁRIOS MANTIDOS
2.129	MANUTENÇÃO DE CONVÊNIOS COM ENTIDADES DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	PESSOA ESPECIAL	190,00	2.400.000,00	PESSOAS ESPECIAIS ASSISTIDAS
Total Programa				**6.080.000,00**	

Programa: 1001 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

OBJETIVO: PROMOVER A GESTÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE/SUS COM A ESTRUTURAÇÃO DOS SEUS RECURSOS DISPONÍVEIS PARA GARANTIR QUE SE CONFIGURE NUM PROCESSO DINÂMICO, EFICIENTE, PARTICIPATIVO E INTEGRADO COM AS POLÍTICAS DO SUS E COM AS NECESSIDADES DA POPULAÇÃO MONLEVADENSE.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	META	FINANCEIRO	RESULTADO ESPERADO
2.097	GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	SERVIÇO	1,00	5.600.000,00	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.098	MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE	REUNIÃO	12,00	12.600,00	CONSELHO MANTIDO
2.099	GARANTIA DOS AUXÍLIOS DE TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO A SERVIDORES DA SAÚDE	SERVIDOR PÚBLICO	820,00	2.200.000,00	AUXILIOS TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO MANTIDOS
Total Programa				**7.812.600,00**	

Programa: 1002 - ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

OBJETIVO: DESENVOLVER CONJUNTO DE AÇÕES, NO ÂMBITO INDIVIDUAL E COLETIVO, VOLTADAS PARA A PROMOÇÃO DA SAÚDE, A PREVENÇÃO DE AGRAVOS, TRATAMENTO E A REABILITAÇÃO, TENDO A ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE COMO ORDENADORA DO SISTEMA LOCAL DE SAÚDE.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	META	FINANCEIRO	RESULTADO ESPERADO
1.022	INFRAESTRUTURA E CONSERVAÇÃO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE	UNIDADE	14,00	1.000.000,00	UNIDADES DE SAÚDE CONSTRUÍDAS, REVITALIZADAS E CONSERVADAS
2.100	MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA Á SAÚDE	ATENDIMENTO	500,00	20.300.000,00	ATENDIMENTOS REALIZADOS
2.101	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE BUCAL E CENTRO DE ESPECIALIDADE ODONTOLÓGICA	PROCEDIMENTO	440,00	4.400.000,00	PROCEDIMENTOS REALIZADOS
Total Programa				**25.700.000,00**	

03 AGO 2022
Câmara Municipal de J. Monlevade
214

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXOS DE METAS
DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

FL	RUBRICA
Nº PROCESSO	

Programa: 1003 - ATENÇÃO SECUNDÁRIA À SAÚDE

OBJETIVO: ATENDER AOS PRINCIPAIS PROBLEMAS DE SAÚDE E AGRAVOS DA POPULAÇÃO, A FIM DE GARANTIR A CONTINUIDADE DO CUIDADO EM SAÚDE, CUJA COMPLEXIDADE DA PRÁTICA CLÍNICA DEMANDE A DISPONIBILIDADE DE PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS E A UTILIZAÇÃO DE RECURSOS TECNOLÓGICOS PARA O APOIO AO DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	META	FINANCEIRO	RESULTADO ESPERADO
1.023	INFRAESTRUTURA E CONSERVAÇÃO DAS UNIDADES DE ATENÇÃO SECUNDÁRIA	PRÉDIO	5,00	1.300.000,00	PRÉDIO REVITALIZADO
2.102	MANUTENÇÃO DA UNIDADE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	CONSULTA	100,00	6.100.000,00	POPULAÇÃO ASSISTIDA
2.103	PARCERIAS COM ENTIDADES DE AÇÕES DE PROMOÇÃO, PREVENÇÃO E RECUPERAÇÃO DA SAÚDE	INSTITUIÇÃO	7,00	940.000,00	INSTITUIÇÕES ATENDIDAS
2.104	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE MENTAL	PROCEDIMENTO	000,00	2.700.000,00	USUÁRIO ADULTO/CRIANÇA/ADOLESCENTE ATENDIDOS
2.105	MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA HOSPITALAR, AMBULATORIAL E URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	LEITO	101,00	36.200.000,00	LEITOS DISPONÍVEIS
2.106	MANUTENÇÃO DO CENTRO DE REABILITAÇÃO MUNICIPAL	SESSÃO	750,00	1.100.000,00	SESSÕES REALIZADAS
2.107	MANUTENÇÃO DOS CONTRATOS COM PRESTADORES DE SERVIÇOS SUS	PROCEDIMENTO	11,00	3.800.000,00	PACIENTES ATENDIDOS
2.108	MANUTENÇÃO DO ATENDIMENTO AOS PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO	VIAGEM	530,00	1.400.000,00	VIAGENS REALIZADAS
2.109	MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE APOIO AO DIAGNÓSTICO	EXAME	950,00	3.500.000,00	EXAMES REALIZADOS
2.110	MANUTENÇÃO CISMEPI - CONTRATO DE RATEIO	UNIDADE	1,00	500.000,00	CONSÓRCIO MANTIDO
Total Programa				**57.540.000,00**	

Programa: 1004 - ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

OBJETIVO: AMPLIAR E QUALIFICAR O ACESSO DA POPULAÇÃO AOS MEDICAMENTOS DA REMUNE (RELAÇÃO MUNICIPAL DE MEDICAMENTOS ESSENCIAIS), OS MEDICAMENTOS DO CEAF (COMPONENTE ESPECIALIZADO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA) E MEDICAMENTOS DE DEMANDAS JUDICIAIS. PROMOVER O USO RACIONAL DE MEDICAMENTOS, A INTEGRALIDADE DE

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	META	FINANCEIRO	RESULTADO ESPERADO
1.024	INFRAESTRUTURA E CONSERVAÇÃO DAS UNIDADES DE FARMÁCIA MUNICIPAL	PRÉDIO	3,00	200.000,00	PRÉDIOS CONSERVADOS/CONSTRUÍDOS
2.111	GESTÃO DOS SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS	MEDICAMENTO	95,00	2.500.000,00	MEDICAMENTOS FORNECIDOS
Total Programa				**2.700.000,00**	

Programa: 1005 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE

OBJETIVO: REALIZAR AÇÕES INERENTES DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE VISANDO GARANTIR À SAÚDE HUMANA CONDIÇOES ADEQUADAS DE SALUBRIDADE, CONTROLAR A INCIDÊNCIA DE DOENÇAS ENDÊMICAS,TRANSMISSÍVEIS E INFECCIOSAS E REALIZAR A IMUNIZAÇÃO DA POPULAÇÃO. REALIZAR CONTROLE DE VETORES.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	META	FINANCEIRO	RESULTADO ESPERADO
2.112	PROMOÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA	VISTORIA	945,00	1.200.000,00	AÇÕES VIGILÂNCIA E CONTROLE SANITÁRIO PROMOVIDOS
2.113	PROMOÇÃO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	COBERTURA DE VACINAÇÃO	95,00	1.600.000,00	CRIANÇAS VACINADAS
2.114	GESTÃO DO PROGRAMA IST/HIV/AIDS	PESSOA	82,00	118.000,00	AUMENTO DO NÚMERO DE PACIENTES COM CARGA VIRAL INDETECTÁVEL
2.115	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE CONTROLE DE ZOONOSES	PROCEDIMENTO	050,00	120.000,00	PROCEDIMENTOS REALIZADOS
Total Programa				**3.038.000,00**	

03 AGO 2022
Câmara Municipal de J. Monlevade
215

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXOS DE METAS

DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

FL	RUBRICA
Nº PROCESSO	

Programa: 1201 - APOIO ADMINISTRATIVO À EDUCAÇÃO

OBJETIVO: ATENDER À REDE DE ENSINO MUNICIPAL NA EXECUÇÃO DE SUAS ATIVIDADES ESCOLARES, NECESSÁRIAS AO DESENVOLVIMENTO DE UM ENSINO DE QUALIDADE E EXCELÊNCIA.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	META	FINANCEIRO	RESULTADO ESPERADO
2.042	GARANTIA DOS AUXÍLIOS TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO A SERVIDORES DA EDUCAÇÃO	SERVIDOR PÚBLICO	820,00	3.506.250,00	AUXILIOS TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO MANTIDOS
2.043	GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	SERVIÇO	1,00	5.100.000,00	SECRETARIA MANTIDA
Total Programa				**8.606.250,00**	

Programa: 1202 - POR UMA EDUCAÇÃO MAIS HUMANIZADA

OBJETIVO: GARANTIR UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE POR MEIO DA VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL, AMPLIAÇÃO DO ACESSO À EDUCAÇÃO INFANTIL, DO CUIDADO COM OS ESPAÇOS FÍSICOS PARA QUE TAMBÉM SEJAM OS ESPAÇOS DE APRENDIZAGEM, DA UTILIZAÇÃO DAS TECNOLOGIAS COMO FORMA DE CONEXÃO COM O MUNDO, CONSIDERANDO AS NECESSIDADES DE TODOS

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	META	FINANCEIRO	RESULTADO ESPERADO
1.004	INFRAESTRUTURA E CONSERVAÇÃO DE PRÉDIOS ESCOLARES- ENS. FUNDAMENTAL	PRÉDIO	11,00	1.500.000,00	PRÉDIOS ESCOLARES CONSTRUÍDOS E REVITALIZADOS
1.005	INFORMATIZAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA- EDUCAÇÃO CONECTADA	ALUNO	000,00	800.000,00	ALUNOS CONECTADOS
1.006	IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE ATENDIMENTO MULTIDISCIPLINAR	ALUNO	347,00	318.750,00	ATENDIMENTO ESPECIALIZADO GARANTIDO
1.007	INFRAESTRUTURA E CONSERVAÇÃO DE CEMEI'S	PRÉDIO	9,00	1.500.000,00	NOVOS CEMEI'S CONSTRUÍDOS, CONSERVADOS E MOBILIADOS
2.044	MANUTENÇÃO DA ESCOLA DE INFORMÁTICA	USUÁRIO	400,00	63.750,00	ACESSO À INFORMAÇÃO GARANTIDA
2.045	MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR	ALUNO	400,00	1.381.250,00	ALUNOS ALIMENTADOS
2.046	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO ENSINO FUNDAMENTAL	ALUNO	200,00	3.400.000,00	ENSINO FUNDAMENTAL MANTIDO
2.047	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL	ALUNO	730,00	2.195.125,00	ALUNOS TRANSPORTADOS
2.048	VALORIZAÇÃO E FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO	SERVIDOR PÚBLICO	600,00	265.625,00	SERVIDOR VALORIZAÇÃO E CAPACITADO
2.049	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO MÉDIO/EJA/PÓS MÉDIO	ALUNO	720,00	1.381.250,00	ALUNOS TRANSPORTADOS
2.050	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO SUPERIOR	ALUNO	510,00	1.381.250,00	ALUNOS TRANSPORTADOS
2.051	APOIO AO ACESSO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO SUPERIOR	CONVÊNIO	3,00	371.875,00	ENSINO SUPERIOR APOIADO
2.052	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE EDUCAÇÃO INFANTIL	ALUNO	300,00	5.009.687,00	EDUCAÇÃO INFANTIL MANTIDA
2.053	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - EDUCAÇÃO INFANTIL	ALUNO	114,00	1.593.750,00	ALUNOS TRANSPORTADOS
2.054	MANUTENÇÃO DO EJA - ENSINO FUNDAMENTAL	ALUNO	100,00	340.000,00	JOVENS E ADULTOS ALFABETIZADOS
2.055	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ALUNO	150,00	1.105.000,00	EDUCAÇÃO ESPECIAL MANTIDA
2.056	AÇÕES DE MODERNIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL	UNIDADE	1,00	120.000,00	BIBLIOTECA PÚBLICA MANTIDA
2.057	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB	ALUNO	0,00	40.460.000,00	ENSINO FUNDAMENTAL MANTIDO
Total Programa				**63.187.312,00**	

03 AGO 2022

Câmara Municipal de João Monlevade
216

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXOS DE METAS

DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

FL	RUBRICA
Nº PROCESSO	

Programa: 1301 - APOIO ADMINISTRATIVO À FUNDAÇÃO CASA DE CULTURA

OBJETIVO: EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS NECESSÁRIAS AO DESENVOLVIMENTO DOS PROJETOS E PROGRAMAS DA CASA DE CULTURA, ALÉM DAS MELHORIAS NA ESTRUTURA FÍSICA.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	META	FINANCEIRO	RESULTADO ESPERADO
2.130	GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA FUNDAÇÃO CASA DE CULTURA	SERVIÇO	1,00	390.000,00	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
Total Programa				**390.000,00**	

Programa: 1302 - PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO CULTURAL

OBJETIVO: PROMOVER ACESSO À CULTURA ATRAVÉS DE EVENTOS, FESTIVAIS, OFICINAS E AÇÕES DE FORMAÇÃO, FOMENTAR AS ARTES E DAR APOIO E INCENTIVO À PROFISSIONALIZAÇÃO DOS AGENTES CULTURAIS MUNICIPAIS PARA DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA CRIATIVA.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	META	FINANCEIRO	RESULTADO ESPERADO
1.032	IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS	CURSO	14,00	30.000,00	INSERÇÃO DE JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO CULTURAL
1.033	APOIO E PROMOÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS	EVENTO	10,00	425.000,00	EVENTOS APOIADOS E REALIZADOS
2.131	AÇÕES DE PROFISSIONALIZAÇÃO DOS TRABALHADORES DA CULTURA	CURSO	8,00	21.000,00	QUALIFICAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA CULTURA
2.132	GESTÃO DE CURSOS DE FORMAÇÃO ARTÍSTICA CONTINUADA	CURSO E ATIVIDADE CULTURAL	20,00	310.000,00	CURSOS E ATIVIDADES MANTIDOS
Total Programa				**786.000,00**	

Programa: 1303 - RESGATE E PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA E DO PATRIMÔNIO CULTURAL

OBJETIVO: REALIZAR POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO, DIFUNDIR A MEMÓRIA, AS TRADIÇÕES E FOMENTAR MANIFESTAÇÕES CULTURAIS TRADICIONAIS.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	META	FINANCEIRO	RESULTADO ESPERADO
1.034	CRIAÇÃO DO CENTRO DE MEMÓRIA MONLEVADENSE	CENTRO	0,25	85.125,00	SALVAGUARDA DA MEMÓRIA MONLEVADENSE
2.133	AÇÕES DE PRESERVAÇÃO, DIFUSÃO E RESGATE DOS BENS CULTURAIS DE JOÃO MONLEVADE	AÇÃO	12,00	172.000,00	PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA E TRADIÇÕES
Total Programa				**257.125,00**	

Programa: 1501 - MOBILIDADE E INFRAESTRUTURA URBANA EM FOCO

OBJETIVO: PROPORCIONAR À POPULAÇÃO UM SISTEMA VIÁRIO ADEQUADO PARA O TRÁFEGO HARMONIZADO E SEGURO DE VEÍCULOS, PEDESTRES, CICLISTAS,MOTOCICLISTAS E PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS, BEM COMO UM SISTEMA DE MACRODRENAGEM.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	META	FINANCEIRO	RESULTADO ESPERADO
1.011	INFRAESTRUTURA DE VIAS URBANAS	M²	000,00	12.000.000,00	VIAS URBANAS ESTRUTURADAS
1.016	INFRAESTRUTURA E EDUCAÇÃO NO TRÂNSITO MUNICIPAL	KM	50,00	680.000,00	TRANSITO MAIS ORGANIZADO E SEGURO
2.080	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DA MALHA VIÁRIA	M²	000,00	5.000.000,00	VIAS PÚBLICAS CONSERVADAS
Total Programa				**17.680.000,00**	

03 AGO 2022
Câmara Municipal de João Monlevade

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXOS DE METAS

DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

FL	RUBRICA
Nº PROCESSO	

Programa: 1502 - MONLEVADE SEGURA E BEM CUIDADA

OBJETIVO: PROPORCIONAR AOS CIDADÃOS DO MUNICÍPIO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EFICIENTES NA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VIAS, COLETA DE LIXO, COLETA SELETIVA, LIMPEZA, SEGURANÇA E OUTROS SERVIÇOS, NECESSÁRIOS À GARANTIA DO BEM ESTAR DE TODOS E A QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	META	FINANCEIRO	RESULTADO ESPERADO
1.017	AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	LÂMPADA INSTALADA	100,00	1.600.000,00	ILUMINAÇÃO GARANTIDA
1.018	URBANIZAÇÃO E PAISAGISMO DE ÁREAS PÚBLICAS E DE CONVIVÊNCIA SOCIAL	UNIDADE	15,00	530.000,00	CIDADE MAIS BONITA E URBANIZADA
1.019	ESTRUTURAÇÃO DOS SERVIÇOS DE RECOLHIMENTO DE ANIMAIS ABANDONADOS EM ÁREAS PÚBLICAS	UNIDADE	50,00	300.000,00	MANEJO DE ANIMAIS
1.020	INFRAESTRUTURA DE ÁREA PÚBLICA PARA EVENTOS DIVERSOS	UNIDADE	0,25	500.000,00	ÁREA PÚBLICA PARA EVENTOS E LAZER
2.085	MANUTENÇÃO DAS REDES E SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	LÂMPADA INSTALADA	000,00	3.818.700,00	ILUMINAÇÃO GARANTIDA
2.086	AÇÕES DE MONITORAMENTO E CONTROLE DE SEGURANÇA PÚBLICA	UNIDADE	60,00	106.250,00	MONLEVADE SEGURA
2.087	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS ÁREAS PÚBLICAS E CONVIVÊNCIA SOCIAL	UNIDADE	50,00	371.875,00	ESPAÇOS PÚBLICOS BEM CUIDADOS
2.088	MODERNIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÃO	TORRE	2,00	50.000,00	IMAGEM E INTERNET DE QUALIDADE
2.089	ESTRTURAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE CEMITÉRIOS E VELÓRIO MUNICIPAL	UNIDADE	4,00	400.000,00	SERVIÇOS MORTUÁRIOS GARANTIDOS
Total Programa				**7.676.825,00**	

Programa: 1503 - GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

OBJETIVO: PROPORCIONAR À POPULAÇÃO E AO MEIO AMBIENTE UMA GESTÃO ADEQUADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DESDE SUA COLETA À DESTINAÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE CORRETA.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	META	FINANCEIRO	RESULTADO ESPERADO
2.090	EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA E COLETA DOS RESÍDUOS URBANOS	TONELADA	800,00	7.331.250,00	CIDADE LIMPA
2.091	DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS MUNICIPAIS	TONELADA	000,00	1.300.000,00	DESTINAÇÃO CORRETA DE RESÍDUOS
2.092	MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO CPGRS - CONTRATO DE RATEIO	UNIDADE	1,00	435.625,00	CONSÓRCIO MANTIDO
Total Programa				**9.066.875,00**	

Programa: 1601 - HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

OBJETIVO: GARANTIR HABILITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA PARA FAMÍLIAS EM VULNERABILIDADE.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	META	FINANCEIRO	RESULTADO ESPERADO
1.014	REGULARIZAÇÃO DE ÁREAS PÚBLICAS OCUPADAS POR FAMÍLIAS CARENTES	FAMILIA	100,00	153.125,00	FAMÍLIAS BENEFICIADAS
1.015	CONSTRUÇÃO E REFORMAS DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	UNIDADE	3,00	308.125,00	CASAS CONSTRUÍDAS OU RECUPERADAS
2.081	GESTÃO DAS ATIVIDADES DO SETOR DE HABITAÇÃO	ALUGUEL	20,00	212.500,00	FAMÍLIAS CARENTES AMPARADAS
Total Programa				**673.750,00**	

03 AGO 2022

Câmara Municipal de J. Monlevade

218

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXOS DE METAS

DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

FL	RUBRICA
Nº PROCESSO	

Programa: 1701 - APOIO ADMINISTRATIVO - DAE

OBJETIVO: APOIO ADMINISTRATIVO NECESSÁRIO AO DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES QUE PROPICIEM O RECEBIMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS E AUXILIEM NAS AÇÕES DE SANEAMENTO AMBIENTAL.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	META	FINANCEIRO	RESULTADO ESPERADO
2.116	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA DIRETORIA	SERVIÇO	1,00	289.000,00	ATIVIDADES MANTIDAS
2.117	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA	SERVIÇO	1,00	5.788.000,00	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.118	PUBLICIDADE E DIVULGAÇÕES OFICIAIS	SERVIÇO	1,00	22.000,00	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.119	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA DIVISÃO DE OPERAÇÃO	SERVIÇO	1,00	2.408.000,00	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.123	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA DIVISÃO DE PLANEJAMENTO	SERVIÇO	1,00	303.000,00	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.124	MANUTENÇÃO ATIVIDADES CONTROLE INTERNO	SERVIÇO	1,00	268.000,00	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
Total Programa				**9.078.000,00**	

Programa: 1702 - SANEAMENTO AMBIENTAL DE QUALIDADE

OBJETIVO: PROPICIAR MELHORIAS NO SERVIÇO ESSENCIAL DE SANEAMENTO PRESTADOS PELA AUTARQUIA, ATRAVÉS DE INFRAESTRUTURA, CAPTAÇÃO, TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA POTÁVEL E AINDA COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO SANITÁRIO.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	META	FINANCEIRO	RESULTADO ESPERADO
1.025	EXTENSÃO DE ADUTORAS E REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	PERCENTUAL A SER CONSTRUÍDO	600,00	302.000,00	EXTENSÃO ADUTORA E REDE DE ABASTECIMENTO ÁGUA MANTIDA
1.026	CONSTRUÇÃO DE RESERVATÓRIOS	UNIDADE	1,00	302.000,00	CONSTRUÇÃO DE RESERVATÓRIOS MANTIDA
1.027	AMPLIAÇÃO E REFORMAS DA EAT- EAB E RECALQUES	M²	50,00	102.000,00	AMPLIAÇÃO E REFORMAS EAT-EAB/ RECALQUE MANTIDAS
1.028	CONSTRUÇÃO DE ETE'S	PERCENTUAL A SER CONSTRUÍDO	0,15	5.241.000,00	ETE'S CONSTRUÍDAS
1.029	EXTENSÃO DE REDE COLETORA DE ESGOTOS	PERCENTUAL A SER CONSTRUÍDO	000,00	252.000,00	EXTENSÃO DE REDE COLETORA DE ESGOTOS MANTIDAS
1.030	EXTENSÃO DE FOSSAS SÉPTICAS	M²	10,00	102.000,00	EXTENSÃO DE FOSSAS SÉPTICAS MANTIDAS
2.120	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA (EAB-EAT - REDES - RESERVATÓRIOS E RECALQUES)	SERVIÇO	1,00	19.673.000,00	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.121	MANUTENÇÃO DE AÇÕES DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL	SERVIÇO	1,00	325.000,00	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.122	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO (REDE COLETORA - FOSSAS E ETE's)	SERVIÇO	0,00	3.977.000,00	MANUTENÇÃO SERVIÇOS REDE COLETORA DE ESGOTO, FOSSAS
Total Programa				**30.276.000,00**	

Programa: 1801 - SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

OBJETIVO: DESENVOLVER A GESTÃO SUSTENTÁVEL, POR MEIO DE POLÍTICAS E AÇÕES QUE VISEM PROTEÇÃO, DEFESA E CONSERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE, MELHORIA E CONTROLE DA QUALIDADE AMBIENTAL E PRESERVAÇÃO DOS RECURSOS AMBIENTAIS.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	META	FINANCEIRO	RESULTADO ESPERADO
1.021	REVITALIZAÇÃO E INFRAESTRUTURA DO PARQUE MUNICIPAL DO AREÃO	UNIDADE	0,20	1.200.000,00	LAZER PARA A POPULAÇÃO
2.094	AÇÕES DE REVITALIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DO VIVEIRO MUNICIPAL	UNIDADE	1,00	140.000,00	ÁREA SUSTENTÁVEL
2.095	AÇÕES DE PLANEJAMENTO DE GESTÃO AMBIENTAL	UNIDADE	3,00	201.875,00	LEGISLAÇÃO APLICADA
2.096	AÇÕES DE RECUPERAÇÃO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL	AÇÃO	5,00	175.312,00	MEIO AMBIENTE PRESERVADO
Total Programa				**1.717.187,00**	

03 AGO 2022

Prefeitura Municipal de J. Monlevade - Câmara

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXOS DE METAS

DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

FL	RUBRICA
Nº PROCESSO	

Programa: 2301 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SOCIAL E INOVAÇÃO

OBJETIVO: PROMOVER, LEGITIMAR E REALIZAR A MANUTENÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO-SOCIAL E DE INOVAÇÃO NA PERSPECTIVA DA GOVERNANÇA, APOIANDO AÇÕES VOLTADAS PARA O FOMENTO DAS ATIVIDADES EMPREEENDEDORAS NOS DIVERSOS SETORES DA ECONOMIA LOCAL, ESTIMULANDO O DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	META	FINANCEIRO	RESULTADO ESPERADO
1.002	INFRAESTRUTURA E MANUTENÇÃO DA INCUBADORA DE EMPRESAS E STARTUP'S	MÓDULO	16,00	380.000,00	PEQUENAS EMPRESAS FORTALECIDAS
1.012	INFRAESTRUTURA DO DISTRITO INDUSTRIAL	UNIDADE	0,40	1.500.000,00	DISTRITO INDUSTRIAL ESTRUTURADO
1.013	INFRAESTRUTURA DO ABATEDOURO MUNICIPAL	UNIDADE	0,25	637.500,00	PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL PROCESSADOS ADEQUADAMENTE
2.028	MANUTENÇÃO DO CONSMEPI - CONTRATO DE RATEIO -SIM	SERVIÇO	1,00	2.125,00	GARANTIA DE QUALIDADE DO PRODUTO ANIMAL
2.029	GESTÃO DAS POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA	FAMILIA	100,00	127.500,00	FOMENTO A GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA
2.030	PROMOÇÃO DE AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, EMPRESARIAL E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA	AVALIAÇÃO POPULAR	3,80	478.125,00	AVALIAÇÃO POPULAR SOBRE GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA
Total Programa				**3.125.250,00**	

Programa: 2701 - DESENVOLVENDO O FUTURO: ESPORTE EM AÇÃO

OBJETIVO: DESENVOLVER ATIVIDADES ESPORTIVAS E DE LAZER NO MUNICÍPIO, INCENTIVANDO TAMBÉM A PARTICIPAÇÃO EM COMPETIÇÕES ALÉM DE MELHORIAS E CONSTRUÇÕES DE NOVOS ESPAÇOS ESPORTIVOS DA MUNICIPALIDADE.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	META	FINANCEIRO	RESULTADO ESPERADO
1.008	INFRAESTRUTURA DE ÁREAS DE ESPORTE E LAZER	ESPAÇO DE ESPORTE E LAZER	8,00	600.000,00	ÁREA DE ESPORTE E LAZER CONTRUÍDA/REVITALIZADA
2.059	APOIO E DESENVOLVIMENTO DE PRÁTICAS ESPORTIVAS	PRÁTICA ESPORTIVA	65,00	637.500,00	PRÁTICAS ESPORTIVAS APOIADAS
2.060	PARCERIA COM ENTIDADES ESPORTIVAS E ATLETAS INDIVIDUAIS	UNIDADE	3,00	138.125,00	ENTIDADES E ATLETAS SUBVENCIONADOS
2.061	CONSERVAÇÃO DE ÁREAS DE ESPORTE E LAZER	ESPAÇO DE ESPORTE E LAZER	7,00	106.250,00	ÁREAS DE ESPORTE E LAZER CONSERVADAS
Total Programa				**1.481.875,00**	

Programa: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

OBJETIVO: ATENDER OS PASSIVOS CONTINGENTES E OUTROS RISCOS FISCAIS E EVENTOS FISCAIS IMPREVISTOS, NOS TERMOS PREVISTOS NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	META	FINANCEIRO	RESULTADO ESPERADO
9.999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	SERVIÇO	1,00	1.300.000,00	PASSIVOS CONTINGÊNCIADOS
Total Programa				**1.300.000,00**	
Total Geral				**325.053.125,00**	

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Pú

blicas, Unidade Responsável: Sec. Munic. Planej. E Desenv. Economico, Emissão: 24/05/2022 , às 10:16:

João Monlevade - Câmara Municipal de J. 220

03 AGO 2022

FL	RUBRICA

03 AGO 2022
Câmara Municipal de J. Monlevade

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - M.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS

IV - RESULTADO NOMINAL

Art. 4°, §2°, inciso II da LRF

(R$)

ESPECIFICAÇÃO	2020 (b)	2021 (c)	2022 (d)	2023 (e)	2024 (f)	2025 (g)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	10.057.682,45	14.649.395,54	14.107.632,39	16.455.666,01	18.278.449,31	20.090.536,43
DEDUÇÕES (II)	27.005.485,92	67.250.082,89	90.991.654,98	79.489.254,61	83.513.717,34	87.485.862,05
Ativo Disponível	31.034.090,33	71.631.379,99	91.145.447,98	80.463.529,14	84.486.705,60	88.457.580,76
Haveres Financeiros	22.901,69	22.901,69	22.901,69	25.725,47	27.011,74	28.281,29
(-) Restos a Pagar	4.051.506,10	4.404.196,79	176.694,69	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) - (I - II)	-16.947.803,47	-52.600.687,35	-76.884.022,59	-63.033.588,60	-65.235.268,03	-67.395.325,62
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III + IV - V)	-16.947.803,47	-52.600.687,35	-76.884.022,59	-63.033.588,60	-65.235.268,03	-67.395.325,62

Resultado Nominal	(a* - b)	(b - c)	(c - d)	(d - e)	(e - f)	(f - g)
	18.481.554,51	35.652.883,88	24.283.335,24	-13.850.433,99	2.201.679,43	2.160.057,59

Notas:

- o Cálculo da Metas Anuais relativas ao resultado nominal foi efetuado em conformidade com a metodologia estabelecida pelo Governo Federal, normatizada pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional.

* Refere-se ao valor previsto da Dívida Consolidada Líquida do exercício de 2019(R$ 1.533.751,04)

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Sec. Munic. Planej. E Desenv. Economico, Emissão: 24/05/2022 , às 10:17:12

03 AGO 2022

Câmara Municipal de J. Monlevade

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - M

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS

V - MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA

Art. 4°, §2°, inciso II da LRF

(R$)

ESPECIFICAÇÃO	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	9.797.306,58	10.057.682,45	14.649.395,54	14.107.632,39	16.455.666,01	18.278.449,31	20.090.636,43
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	9.797.306,58	10.057.682,45	14.649.395,54	14.107.632,39	16.455.666,01	18.278.449,31	20.090.636,43
DEDUÇÕES (II)	8.263.555,54	27.005.485,92	67.250.082,89	90.991.654,98	79.489.254,61	83.513.717,34	87.485.862,05
Ativo Disponível	11.963.637,81	31.034.090,33	71.631.379,99	91.145.447,98	80.463.529,14	84.486.705,60	88.457.580,76
Haveres Financeiros	22.901,69	22.901,69	22.901,69	22.901,69	25.725,47	27.011,74	28.281,29
(-) Restos a Pagar	3.722.983,96	4.051.506,10	4.404.198,79	176.694,69	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00
Dívida Consolidada Líquida	1.533.751,04	-16.947.803,47	-52.600.687,35	-76.884.022,59	-63.033.588,60	-65.235.268,03	-67.395.325,62

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Sec. Munic. Planej. E Desenv. Economico, Emissão: 24/05/2022 , às 10:18:55

03 AGO 2022
Câmara Municipal de J. Monlevade
223

Câmara Municipal de J. Monlevade
294

ANEXO DE METODOLOGIA E PREMISSAS UTILIZADAS.
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO
EXERCÍCIO DE 2023

Quadro 1 *- Relatório Demonstrativo dos de Índices Oficiais e Fatores de Projeção*

Originado de publicações realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, no que concerne aos índices apurados; pelo Banco Central do Brasil, no que concerne aos índices de previsão; e Fundação João Pinheiro, por cálculo econômico concernente a publicação do Produto Interno Bruto - PIB Estadual.

Demonstra os fatores para cálculo dos valores constantes, que equivalem às correntes abstraídas da variação do poder aquisitivo da moeda, ou seja, expurgando os índices de inflação ou deflação aplicados no cálculo do valor corrente, trazendo os valores das metas anuais para valores praticados no ano anterior ao ano de referência da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.

Quadro 2 *- Demonstrativo do Cenário Econômico- Adequação da Receita*

Retrata o crescimento/ redução diferenciado de determinadas receitas, no contexto utilizado para cálculo das demais.

Para elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, é adotada a metodologia de projetar o exercício de sua elaboração, a partir do exercício anterior (março a dezembro de 2021) e da arrecadação efetivamente realizada no período transcorrido no mesmo, neste caso os meses de janeiro e março (2022), ou seja, ele aplica nas receitas efetivamente realizadas os coeficientes constantes do Relatório de Índices Oficiais e Fatores de Projeção.

Câmara Municipal de J. Monlevade
295

***Quadro 3** - Demonstrativo do Cenário Econômico- Adequação da Despesa*

Estabelece fatores a serem aplicados sobre o valor de determinada despesa segundo o critério utilizado, demonstrado na memória de cálculo das despesas.

Os fatores são fixados a partir de decisão gerencial, ou para atendimento de limites estabelecidos em lei, para adequação do valor total das despesas aos valores projetados para receita.

***Quadro 4** - Memória de Cálculo da Receita*

O quadro demonstra:

- ✓ a receita efetivamente realizada nos exercício de 2019, 2020 e 2021;
- ✓ a receita projetada para 2022, tendo por base a receita efetivamente realizada no período compreendido entre março a dezembro de 2021, somada às receitas efetivamente realizada nos meses janeiro a fevereiro de 2022, devidamente corrigida pela inflação acumulada, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, acrescido da expectativa de crescimento do Produto Interno Bruto - PIB Nacional, para o exercício de 2022, conforme fatores de correção do Quadro de Índices, observado o Quadro 2 – Demonstrativo do Cenário Econômico- Adequação da Receita;
- ✓ projeção da receita para os exercícios de 2023, 2024 e 2025, realizada partir da receita projetada para 2022, com aplicação dos fatores estabelecidos pela expectativa de inflação, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e crescimento do Produto Interno Bruto – PIB Nacional, conforme fatores do Quadro 1 – Relatório Demonstrativo dos de Índices Oficiais e Fatores de Projeção, observado o Quadro 2 – Demonstrativo do Cenário Econômico- Adequação da Receita; e
- ✓ avaliação do percentual de crescimento/redução da receita, realizada à partir de um determinado exercício do período, na relação com o imediatamente anterior.

Câmara Municipal de João Monlevade
926

***Quadro 5** - Memória de Cálculo da Despesa*

O quadro demonstra:

- ✓ a despesa efetivamente realizada nos exercício de 2019, 2020 e 2021;
- ✓ a despesa projetada para 2022 tendo por base a despesa efetivamente realizada no período compreendido entre março a dezembro de 2021, somadas as despesas realizada nos meses janeiro a fevereiro de 2022, devidamente corrigida pela inflação acumulada, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, acrescido da expectativa de crescimento do Produto Interno Bruto - PIB Nacional, para o exercício de 2022, conforme fatores de correção do Quadro de Índices,
  observado o Quadro 3-*Demonstrativo do Cenário Econômico - Adequação da Despesa.*
- ✓ projeção da despesa para os exercícios de 2023, 2024 e 2025, realizada a partir da despesa projetada para 2022, com aplicação dos fatores estabelecidos pela expectativa de inflação, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e crescimento do Produto Interno Bruto – PIB Nacional, conforme fatores do Quadro 1 – Relatório Demonstrativo dos de Índices Oficiais e Fatores de Projeção, observado Quadro 3 - *Demonstrativo do Cenário Econômico - Adequação da Despesa.*
- ✓ avaliação do percentual de crescimento/redução da despesa, realizada à partir de um determinado exercício do período, na relação com o imediatamente anterior.

***Quadro 6** - Meta Fiscal – Resultado Nominal*
(LC 101, art. 4º, § 2º, inciso II)

O quadro demonstra a Dívida Consolidada Líquida e o Resultado Nominal realizados, projetando os mesmos com a seguinte metodologia:

- ✓ Para 2022: Dívida Consolidada de 2021, menos amortização do exercício de 2022, acrescida dos Restos a Pagar Processados; deduzido o Ativo Disponível e Haveres Financeiros (Ativo Realizável), todos corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, conforme fatores de correção do

Câmara Municipal de J. Monlevade
221

Quadro 1 – Relatório Demonstrativo dos de Índices Oficiais e Fatores de Projeção;

- ✓ Para 2023: Dívida Consolidada de 2022, menos amortização do Exercício de 2023, acrescida dos Restos a Pagar Processados; deduzido o Ativo Disponível e Haveres Financeiros (Ativo Realizável), todos corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, conforme fatores de correção do Quadro 1 – Relatório Demonstrativo dos de Índices Oficiais e Fatores de Projeção;
- ✓ Para 2024: Dívida Consolidada de 2023 menos amortização do Exercício de 2024, acrescida dos Restos a Pagar Processados; deduzido o Ativo Disponível e Haveres Financeiros (Ativo Realizável), todos corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, conforme fatores de correção do Quadro 1 – Relatório Demonstrativo dos de Índices Oficiais e Fatores de Projeção; e
- ✓ Para 2025 Dívida Consolidada de 2024, menos amortização do exercício de 2025, acrescida dos Restos a Pagar Processados; deduzido o Ativo Disponível e Haveres Financeiros (Ativo Realizável), todos corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, conforme fatores de correção do Quadro 1 – Relatório Demonstrativo dos de Índices Oficiais e Fatores de Projeção;

***Quadro 7** - Anexo de Metas Anuais*
AMF – Demonstrativo I (LC 101, art. 4º, § 1º)

Apresenta as metas fiscais anuais, com propostas de resultados primário e nominal, calculadas em valores correntes e constantes, com aplicação dos fatores constantes do Quadro 1 – Relatório Demonstrativo dos de Índices Oficiais e Fatores de Projeção, para os três exercícios subsequentes ao da elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO.

***Quadro 8** - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Último Exercício*
AMF – Demonstrativo II (LC 101, art. 4º, § 2º, inciso I)

Apresenta avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício imediatamente anterior ao da elaboração da lei de diretrizes orçamentária - LDO.

O resultado primário é apresentado na relação das receitas primárias e despesas primárias, nos valores previstos e efetivamente realizados.

Da mesma forma é apresentado o valor da dívida consolidada, dívida consolidada líquida, e o resultado nominal. Por fim demonstra Produto Interno Bruto - PIB estadual previsto e realizado.

Quadro 9 *- Metas Anuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Últimos Exercícios*
AMF – Demonstrativo III (LC 101, art.4º, §2º, inciso II)

Apresenta as metas de resultados primário e nominal anuais, propostas para os três exercícios subsequentes ao de elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, calculadas em valores correntes e constantes, com aplicação dos fatores do Quadro 1 – Relatório Demonstrativo dos de Índices Oficiais e Fatores de Projeção, comparadas através de avaliação percentual com os três últimos exercícios, incluído o de sua elaboração.

Quadro 10 *- Evolução do Patrimônio Líquido*
AMF – Demonstrativo IV (LC 101, art.4º, § 2º, inciso III)

Apresenta a evolução do Patrimônio Líquido do Município, compreendido o Executivo e Legislativo, e seus respectivos Fundos e Autarquias nos exercícios de 2019, 2020 e 2021.

Quadro 11 *- Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos*
AMF – Demonstrativo V (LC 101, art.4º, § 2º, inciso III)

Demonstra os valores originados das alienações realizadas nos três últimos exercícios, bem como os valores destes recursos que foram aplicados em cada um deste exercício e, ainda, o saldo financeiro a ser aplicado no exercício seguinte.

Quadro 12 *- Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências*
ARF (LC 101, art 4º, § 3º)

Câmara Municipal de J. Monlevade
229

Demonstra os eventos que poderão impactar negativamente as contas públicas, e as providências a serem tomadas caso os mesmos se concretizem.

Quadro 13 *- Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado - DOCC*

AMF - (LC 101, art. 4°, § 2°, inciso V)

Demonstra as despesas derivadas de lei ou de ato administrativo que fixam para o Município a obrigação legal de sua execução por período superior a dois exercícios, que conforme definição do caput do art. 17 da LC 101/2000, são entendidas como obrigatórias de caráter continuado. Demonstra, ainda, a origem dos recursos para o custeio das mesmas.

Quadro 14 *- Anexo das Variações Previstas no Quadro de Pessoal*

AMF - (LC 101, art. 4°, § 2°, inciso V)

Demonstra a movimentação no Quadro de Pessoal, originadas da criação e extinção de cargos no exercício para o qual está sendo estabelecidas as diretrizes para elaboração da lei Orçamentária anual.

Neste anexo são demonstrados os valores dos cargos existentes, somados aos valores dos cargos criados, deduzidos os valores dos cargos extintos, e o produto desta variação em termos quantitativos e de valores.

Quadro 15 *- Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita*

AMF - (LC 101, art. 4°, § 2°, inciso V)

Demonstra os incentivos fiscais, anistia, remissão, subsídio, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios para determinados setores, que promovam o tratamento diferenciado, de forma a caracterizar a renúncia de receitas, sob a ótica da LC 101/2000.

03 AGO 2022

Câmara Municipal de João Monlevade
230

Neste anexo é apresentada, conforme estabelecido no art. 14 da LC 101/2000, nos termos dos incisos I e II, a compensação para a renúncia definida acima.

João Monlevade, 15 de julho de 2022.

Laércio José Ribeiro
Prefeito Municipal